

## Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome

<a href="#"><u>Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome</u></a> .....	1
<a href="#"><u>Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome</u></a> .....	3
<a href="#"><u>7.3.1 Introdução</u></a> .....	3
<a href="#"><u>7.3.2 Definições e metodologia</u></a> .....	5
<a href="#"><u>Deslocação</u></a> .....	6
<a href="#"><u>Fome</u></a> .....	7
<a href="#"><u>Recolha de informação</u></a> .....	9
<a href="#"><u>Deslocação e fome causadas pelo conflito interno (1974/1975)</u></a> .....	10
<a href="#"><u>Deslocação devida a rivalidades políticas (1974/1975)</u></a> .....	10
<a href="#"><u>Deslocação causada pelo conflito interno</u></a> .....	11
<a href="#"><u>Fuga para Timor Ocidental</u></a> .....	12
<a href="#"><u>Transferência forçada para Timor Ocidental</u></a> .....	13
<a href="#"><u>Número de Refugiados em Timor Ocidental</u></a> .....	14
<a href="#"><u>Condições de vida e ajuda humanitária em Timor Ocidental</u></a> .....	15
<a href="#"><u>Escassez de alimentos e assistência humanitária em Timor-Leste</u></a> .....	17
<a href="#"><u>Fome e mortes</u></a> .....	17
<a href="#"><u>Deslocação e surtos de fome durante a ocupação indonésia (1975/1979)</u></a> .....	18
<a href="#"><u>Invasão, deslocação e evacuação (1975/1977)</u></a> .....	18
<a href="#"><u>Vida e morte nas montanhas (1976/1978)</u></a> .....	26
<a href="#"><u>Em fuga (1976/1978)</u></a> .....	38
<a href="#"><u>Rendição, campos e surtos de fome (1978/1981)</u></a> .....	53
<a href="#"><u>Campos de reinstalação</u></a> .....	66
<a href="#"><u>Resposta humanitária de emergência (1979/1980)</u></a> .....	74
<a href="#"><u>Deslocação forçada e surtos de fome localizados na década de 1980</u></a> .....	87
<a href="#"><u>Internamento por retaliação e punição colectiva: Ataúro e outros campos de internamento</u></a> .....	98
<a href="#"><u>Alternativas ao internamento em Ataúro: Rajfusa e Dotik</u></a> .....	110
<a href="#"><u>Deslocações antes e depois da Consulta Popular (1999)</u></a> .....	117
<a href="#"><u>Sinais iniciais (Novembro de 1998 a Março de 1999)</u></a> .....	118
<a href="#"><u>Primeiras deslocações em massa, Abril de 1999</u></a> .....	122
<a href="#"><u>Bonança antes da tormenta (Maio a Agosto de 1999)</u></a> .....	130
<a href="#"><u>Deslocações e deportações em massa (Setembro de 1999)</u></a> .....	135
<a href="#"><u>Refugiados em Timor Ocidental</u></a> .....	152
<a href="#"><u>Regresso a casa</u></a> .....	156
<a href="#"><u>Conclusões</u></a> .....	157

<u><i>O conflito interno de Agosto/Setembro de 1975</i></u> .....	159
<u><i>A invasão</i></u> .....	160
<u><i>Destruição de gado e culturas de subsistência</i></u> .....	162
<u><i>Vida e morte nas montanhas</i></u> .....	162
<u><i>Campos e povoações sob controlo militar Indonésio</i></u> .....	164
<u><i>Assistência humanitária</i></u> .....	165
<u><i>Aldeias de reinstalação e campos de internamento estratégicos</i></u> .....	166
<u><i>Deslocação antes e depois da Consulta Popular em 1999</i></u> .....	167

## Subcapítulo 7.3: Deslocação Forçada e Fome

### 7.3.1 Introdução

1. Enquanto parte do seu mandato para determinar a verdade em relação às violações de direitos humanos cometidas no passado, a Comissão realizou um inquérito sobre deslocação e fome em Timor-Leste entre 1974 e 1999. Este inquérito foi fundamental para compreender a história do sofrimento humano e as violações de direitos humanos associadas ao conflito uma vez que a deslocação foi uma característica marcante dos anos do conflito em Timor-Leste. Quase todos os timorenses que viveram esses anos sofreram um qualquer tipo de deslocação e muitos foram deslocados por diversas vezes.
2. A deslocação e as suas consequências ocorreram repetidamente durante o período do mandato da Comissão.

- A Comissão tomou conhecimento que, logo a partir de 1974, houve casos de aldeões que fugiam às consequências violentas das crescentes tensões entre partidos.
- A guerra civil de Agosto/Setembro de 1975 provocou a deslocação de milhares de pessoas. A maioria das deslocações foram por períodos de curtos e dentro de Timor-Leste, mas algumas foram realizadas forçadamente para Timor Ocidental, Indonésia.
- A invasão indonésia de 7 de Dezembro de 1975 desencadeou a evacuação da maioria da população para as montanhas e zonas de floresta sob o controlo da Fretilin, em números tão elevados que provocaram uma tensão insuportável sobre os recursos e capacidades de organização da Fretilin. Mesmo depois de as forças indonésias intensificarem os ataques e acabarem com as vidas relativamente estáveis dos que vivam nessas zonas, a liderança da Fretilin esforçou-se ao máximo para impedir que as pessoas saíssem da floresta e das montanhas, chegando a recorrer a medidas duramente punitivas contra os que eram suspeitos de quererem fazê-lo.
- As campanhas de grande escala empreendidas pelas forças indonésias entre meados de 1977 e finais de 1978 fizeram com que as condições, já de si difíceis, em que centenas de milhares de timorenses viviam na floresta e nas montanhas se tornassem intoleráveis, acabando por obrigar a liderança a deixá-los renderem-se às forças indonésias.
- Uma vez em mãos indonésias, enfrentavam um destino ainda pior em “campos de reinstalação”, onde as Forças Armadas indonésias lidavam de maneira completamente inadequada com as suas necessidades quotidianas e restringiam a sua liberdade de movimento, impossibilitando os reclusos de tratarem do seu próprio sustento. O resultado foi a fome que ceifou milhares de vidas, principalmente devido ao facto de as Forças Armadas indonésias só terem permitido que as organizações internacionais de assistência em Timor-Leste operassem quando deram os seus objectivos militares por concretizados.
- Na década de 1980, alguns dos que viviam em campos foram autorizados a regressarem aos seus sucros, mas continuaram a viver sob restrição. Outros foram deslocados para “novas aldeias” e outros locais explicitamente seleccionados pelo valor estratégico que tinham para as Forças Armadas indonésias.
- No mesmo período, a deslocação continuou a ser utilizada como parte integrante da estratégia indonésia de contra-insurreição. À medida que a Resistência começava a recuperar da sua quase destruição do final da década de 1970, as Forças Armadas reagiam, deslocando pessoas suspeitas de manterem ligações com a Resistência, quer enquanto membros de uma rede clandestina ou simplesmente porque tinham familiares no mato. Desde 1980, milhares de pessoas, na sua maioria mulheres e crianças, foram transportadas para a estéril Ilha de Ataúro, onde enfrentaram as consequências da provisão inadequada de alimentação e de outros bens essenciais, pelo menos até o CICV ser autorizado a actuar na ilha, em 1982. Os ataques da Fretilin provocaram uma terrível retaliação por parte das forças indonésias. Tal como acontecera depois dos ataques a Mauchiga (Hatu Bullico, Ainaro), em 1982, e a Kraras (Viqueque, Viqueque), em 1983, estas retaliações envolviam a deslocação de aldeias inteiras, inclusivamente para zonas previamente despovoadas onde, mais uma vez, a provisão de bens essenciais era mínima e as oportunidades de auto-suficiência eram escassas.

- Todo o período em redor do referendo de 30 de Agosto de 1999 foi caracterizado por deslocações de diferentes tipos. Estas deslocações incluíram as fugas às milícias e à violência do *TNI* antes e depois da votação, bem como a evacuação organizada da população para Timor Ocidental, Indonésia, que ocorreu depois de o resultado ser anunciado. A violência dos grupos milicianos, que frequentemente trabalharam abertamente com os seus patrocinadores do *TNI*, resultou em violações dos direitos humanos a uma escala que não se verificava desde o final da década de 1970. Tal como a deslocação, as prisões, a tortura e os maus-tratos, os assassinatos, a violência sexual e o recrutamento forçado atingiram novos pontos máximos em 1999. Durante 1999, a deslocação ocorreu tanto sob a forma de fugas espontâneas à violência e intimidação das milícias, como sob a forma de movimento organizado de pessoas, que abandonaram as suas habitações e os locais onde haviam procurado refúgio. Tal como em anos anteriores, a deslocação — sob toda a variedade de circunstâncias em que ocorreu em 1999 — teve um impacto grave sobre a capacidade das pessoas se alimentarem, principalmente porque as autoridades indonésias desenvolviam esforços concertados para lhes negar ajuda humanitária.

3. Como é visível a partir deste pequeno resumo, as consequências da deslocação em Timor-Leste foram de grande alcance. Nos conflitos armados que ocorrem por todo o mundo, uma das formas mais frequentes de perturbar a vida quotidiana dos civis é obrigá-los a deslocações. Mesmo quando voluntária, a deslocação resulta geralmente em vários tipos de privação, incluindo fome, doenças e perda de abrigo adequado, ao retirar os civis dos ambientes em que são capazes de se sustentarem. A deslocação é frequentemente uma maneira arbitrária de castigo colectivo e, enquanto tal, está associada a violações de vários direitos humanos, civis, políticos, bem como económicos, sociais e culturais. Todas estas características da deslocação não só estiveram presentes em Timor-Leste, como o estiveram de uma maneira muito pronunciada.

4. Por conseguinte, a razão por que a mortalidade foi muito mais elevada entre 1975 e 1999 do que seria de esperar em condições de tempos de paz normais, foi o grande número de mortes devido a fome e doença directamente relacionadas com a deslocação. A Comissão concluiu que no mínimo, morreram 100.000 pessoas devido a fome e doenças relacionadas com deslocação durante todo o período (ver Capítulo 6: O Perfil das Violações dos Direitos Humanos).

5. Em Timor-Leste, a deslocação também esteve directamente inter-relacionada com todo o leque de violações dos direitos humanos. Vale a pena salientar que, durante os anos em que as mortes devido a fome e doenças foram mais elevadas, nomeadamente entre 1975 e 1979, a deslocação, os assassinatos e muitas violações não fatais, incluindo a prisão, a tortura e os maus-tratos, também atingiram níveis máximos. De facto, durante todo o período entre 1975 e 1999, as flutuações em todos estes fenómenos tendem a estar estreitamente inter-relacionadas, sugerindo fortemente uma causa subjacente comum, mais possivelmente a intensidade das operações das Forças Armadas indonésias. Os acontecimentos de 1999 são uma excepção parcial a esta conclusão: embora as deslocações e as violações, tanto fatais como não fatais, tenham aumentado até níveis muito elevados nesse ano e o mesmo tenha acontecido com as mortes por privação, o número de mortes devido a fome e doença não aumentou de maneira tão pronunciada quanto o nível de deslocações e violações de todos os tipos, talvez por o enquadramento temporal das deslocações ter sido relativamente breve. (ver Capítulo 6: O Perfil das Violações dos Direitos Humanos).

### 7.3.2 Definições e metodologia

6. “Deslocação” e “fome” são termos neutros, no sentido em que podem ocorrer sem que tal implique a violação de direitos humanos. No entanto, a Comissão concluiu que no contexto

dos conflitos em Timor-Leste, a natureza da deslocação e da fome fez com que ambas fossem, quase sempre, violações dos direitos humanos em si mesmo e, simultaneamente, envolvessem um conjunto de outras violações.

## Deslocação

7. A Comissão define “deslocação” como uma situação em que pessoas deixam o local onde vivem sob algum tipo de coerção, ou porque decidem que as circunstâncias fazem com que seja perigoso não se deslocarem. A deslocação pode ocorrer dentro de um determinado país (“deslocação interna”), ou para o território de um outro país (“deslocação externa”). Em Timor-Leste, a deslocação “interna” e a “externa” ocorreram em diferentes períodos do conflito. No presente relatório, a Comissão utiliza o termo “deslocado internamente” para pessoas deslocadas que permaneceram dentro das fronteiras de Timor-Leste,<sup>\*</sup> e “refugiados” para aquelas que atravessaram a fronteira de Timor Ocidental.<sup>†</sup>

8. Por definição, a deslocação ocorre sempre involuntariamente. Pode acontecer devido ao uso directo de força ou à ameaça do uso de força contra as pessoas que estão a ser deslocadas. Também pode ser espontânea, ou não forçada, como por exemplo, numa situação em que os civis fujam de um exército invasor que se aproxima.

9. Em termos jurídicos, considera-se que existe deslocação forçada quando esta ocorre de modo ilegal. Sem prova razoável de que, num conflito armado, uma das partes agiu de forma ilícita ao deslocar pessoas, essa deslocação não pode definir-se como forçada. Em conformidade com o direito internacional, a Comissão define “deslocação forçada” como uma deslocação efectuada através do uso de força física, ou da “ameaça de uso de força ou coerção, como nos casos em que há medo da violência, pressão, prisão, opressão psicológica ou abuso de poder contra uma pessoa ou pessoas, ou tirando partido de um ambiente coercivo”.<sup>1</sup> A deslocação forçada dentro de um país é referida como “transferência forçada”; a deslocação forçada para o território de outro país é referida como “deportação”.<sup>2</sup>

10. A deslocação forçada não implica necessariamente o uso de força contra a pessoa ou pessoas que estão a ser deslocadas. Por exemplo, considera-se forçada uma deslocação ocorrida numa situação em que civis tenham sido ostensivamente confrontados com a opção de entrar num camião que os levaria para longe das suas habitações, mas que tivessem razões fundamentadas para temerem a morte ou violência caso se recusassem a fazê-lo<sup>‡</sup>. Todavia, o conceito não engloba todas as situações em que civis fogem para evitarem os combates entre uma força invasora e um exército de defesa.

11. O uso de força ou a ameaça de uso de força não implica necessariamente que a deslocação seja ilegal. A força pode ser utilizada para deslocar uma população se a sua utilização puder ser justificada pela segurança das pessoas que estão a ser deslocadas ou por

---

<sup>\*</sup> Segundo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Deslocação Interna, E/CN.4/1998/53/Add.2, 11 de Fevereiro de 1998: “as pessoas internamente deslocadas são pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar as suas casas ou locais de residência habitual, — em particular, devido a um conflito armado, ou para evitar os seus efeitos, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos, desastres naturais ou provocados pelo homem — e que não atravessaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida.”

<sup>†</sup> O Artº 1º da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, define refugiado como uma pessoa, que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país”. No presente subcapítulo, o termo “refugiado” é utilizado para referir aqueles que foram deslocados para Timor Ocidental durante a ocupação indonésia, quer correspondam ou não a essa definição.

<sup>‡</sup> Por conseguinte, a deslocação forçada tem sido considerada como a que ocorre em circunstâncias em que os civis “não exerceram o direito de opção genuíno, mas reagiram de forma reflexiva à certeza de que a sua sobrevivência dependia da sua fuga”. [*Procurador vs Radislav Krstic*, Caso ICTY nº IT-98-33-T, Câmara de Primeira Instância, 2 de Agosto de 2001, parágrafo 530].

uma necessidade militar. Contudo, não havendo essas condições justificadoras, a deslocação forçada pode ser um crime contra a humanidade — se for cometida como parte de um ataque generalizado ou sistemático a uma população civil —, ou um crime de guerra — se for dirigida contra pessoas, como por exemplo, civis, que estejam protegidas pelas Convenções de Genebra.<sup>3</sup>

12. Segundo as normas universais de direitos humanos, todos têm o direito à liberdade de circulação e de escolher o seu local de residência.<sup>4</sup> As restrições a estes direitos só são permitidas quando necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou a moral públicas, ou os direitos de outros. Qualquer restrição deve ser estipulada por lei e proporcional à função de protecção visada e não devem ser inconsistentes com outros direitos humanos.<sup>5</sup>

13. Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Deslocação Interna estipulam que todas as pessoas têm o direito a serem protegidas contra a deslocação arbitrária de suas habitações, incluindo em situações de conflito armado, excepto quando a segurança dos civis ou razões militares imperativas o exigem.<sup>6</sup> Se as pessoas sofrem a deslocação, as autoridades devem assegurar o seu bem-estar, incluindo o acesso a alimentação, água, abrigo e assistência médica.<sup>7</sup>

14. Ao abrigo do direito internacional humanitário, as transferências forçadas de população civil por parte de um poder ocupante só são permitidas nos casos em que for necessário proceder à evacuação de uma área para segurança da população ou devido a razões militares imperativas. Mesmo nestes casos, os civis não devem ser deslocados para fora do território ocupado, a não ser que seja impossível evitá-lo. Quando as transferências são necessárias, o poder ocupante deve assegurar alojamento adequado, que as transferências ocorrem em condições saudáveis e seguras, que membros da mesma família não são separados e que os evacuados são devolvidos às suas habitações assim que as hostilidades cessarem no seu local de residência.<sup>8</sup>

15. Tal como anteriormente referido, em todos os outros casos — ou seja, em que as transferências não são estritamente necessárias — a deslocação forçada de civis dentro de um território ocupado, ou para um local fora do território ocupado, durante uma ocupação, é proibida pelo direito humanitário.<sup>9</sup> A violação desta regra constitui uma transgressão grave da Convenção IV de Genebra.<sup>10</sup> Além disso, a prática de deslocação forçada como parte de um ataque generalizado ou sistemático a uma população civil constitui um crime contra a humanidade.<sup>\*</sup>

16. Também são proibidas outras acções que possam provocar indirectamente a deslocação de populações em massa. São proibidos ataques a habitações de civis,<sup>11</sup> ataques que não distingam civis de combatentes,<sup>12</sup> e ataques concebidos para aterrorizar a população civil.<sup>13</sup> As violações destas regras por indivíduos podem constituir crimes de guerra.

## Fome

17. A fome, foi definida como a falta generalizada de acesso a alimentação suficiente para garantir a sobrevivência, levando a morte excessiva devido a fome estrutural e doenças a esta associadas.<sup>14</sup> Tal como a deslocação, a fome em si não constitui uma violação dos direitos humanos. A fome pode ser provocada por causas naturais, como a seca, ou simplesmente pela pobreza. Ao perturbar a vida quotidiana, o conflito armado provoca habitualmente escassez de alimentos. Durante um conflito armado, os civis não podem prosseguir com as actividades quotidianas que lhes permitem sustentarem-se, como produzir alimentos, obter um rendimento

---

<sup>\*</sup> Artº 5º d) dos Estatutos do ICTY (referente a “deportação”, mas que foi interpretado de modo a incluir deslocação interna e externa: *Procurador vs Milomir Stakić*, Caso ICTY nº IT-97-24-T, Câmara de Primeira Instância, 31 de Julho de 2003, parágrafo 679); Artº 7º, nº 1 d) Estatuto de Roma do TPI.

ou ir ao mercado para assegurarem a sua própria subsistência. Em casos extremos, durante o tempo de guerra, a escassez de alimentos pode transformar-se num surto de fome.

18. No entanto, tem sido crescentemente reconhecido que os surtos de fome raramente são o simples resultado de desastres naturais e que os intervenientes humanos desempenham um papel importante no seu aparecimento. As condições climatéricas extremas, os ambientes inóspitos e a pobreza fizeram com que a fome se tornasse uma característica persistente e com que a fome extrema fosse uma característica frequente da vida em Timor-Leste. No entanto, a fome tem sido bastante rara em Timor-Leste e quase sempre associada ao conflito armado.<sup>\*</sup>

19. O célebre economista Amartya Sen tentou estabelecer a distinção entre o “fenómeno da fome estrutural ‘regular’”, conhecido de muitos timorenses, e os “surto violentos de fome”, sugerindo que “fome estrutural se caracteriza por algumas pessoas não terem alimentos suficientes e não por não existir alimento em quantidade suficiente”. Amartya Sen define os surtos de fome como “uma manifestação particularmente virulenta de fome estrutural causadora de mortes generalizadas”.<sup>15</sup>

20. Em Timor-Leste, o surto de fome ocorreu entre 1978 e 1980, durante e depois da intensa operação militar indonésia, para ganhar finalmente o controlo sobre o território. Também houve escassez grave de alimentos, provocando mortes, na década de 1980 e em 1999. A Comissão pensa que este subcapítulo demonstra que, em todas essas ocasiões, nunca aconteceu não haver capacidade para disponibilizar os alimentos às pessoas que deles precisavam: sucedeu sim que o acesso a esses alimentos e suas fontes lhes foi simplesmente negado.

21. É nestes contextos que a fome está associada à violação dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. Estas violações estendem-se muito para além da negação dos direitos das pessoas à alimentação e outros bens essenciais, embora os Estados tenham a obrigação de garantir esses direitos. Ao abrigo do direito humanitário, todos têm direito a alimentação adequada<sup>16</sup> e a estarem ao abrigo da fome.<sup>17</sup> Deve haver alimentos disponíveis, em quantidade e qualidade suficientes, para satisfazer as necessidades das pessoas.<sup>18</sup> Ao respeitarem estes direitos, os Estados devem, por exemplo, tomar medidas para reduzir a subnutrição.<sup>19</sup> Um Estado deve assegurar sempre que todos os que estão sob seu controlo têm acesso ao mínimo essencial de alimentos.<sup>20</sup> Todas as pessoas têm direito a água<sup>21</sup> e a alojamento adequado.<sup>22</sup>

22. Estas obrigações podem ser violadas indirectamente através, por exemplo, da aplicação de políticas que originam outros tipos de violações que sejam manifestamente incompatíveis com o direito das pessoas à alimentação.<sup>23</sup> Estas políticas incluem a recusa da liberdade de circulação, a violação do direito dos indivíduos a viverem onde quiserem, a recusa de acesso a assistência, a destruição de fontes alimentares e, por último, a violação do direito à vida.<sup>24</sup>

23. Estas violações podem resultar em crimes de direito internacional. Por conseguinte, num conflito armado internacional, a fome em massa é considerada crime de guerra se for utilizada como arma de guerra. A obstrução deliberada ao abastecimento de socorro e a destruição das fontes de alimentos encontram-se entre os métodos considerados como exemplos da utilização de fome em massa como arma de guerra.<sup>25</sup> A fome também pode ser um crime contra a humanidade se a privação de alimentação for utilizada de maneira generalizada e sistemática, com vista a exterminar uma população civil.<sup>26</sup> Durante uma ocupação, o poder ocupante tem responsabilidades adicionais no que diz respeito a satisfazer as necessidades da população local, devendo assegurar que a população recebe alimentos, água e tratamento médico adequado. Isto implica importar recursos ou aceitar ajuda quando as provisões locais são inadequadas.<sup>27</sup>

---

\* A fome foi a principal razão para o número estimado de 40.000 mortes ocorridas durante a ocupação japonesa de Timor-Leste. [ver Capítulo 3: História do Conflito].

## Recolha de informação

24. Os conflitos em Timor-Leste provocaram a deslocação de milhares de pessoas de suas habitações, em mais do que numa ocasião. A deslocação, pela sua própria natureza, diminui a capacidade das vítimas de se protegerem ou de satisfazerem as suas necessidades básicas. Em Timor-Leste, os períodos de deslocação coincidiram com o aumento dos números de morte por privação, o que representou um desafio para a Comissão. Muitas pessoas que viveram ou assistiram ao que aconteceu durante os anos de deslocação e fome morreram, o que fez com que a Comissão tivesse de desenvolver iniciativas especiais para examinar a deslocação, a fome e a morte por privação.

1. A Comissão coligiu 7.668 testemunhos narrativos dos 13 distritos de Timor-Leste e em campos de refugiados em Timor Ocidental. 43,6 % (3.344 de 7.668) dos depoentes relataram incidentes em que ocorreram mortes relacionadas com a fome ou em que ocorreu deslocação. Os depoentes que participaram no processo de recolha de testemunhos da Comissão relataram um total de 4.869 mortes singulares por privação e 16.977 acontecimentos singulares de deslocação.
2. Milhares de pessoas falaram sobre deslocações e fome durante os seminários de Perfil Comunitário. Estes seminários foram promovidos pelos funcionários da Comissão para permitir que as pessoas documentassem colectivamente violações dos direitos humanos e o seu impacto sobre a comunidade.
3. Onze vítimas e testemunhas periciais prestaram depoimento na Audiência Nacional Pública da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, realizada em Díli a 28 e 29 de Julho de 2003.
4. Os funcionários da Comissão conduziram cerca de cem entrevistas individuais a testemunhas e sobreviventes de deslocação e fome em todos os distritos, à excepção de Oecusse.
5. A Comissão realizou uma investigação especial (o Projecto de Estudo da Mortalidade), que incluiu dois grandes processos de recolha de dados. Funcionários e voluntários realizaram um recenseamento de lápides tumulares com e sem inscrições encontradas em 1.057 cemitérios públicos de todo o país.<sup>†</sup> Os funcionários também realizaram um estudo a 1.396 agregados familiares escolhidos aleatoriamente, questionando os seus residentes sobre deslocações e mortes na família durante o conflito. Os dados coligidos pela Comissão foram utilizados para realizar a estimativa estatística sobre o número de mortes e os padrões de deslocação durante o período do conflito. O Grupo de Análise de Dados de Direitos Humanos (*HRDAG*) ajudou a Comissão a reunir e a analisar os dados (ver Capítulo 6: Perfil das Violações de Direitos Humanos).<sup>†</sup>
6. Pessoas e organizações dentro e fora de Timor-Leste, com conhecimento, ou experiência directa, do fenómeno disponibilizaram documentação, materiais e pareceres escritos sobre deslocação e fome à Comissão.
7. Investigadores e funcionários da Comissão consultaram materiais publicados e não publicados, livros, programas de rádio, material filmado e fotografias produzidos desde 1974.

---

<sup>†</sup> O *HRDAG* (Grupo de Análise de Dados de Direitos Humanos) é uma equipa de pessoas que prestam assistência, a projectos de direitos humanos em todo o mundo, na utilização de sistemas de gestão de informação e ferramentas científicas e estatísticas para reunir e relatar abusos dos direitos humanos em larga escala. O *HRDAG* é um projecto da *Benetech Initiative*, uma instituição sem fins lucrativos que presta assistência técnica e de gestão, permitindo à *HRDAG* realizar a sua missão.

### 7.3.3 Deslocação e fome causadas pelo conflito interno (1974/1975)

#### Deslocação devida a rivalidades políticas (1974/1975)

25. A Comissão recebeu alguns relatos de deslocações internas e externas ocorridas entre 1974 e 1975. Estes incidentes diferem dos acontecimentos ocorridos imediatamente antes e durante o conflito interno armado de Agosto de 1975. Embora a cronologia exacta dos acontecimentos seja muitas vezes imprecisa, eles sugerem que a rivalidade existente entre grupos políticos era suficientemente grave para que as pessoas fugissem de suas habitações, muito antes de eclodir o “conflito interno armado”.

26. Antes de eclodir o conflito interno armado, a tensão foi aumentando em todo o território. Vários elementos contribuíram para esta tensão crescente: concorrência entre partidos para angariar seguidores, muitas vezes centrada na distribuição de cartões partidários e na criação de sedes locais; conflitos entre chefes tradicionais e os líderes dos novos partidos; e, de uma forma mais geral, a transformação de conflitos com raízes históricas em conflitos interpartidários. A guerra civil então surgida não foi apenas uma explosão súbita de violência, constituindo uma mera intensificação de uma espiral de violência já em curso. Um dos seus efeitos secundários foi a fuga e a deslocação.

Table 1 - Quadro 1

Fonte	Nome e Localização	Síntese
Testemunho nº 00922 da HRVD	Samalete, Taraso (Railaco Ermera)	Em 1974, temendo a intimidação dos membros da UDT, mais de 70 pessoas fugiram para a floresta. Em simultâneo, apoiantes da Fretilin mataram 7 membros da UDT suspeitos de terem participado anteriormente no homicídio de apoiantes da Fretilin. Devido a estas mortes, foi perpetrado por apoiantes da UDT outro homicídio por vingança de uma pessoa.
Perfil Comunitário da CAVR	Edi (Maubisse, Ainaro)	Entre 1974 e 1975, a maioria das pessoas aderiram à Fretilin o que deixou a UDT envergonhada e irada. Os dois líderes da UDT em Edi reuniram forças em Ermera, Atsabe e Maubisse. Incendiaram 1.872 habitações, fazendas de café e alimentos armazenados, matando animais e levando os que sobreviveram para Maubisse. Depois de uma operação de quatro dias, criaram uma sede em Mauosahi Uslakatei e outra, pequena, em Kamlai. Então mataram dois apoiantes da Fretilin. Os apoiantes da Fretilin fugiram de novo para Turiscail. Passados quatro dias, as forças da Fretilin trouxeram de volta de Turiscail os seus apoiantes. Os dois adversários combateram em Manelobas e as forças da UDT fugiram para Maubisse.
Perfil Comunitário da CAVR	Aldeia Beco, aldeia de Beidasi, (Fatululik, Covalima)	Em Outubro de 1974, os líderes da Fretilin distribuíram cartões do partido, tal como o fez a Apodeti em Novembro de 1974. Os dois partidos lutaram para atrair militantes. Cerca de 500 habitantes da aldeia de Beco fugiram para Lakmanen, em Timor Ocidental.

27. Segundo os testemunhos recebidos pela Comissão, a atmosfera de medo causadora de deslocações também se registou noutros distritos durante este período inicial da formação dos partidos.<sup>28</sup>

## Deslocação causada pelo conflito interno

28. As deslocações ocorridas em virtude do conflito armado entre os dois principais partidos políticos, UDT e Fretilin, de Agosto a Setembro de 1975, foram mais generalizadas e tiveram uma duração mais longa. Os outros partidos, em especial a Apodeti, viram-se envolvidos neste conflito interno. Apoiantes de partidos opostos, as suas famílias e as pessoas comuns procuraram proteger-se da violência que eclodiu por todo o país. Os apoiantes dos partidos — por vezes comunidades inteiras — fugiram por temerem pelas suas vidas. Em Díli, a violência política provocou algumas deslocações e escassez de alimentos, com a população a fugir aos combates, como foi registado num Perfil Comunitário da CAVR:

*Em 1975, a situação tornou-se escaldante. As pessoas começaram a atirar pedras umas às outras, combatendo umas contras as outras com lanças e catanas. Algumas pessoas construíram caves como locais de refúgio... Todos fugiram de casa e escondiam-se nas zonas vizinhas. Alguns refugiavam-se em grutas durante três meses. Em termos alimentares, a situação era difícil e muitos passaram fome, mas ninguém morreu de fome.<sup>29</sup>*

29. O quadro seguinte contém alguns exemplos de testemunhos coligidos pela Comissão, com exemplos de deslocações associadas à guerra civil.

**Table 2 - Quadro 2**

Fonte	Nome e Localização	Síntese
Perfil Comunitário da CAVR	Maulau (Maubisse, Ainaro)	Nos dias 7 e 14 de Agosto de 1975, forças da Fretilin de Lequidoe, Turiscaí e Manumera lançaram um ataque em três frentes através de Maleria, Lumluli e Usululi, matando muitas pessoas e incendiando 675 habitações em 3 aldeias. Mataram também muitos animais e levaram outros para Lequidoe. Os partidários da UDT fugiram para Maubisse, deixando os velhos e as crianças em Maulau. Noutra ataque, uma semana mais tarde, a 14 de Agosto, forças da Fretilin de Turiscaí incendiaram 8 habitações em Lakamalikau.
Testemunho nº 09078 da HRVD	Daniel Pereira Pires, Leubuti, Foholau (Turiscaí, Manufahi)	Em Setembro de 1975, devido a um ataque por apoiantes da Fretilin, os habitantes da aldeia de Leobuti, Foholau (Turiscaí), na sua maioria apoiantes da Apodeti, procuraram refúgio na zona florestal circundante. Pelo menos 3 pessoas foram capturadas e mortas por apoiantes da Fretilin. Alguns sobreviventes foram forçados a mudar de residência para Turiscaí, onde trabalharam nos campos.
Testemunho nº 00163 da HRVD	Celestina da Costa Oliveira Wedauberek, Same, Manufahi	Pouco depois de rebentar o conflito entre a UDT e a Fretilin a 11 de Agosto de 1975, a maioria dos habitantes de Letefoho (Same, Manufahi) fugiu para as montanhas, com medo de mais violência. Tinham medo de serem capturados pelos apoiantes da UDT, depois de esta ter morto um grupo de activistas da Fretilin em Wedauberek.
Perfil Comunitário da CAVR	Asumanu, Liquiça	No dia 13 de Agosto de 1975, a UDT hasteou a sua bandeira em Bilamar, na aldeia de Caicasico, incendiando em seguida habitações e matando 6 pessoas nas aldeias de Siskoolema e de Hatumatilu. Parte da população fugiu para a Base 1, em Leorema, e outros refugiaram-se na Base 2, na região de Loes (Maubara, Liquiça), enquanto um pequeno número de habitantes fugiu para a floresta.

30. Segundo estimativas do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), o conflito interno armado obrigou possivelmente 50% da população a deslocar-se.<sup>30</sup> Com o fim das hostilidades em quase todo o território, por volta de meados de Setembro de 1975, a grande maioria das pessoas deslocadas internamente pôde regressar às suas habitações. Porém, um grande número dos líderes e combatentes derrotados da UDT fugiram para a zona da fronteira, acabando por transpô-la e por entrar em Timor Ocidental (Indonésia). Alguns membros dos partidos aliados da UDT e apoiantes da Apodeti também procuraram refúgio em Timor Ocidental. Em particular nos distritos fronteiriços de Covalima e Bobonaro, os líderes da UDT e da Apodeti forçaram as pessoas sem partido e os apoiantes da Fretilin a juntar-se à fuga.

#### Fuga para Timor Ocidental

31. Dos apoiantes da UDT e da Apodeti que fugiram para Timor Ocidental após a insurreição armada da Fretilin, em Agosto de 1975, alguns eram civis que partiram para Timor Ocidental temendo genuinamente pela sua segurança. Acreditavam que se tornariam alvo da violência da Fretilin.

32. Alguns apoiantes da UDT atravessaram a fronteira para receberem formação militar e para se aliarem aos indonésios, a fim de continuarem o combate contra a Fretilin. A Comissão não considera que estes sejam casos de deslocação, uma vez que dizem respeito a combatentes voluntários e não a civis. Muitas vezes, porém, os dois grupos estavam tão interligados que era difícil destrinçar.

33. Dos depoimentos colectivos apresentados por comunidades do distrito de Covalima, no decurso dos debates da Comissão sobre Perfil Comunitário organizados em Holpilat, Lela (Maukatar, Covalima), Belulik Kraik (Fatumean, Covalima), e Aitoun, Beidasi (Fatululik, Covalima), foi-se definindo uma imagem nítida de apoiantes da Apodeti e da UDT a atravessarem a fronteira em fuga nos finais de 1975, com medo de perderem a vida.\*

34. Paulo de Fátima Martins, em entrevista à polícia da ONU, afirmou que ele e um grupo de 900 pessoas — incluindo mulheres e crianças — fugiram primeiro de Hatulia, Ermera, para Tatae Uhu (Lisapat, Hatulia) e dali para Cailaco, Purugua, em Maliana (Bobonaro), em meados de Setembro, antes de alcançarem Haekesak, perto de Atambua (Timor Ocidental) a 16 de Setembro.<sup>31</sup>

35. A Comissão ouviu o depoimento de um antigo líder da UDT em Covalima, Emiliano Teixeira (Rui) Lopes, e de outros, contando que fugiram para Timor Ocidental com cerca de 400 civis. Instalaram-se em campos de refugiados improvisados em Alas (Betun, Timor Ocidental, Indonésia), durante alguns dias, e finalmente foram transferidos para Atambua, reunindo-se a outros refugiados de Timor-Leste. Emiliano (Rui) Lopes afirmou à Comissão:

*Em Suai não forçamos as pessoas a irem para a Indonésia. Só nós, os que estavam envolvidos é que foram. Mas algumas pessoas que fugiram também vieram atrás de nós. Não muitas. Mas em Dili e em Ermera, levaram todas as pessoas. Os que apoiavam a UDT fugiram todos.*<sup>32</sup>

---

\* No Perfil Comunitário da CAVR de Holpilat, Lela (Maukatar, Covalima), relata-se a maneira como os apoiantes da Apodeti se refugiaram em Lambemanas (Belu, Timor Ocidental), 18 de Fevereiro de 2003; no Perfil Comunitário da CAVR de Belulik Kraik (Fatumean, Covalima) relata-se a maneira como o posicionamento das tropas das Falintil na fronteira, após a insurreição armada, levou os líderes dos partidos da oposição e os seus apoiantes a fugirem para Timor Ocidental, 28 de Julho de 2003; no Perfil Comunitário da CAVR de Aitoun, Beidasi, subdistrito de Fatululik, distrito de Covalima, relata-se que 10 famílias mudaram-se para Lamaknen (Belu, Timor Ocidental) ainda em 1974. Mais tarde, em Outubro de 1975, os apoiantes da UDT e da Apodeti evacuaram para Timor Ocidental, 17 de Outubro de 2002.

36. No quadro seguinte encontra-se uma lista de algumas das comunidades localizadas junto à fronteira que, por temerem a violência interpartidária, fugiram para Timor Ocidental.

**Table 3 - Quadro 3**

Perfis Comunitários da CAVR	Síntese
Odomau, (Maliana, Bobonaro) <sup>33</sup>	No dia 2 de Setembro de 1975, os habitantes da aldeia fugiram em todas as direcções, para as montanhas e para Builalo (Timor Ocidental). Os habitantes de Odomau permaneceram refugiados em Timor Ocidental durante cerca de nove meses.
Aldeia de Aitoun, Suco de Beidasi, (Fatululik, Covalima) <sup>34</sup>	A Fretilin chegou à aldeia de Aitoun, com apoiantes de Fatululik. Cerca de 10 famílias fugiram para Lamaknan, em Timor Ocidental, devido a intimidação e ameaças dos apoiantes da Fretilin.
Aldeia de Lela, (Maukatar, Covalima) <sup>35</sup>	No dia 20 de Novembro de 1975, cerca de 650 pessoas atravessaram a fronteira com o líder da UDT, Emiliano Teixeira Lopes.
Aldeia de Hopilat, (Maukatar, Covalima)	Depois de a Fretilin lançar a insurreição armada, a 20 de Agosto de 1975, 4 famílias que apoiavam a Apodeti fugiram para Lamaknan, em Timor Ocidental.
Aldeia de Ritabou, (Maliana, Bobonaro) <sup>36</sup>	Apoiantes da Fretilin foram presos por membros da UDT a 11 de Agosto de 1975. No dia 2 de Setembro, os habitantes ouviram disparos de armas de fogo e fugiram para Haekesak, Wedomo e Atambua, em Timor Ocidental. Nove dias depois alguns regressaram a Batugadé e, então, temendo ataques vindos do mar, mudaram-se para Mota Ain e Atambua, em Timor Ocidental. As condições nos campos eram difíceis, havendo doenças e pouco acesso a água limpa. O CICV acabou por prestar ajuda de emergência aos campos.
Aldeia de Holsa, (Maliana, Bobonaro) <sup>37</sup>	Os homens foram recrutados para atacarem a Fretilin em Díli, mas depois a UDT perdeu. Quando os homens regressaram a Maliana, as pessoas fugiram em todas as direcções, muitas sem sequer levarem consigo provisões. Algumas fugiram para as montanhas, outras para Builalo, em Timor Ocidental. Alguns apoiantes da Fretilin que se juntaram ao êxodo para Timor Ocidental foram ameaçados e depois mortos.
Aldeia de Memo, (Maliana, Bobonaro) <sup>38</sup>	No dia 5 de Setembro, ao ouvirem o som de armas de fogo, os habitantes de Halimesak atravessaram o rio e fugiram para Bauilalu, em Timor Ocidental. Construíram habitações improvisadas e viveram de alimentos recolhidos na floresta. De início, algumas famílias permaneceram em Memo, mas no final do mês todos os habitantes se haviam reunido aos cerca de 5.000 a 10.000 refugiados já concentrados em Bauilalu. Muitos morreram de diarreia e de malária e houve grave escassez de alimentos nessa época.
Aldeia de Raifun, (Maliana, Bobonaro) <sup>39</sup>	Cerca de 500 pessoas fugiram para as montanhas e outras para Haekesak, em Timor Ocidental. Em Haekesak, viveram em tendas e receberam alimentos, roupas e dinheiro, mas as doenças grassavam e muitas pessoas morreram. Permaneceram em Haekesak durante um ano.
Aldeia de Vaviquinia, (Maubara, Liquiça) <sup>40</sup>	Quando a Fretilin retaliou, os líderes da UDT, entre os quais João Carrascalão e Raja Gaspar Nunes, fugiram para Batugadé em barcos de pesca.
Suco de Leimea Sorin Balu, (Hatulia, Ermera) <sup>41</sup>	Algumas pessoas renderam-se, outras fugiram com os líderes da UDT para Atambua. Cerca de 120 pessoas tornaram-se refugiados em Haekesak, Timor Ocidental, durante um ano.

### Transferência forçada para Timor Ocidental

37. Nem toda as pessoas que se encontravam nos campos de refugiados em Timor Ocidental, ou que recebiam formação das *ABRI* para participarem em operações em Timor-Leste, fugiram de livre vontade. Segundo relatos recebidos, algumas pessoas foram forçadas a atravessar a fronteira pelos líderes da UDT.

38. A Comissão ouviu testemunhos de pessoas que foram forçadas a atravessar a fronteira e, em alguns casos, foram recrutadas à força como *TBO*, *Hansip* ou para as forças de

Partidários. Por exemplo, Francisco da Silva Araújo, de Ermera, testemunhou à Comissão sobre a deportação forçada de cerca de 1.000 pessoas para Atambua, passando por Hakesak, por membros da UDT. O grupo atravessou a fronteira a 2 de Setembro e só regressou a Ermera em Junho de 1976.<sup>42</sup>

39. Benvinda dos Santos, de Memo (Maliana, Bobonaro), foi uma das várias pessoas que contou à Comissão ter sido forçada por F36, o *liurai* timorense de Memo e líder local da UDT, a fugir para Atambua em 1975, porque ele disse que ia haver um grande tumulto entre os partidos UDT e Fretilin. Quando chegaram a Atambua, o seu marido, Malibere, foi capturado por um membro da *Hansip*, F39, que o levou para Sumur. Depois de ali chegar, ele, Clementino e Américo, foram posteriormente esfaqueados até à morte.<sup>43</sup>

40. Francisca Argentina, também de Memo, protestou que era membro da Fretilin, mas, mesmo assim, foi obrigada a fugir para Timor Ocidental por líderes do partido UDT, incluindo F36. Segundo relatou à Comissão, ela e a sua família mantiveram-se refugiados em Timor Ocidental durante cerca de um ano. Nesse período, o seu irmão morreu, por falta de alimentação adequada.<sup>44</sup>

41. Os habitantes de Saburai (Maliana, Bobonaro) contaram à Comissão não terem sido apenas os apoiantes da Fretilin a serem forçados a atravessar a fronteira:

*No dia 30 de Agosto de 1975, começou a luta entre os apoiantes da UDT e da Fretilin. Soldados do 5º Esquadrão de Cavalaria em Bobonaro chegaram a Maliana. Os apoiantes da UDT e da Apodeti foram forçados por F40, um membro timorense da Apodeti, e pelo liurai, F36, a fugirem para Timor Ocidental. Cerca de 500 habitantes da aldeia de Mesage permaneceram refugiados em Tahon [Timor Ocidental] durante um ano.*

#### Número de Refugiados em Timor Ocidental

42. A Comissão não conseguiu apurar o número exacto de pessoas que se refugiaram em Timor Ocidental em 1975. Porém, um grande número de fontes timorenses que estiveram nos campos de Timor Ocidental, concordam que o número de 40.000 fornecido pelas autoridades indonésias era uma grosseira estimativa por excesso. João Carrascalão disse à Comissão:

*Nunca [houve] mais do que 10.000 [refugiados]. Nessa altura apresentei protestos veementes aos indonésios porque se estavam a aproveitar do número de 40.000 para receberem ajuda para 40.000 pessoas. [Mas] os timorenses não estavam a receber nada. Eles [as autoridades indonésias] aproveitaram-se da situação.*<sup>45</sup>

43. Dois sacerdotes, o padre Francisco Fernandes<sup>†</sup> e o padre Apolinário Guterres, que se juntaram ao êxodo para Timor Ocidental em Agosto e Setembro de 1975 e participaram em Atambua no trabalho do Comité de Refugiados de Timor Leste durante este período, colocam o número de refugiados em “cerca de 20.000”.<sup>46</sup>

<sup>42</sup> Perfil Comunitário da CAVR da aldeia de Saburai (Maliana, Bobonaro). Outros testemunhos recebidos pela Comissão – incluindo os HRVD, Testemunhos n.ºs 02487, 02449, 02491, 02462 e 02446 – afirmam que F36 forçou alegadamente pessoas a atravessarem a fronteira para Timor Ocidental nessa época. F36 tornou-se administrador do distrito de Bobonaro (*bupati*) entre 1992 e 1999. Em 1999, desempenhou um papel decisivo na criação e no apoio dado às milícias, existindo no seu distrito nada menos que nove grupos [ver Robinson, documento disponibilizado à CAVR pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, *OHCHR*, pp.114 e 142-3].

<sup>†</sup> O padre Francisco Fernandes faleceu em Macau, China, a 30 de Agosto de 2005. Foi sepultado em Lacló, distrito de Manatuto, a 11 de Setembro de 2005.

44. Um dos dirigentes do partido KOTA, José Martins, “desertou” da causa pró-integracionista enquanto se encontrava em Roma, em 1976. Em carta endereçada ao Secretário-Geral da ONU, Kurt Waldheim, datada 29 de Abril de 1976, afirmou também que o número de refugiados não era superior a 20.000. Tal como João Carrascalão, afirmou que o número de 40.000 refugiados citado pelos indonésios estava a ser utilizado “como arma política contra a Fretilin” e como “um truque para obter dinheiro e ajuda da Cruz Vermelha Internacional e de governos estrangeiros”. Tomás Gonçalves, da Apodeti, que se encontrava também em Timor Ocidental, contou à Comissão que o número de refugiados não era superior a entre 25.000 a 30.000.<sup>47</sup> O próprio Francisco Lopes da Cruz, então vice-presidente do Governo Provisório de Timor-Leste empossado pela Indonésia, afirmou, em Março de 1976, que não tinham fugido para de Timor-Leste mais de 30.000 refugiados devido à guerra civil.<sup>48</sup>

45. Porém, as organizações internacionais então presentes em Timor Ocidental aceitaram os números oficiais indonésios. No dia 16 de Setembro de 1975, um relatório do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) calculava que o número de refugiados se cifrasse entre 25.000 e 50.000.<sup>49</sup> O delegado do CICV, Michel Testuz, declarou no seu relatório ter visitado 10.000 refugiados no campo de Haekesak e 6.000 em Bauilalu, a 29 de Setembro de 1975. Referiu ainda que os serviços de imigração fronteiriços da Indonésia afirmaram terem contado 33.000 pessoas a atravessarem a fronteira até 16 de Setembro de 1975 e 2.000 a 3.000 a fazerem a travessia durante os combates em Batugadé a 24 de Setembro de 1975. Com base nestes dados, Testuz concluiu que “o número total é agora de 40.000, podendo aumentar para 50.000”.<sup>50</sup> O número de 40.000 refugiados é igualmente apresentado num relatório do Serviço Católico de Assistência (CRS), dos EUA, onde se descreve a ajuda humanitária a Timor Ocidental em Novembro de 1975.<sup>51</sup>

#### Condições de vida e ajuda humanitária em Timor Ocidental

46. Uma vez accionados os programas de assistência internacional aos refugiados, os relatórios indicam que as suas necessidades elementares foram satisfeitas de maneira adequada durante algum tempo. Porém, várias fontes sugerem que, mais tarde, as condições de vida nos campos se degradaram.

47. Descrevendo a situação em Outubro de 1975, o delegado do CICV, Michel Testuz, afirmou que os campos eram provisórios, mas bem apetrechados. A maioria dos refugiados encontrava-se abrigada em escolas que haviam sido encerradas pelas autoridades indonésias para acolhê-los. Embora aumentassem as pressões dos habitantes locais para reabrir as escolas e transferir os refugiados para outras instalações, Testuz observou que “o Governo não toma qualquer iniciativa, nem tem qualquer plano de realojamento, dando a impressão de que tudo pode terminar de um dia para o outro e que os refugiados poderão regressar em segurança às suas casas no dia seguinte”. O delegado do CICV observou ainda que a Cruz Vermelha Indonésia estava a tratar adequadamente dos refugiados no campo, dando-lhes rações diárias de arroz e 25 cêntimos USD por dia para outras necessidades.<sup>52</sup> Os refugiados aparentavam “estarem bem alimentados e saudáveis”.<sup>53</sup> Esta avaliação foi confirmada por antigos refugiados no campo que foram entrevistados pela Comissão.<sup>54</sup> Eles afirmaram que, entre os serviços prestados pelo governo local da província e pela Cruz Vermelha Indonésia, incluía-se a disponibilização de habitações semidefinitivas com saneamento básico adequado. Além de satisfazer as necessidades elementares diárias, o Governo indonésio também organizou actividades sociais como o ensino de língua indonésia.

48. No entanto, os antigos refugiados nos campos afirmaram que, após um período inicial em que foram bem tratados, o comportamento dos indonésios alterou-se.<sup>55</sup> Emiliano (Rui) Lopes afirmou à Comissão:

*Muitas pessoas fugiram, por não gostarem do sistema militar. Por exemplo, um Hansip estava autorizado a dar-nos ordens e a bater-nos. Todas as pessoas perceberam isto e muitos partiram... Houve pessoas que morreram de doença, mas ninguém morreu de fome. Falo com sinceridade. Mas a pressão mental era fortíssima... Sentíamos completamente oprimidos. E não havia muita coisa que pudéssemos fazer. Se alguém começava a ser espancado, nós limitávamo-nos a assistir, permanecendo silenciosos. Que era feito do nosso orgulho? Foram coisas como esta que levaram a família Carrascalão e outras a deixar o país.*<sup>56</sup>

49. Na carta que dirigiu a Kurt Waldheim, José Martins queixou-se de que os refugiados tinham “encontrado apenas maus-tratos e miséria”:

Os refugiados eram forçados a receber formação militar para combaterem contra a Fretilin, ou a trabalhar de graça para os indonésios. Os seus pertences — como dinheiro, jóias, etc. — foram confiscados.<sup>57</sup>

50. Na declaração que proferiram perante o Comité Especial de Descolonização da ONU, em Outubro de 1979, o padre Francisco Fernandes e o padre Apolinário Guterres forneceram um relato pormenorizado da mudança de comportamento dos indonésios relativamente aos refugiados. Segundo afirmaram, essa mudança verificou-se em Março de 1976, quando as autoridades indonésias pediram aos dois sacerdotes para garantirem que todos os refugiados compareceriam a uma manifestação presenciada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik. Os refugiados deveriam acenar com bandeiras da Indonésia e apelar à integração. Depois de apenas 2.000 dos 20.000 refugiados terem comparecido à manifestação, o abastecimento de alimentos foi primeiro reduzido e, depois, completamente cortado. As únicas alternativas que lhes restaram foram vender os seus pertences a preços muito baixos, “fazer trabalhos duros por salários criminosamente baixos,” ou alistar-se nas Forças Armadas.<sup>58</sup>

51. Alguns antigos refugiados confirmaram ter sido a falta de alimentação adequada que os obrigou a aderir aos militares, em Timor Ocidental. No seu testemunho à Comissão, Emilano (Rui) Lopes afirmou que, a princípio, não existia escassez de alimentos nos campos de Timor Ocidental. Porém, a assistência recebida pelos refugiados começou a diminuir depois de a ajuda internacional começar a ser distribuída pelos funcionários da administração indonésia. No seu entender, alguns jovens aderiram aos *Partidários* para receberem as rações:

*Uma das razões por que peguei em armas na fronteira foi por já não haver comida e por precisar de fazer isso para receber alimentos. Isto porque os donativos das ONG internacionais eram distribuídos através do Governo indonésio. No princípio, eles [os indonésios] deram-nos ajuda suficiente, mas à medida que o tempo passava essa ajuda começou a diminuir; tive de pegar em armas para ter alimentos suficientes para comer, de outra maneira teríamos passado por uma situação difícil.*<sup>59</sup>

52. Odete dos Santos, de Memo (Maliana, Bobonaro), falou à Comissão sobre o recrutamento como *TBO* (*Tenaga Bantuan Operasi*, auxiliares de operação) de dois membros da sua família, que haviam sido deslocados à força, e sobre as consequências desse facto. Em 1975, a família foi deslocada à força para Atambua, por F36. Em Atambua, dois membros da sua família, Lesu Bere e Alfredo Lopes, foram forçados a tornarem-se *TBO*, sendo obrigados a

participar em operações militares em Timor-Leste. Segundo Odete, Lesu Bere foi morto por soldados indonésios em Atsabe e Alfredo Lopes, em Maliana.<sup>60</sup>

## Escassez de alimentos e assistência humanitária em Timor-Leste

53. É difícil avaliar as condições de vida das pessoas que fugiram da violência e permaneceram dentro das fronteiras de Timor-Leste. Muitos fugiram para locais longínquos ficando isolados do contacto com qualquer estrangeiro que pudesse prestar assistência ou ter um papel de observador imparcial.

54. A correspondência do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) confirma que, além da impossibilidade de acederem aos campos e respectiva produção agrícola, o isolamento foi uma das principais razões da insegurança alimentar que afectou as pessoas deslocadas internamente. O delegado do CICV observou que grande parte da população vivia uma existência marginal.<sup>61</sup> Como referido anteriormente, ele calculou que 50% da população foi deslocada devido ao conflito.<sup>62</sup> No entanto, insistiu que não houve uma situação de “fome” após a guerra civil, mas sim “restrições alimentares”. A Fretilin deu livre acesso ao CICV, ciente de que a situação alimentar se tornaria provavelmente crítica se não fossem desembarcados abastecimentos e reposto o nível de provisões disponíveis.

55. O CICV confinou a sua actividade de distribuição alimentar a Díli e ao triângulo Ermera-Maubara-Díli. O delegado do CICV reconheceu que esta atitude significou que a distribuição feita pela organização não fora guiada pela necessidade mas, sobretudo, pela sua vontade de evitar aparência de parcialidade política, embora as áreas onde os alimentos estavam a ser distribuídos tivesse sofrido violência e deslocações. O CICV recusou-se a fornecer alimentos às zonas controladas pela Fretilin, argumentando que uma tal ajuda seria “política”.<sup>63</sup> A Fretilin geriu a distribuição de alimentos na região central da ilha, utilizando os víveres fornecidos pelo Conselho Australiano para a Assistência Externa (ACFOA).<sup>64</sup> No entanto, a distribuição de alimentos pelo CICV só foi iniciada nos finais de Novembro e, mal tinha começado, o CICV foi forçado a retirar-se de Timor-Leste no início de Dezembro, pouco antes da invasão em larga escala da Indonésia.

## Fome e mortes

56. Apesar da assistência humanitária, a Comissão recebeu informação sobre fome e mortes devidas à falta de alimentos e de medicamentos. As pessoas deslocadas nas terras altas do interior, em particular, tiveram pouco acesso à ajuda externa. Adiante são fornecidos alguns exemplos de depoimentos recebidos pela Comissão.

57. Verónica dos Santos, de Lacló (Manatuto), relatou à Comissão a forma como ela e a sua família fugiram dos apoiantes da Apodeti, em 1975, refugiando-se na floresta da Zona Modok. Ela forneceu uma lista de cinco membros da família que morreram por falta de alimentos e de cuidados médicos:

*No nosso esconderijo, morreram vários membros da minha família — João da Costa, José Luís dos Santos, Domingas dos Santos, Carlos do Rosário Cabral, Maria de Fátima Canossa e Filomeno Cabral — devido a falta de comida e de remédios.*<sup>65</sup>

58. A Comissão recebeu informação sobre um caso em Soibada (Manatuto), em que o conflito entre os partidos políticos obrigou as pessoas a fugirem para a floresta. Por ordem da Fretilin, as pessoas deslocaram-se para um lugar chamado Wetirak, Mood (Natarbora, Manatuto).<sup>66</sup>

59. José Nunes de Andrade recorda ter sido atacado por membros da UDT na aldeia de Mahakidan (Alas, Manufahi), em 1975, quando ele e quatro amigos tentavam hastear a bandeira da Fretilin. Os cinco fugiram para Wederok, onde mais tarde se reuniram outros membros da sua família. Dois membros da sua família morreram por falta de alimento e por doença quando se encontravam em Wederok.<sup>67</sup>

60. Alguns homicídios foram perpetrados quando as pessoas procuravam alimentos. A Comissão ouviu o explanar de casos em que o conflito interpartidário obrigou à deslocação interna de pessoas, e, em alguns casos, foram mortas pelas forças da Fretilin.<sup>68</sup>

61. Há poucos relatos de mortes devidas a fome estrutural durante este período. Segundo a avaliação global feita pelo CICV, as mortes causadas pela fome estrutural ou por surtos de fome não foram um fenómeno generalizado antes da invasão indonésia. À medida que a violência diminuía rapidamente (com a Fretilin a assumir o controlo de todo o país no espaço de poucas semanas), a maior parte das pessoas deslocadas internamente mantiveram-se nos seus esconderijos durante um mês, no máximo. Por volta de meados de Setembro de 1975, a maioria das pessoas já tinham regressado a casa e estavam a cuidar de novo das suas culturas.<sup>69</sup>

### 7.3.4 Deslocação e surtos de fome durante a ocupação indonésia (1975/1979)

#### Invasão, deslocação e evacuação (1975/1977)

62. A invasão em larga escala de Timor-Leste levada a efeito pela Indonésia no dia 7 de Dezembro de 1975, assinalou o início da deslocação em massa da população timorense. Só a invasão de Díli ocorrida nesse dia, fez com que muitas pessoas fugissem para o campo, no encalço de outras que já o haviam feito prevendo o ataque. Estes movimentos registaram-se igualmente fora de Díli, mas em reacção à presença efectiva das forças indonésias ou na expectativa da sua iminente chegada.

63. Algumas evacuações foram espontâneas, mas outras foram organizadas pela Resistência liderada pela Fretilin. Num complexo misto de circunstâncias, muitos timorenses que haviam fugido de suas habitações acharam-se divididos entre o medo de viverem sob o rígido controlo militar indonésio e uma Resistência decidida a mantê-los fora do controlo dos indonésios. Nesta situação, a Resistência parece ter sido movida pelo seguinte conjunto combinado de motivações: empenho em apoiar e proteger o povo, satisfação das necessidades de segurança da Resistência em tempo de guerra e desejo de manter a maior parte da população sob controlo para lançar o seu programa social revolucionário e como prova da dimensão do apoio político que usufruía.

64. Para qualquer momento dos primeiros dois anos da ocupação, é impossível calcular o número de pessoas deslocadas — embora seja certo que este aumentou ao longo desse período. A transferência de algo como 300.000 pessoas para centros controlados pelos indonésios, entre 1978 e 1979, é o melhor indicador para dar conta da escala da deslocação em massa iniciada nos finais de 1975.

#### Evacuação e fuga após a invasão em larga escala

65. Embora prevista, a invasão indonésia de Díli, a 7 de Dezembro de 1975, encontrou muitas pessoas não preparadas. A situação era caótica, com pessoas a fugirem em todas as direcções. Muitos foram separados dos seus familiares mais próximos. Benvinda Lopes afirmou à Comissão:

*No dia 7 de Dezembro de 1975, eu estava em Quintal Boot. Quando as tropas indonésias invadiram, vieram direitas a nossa casa e atingiram a tiro os meus irmãos Raul e Kaimauk, à minha frente... Os moradores de Quintal Boot tinham todos fugido para as colinas, mas eu e a minha prima decidimos ficar em casa. No entanto, à medida que a situação ficava mais caótica, fugimos as duas para Tereiro, e então [nós] mudámos de sítio, para o Hospital de Lahane. Ficámos em Lahane durante dois dias. Estávamos cheias de fome, por nada termos para comer. Por fim, regressámos a casa para buscar algum arroz e outra comida. O resto da minha família dispersou-se... não sei para onde fugiram.<sup>70</sup>*

66. À medida que as notícias da invasão iam chegando a outras zonas do território e as forças indonésias começavam a avançar para fora de Díli, muitas mais pessoas fugiram com medo. Em Baucau, a chegada dos soldados indonésios deu-se poucos dias depois da invasão de Díli. Os membros da comunidade de Uailili (vila de Baucau, Baucau), relataram o sucedido à Comissão:

*As tropas da Indonésia entraram em Baucau no dia 9 de Dezembro de 1975. [Eles] distribuíram cartazes escritos em tétum onde se lia, entre outras coisas: “Ami sei ba passa Natal iha Baucau to’o Tutuala” [Vamos celebrar o Natal de Baucau a Tutuala]. Um dia mais tarde, o povo de Uailili [a cerca de 10 km do centro de Baucau] fugiu, dispersando-se. Alguns fugiram para a floresta, outros esconderam-se [na] plantação de coqueiros perto de nossa casa, até que as tropas indonésias chegaram.<sup>71</sup>*

67. Para algumas comunidades, bastou a notícia da invasão indonésia de Díli para abandonarem as suas habitações e fugirem para as montanhas em busca de segurança. Manuel Cárceres da Costa falou à Comissão sobre a resposta da comunidade em Lacló (Manatuto):

*Depois de os militares indonésios invadirem Díli no dia 7 de Dezembro de 1975, mas antes do Natal, houve pessoas de Díli que fugiram de regresso a Lacló. Disseram-nos: “Os militares indonésios entraram em Díli e mataram muitas pessoas. Mataram pessoas a tiro e usaram os tanques para roubar tudo o que as pessoas tinham.” Ouvimos dizer isto e pensámos: “Em vez de...ficarmos aqui e deixar que o inimigo nos destrua, se calhar é melhor...fugir para a floresta.” Também tínhamos esperança de que a ajuda do estrangeiro chegasse depressa.<sup>72</sup>*

68. Noutros lugares, nos meses que antecederam invasão, a Fretilin fizera preparativos para evacuar a população e já havia evacuado aldeias muito antes da chegada das forças indonésias a essa área. Este nível de organização parece ter estado mais presente nos distritos orientais de Baucau e Lautém, por exemplo nas áreas de Tutuala, Iliomar, Uaitame, Alawa Kraik e Ossuhuna.

69. Na vila de Ermera, algumas pessoas fugiram para as montanhas no início de 1976, ao ouvirem dizer que as tropas indonésias haviam entrado em Letefoho, vindas de Bobonaro. Francisco Bernardino Soares disse à Comissão:

*Ouvimos o ruído de aviões a bombardarem a área de Letefoho durante um dia inteiro. Já não havia controlo sobre a situação em Ermera. O exército da Resistência tentou suster os soldados indonésios em Dauhati, para impedi-los de entrarem em Ermera. Evacuámos para Mau-Ubu, a nossa terra tradicional onde temos as nossas hortas e uma lulik [casa ancestral]. Fugimos por ouvirmos dizer que os indonésios haviam entrado em Letefoho, matando pessoas ao acaso. Nunca imaginámos ter de enfrentar a catástrofe de ter pessoas a morrer à fome. Durante dois anos vivemos bastante bem. Quando partimos de Ermera, éramos 11, mais cerca de 20 membros da família que viviam em Mau-Ubu. No total, éramos mais de 30 pessoas. Quando regressámos a Ermera, só restávamos três. A minha mulher e toda a minha família morreram na floresta, de doença e de fome.<sup>73</sup>*

70. Noutras áreas, as pessoas referem que conseguiram manter-se nas suas aldeias no interior, até os militares indonésios se aproximarem nos finais de 1976, ou em 1977.<sup>74</sup>

#### **Captura ou rendição**

71. Algumas comunidades foram capturadas antes mesmo de terem a oportunidade de fugir. Outras preferiram ficar e arriscar sobreviver com os soldados indonésios invasores.

72. Em Suai (Covalima), algumas pessoas não evacuaram para as montanhas quando o exército indonésio atacou. Esconderam-se nas suas hortas e, mais tarde, renderam-se.<sup>75</sup>

73. De igual modo, algumas pessoas em Same (Manufahi) não seguiram a liderança da Fretilin na sua retirada e renderam-se às Forças Armadas indonésias imediatamente após a sua entrada na vila, em Junho de 1976.<sup>76</sup>

74. Quando as forças indonésias atacaram a aldeia de Coliate Leotelo (Hatulia, Ermera), em Maio de 1976, cerca de 200 pessoas não conseguiram fugir porque o exército impôs um bloqueio à zona. De início, estas pessoas ficaram detidas na própria aldeia de Coliate Leotelo, sendo depois forçadas a deslocarem-se para Letefoho (Ermera).<sup>77</sup>

#### **Divisões internas na Fretilin sobre a política relativa a civis**

75. Pouco depois da invasão, registaram-se divergências profundas entre os líderes da Fretilin quanto às implicações da sua política referente aos civis, confirmada na reunião do Comité Central realizada em Soibada em Maio de 1976. Por diversas razões — políticas, militares, humanitárias e religiosas — os dissidentes contestaram a estratégia aprovada de criar zonas libertadas onde a população civil pudesse apoiar a luta armada e, simultaneamente, empenhar-se na transformação política necessária para alcançar os objectivos revolucionários da Fretilin. Preferiam pôr em prática uma estratégia de pendor puramente militar, que não dependesse na base de apoio civil, permitindo assim que os civis pudessem descer das montanhas e renderem-se. Esta contestação provinha de diversas fontes, entre elas, dos soldados profissionais que haviam prestado serviço no exército colonial português, dos chefes tradicionais e de alguns membros da própria liderança da Fretilin. O mais destacado defensor destes pontos de vista dissidentes era Aquiles Freitas, antigo sargento do Exército português e chefe tradicional em Quelicai (Baucau) que fora nomeado vice-comandante do Sector Centro-Leste. Aquiles Freitas acabaria por ser detido, por ordem da liderança da Fretilin, juntamente

com vários dos seus seguidores, e executado (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Contudo, o apoio a estes pontos de vista era generalizado e persistente.

76. Chefes comunitários relataram à Comissão as repercussões deste conflito violento nas aldeias do subdistrito de Iliomar em Lautém, em 1976. Lembravam-se que Francisco Hornay resistira, quando o comissário político do Sector da Ponta Leste, Juvenal Inácio (Sera Key) e o adjunto Fernando Txay defenderam a linha do partido no sentido de que os civis deviam ser evacuados para as montanhas com a Fretilin. Tal como o seu amigo Aquiles Freitas, Francisco Hornay era um antigo sargento do exército colonial português que se alistara nas Falintil. O conflito desencadeou violência de ambos os lados, terminando com a execução de Francisco Hornay e de 14 dos seus seguidores, e com a prisão e tortura de muitos outros.

### **Responsabilidades dos partidos relativamente ao conflito**

77. As Convenções de Genebra determinam claramente que as partes beligerantes devem satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência dos civis envolvidos num conflito.

78. A Comissão recebeu provas esmagadoras de que as Forças Armadas indonésias atribuíram prioridade absoluta aos fundamentos de segurança, prestando pouquíssima atenção à protecção e bem-estar dos civis. Ao fazê-lo, a Indonésia não cumpriu as suas obrigações de protecção da vida dos civis.

79. Iliomar é disso um exemplo. Fernando Amaral, que em 1975 era chefe da aldeia de Faut, na periferia de Iliomar (Iliomar, Lautém), relatou à Comissão:

*Os invasores indonésios entraram primeiro em Lospalos, em [Fevereiro de] 1976. Em Iliomar, nada sentimos [da guerra] até 9 de Fevereiro de 1977, quando começámos a ouvir os morteiros e o ruído de canhões disparados por navios. Ficámos assustados e preocupados e...fugimos para a floresta em redor de Faut e para outros lugares perto de nossas casas. Escondemo-nos durante vários meses em Faut e depois mudámos para Luro. Fugimos para a floresta porque tínhamos medo dos militares indonésios. Ninguém nos obrigou.<sup>78</sup>*

80. Muitas vezes a liderança local da Fretilin organizava a evacuação para afastar as pessoas do perigo. Estas evacuações fizeram parte da política da Fretilin destinada a preparar a população para uma resistência nacional organizada. Em Baucau, por exemplo, a Fretilin deslocou muitas pessoas para as encostas do Monte Matebian no início de Fevereiro de 1976. Isto passou-se quase dois meses depois de as Forças Armadas indonésias terem entrado em Baucau. Mário (Marito) Nicolau dos Reis, líder da Fretilin em Baucau na altura da invasão, recordou perante a Comissão o debate interno organizado pela Fretilin sobre a evacuação dos civis:

---

<sup>78</sup> Ver Convenção IV de Genebra referente à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra (Genebra, 12 de Agosto de 1949) para o arrolamento completo das obrigações das partes.

*[Em 1975] travou-se uma discussão entre os membros do Comité Central da Fretilin [CCF]. Alguns diziam, “se possível, devemos seguir o exemplo doutros países: as crianças e os idosos não têm de ir para a floresta, precisamos de dar atenção às [suas] necessidades económicas e de saúde. Não temos meios para sustentar todas as pessoas”. Mas outros diziam: “Se não prepararmos as pessoas em termos políticos, morais e mentais, então não conseguiremos manter a nossa legitimidade, nem cumprir os nossos deveres enquanto maior partido de Timor.” A Fretilin decidiu que todos deviam ser evacuados. Depois de tudo estar preparado, então as pessoas desceriam [para se renderem]. Foi por isso que a Fretilin teve de forçar, perdoem-me o uso da expressão “forçar”, todas as pessoas a fugirem para as montanhas.<sup>79</sup>*

81. Quando os habitantes de Defawasi (Baguia, Baucau) começaram a evacuar na direcção do Monte Matebian, em Setembro de 1976, fizeram-no por ordem da Fretilin. Em Outubro de 2003, recordaram à Comissão:

*Não foi demasiado repressivo. Nessa altura ainda era preciso, para nossa segurança e para provar a nossa lealdade para com a frente armada e o Comité Central da Fretilin.<sup>80</sup>*

82. A Comissão tomou igualmente conhecimento de casos em que a evacuação foi repressiva. Os habitantes de Caisido (Baucau, Baucau) recordaram a sua experiência:

*Entre Fevereiro e Março de 1976, a Fretilin começou a forçar a evacuação das pessoas, primeiro para Uai-Ae e Bundura, depois para Hae-Osso, Vemasse. Quando os evacuados se encontravam em Hae-Osso, as forças da Fretilin mataram dois homens, Francisco Belo e Eduardo Belo, ou por suspeitarem deles ou por vingança. Depois mataram cinco simpatizantes da Apodeti. Depois a Fretilin forçou as pessoas a evacuarem para Lobito.<sup>81</sup>*

83. Muitas vezes, as pessoas não tinham oportunidade para fugir, ou então decidiam não fazê-lo. Esta situação era a mais comum nas vilas.

84. As comunidades de Bidau Santana e Meti-Aut, em Cristo Rei, Díli, recordaram perante a Comissão:

*No dia 7 de Dezembro, os pára-quedistas indonésios desembarcaram em Bidau Santana e Meti-Aut, e por toda a cidade de Díli. Dispersámo-nos, com medo. Algumas pessoas ficaram nas suas casas, outras fugiram para as montanhas e nunca mais voltaram. Chiquito Mau-Lohi [da Apodeti] convenceu as pessoas a não irem para a floresta, dizendo que, se todos lá morressem, “Quem assumiria a responsabilidade no futuro?”<sup>82</sup>*

85. Em Buruma, no limite Leste da cidade de Baucau, algumas pessoas, sobretudo as que tinham colaborado com a Fretilin, tentaram fugir quando os tanques indonésios entraram em Baucau a 10 de Dezembro. Várias foram capturadas. Uma das pessoas capturadas era um

ativista da Fretilin chamado Manuel Fernandes, e foi morto a 18 de Dezembro. A vida tornou-se difícil para aqueles que permaneceram em Buruma. Em Janeiro de 1976, o Batalhão 330 foi posicionado na aldeia e duas pessoas suspeitas de terem contactos com a Fretilin foram mortas pelos militares indonésios. Os habitantes de Buruma foram concentrados no centro da aldeia, ficando sujeitos a restrições quando pretendiam deslocar-se para além do seu perímetro.<sup>83</sup>

86. As tropas indonésias atacaram a aldeia de Samara (Hatulia, Ermera) a 24 de Abril de 1976. As tropas da Fretilin tentaram defender a aldeia mas os indonésios dominaram-nas, levando consigo 500 habitantes para a capital do distrito, Ermera. Em Ermera, os habitantes de Samara não eram autorizados a deslocar-se para fora da vila, sofrendo gravemente de fome.<sup>84</sup>

87. A comunidade do subdistrito de Hatu-Udo (Ainaro) relatou à Comissão a sua difícil experiência depois da rendição, no início de 1976. Em 1975, Hatu-Udo tinha cerca de 3.000 habitantes, mas as pessoas dispunham apenas de cerca de 40 armas de fogo para se defenderem. No dia 28 de Fevereiro de 1976, os chefes de Hatu-Udo organizaram uma reunião e decidiram render-se sem resistência às Forças Armadas indonésias, nesse dia. Mas a decisão de se renderem também resultou em privações. A princípio, tinham alimentos em quantidade suficiente, mas passado algum tempo as pessoas enfrentaram a fome. O batalhão indonésio que se instalou na cidade, o Batalhão 312, juntamente com os *Hansip* e os membros do partido Apodeti, mataram os animais de criação e incendiaram algumas culturas. As pessoas não eram autorizadas a sair da aldeia para cultivarem a terra. As Forças Armadas indonésias trouxeram também muitas mais pessoas para Hatu-Udo que se haviam rendido noutros lugares. Estas pessoas precisavam igualmente de comida, exercendo uma pressão ainda maior sobre os mantimentos, já de si escassos.<sup>85</sup>

#### *Deslocação, fome e morte em Bobonaro*

88. Numa entrevista com os colaboradores da Comissão, a irmã Consuelo Martinez, da Ordem das Carmelitas, relatou a sua experiência da rendição precoce de Bobonaro às forças indonésias.<sup>86</sup> Com a restrição de movimentos imposta à população, a escassez de alimentos tornou-se um problema permanente nos três anos seguintes. O relato da irmã Consuelo é especialmente impressionante quando recorda as condições terríveis em que foi mantida a população civil que se rendera às autoridades indonésias. Estas condições de vida provocaram fome, doença e um número significativo de mortes, especialmente entre as crianças. Este depoimento comprova um padrão de negligência a que foram votados os civis que se renderam, o que custou um enorme número de vidas nos finais da década de 1970, e que já era visível no período que se seguiu à invasão. (ver Caixa: Rendição Precoce de Bobonaro, adiante).

## Rendição precoce de Bobonaro<sup>87</sup>

A irmã Consuelo Martinez, da Ordem das Carmelitas, concedeu uma entrevista detalhada à Comissão sobre os ataques desferidos pelos militares indonésios em 1975 no distrito fronteiriço de Bobonaro, que provocaram uma deslocação em massa. Referiu-se às difíceis condições de vida na montanha e às terríveis condições de vida após a rendição aos militares indonésios, causadoras de uma perda de vidas em grande escala entre a população civil. O estudo sucinto que se apresenta tem por base a entrevista à irmã Consuelo.

A irmã Consuelo vivia na cidade de Bobonaro com mais três irmãs, em Agosto de 1975, quando viu aviões de guerra indonésios bombardearem a cidade. Isto passou-se por volta da época do Movimento da UDT de 11 de Agosto, em Díli. Ela ouviu dizer que os aviões andavam também a bombardear Maliana e Suai. Os aviões deitavam bombas todos os dias. Muitas pessoas morreram. Quando as pessoas ouviam os aviões a chegar, para deitarem as bombas, corriam a esconder-se.

A irmã Consuelo contou que a filha de um catequista seu conhecido fora morta por uma bomba, que explodira perto de si. Recorda-se que, no mercado de Bobonaro, houve pessoas atingidas por estilhaços, devido a um ataque. Recorda-se de ter pensado, nessa altura, que as bombas não estavam a ser dirigidas contra as casas da vila, mas sobretudo contra os campos. As casas próximas dessas áreas foram completamente destruídas. As freiras e todos se sentiram aterrorizados. Ela tentou transformar a cozinha num lugar seguro, usando colchões.

Em Dezembro de 1975, quando os soldados indonésios desembarcaram em Díli, as pessoas fugiram para as colinas, em Ai Metan. As quatro freiras foram com elas e com o padre timorense local, António Maia. As pessoas conseguiram trazer consigo alguns alimentos e, com o que conseguiram ir recolhendo, todas sobreviveram. "Dia após dia só comíamos banana e amendoim. Se houvesse algum milho, comia-se. Deus abençoou-nos e, por isso, ninguém ficou doente," disse.

Segundo a irmã Consuelo, a comunidade não tomou a decisão de fugir, a fuga foi espontânea. Havia cerca de 8.000 pessoas em Ai Metan—vindas não apenas das regiões imediatamente vizinhas, mas também de lugares como Hauba (Maliana, Bobonaro) e Cailaco (Atabae, Bobonaro), noutros subdistritos do distrito de Bobonaro, e também de Marobo, em Railaco (Ermera.) Nas colinas as pessoas viviam ao relento, expondo-se ao frio. Construía abrigos simples com capim e outros materiais que encontravam. Não existia qualquer organização ou processo comunitário de tomada de decisão. Normalmente as pessoas agrupavam-se em famílias. Cerca de 300 pessoas mantiveram-se junto das quatro freiras e do padre, pensando talvez que estariam mais seguras na sua companhia.

Cerca de 15 membros das Falintil encontravam-se escondidos no meio das pessoas, entre os quais Manuel Barros, filho do *liurai* de Hauba (mais tarde assassinado em Maliana). O *liurai*, seu pai, proibira-os de andarem armados.

Na manhã de 2 de Fevereiro de 1976, um soldado indonésio desarmado, acompanhado de um *Partidário* timorense de Atabae, vieram ao seu encontro nas colinas. Disseram-lhes que, se se rendessem, não seriam bombardeados e tratá-los-iam bem. Um grupo de pessoas, entre as quais três das freiras e o sacerdote, foram convidados a descer das colinas para discutir a rendição. Porém, todas as pessoas que estavam com as freiras foram com elas à reunião. O padre falou com os soldados, por ser o único que falava alguma coisa de inglês. A reunião terminou às 5 da tarde, mas não foram autorizados a regressar nessa noite. Passaram essa noite abrigados sob as árvores, sem comida, e regressaram na manhã seguinte. No dia seguinte, 3 de Fevereiro de 1976, todas as 8.000 pessoas pegaram nos seus haveres e caminharam até Bobonaro, uma viagem de cerca de três horas.

No momento da rendição, um *Partidário* timorense reconheceu a presença de membros das Falintil entre o grupo. Outro *Partidário* agrediu o filho do *liurai*. No entanto, o comandante indonésio tomou medidas contra este *Partidário*, por entender que as pessoas ficariam demasiado temerosas de se renderem aos militares indonésios se pensassem que o mesmo lhes podia acontecer.

### **Vida em Bobonaro, sob a ocupação indonésia**

Quando o grupo se rendeu, os soldados não lhes forneceram nada para comer. A maior parte das pessoas tinham trazido consigo alguns alimentos das montanhas. Mais tarde, os grupos que se rendiam recebiam dos soldados indonésios, no momento da rendição, uma tijela de arroz branco com sal.

As pessoas foram obrigadas a viver na cidade de Bobonaro, sem poderem afastar-se mais de um quilómetro a contar do centro da vila. Algumas viviam em casas na vila, que muitas vezes não lhes pertenciam. Também ficaram na escola, na igreja, na casa grande do antigo administrador português, onde as freiras tinham a sua clínica, e noutros edifícios que servissem de abrigo. Dentro do perímetro da vila, havia um posto da Polícia indonésia, um posto de comando militar (*Koramil*) e uma casa onde viviam os comandantes e os militares das *Kopassandha* (forças especiais). Nas estradas fora da vila, havia seis ou sete postos militares. No adro frente à igreja, os soldados indonésios instalaram sete morteiros portáteis e, noutra zona encontrava-se montada uma peça de artilharia de grande dimensão capaz de lançar 36 mísseis de uma só vez.

A irmã Consuelo disse que o disparo de morteiros a partir do adro da igreja fazia tanto ruído que quebrava as janelas e candeeiros da Igreja. Os soldados indonésios disparavam a sua artilharia em todas as direcções e as Falintil ripostavam.

Os civis tinham de ser escoltados por um soldado se quisessem ir à procura de alimentos. No entanto, morreram muitas pessoas, ainda que não seja possível saber ao certo se foram mortas pelas *ABRI*, por pensarem que eram das Falintil, ou se foram mortas pelas próprias Falintil. Segundo a irmã Consuelo, as Falintil não gostaram que as pessoas se rendessem aos indonésios e atingiram algumas a tiro. Em Aiasa, sete pessoas foram mortas por minas terrestres e por bombas quando andavam à procura de alimentos. Apesar de correrem o risco de serem mortas por qualquer dos dois lados, as pessoas tentavam sair da vila furtivamente para procurarem alimento.

Os soldados davam às freiras e às pessoas que viviam com elas na clínica, algum arroz, farinha, leite e açúcar, mas em quantidade não suficiente para alimentar as 27 pessoas que habitavam na sua casa. Durante vários meses, a irmã Consuelo comeu apenas uma papa aguada feita de arroz, uma vez por dia. Ficou muito deprimida e demasiado fraca para subir e descer as escadas. Sentia-se impotente para ajudar crianças que lhe pediam comida e estavam a morrer à fome. Os soldados perguntavam muitas vezes às freiras se precisavam de alguma coisa, se havia algo que lhes faltasse em casa. Ela apenas pedia comida. Por fim, os soldados acabaram por fornecer regularmente arroz, açúcar, leite e óleo alimentar às freiras, que os partilhavam com as pessoas que tinham em casa, em particular as crianças.

Quando as pessoas se renderam, em Fevereiro de 1976, havia em Bobonaro um médico e uma enfermeira indonésios da Cruz Vermelha Indonésia. Ajudaram as freiras a tratar das crianças mais vulneráveis, mas foram-se embora em Abril ou Maio, e as irmãs carmelitas assumiram a prestação dos cuidados às crianças. Alimentavam cerca de 120 a 180 crianças pobres na clínica. Decidiram dar prioridade às crianças mais pequenas, alimentando-as elas próprias. A irmã Consuelo temia que os alimentos entregues aos pais pudessem ser vendidos e que as crianças nada recebessem.

O administrador do subdistrito manteve o registo do número de pessoas que morreram. Todos os meses, a partir de Fevereiro de 1976 e até ao final do ano, morreram 200 a 300 pessoas. O número desceu ligeiramente a partir do início de 1977 e voltou a diminuir nos finais de 1979. As crianças constituíram a maioria dos que morreram. A irmã Consuelo recorda:

*Todos os dias, pela manhã, havia pessoas mortas por aqui, pessoas mortas por ali, 6 a 8 pessoas mortas no próprio sítio onde haviam dormido. Todos os dias morriam muitas pessoas, por estarem tão débeis, com as pernas inchadas e os corpos inchados com líquido. O cabelo caía-lhes e tinham o estômago inchado. Usávamos pequenas agulhas para retirar-lhes o líquido do corpo. As pessoas chegavam ao cair da tarde. Na manhã seguinte uma morria, a outra também. Eu estava lá, e vi. Vi muitas mulheres grávidas darem à luz e ficarem fraquíssimas com a perda de sangue.*

Por volta dos finais de 1976, os militares indonésios começaram a emitir *surat jalan* (salvo-conduto) que permitiam às pessoas deslocarem-se para fora da vila até aos campos vizinhos. Os anos mais difíceis viveram-se em 1976/1978, e só depois é que as pessoas começaram a ter mais liberdade para se deslocarem aos seus campos. No entanto, só em 1983 é que a situação regressou ao normal e as pessoas foram autorizadas a regressarem às respectivas aldeias.

Depois de o primeiro grupo abandonar a floresta para ir viver em Bobonaro, no dia 3 de Fevereiro de 1976, as pessoas continuaram a render-se em grupos, quase todas as semanas, até 1979. Os Bunak foram dos últimos a render-se e mantiveram-se na floresta durante 3 anos. Frequentemente, os grupos que se rendiam chegavam a ser compostos por 700 pessoas. As pessoas que se rendiam encontravam-se sempre em situação de debilidade. Muitas estavam tão fracas que não conseguiam caminhar de regresso à aldeia.

### Vida e morte nas montanhas (1976/1978)

89. Durante a primeira fase da invasão, as forças indonésias concentraram-se em controlar as vilas e aldeias com valor estratégico, bem como as estradas que as ligavam entre si. Muitas pessoas viviam nas suas aldeias, longe do controlo indonésio. Nesta fase da invasão, os civis que fugiram do avanço das tropas indonésias dispersaram-se pelo interior. Uma vez que as ofensivas militares não eram geralmente dirigidas contra estas áreas, as pessoas que ali viviam conseguiam cultivar a terra e viver com uma segurança razoável. Gilman dos Santos descreveu à Comissão as condições de vida nos anos iniciais do conflito:

*Entre 1975 e 1977 a situação alimentar na floresta não era má de todo. As pessoas podiam deslocar-se de um lado para o outro e plantavam, consoante a estação do ano. Os militares indonésios controlavam apenas as capitais de distrito e de subdistrito, embora houvesse alguns combates nas colinas.<sup>88</sup>*

90. A partir de meados de 1977, porém, os militares indonésios começaram a avançar para zonas que ainda não tinham conquistado. Para os que haviam fugido das suas habitações em busca de segurança no interior, o avanço das forças indonésias sobre estas áreas obrigou-as a deslocarem-se constantemente de um lado para o outro.

### Estratégia das bases de apoio da Fretilin

91. Na conferência de Soibada, no mês de Maio de 1976, o Comité Central da Fretilin decidiu a criação de estruturas para organizar a população civil sob seu controlo e para aumentar a eficácia da sua ala militar, as Falintil (ver Capítulo 5: Resistência: Estrutura e Estratégia). Estas mudanças foram feitas com base no pressuposto de que o povo de Timor-

Leste estava empenhado, simultaneamente, numa guerra e numa revolução. Para alcançar estes dois objectivos, foram criadas, em cada zona administrativa, bases de apoio civis e militares, designadas por bases de apoio. A liderança da Fretilin concentrou as pessoas deslocadas internamente nestas bases de apoio, que se transformariam nos centros de apoio logístico dos civis e da Resistência ao longo de quase três anos. A última base foi destruída em Novembro de 1978. Xanana Gusmão explicou o pensamento subjacente às bases de apoio:

*A ideia de 'base de apoio' surgiu quando a população fugiu para as montanhas, depois de os indonésios invadirem no dia 7 de Dezembro...De repente, estávamos em guerra, mas com o povo entre nós. O conceito envolvia a criação de bases que nos prestassem o apoio político e logístico, mas sobretudo político – o que, podemos dizê-lo, era revolucionário.<sup>89</sup>*

*Vemasse (Vemasse, Baucau)*

92. O povo de Vemasse (Vemasse, Baucau) deslocou-se três vezes antes de, por fim, se reunir a outras comunidades numa área controlada e organizada pela Fretilin em Uaimori (Viqueque). Cosme Freitas contou à Comissão que o povo de Vemasse tomou a primeira decisão de partir da sua vila quando ouviu dizer que os militares indonésios haviam assassinado 10 civis numa aldeia próxima, Cairabela, a 11 de Dezembro de 1975. Um professor chamado Francisco Feliciano Ximenes levou as pessoas para fora da vila, conduzindo-as até Monte Lame, no limite Sul da cidade. Ali se lhes reuniram habitantes de Cairabela e de Bucoli (Baucau, Baucau). Construíram casernas provisórias no Monte Lame. Uma vez que as forças indonésias ainda não haviam tornado definitiva a sua presença em Vemasse, os habitantes de Vemasse conseguiam regressar a casa para cultivarem as suas hortas, o que lhes fornecia alimento suficiente. Em meados de Março de 1976, o exército indonésio desferiu um ataque contra o seu povoado provisório, com bazucas e morteiros, destruindo-lhes as casernas e os armazéns de alimentos.<sup>90</sup>

93. Então as pessoas deslocaram-se cerca de 8 km para Sul, ao longo do rio Vemasse, até Uai-Gae. Conseguiram plantar hortas e satisfazer as suas necessidades de base. Mas os combates iam-se aproximando e viram-se obrigadas a mudar outra vez. A cada mudança, o povo de Vemasse deslocava-se sempre para um local onde as condições de vida eram mais difíceis. Ao partirem de Uai-Gae, caminharam 8 km para Leste, até ao Monte Uai Knassa. Por fim, caminharam até Uaimori (hoje em Bibileo, Viqueque), nas montanhas, 20 km a Sul de Vemasse. A Fretilin havia considerado Uaimori como base de apoio. Já lá se encontravam pessoas de Viqueque, Díli e de outras regiões de Timor-Leste. Aí permaneceram durante dois anos. À medida que o tempo passava, a vida tornava-se cada vez mais difícil. O número de pessoas ia aumentando e não havia alimento suficiente.<sup>91</sup> Em 1978, Uaimori foi atacada e a população fugiu outra vez. Por fim, algumas pessoas acabaram por ser capturadas e conduzidas a um campo em Bucoli sob controlo dos indonésios.<sup>92</sup>

*Covalima*

94. As tropas indonésias entraram em força no distrito de Covalima no início de Fevereiro de 1976. Atacaram por terra e pelo ar, bombardeando o distrito a partir do mar. Tinham por objectivo controlar as áreas urbanas de Covalima e não as rurais. As Falintil sofreram com estes ataques, assim como o povo das vilas e das aldeias. Os líderes da Fretilin aconselharam o povo a refugiar-se nas colinas fora das vilas. A maioria dos habitantes dos subdistritos de Fohorem, Fatululik, Fatumean e Tilomar fugiram para cerca de 10 km a Nordeste, para o Monte Taroman. Dirigiram-se igualmente para as aldeias de Dato Tolu (Fohorem), Fato Loro (Fatululik), Taroman (Fatululik) e Lactos (Fohorem). Muitos habitantes da vila de Suai fugiram para Norte e para Noroeste, caminhando cerca de 10 km até ao subdistrito de Maucatar. Nem todos os residentes

da vila de Suai fugiram. Alguns esconderam-se nas hortas, ou perto da praia, durante alguns dias, e depois renderam-se às tropas indonésias.<sup>93</sup>

95. Os habitantes do subdistrito de Zumalai também fugiram, partindo em diversas direcções. Alguns encaminharam-se para Oeste, rumo a Lolotoe. Dispersaram-se pela zona que se estende da aldeia de Gala (suco de Beco, Suai) até à aldeia de Zoilpo (suco de Guda, Lolotoe, Bobonaro) e até à Colina de Zoba Zova (suco de Opa, Lolotoe, Bobonaro) e a Labarai (Suai, Covalima). Outras pessoas de Zumalai fugiram para Noroeste, rumo a Zulo (Mape, Zumalai). Todas eram terras de planície ou de colina, a cerca de 10 km de distância de Zumalai. Algumas pessoas que viviam perto da fronteira fugiram para o distrito de Betun, em Timor Ocidental, na Indonésia. Muitas pessoas que já viviam nas montanhas permaneceram nas respectivas habitações, numa época em que os militares indonésios ainda estavam muito longe.<sup>94</sup>

96. Segundo o depoimento de testemunhas, de início os deslocados no distrito de Covalima dispunham apenas dos alimentos que haviam trazido de suas habitações.<sup>95</sup> Pensavam que a guerra iria durar apenas uns dois ou três meses. Uma vez de terminados os víveres, as pessoas ficaram à fome e afectadas pela doença. No entanto, passados cerca de dois meses, as organizações de juventude e de mulheres da Fretilin, a Organização Popular de Juventude Timorense (OPJT) e a Organização Popular das Mulheres de Timor (OPMT) começaram a organizar o abastecimento de víveres, o que melhorou as condições de vida e permitiu que as pessoas conseguissem sobreviver na montanha durante cerca de um ano e meio.<sup>96</sup> Quando o Exército indonésio lançou um ataque em larga escala contra a base da Resistência localizada nas colinas perto de Lolotoe, nos finais de 1977, a base de apoio foi destruída. As pessoas dispersaram-se e na sua maioria capturadas na altura.

**Table 4 - Quadro 4- Algumas bases fundamentais da Resistência**

Localização	Distrito	População de:
Zumalai	Ainaro/Covalima	Zumalai, Ainaro, Hatu-Udo
Remexio	Aileu	Remexio, Lacló, Aileu, Díli
Monte Matebian	Baucau	Quelicai, Laivai (Iililai), Laga, Baucau, Baguia, Venilale, Lospalos, Manatuto, Viqueque, Same, Díli
Baguia	Baucau	Lospalos, Baguia, Iliomar, Uatu Carbau
Cailaco	Bobonaro	Cailaco, Hatulia, Letefoho, Maubara, Atabae
Monte Taroman	Covalima	Distrito de Covalima
Zoilpo e Maucatar	Covalima	Distrito de Covalima, Lolotoe, Ermera, Ainaro
Halik, Labarai, Zova, Beco	Covalima	Distrito de Covalima, Lolotoe, Ermera, Ainaro
Catrailete (Monte Ramelau)	Ermera	Letefoho, Ermera, Ainaro, Aileu, Cailaco
Fatubessi	Ermera	Ermera, Cailaco, Maubara, Díli, Aileu, Ainaro, Suai
Iliomar	Lautém	Iliomar, Uatu Carbau, Lospalos
Mehara	Lautém	Distrito de Lautém
Malehui (Maubara)	Liquiça	Maubara, Leimea Kraik, Railaco, Atsabe, Ainaro, Zumalai
Manufahi Sectores Sul e Norte	Manufahi	Manufahi, Díli, Aileu, Maubisse, Manatuto, Soibada e de outros locais
Alas	Manufahi	Manatuto, Same, Díli, Liquiça, Ermera, Aileu, Ainaro
Fatuberliu	Manufahi	Turiscail, Maubisse, Aileu, Liquiça, Díli
Monte Kablaki	Manufahi	Mauchiga, Same, Letefoho, Aileu, Atsabe
Lacló	Manatuto	Distrito de Manatuto, Díli, Aileu
Natarbora	Manatuto	Manatuto, Same, Díli, Liquiça, Ermera
Laclubar	Manatuto	Laclubar, Soibada, Manatuto
Barique	Manatuto	Natarbora, Lacluta, Barique, Same
Laleia	Manatuto	Baucau, Manatuto, Viqueque
Ossu	Viqueque	Ossu, Viqueque
Uaimori	Viqueque	Vemasse, Baucau, Venilale, Ossu, Lacluta
Uatu-Lari	Viqueque	Ossu, Viqueque, Uatu-Lari, Uatu Carbau
Monte Bibileo	Viqueque	Lacluta, Aitana, Ossu, Laleia, Natarbora, Barique, Maubisse, Same. Mais tarde mudaram-se para o Monte Matebian

Lacluta	Viqueque	Lacluta, Ossu, Baucau, Viqueque
Lobito	Viqueque	Vemasse, Baucau, Venilale, Ossu, Lacluta
Monte Builo	Viqueque	Vila de Viqueque, Uatu Carabau, Ossu, Baucau, Lospalos

*Fonte: Notas de Investigação da CAVR*

97. À medida que os ataques indonésios eram intensificados, aumentava o rigor da segurança nas bases de apoio. Os campos foram organizados em círculos concêntricos: as tropas das Falintil, as Companhias de Intervenção, ocupavam o círculo exterior, as forças de defesa civil, denominadas Forças de Autodefesa (Fade, também conhecidas como Armas Brancas) formavam o círculo seguinte e os civis concentravam-se no centro. As pessoas estavam proibidas de saírem do perímetro.<sup>97</sup>

### **Viver nas bases de apoio**

98. A vida nas bases de apoio era profundamente organizada. Todos eram obrigados a trabalhar nas hortas comunitárias, bem como nas suas hortas particulares. Às organizações de juventude e das mulheres, a OPJT e a OPMT, cabia a tarefa de organizarem o povo no plantio do arroz, do milho, de mandioca e de outras culturas, sendo as colheitas distribuídas às pessoas com necessidades e aos soldados das Falintil. As mulheres estavam igualmente incumbidas do fabrico de panos e de medicamentos tradicionais. Foram criadas escolas rudimentares para ensinar a ler e escrever, bem como a ideologia política. À noite, cantavam-se canções para encorajar as pessoas a acreditarem que podiam ser livres. Há quem recorde esta época com afecto, como um tempo de partilha e de objectivos comuns.

## **Perspectiva de uma jovem mulher sobre a vida numa base de apoio <sup>98</sup>**

Maria José da Costa nasceu em 1962. Tinha 13 anos quando os militares indonésios invadiram Díli, em 1975. Quando as forças indonésias avançaram sobre Soibada (Manatuto), em 1977, ela e todos os habitantes da aldeia de Manlala fugiram para se esconderem na floresta vizinha de Lehutala. Construíram pequenas cabanas junto das suas hortas, para poderem colher alimentos. Quando os soldados indonésios avançaram mais, a comunidade voltou a mudar-se para Fatuberliu, em Manufahi. Construíram cabanas e uma escola. Maria e duas raparigas começaram a ensinar as crianças, usando carvão vegetal e desenhando na areia com os dedos para praticar a escrita. Elas ensinavam os seus alunos a enfrentarem as dificuldades, utilizando métodos desenvolvidos em Moçambique. Criaram hortas comunitárias com as crianças, para ajudarem as suas famílias a sobreviver. Mesmo assim, algumas pessoas morreram de fome e de doença durante este período.

A escola só tinha começado a funcionar há dois meses quando foram, de novo, atacados pelos militares indonésios. Pela terceira vez, a comunidade teve de se mudar, desta feita para Lakudatur, ainda em Fatuberliu. Construíram de novo as suas cabanas, mas a situação já não lhes permitia regressarem aos campos de Manlala para a colheita.

Por volta do início de 1978, os ataques militares indonésios levaram um grande número de pessoas a concentrarem-se em redor de Fatuberliu. A população local ajudava os recém-chegados, mas houve famílias que sofreram grave escassez de alimentos. A cerca de 10 km do local onde Maria vivia, ela recorda ter visto 400 a 500 pessoas deslocadas, 200 das quais se encontravam malnutridas. Maria e as amigas aderiram a uma organização chamada Comissão de Apoio e Solidariedade (CAS), que distribuía alimentos às pessoas necessitadas.

Outras organizações da Fretilin, nomeadamente as organizações de juventude e de mulheres (OPJT e OPMT) recolhiam alimentos. Onze mulheres jovens revejavam-se em turnos, transportando os alimentos com a ajuda de cavalos aos lugares mais necessitados, entre eles Sarin e Fukiran (ambos em Alas, Manufahi) e Fatuberliu. Trabalhando em dois grupos, as jovens passavam uma semana em cada local. Todos os dias, de manhã, cozinhavam uma mistura de mandioca e milho pilado, à qual se acrescentava, quando disponível, carne de veado. Distribuía a comida pelos necessitados duas vezes por dia. A CAS também explicava à população rural a importância de ferver a água para consumo, a maneira de construir sanitários e outros aspectos da higiene. Com a ajuda de um enfermeiro chamado Felisberto Gouveia Leite, aprenderam a preparar medicamentos tradicionais a partir de raízes e de plantas. Também organizavam o enterro de mortos. Durante um período de dois meses, morriam diariamente cerca de quatro pessoas. Maria ainda se lembra de tratar de uma criança muito doente, que acabou por morrer. Elas pediam aos chefes comunitários que dessem apoio moral às pessoas, através de conferências e apresentações sobre os objectivos da Fretilin. À noite, arranjavam tempo livre para jogar, cantar, dançar e contar histórias. Muitas das canções da luta foram criadas durante este período. A vida era dura, mas à noite reuniam-se desta maneira e, por isso, não se limitavam a aceitar passivamente a situação em que se encontravam.

Dois meses mais tarde, Maria e as amigas interromperam as suas actividades, devido a um novo ataque. Voltaram a mudar de sítio, pela quarta vez. O ataque começou em Agosto de 1978 e prolongou-se durante três meses. A CAS era constituída por onze jovens mulheres, todas com menos de 18 anos, e tinha como coordenadoras Soi Mali (Maria José Brites Boavida) e Aurora Assunção Sarmento. A maioria dos membros da CAS pertencia à família de Nicolau Lobato. Apenas cinco sobreviveram à guerra. As outras morreram em 1978 e 1979. Algumas foram atingidas a tiro, outras foram raptadas e desapareceram.<sup>\*</sup> Maria sobreviveu por se ter rendido numa área onde não era conhecida. As poucas pessoas que sabiam das suas actividades nada disseram. Maria disse à Comissão: “Tenho a certeza de que se os soldados soubessem que eu era activista da Fretilin, ter-me-iam morto em 1979, quando me rendi. Tinha então 16 anos.”

99. Embora apoiassem a Fretilin e reconhecessem a necessidade de garantir o sustento das tropas, algumas pessoas referiam-se aos trabalhos agrícolas que lhes eram exigidos como “*kerja paksa secara halus*” – uma forma subtil de trabalho forçado. Isto era especialmente verdade para as mulheres, sobre quem recaía o maior peso de alimentar e vestir os soldados.<sup>99</sup> Outras pessoas fazem uma descrição mais extrema, referindo-se a uma época de trabalhos forçados, de crescente desconfiança, de intolerância face à dissensão e de justiça severa. A disciplina era imposta pela ‘*linha da luta*’ e era muito rigorosa. Os problemas, públicos e privados, eram resolvidos pelos quadros políticos.<sup>100</sup> A comunidade de Defawasi (Baguia, Baucau) descreve o rigor do regime:

*Os castigos e a tortura faziam parte do estado de emergência da guerra. Os delinquentes eram detidos em prisões tradicionais, como pocilgas. [Para] delitos de menor gravidade, o castigo consistia em abrir clareiras para o cultivo da terra, sendo a área a abrir determinada pela assembleia popular [uma espécie de tribunal popular, com audiências públicas].<sup>101</sup>*

100. Em geral, a produção de alimentos nas bases de apoio respondia às necessidades da população durante mais de um ano. Quando os ataques das forças indonésias se intensificaram, o abastecimento de víveres entrou em ruptura. O número de civis mortos devido a fome, doença e bombardeamentos constantes aumentou de maneira dramática. As pessoas concentraram-se cada vez mais num punhado de locais isolados, como o Monte Matebian, Alas e na planície de Natarbora. A Comissão recebeu depoimentos sobre as difíceis condições de vida e as mortes ocorridas durante este período. A população de Ahic (Lacluta, Viqueque) recorda as perdas que sofreu:

---

<sup>\*</sup> Segundo informações recebidas pela Comissão, Felisberto Gouveia Leite, a sua mulher, Alexandrina, os quatro filhos e um filho adoptivo foram executados em Fahenehan, Fatuberliu, em Julho de 1979 (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

*Quando os bombardeamentos começaram, a Fretilin disse às pessoas que fugissem para a floresta. Andávamos sempre de um lado para o outro, consoante as ordens recebidas das Falintil. Começaram por abrir dois sítios para preparar o sagu, um em Kohok [hoje Wekfia] e o outro chamado CP-2 [Centro Piloto-2]. No CP-2, as pessoas trabalhavam também nos arrozais de Aitara, Buadara e We-Beikas, We-Look. No dia 10 de Julho de 1978, membros das ABRI e da Hansip romperam as linhas e entraram em Ahic. As pessoas começaram a fugir para Oeste, para Uma-Tolu, através da Zona de Barique Bora, para a ribeira de Sahen. Em Mota Maurick, Na Zona de Barique, houve mais combates entre as Falintil e as ABRI e muitas famílias ficaram separadas. As Falintil proibiram as pessoas de trazerem consigo animais de criação e, por isso, todos os animais foram mortos, à excepção dos cavalos. Do posto em Aito'os tivemos de fugir para Natarbora, na ribeira de Sahen. De lá, fugimos a mais ataques caminhando de volta para Leste, ao longo da praia a Sul de Werow, Hali-Boco, Mota Dilor, Aimanas Rai e, então, para Welalir, Nuhukmesak e outros lugares. Algumas pessoas queriam regressar, para fazer a colheita nos seus arrozais de Aitara e Buadara, mas a campanha de bombardeamentos forçou-as a abandonarem as culturas. Ninguém tinha tempo para cultivar, porque estávamos a ser permanentemente assediados pelo inimigo. Tivemos de deixar para trás os nossos haveres, que foram saqueados pelas ABRI e Hansip. Muitos membros da família perderam a vida...Não é possível calcular o valor do que perdemos.<sup>102</sup>*

101. Muitas outras pessoas deram testemunho à Comissão da morte de familiares nas montanhas, devido a fome e à falta de cuidados médicos. Os relatos seguintes são exemplo deste sofrimento.

- Moisés Quintão contou à Comissão:

*Monte Kablaki foi destruído. Um comandante da Fretilin organizou a minha família, para irmos para a floresta. A minha mãe, Prisca de Araújo, morreu quando [os militares indonésios] bombardearam Uskai. Fugimos para Mau-Ulo [Ainaro, Ainaro] e depois para Fatumeta. Ficámos lá cinco dias e ali morreu o meu filho Evalino. Prossequimos até Mauleo. A minha mulher, Ludvina da Costa, morreu de fome na floresta, na área de Ainaro, em 1977.<sup>103</sup>*

- Um homem de Ainaro [identidade retida] descreveu uma deslocação em massa da população no sector central, durante a qual morreram mais de 1.600 pessoas, sobrevivendo apenas um número reduzido.<sup>104</sup>
- Mateus da Silva, de Baucau, contou à Comissão:
 

*Entre 1976 e 1977, os militares indonésios fizeram operações em Uatu-Carbau e Baguia. Houve tiroteio entre [as ABR1] e as Falintil. A minha família e a nossa comunidade fugiram para o sopé de Matebian. Quando eles bombardearam Ketikura, o som das armas amedrontou as pessoas, impedindo-as de procurar alimento – e as crianças e os idosos morreram por falta de comida. O meu filho morreu, porque a minha mulher não conseguia produzir leite para amamentá-lo. O tiroteio continuou e o meu avô, então com cerca de 60 anos, morreu de fome. Em Novembro de 1978, rendemo-nos no subdistrito de Baguia, mas continuámos a não ter comida e remédios em quantidade suficiente. Muitas pessoas morreram, incluindo a minha mãe.*<sup>105</sup>
- Um homem de Baucau [identidade retida] descreveu a forma como a Fretilin, em Outubro de 1977, disse ao povo para se mudar para Matebian. Entre essa data e a sua rendição, em 1979, morreram muitas pessoas. Afirmou ainda que após a rendição em 1979, as mortes continuaram.<sup>106</sup>
- Moisés da Costa, de Manufahi, contou à Comissão:
 

*Devido à guerra fugimos para Wetare, Alas, em 1978. Plantámos culturas, mas o exército indonésio atacou-nos e não pudemos colhê-las. Deixámos tudo para trás e mudámo-nos para We Alas. Plantámos grandes quantidades de arroz, mas, mais uma vez, os ataques do inimigo obrigaram-nos a mudar para uma área chamada Colacau, na costa. Ali fomos separados e os soldados indonésios capturaram o meu pai. Voltámos a mudar-nos para um lugar chamado Wemer, onde ficámos durante oito meses. Depois, fomos obrigados a mudar-nos outra vez para Atabita. Ali, a minha mãe morreu de fome e doença. Não havia remédios. Na manhã seguinte, a minha irmã mais nova morreu também. Enterrámo-las e mudámos para Lokfeu. Um amigo nosso chamado Calisto, por ordem das [ABRI], trouxe-nos a Uma Metan, para nos rendermos. O meu irmão, Domingos dos Santos, morreu nesse local [Uma Metan] por falta de comida e de remédios. Tinha apenas 22 anos.*<sup>107</sup>
- Mateus da Conceição, de Manufahi, contou à Comissão que em 1978:
 

*[E]stávamos concentrados na área de Kolakau e Besusu [Uma Berloik, Alas, Manufahi], quando o inimigo nos atacou. A população não podia movimentar-se livremente e, por isso, muitos civis morreram. Centenas. Morreram de fome e de doença.*<sup>108</sup>

- Luis Casimiro Martins, Aiceu, Raimerhei (Ermera, Ermera) contou à Comissão que morreram muitas pessoas da sua comunidade entre 1975 e 1980. Registou as mortes sofridas por 27 famílias que viviam em Aiceu e que fugiram para as montanhas em Março de 1976, quando o Exército indonésio entrou na aldeia. No total, documentou 230 mortes e respectivas causas imediatas. Listou 11 pessoas mortas em 1975, 51 em 1976, 74 em 1977, 54 em 1978, 30 em 1979 e 10 em 1980. Distribuiu-as de acordo com as seguintes causas de morte: bombardeamento (3), não sepultadas (12), mortes por ferimento (14), desaparecimento (15), fome estrutural (4), doença e surto de fome (181), baleadas pelas *ABRI* (1).<sup>109</sup>

102. À medida que as condições de vida pioravam e os bombardeamentos eram intensificados, muitas pessoas quiseram render-se para poupar a sua própria vida e a dos seus familiares. A rendição foi impedida por razões políticas. A Fretilin entendia que a sua legitimidade política seria minada se as pessoas se rendessem e que incentivar as pessoas a fazê-lo era um acto de traição.

### **Prisão por vontade de rendição**

103. A liderança da Fretilin mantinha controlo rigoroso sobre a população residente em torno das bases de apoio. Criou-se um processo judicial rudimentar para punir as pessoas cujas acções eram interpretadas como passíveis de prejudicar a comunidade, ou de pô-la em risco. A pessoa acusada de delito era detida e conduzida, em primeiro lugar, à chefia militar da zona e só depois à liderança civil. Cabia ao Comissário Político Regional (CPR) apurar se a pessoa tinha cometido alguma ofensa, sendo responsável por garantir que a linha política da liderança era cumprida. Por vezes, em especial nos primeiros tempos, era aplicada a Justiça Popular. Mas o comissário político tinha uma grande influência sobre a justiça popular. Os indivíduos declarados culpados eram detidos em prisões improvisadas, conhecidas por Renal (Reabilitação Nacional).

104. Muitos presos na Renal viveram maus-tratos e tortura. À medida que os bombardeamentos e a fome se intensificaram, algumas pessoas residentes nas bases de apoio quiseram render-se aos militares indonésios. No entanto, a rendição era considerada pela Fretilin como um risco para a segurança das suas forças e dos civis que com elas viviam.

105. A Comissão ouviu muitos relatos de pessoas que foram detidas porque a liderança acreditava que poderiam render-se, ou suspeitava que tivessem contactado – ou tencionassem contactar – as forças indonésias. Antonino Rodrigues, de Faturilau, Fahi Soi (Lequidoe, Aileu) foi detido pela Fretilin em 1978. Faturilau fora atacada pelas *ABRI*. Antonino teve medo e, como o pai, Berleki, de 50 anos, estava doente, os dois tentaram fugir a cavalo, pela calada da noite. Antes de conseguirem sair de Faturilau, foram capturados por F41, o assistente de segurança do adjunto, F42, e por mais nove homens. F41 e os seus homens detiveram Antonino Rodrigues por suspeita de contacto com as *ABRI*. Na manhã seguinte, afrouxaram as cordas que lhe amarravam as mãos — mas sem as retirarem — e levaram-no à presença do adjunto F42 na ribeira de Sungai, Sumiun. F42 disse a um dos seus comandantes, F43, que espancasse, pontapeasse e espezinhasse Antonino Rodrigues durante uma hora. Depois disso, F42 mandou Antonino Rodrigues carregar equipamento das Falintil durante uma movimentação.<sup>110</sup>

106. Miguel da Costa, da aldeia de Sabuli (Metinaro, Díli), informou que as tropas da Fretilin detiveram o seu irmão, Jorge Carvalho, em 1977, por que jogava com uma bola de futebol que descobrira na praia. As Falintil suspeitaram que ele teria estado em contacto com as tropas indonésias na cidade e concluíram que se tornara um espião da Indonésia. As tropas da Fretilin encerraram-no na *Renal* de Remexio (Aileu), onde viria a morrer mais tarde.<sup>111</sup>

107. Lúcia de Jesus Barreto informou que, em 1978, ela e a sua família se encontravam na base de apoio de Fatuberliu (Manufahi). Por estarem desesperados com falta de alimentos, o seu filho Bastião da Silva, que tinha apenas 14 anos, foi com o seu amigo Alcino da Costa a

Lisimori, na aldeia de Mada Benó (Laulara, Aileu), em busca de comida. Foram detidos pelas Falintil por suspeita de espionagem. Foram os dois detidos na *Renal* de Remexio, onde lhes era dado muito pouco de comer. Bastião da Silva adoeceu e morreu na *Renal*.<sup>112</sup>

108. Agustinho da Costa disse à Comissão que, em 1976, ele e a sua família fugiram de uma área chamada Komite Rame, Uatu-Uani (Ossu, Viqueque), onde muitas comunidades deslocadas se haviam concentrado após um ataque dos soldados indonésios. Mudaram-se para Leki Loho, que estava sob controlo das Falintil e onde se localizava uma *Renal*. Nessa época, um chefe tradicional (*liurai*) de Uaguia-Ossu, Gaspar Reis, fugiu com os seus seguidores e rendeu-se aos militares indonésios na vila de Ossu. Por esta razão, Agustinho e os seus familiares foram detidos pelos líderes das Falintil. Ele afirmou à Comissão:

*Puseram-me a mim, à minha mulher, ao meu filho Mau-Naha e a mais oito pessoas dentro de uma "pocilga". Fomos espancados com um pau, pontapeados, esmurrados e esbofeteados. Foi-nos dada água misturada com sal para bebermos. De noite, ficávamos com as mãos atadas atrás das costas. Permanecemos na *Renal* de Leki Loho durante um ano. O meu amigo Olo-Gari morreu das torturas infligidas pelas Falintil.*<sup>113</sup>

## Acusado de rendição planeada<sup>114</sup>

Elias Quintão era o líder da Fretilin (delegado) na aldeia de Hatu Makerek (Laclubar, Manatuto). Em entrevista detalhada à Comissão, falou da sua experiência de prisão pela Fretilin e do sofrimento de fome vivido pelos prisioneiros naquelas circunstâncias. A síntese seguinte baseia-se nessa entrevista.

Os habitantes de Hatu Makerek haviam fugido para a floresta próxima de suas habitações após a invasão das Forças Armadas indonésias. No dia 15 de Agosto de 1977, o comandante de zona das Falintil, F44, e os seus homens detiveram Elias Quintão e o seu guarda-costas, Luís Kehebau. Ainda se encontravam na área de Hatu Makerek. Os homens das Falintil amarraram as mãos de Elias Quintão atrás das costas. O comandante F44 gritou às pessoas presentes que Elias Quintão era um traidor. Disseram-lhe que caminhasse até à frente da sede, onde o entregaram ao secretário da zona, F45, e ao comandante do Sector Centro-Sul, F46.

O comité da zona de Laclubar afirmou que Elias Quintão planeara render-se aos militares indonésios, juntamente com a população de Hatu Makerek. Interrogaram Elias Quintão e depois encerraram-no numa cela. Puseram-lhe os pés numas grilhetas de bambu e amarraram-lhe as mãos atrás das costas. Só lhe soltavam as mãos e os pés para deixá-lo comer. Não o espancaram.

Passados 40 dias, nos finais de Setembro de 1977, F45 disse a Elias Quintão que iria enviar os prisioneiros para Rameliak (Turiscaí, Manufahi), centro de comando do Sector Centro-Sul e local onde se encontrava a Renal do sector. Ali o ministro da Justiça, F50, encarregar-se-ia dos prisioneiros. F45 também ameaçou cortar a cabeça a Elias Quintão. Elias Quintão partiu então a pé para Rameliak, amarrado a outro prisioneiro chamado Sabino e escoltado por quatro soldados armados das Falintil.

Ao chegarem a Rameliak, às 5 da tarde, os dois prisioneiros foram conduzidos à presença dos comandantes F48 e F49. Os dois comandantes encerraram os prisioneiros numa cela. Elias Quintão, de mãos ainda amarradas, partilhou a cela com o padre Mariano Soares. Permaneceu na sua cela durante quatro meses, até ao início de Janeiro de 1978. Foi obrigado a trabalhar na horta de milho e a cozinhar para as Falintil. Mantiveram-nos sempre guardados, mas não o espancaram. As mãos não ficavam amarradas quando trabalhava, mas à noite era amarrado. Segundo Elias Quintão, havia um total de 146 prisioneiros em Rameliak.

No início de Janeiro de 1978, mudaram-no para Alas, onde ficou detido durante cinco meses, até meados de Maio de 1978. Estava ainda à espera de ser visto por F50, o ministro da Justiça. Exigia-se também aos prisioneiros que trabalhassem. Depois de se banharem na ribeira, mandavam-nos trabalhar nos arrozais, onde as Falintil os guardavam com armas de fogo. Não era espancado, mas recebia apenas uma pequena refeição por dia, às 2 da tarde, depois de trabalhar.

Quando os militares indonésios cercaram Alas, os prisioneiros foram transferidos para um lugar perto de Betano, onde ficaram. Ele permaneceu ali até Julho de 1978. Os prisioneiros eram obrigados a trabalhar, fabricando sal para as Falintil. Mais uma vez, eram mantidos sob guarda armada das Falintil, embora não os espancassem e lhes dessem uma pequena refeição todos os dias. Elias Quintão andou muito fraco nessa época. Sentia-se doente e com fome, mas tinha de trabalhar na mesma.

Nos finais de Julho de 1978, Elias Quintão e mais 27 prisioneiros encontraram-se finalmente com F50, o ministro da justiça. Ele disse-lhes: "Agora iremos interrogar-vos. Serão punidos todos aqueles cujos delitos forem provados. Porém, se o interrogatório não revelar qualquer delito, serão libertados." Depois de interrogados, um por um, todos os prisioneiros foram libertados.

Pouco depois da sua libertação, os militares indonésios atacaram de novo. O Batalhão 744 capturou Elias Quintão e levou-o para Uma Metan (Alas, Manufahi).

109. O maior número de casos de prisão de pessoas que alegadamente desejavam render-se registou-se em 1977. Nessa época cresceram de intensidade os ataques indonésios às bases de apoio controladas pela Fretilin. A vida no mato tornou-se mais difícil. Alguns líderes da Fretilin e comandantes das Falintil mostraram-se favoráveis à rendição das pessoas, deixando as Falintil nas montanhas para continuar a luta. O mais importante líder da Fretilin a defender esta posição foi Francisco Xavier do Amaral, então presidente da Fretilin. Por este motivo, o Comité Central da Fretilin deteve-o em Setembro de 1977. Embora Francisco Xavier do Amaral sobrevivesse, muitos dos seus colegas mais próximos e alegados seguidores foram executados.

110. No decurso da Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno, Francisco Xavier Amaral descreveu a cisão na liderança da Fretilin e a sua posterior detenção pela Fretilin como “traidor.” Recordou então a sua enorme preocupação pelo elevado número de civis doentes e esfomeados que se encontravam nas montanhas com a Fretilin.

*Falei com Nicolau Lobato sobre o assunto. Disse-lhe: “Acho que é um problema mesmo muito grave. Primeiro, não sabemos quando é que esta guerra vai terminar. Segundo, não podemos comparar as nossas forças com as dos indonésios. Terceiro, a nossa preparação logística para alimentar as pessoas [não era suficiente]. Quarto, temos soldados feridos, mulheres a darem à luz na floresta, órfãos, pessoas com braços e pernas partidos e não há remédios.”*

*Esta era, portanto, a minha ideia. Deveríamos mandar a população render-se. Só os homens que fossem fortes e capazes de combater na guerra ficariam com o Comité Central, porque não sabíamos quantos anos faltavam para que a guerra acabasse. Planeámos isto e então fomos a uma reunião do Comité Central...Ali descobri que uma ou duas pessoas tinham ideias que não eram iguais às minhas. Começou ali uma cisão no interior da Fretilin. Começava a divisão entre nós. Alguns diziam que a doutrina [da Fretilin] não estava correcta. Outros diziam que a doutrina estava correcta, mas que as pessoas não a seguiam como deviam. Outros diziam que era boa. Começámos a perder confiança uns nos outros...*

*Por isso, detiveram-me, encarceraram-me e acusaram-me...de ter mandado pessoas renderem-se para, no futuro, quando me rendesse à Indonésia, me darem um posto de general ou de ministro. Este foi o argumento das pessoas que eram contra mim.<sup>115</sup>*

111. Como ficou atestado por muitos debates comunitários organizados pela Comissão, esta cisão teve profundas repercussões junto das comunidades, que nessa época ainda viviam nas montanhas. Isso aconteceu sobretudo nos distritos e subdistritos onde o apoio a Xavier do Amaral era alegadamente mais forte, como Turiscaí, Maubisse, Aileu e Manatuto. As entradas relativas a 1977 de dois relatos típicos nos debates comunitários no distrito de Aileu transmitem o ambiente vivido nessa época. A comunidade de Hoholau (vila de Aileu, Aileu) disse à Comissão:

*As pessoas ficaram entristecidas com a prisão de Xavier. A situação tornou-se tensa. Foi introduzida uma guia de marcha [salvo-conduto] e aqueles que não as tinham eram denominados traidores. O Comité Central ordenou ao nosso comandante, F51, que transferisse a população de Hoholau para Lequidoe. O colaborador da Zona 3, F52, veio dizer às pessoas que deviam mudar-se para a floresta em Lequidoe. Cerca de 500 pessoas mudaram-se mesmo, só um pequeno número permaneceu em Hoholau. As ABRI tiraram partido da situação e mataram três pessoas. F52 matou a tiro algumas pessoas que não queriam ir para Lequidoe. Cerca de 300 pessoas morreram em Lequidoe.<sup>116</sup>*

112. A comunidade de Lausi/Bandudato (vila de Aileu, Aileu) também explicou à Comissão que:

*A prisão de Francisco Xavier do Amaral levantou suspeitas generalizadas. Um comandante de Bandudato, Paulino Xavier Pereira, foi detido. Nove dias mais tarde, as suas tropas foram visitá-lo à Renal, mas não conseguiram encontrá-lo. Quem não possuía a guia de marcha foi acusado de manter contacto com o inimigo, sendo detido e castigado em Rai Kuak Lebututu, controlada pelo adjunto F53...As pessoas queriam render-se, mas precisavam de guardar segredo.<sup>117</sup>*

Em fuga (1976/1978)

113. Durante os três primeiros anos da ocupação indonésia, um número crescente de timorenses mantinha-se em mudança constante. No primeiro ano de guerra, as pessoas fugiram dos principais centros administrativos para as regiões rurais de montanha, à medida que a força ocupante assumia controlo desses centros. Então, em 1977 e 1978, os militares indonésios avançaram sobre as zonas rurais para assumirem o controlo do grosso da população e enfraquecerem a resistência armada. Com o tempo, esta intervenção provocou uma deslocação em massa do grosso da população, que procurava assim evitar ficar sob controlo dos indonésios. O efeito da deslocação contínua sobre o bem-estar da população foi catastrófico.

### **Destruição das fontes alimentares**

114. Há muitas gerações que os sistemas da agricultura tradicional sustentam a população de Timor-Leste. Antes da invasão indonésia, o grosso da população encontrava-se disperso por pequenos povoados construídos nas proximidades de zonas férteis. A deslocação da população para longe destes povoados, por intervenção militar, constitui causa directa da escassez de alimentos. Pior ainda, as forças indonésias destruíram propositadamente as culturas, as árvores de fruto, os animais de criação e os armazéns de alimentos durante este período da ocupação.

---

<sup>116</sup> Na denúncia de Francisco Xavier do Amaral, feita pelo Comité Central, alega-se que ele e os seus associados tinham atravessado as linhas para estabelecerem contacto com o inimigo e — naquela que é provavelmente uma referência à introdução da guia de marcha — que esse movimento fora “suficientemente restringido” com a criação de controlos directos sobre os movimentos das pessoas pelo Comissariado Político do Sector Centro-Norte. (*A Nossa Vitória é Apenas Questão de Tempo, Comunicado do Comité do CC da Fretilin de 14/9/77, aquando do traição de Xavier do Amaral*, p.20).

*Destruição das fontes alimentares pelas forças indonésias*

115. Testemunhas oculares relataram à Comissão a forma como, à medida que se ia reforçando a campanha militar destinada a forçar a rendição da população residente nas montanhas, os soldados indonésios destruíram as culturas alimentares pertencentes a civis timorenses. Pelos finais da década de 1970, esta estratégia de destruição das culturas alimentares contribuiu directamente para que escassez de alimentos e os surtos de fome se generalizassem em todo o território de Timor-Leste.

116. Os militares indonésios destruíam as culturas alimentares, as árvores de fruto e os animais de criação. Com base nos relatos adiante apresentados, esta tática parece ter sido orientada por uma grande variedade de motivações e ter sido posta em prática em circunstâncias diversas. Por vezes, parece ter sido uma forma de punição e uma demonstração de força contra a população. Noutras ocasiões, parece ter sido pensada para cumprir o objectivo mais militar de privar as Falintil de alimentos. A tática fez parte da deslocação forçada de pessoas de uma aldeia para outra. Porém, nos casos em que a população fugiu para locais não muito distantes das suas habitações, o seu propósito parece ter sido obrigarem as pessoas à rendição.

117. Apresentam-se seguidamente exemplos de cada um destes fenómenos.

118. A Comissão recebeu evidência de que a estratégia militar de destruição das fontes de alimento foi iniciada nos primeiros dias da invasão indonésia. Por exemplo, a Comissão ouviu depoimentos que descrevem a destruição sistemática de animais de criação levada a efeito pelos militares indonésios em Metinaro, em Dezembro de 1975.<sup>118</sup>

119. Outro depoente descreveu um êxodo da população de Laleia (Manatuto), para Natarbora, em 1975. Na ausência da população, os militares indonésios destruíram as culturas alimentares dos aldeãos. Como resultado, as pessoas enfrentaram grande dificuldade em encontrar alimento, e morreram pessoas.<sup>119</sup>

120. Noutro exemplo descrito à Comissão, as *ABRI* atacaram um suco em Lacluta, Viqueque, em 1978, e o povo fugiu para a floresta. Quando se sentiram em segurança para regressar à aldeia, depararam com a destruição de habitações, animais de criação e coqueiros, presumivelmente pelos militares indonésios. As dificuldades enfrentadas pela comunidade em encontrar alimentos levaram-na à rendição em 1979.<sup>120</sup>

121. Em 1977, em Lacló (Manatuto), os soldados indonésios expulsaram refugiados esfomeados que desceram das montanhas para procederem à colheita nos seus campos. Os soldados incendiaram-lhes as hortas e mataram os animais de criação.<sup>121</sup>

122. A Comissão ouviu um exemplo semelhante relativo a Laga, Baucau. Depois de as pessoas fugirem para a floresta, os soldados indonésios mataram os animais de criação, levaram todos os víveres das famílias e incendiaram todas as habitações.<sup>122</sup>

123. Depois de Alda Pereira da Silva e da sua família evacuarem a sua habitação em Osso Rua (Ossu, Viqueque), em 1976, os soldados indonésios incendiaram três das suas habitações, os animais de criação e o celeiro de arroz.<sup>123</sup>

124. Depois de Agapito Quintão e a sua família fugirem de sua habitação em Irabin, Letarea (Uatu-Carbau, Viqueque), os soldados indonésios incendiaram-lhe a habitação e os *stocks* de arroz, matando um cavalo e cinco porcos.<sup>124</sup>

125. Francisco Barbosa era comandante das Falintil. Ele e um grande grupo de habitantes das aldeias de Foholau, Orana e Matorek (Turiscaí, Manufahi) fugiram para Sul, para Alas e

Welaluhu (Fatuberliu), quando os militares indonésios atacaram Turiscai em 1978. Quando foi capturado, com um grupo de mais de 150 pessoas, as tropas indonésias e a *Hansip* levaram-nos de regresso a Turiscai. Os militares indonésios tinham incendiado as habitações, as ferramentas agrícolas, o milho e amandioca seca armazenados e tinham levado consigo parte dos alimentos para vendê-los na cidade. Ficaram apenas com algumas batatas e tubérculos de mandioca que ainda restavam nas hortas.<sup>125</sup>

126. Em 1978, soldados indonésios e a *Hansip* atacaram a aldeia de Tasidadula (Dilor, Lacluta, Viqueque), onde viviam Queierminho Campos e a sua família, incendiando todos os víveres. Os aldeãos fugiram. Queierminho Campos rendeu-se mais tarde com a sua família.<sup>126</sup>

127. Depois de Maria Alves se render, em 1979, regressou à sua aldeia, de Bubususu (Fatuberliu, Manufahi), e fez uma habitação nova e preparou a terra para cultivo. Os militares indonésios ordenaram à sua família que mudasse para outra aldeia, incendiaram-lhe as culturas alimentares (papaia e tubérculos) e a habitação, para garantirem que após a partida, a família não regressaria.<sup>127</sup>

128. Em Abril de 1976, pouco depois de as forças indonésias entrarem em Lautém, o Batalhão 502 capturou Paulo de Jesus em Parlamento (Com, Moro, Lautém). Incendiaram todas as culturas alimentares (milho) e a sua habitação.<sup>128</sup>

129. Em 1976, António Soares e o seu tio, Cristovão da Costa, montavam guarda a um posto das Falintil, em Esa-lsi (Ossu, Viqueque). Três membros da *Hansip*, de patrulha em Esa-lsi, descobriram-nos e mataram Cristovão da Costa a tiro. Depois, incendiaram as habitações da família e roubaram 40 búfalos, 31 cavalos, 58 cabras e o conteúdo dos seus cinco celeiros de arroz.<sup>129</sup>

130. Em 1977, na presença do proprietário, membros da *Hansip* incendiaram o campo de milho de Berteti Mauhui em Hut-Manhati, Letefoho (Same, Manufahi), levando-lhe todos os víveres e animais de criação.<sup>130</sup>

131. A Comissão recebeu igualmente informação comprovativa de que, mesmo após a rendição da maior parte dos civis, os militares indonésios continuavam a matar os animais de criação, a destruir as culturas alimentares, incendiando-as, ou a cortar as árvores de fruto, arrancando-as pela raiz. O seu objectivo era impedir as Falintil de obterem alimentos. As Forças Armadas indonésias designavam estas operações por *curlog* (*penghancuran logistik*, destruição logística). Esta prática afectava também a segurança alimentar dos civis, uma vez que as árvores de fruto e as culturas pertenciam às populações que precisavam delas para garantir a sua própria sobrevivência.

#### *Destruição de culturas alimentares pela Fretilin*

132. Segundo depoimentos recebidos pela Comissão, as forças da Fretilin/Falintil também estiveram envolvidas na destruição de culturas. Quando comparados com o número de casos praticados pelos militares indonésios, os exemplos documentados de incêndio e destruição de culturas por membros da Fretilin/Falintil foram relativamente escassos. Não obstante, é importante registar que essas violações tiveram lugar. Por exemplo, o padre Eligio Locatelli de Fatumaca (Baucau, Baucau) afirmou à Comissão:

*Entre 1975 e 1978, as ABRI e a Fretilin destruíram campos agrícolas de civis e mataram enormes quantidades de animais de criação. A Fretilin incendiou as culturas alimentares das pessoas, dizendo que elas deviam estar longe das vilas, para que eles pudessem utilizar [os produtos] para seu proveito. Quando as pessoas regressavam às suas terras, já não havia lá animais para trabalhá-las. Por isso, as pessoas não conseguiram plantar e continuavam com fome.<sup>131</sup>*

### **Empurrados pela fome e pelos bombardeamentos aéreos**

133. Entre 1977 e 1978, os militares indonésios lançaram ataques sistemáticos contra as bases de apoio, socorrendo-se de todos os meios ao seu dispor para garantirem a sua destruição definitiva. Na realidade, esta campanha militar era a etapa final da *Operasi Seroja*, iniciada com a invasão em larga escala do dia 7 de Dezembro de 1975. Os militares indonésios destacaram uma elevada quantidade de tropas para cercar os pontos principais de concentração da população para onde a liderança da Fretilin/Falintil e as populações civis deslocadas haviam sido conduzidas, ou para onde tinham fugido. Serviram-se então da sua esmagadora capacidade de fogo para forçá-los à submissão. Devido à tática utilizada pelos militares indonésios, a Resistência timorense designou esta operação por campanha de cerco e aniquilamento (ver Capítulo 3: História do Conflito).

#### *Manufahi*

134. Em Agosto de 1978, tropas indonésias atacaram a base de apoio do Sector Centro-Sul em Alas, Manufahi. Os ataques duraram três meses, causando a morte a muitos civis, devido às bombas, às balas mas, sobretudo, à fome. Uma vez que a ofensiva teve lugar durante a estação seca, os fogos ateados pelas bombas incendiaram grandes extensões de vegetação, queimando pessoas até à morte. Milhares de pessoas foram forçadas à rendição, ou foram capturadas e detidas nos campos militares de Betano (Same, Manufahi), Selihasan (6 km a Leste do aglomerado urbano de Betano, Same, Manufahi), Uma Metan (um campo provisório, localizado 400 metros a Sul da vila de Alas, Manufahi), Lebos (um campo provisório, 2 quilómetros a Sudoeste de Alas, Manufahi) e na vila de Same.<sup>132</sup>

#### *Covalima*

135. No distrito de Covalima, as pessoas deslocadas viviam no Monte Taroman (Fatululik, Covalima) e em Maucatar (Suai, Covalima), quando o Exército indonésio desferiu o seu ataque, em Setembro e Outubro de 1977. A liderança da Fretilin deslocou as pessoas para a área de Zoilpo/Zova, nas terras baixas a Oeste de Lolotoe (Bobonaro). Muitas pessoas renderam-se aos militares indonésios antes de alcançarem a área de Zoilpo/Zova, sendo conduzidas às proximidades dos postos militares de Beco (Suai), para aí viverem. Nessa época, a liderança da Fretilin em Covalima tinha a sua base em Zuak, mesmo a Sul de Lolotoe (Bobonaro).<sup>133</sup> Nas redondezas ficava a Colina de Zova, quatro quilómetros a Sudeste do aglomerado urbano de Lolotoe, que era o centro de formação de líderes para os quadros da Fretilin. Os militares indonésios haviam ocupado Lolotoe, mas ainda não haviam ocupado a zona rural circundante. Durante a deslocação para Zoilpo/Zova, muitas pessoas morreram devido aos ataques militares indonésios. Os que conseguiram sobreviver e não se renderam permaneceram na zona de Zoilpa/Zova durante mais uns 12 meses. As forças indonésias não levaram a efeito operações intensivas na área durante essa época. Os seus helicópteros e aviões sobrevoaram a zona frequentemente, mas não atacavam. Porém, os víveres escasseavam e as pessoas viam-se forçadas a comerem raízes e sagu que colhiam. Por vezes, colhiam em segredo o produto dos campos plantados por outras pessoas.<sup>134</sup>

136. Quando as forças indonésias começaram a atacar de novo a base de apoio, a liderança da Fretilin decidiu evacuar a população para o Sector Fronteira Norte, baseado na área de Fatubessi, em Ermera, dividindo a população em dois grandes grupos. Um planeava partir para Oeste, passando pelo Monte Taroman e depois para Norte; o outro partiria para Leste, passando por Beco, e depois para Norte, passando pelo Monte Ucecai (Mape/Zumalai, Covalima). O primeiro grupo conseguiu alcançar o distrito de Ermera à pé, mas depois foi capturado pelos militares indonésios, que colocaram as pessoas num campo em Fatubessi. O segundo grupo não teve sucesso. Embora enfraquecidos pela fome e pela doença, que já haviam ceifado muitas vidas, alcançaram as terras baixas a Sul de Zumalai, numa área chamada Halic. Atravessaram então a ribeira de Loumea, perto de Beco. Mas em Janeiro de 1978, quando se aproximavam da ribeira de Mola, foram atacados pelas forças indonésias.<sup>135</sup>

137. Pensa-se que muitas pessoas morreram durante este ataque. Os sobreviventes do massacre da ribeira de Mola retiraram para Halic, que ainda não se encontrava sob controlo indonésio. Os aviões metralharam e bombardearam os refugiados; os navios da Marinha de Guerra dispararam os seus canhões contra eles; o fogo de metralhadora prolongou-se noite adentro. A operação durou mais dois dias e, quando terminou, a maioria dos refugiados sobreviventes tinha sido capturada.

*Havia mortos por todo o lado. Pessoas mortas pela fome, pelos bombardeamentos e pela doença. Alguns cadáveres ainda tinham nas mãos batata-doce, mangas e comida, embora partes do corpo já estivessem a decompor-se e as cobras se passeassem sobre eles. Ainda assim tivemos de pegar [na comida] e limpá-la com um pano, ou com o que estivesse à mão, para podermos comê-la, porque também aguardávamos a nossa vez de morrer à fome. Não havia água limpa, só poças de água suja, com búfalos mortos e cadáveres humanos lá dentro. Por isso, tínhamos de filtrar [a água] com panos ou com sarongs, para podermos bebê-la.<sup>136</sup>*

138. Os militares indonésios detiveram as pessoas que capturavam em campos, um dos quais em Beco, sob guarda apertada de soldados. As pessoas recebiam algum alimento do Exército indonésio e da Igreja, mas não bastava. A ajuda do estrangeiro ainda não chegara. As pessoas já se encontravam fracas e muitas mais morreram nos campos controlados pelos militares.

*Uaimori, Viqueque*

139. Quando os militares indonésios atacaram a base de Uaimori em Setembro de 1978, as pessoas fugiram primeiro para Sul, percorrendo a pé todo o caminho até à planície de Natarbora, mesmo a Sul da aldeia de Umaboco (Barique, Manatuto). Muitas pessoas morreram ao serem atacadas durante esta viagem. As pessoas do grupo de Vemasse que sobreviveram a este ataque, viraram para Norte, rumo à sua aldeia natal, mas foram capturados por *Hansip* e pelas *ABRI* em Osso Ala (Vemasse, Baucau). Os militares indonésios levaram-nos para Bucoli (Baucau, Baucau). Cosme Freitas, de Vemasse (Baucau), descreve o terror e a angústia das pessoas que fugiam dos ataques militares indonésios, em 1978:

*Quando saímos de Uaimori, as pessoas começaram a morrer. De fome, ou de doença. À medida que íamos caminhando, a morte perseguia-nos de perto. A morte vinha mesmo atrás de nós e as pessoas morriam. Não só os velhos, mas também as crianças, por falta de comida. Os velhos caminhavam até perderem as forças, levando consigo apenas um maek [uma espécie de tubérculo], ou um kumbili [inhame doce]. E um pouco de água num contentor de bambu, às costas. Foi assim que muitos de nós morreram. Os mortos ficavam espalhados ao longo do caminho, [de Uamori até Natarbora]. Outros morreram do fogo dos morteiros. Entre 80 e 100 por dia. Queríamos sepultá-los, mas o inimigo não parava de disparar. Como podíamos fazê-lo? Continuávamos a fugir. Uma mulher idosa pediu: "Filho, por favor, cava-me uma cova para enterrar o meu filho." Cavámos uma cova, mas com menos de meio metro de profundidade. Antes de deitarmos nela o anjinho, embrulhámos o corpo numa esteira, ao som da metralha que não parava. Como podíamos enterrá-lo? Curvámos as cabeças e enterrámo-lo com as nossas próprias mãos.*

*Quando podíamos, enterrávamos as pessoas. Quando não, deixávamos ficar os seus corpos para trás. Como podemos agora encontrar os seus ossos? Apodreceram assim mesmo, como ficaram. Vimos sete ou oito pessoas sentadas, encostadas a uma árvore. Estavam encostadas à árvore e morreram assim. Com as moscas e os cães girando à volta delas. Nos nossos corações, sentimo-nos aterrados.<sup>137</sup>*

#### *Turiscail*

140. A comunidade da aldeia de Liurai (Turiscail, Manufahi) relatou à Comissão as perdas sofridas entre 1976 e 1979, época em que andaram de um lado para o outro, sempre em movimento. A sua experiência é resumida da seguinte forma:

1976: As forças indonésias entraram em Turiscail, em Março. O povo e as [nossas] forças mantiveram-se na aldeia de Liurai. A Fretilin combateu as *ABRI* em Geligili e morreram três soldados das Falintil. As *ABRI* entraram em Liurai, matando dois soldados das Falintil em Sakoko. As pessoas fugiram para o cume da montanha, algumas para Lequidoe [em Aileu] e outras para Orana e Foholau [ambas em Turiscail]. Dos que se mudaram para Lequidoe, 80 morreram de fome e doença e 220 morreram devido à fome e doença em Orana e Foholau.

1977: A base de apoio de Lequidoe foi destruída. Os habitantes de Liurai que viviam em Lequidoe fugiram em todas as direcções, entre elas Orana e Foholau. 250 pessoas morreram devido à fome e à doença.

1978: Em Agosto, as pessoas partiram [de Turiscail] para Alas e para Fatuberliu. 50 pessoas morreram devido à fome e à doença em Besusu, Alas. 40 pessoas morreram devido à fome e à doença em Carauha (Fatuberliu.)

1979: As *ABRI* atacaram a partir do mar, do ar e de terra. As pessoas fugiram de Alas e de Fatuberliu, regressando a Sarin, em Alas. Outras fugiram para a cidade de Turiscaí (então sob controlo indonésio). 20 pessoas morreram de fome e doença em Sarin; 120 pessoas morreram em Turiscaí.

1980/1981: Os habitantes de Liurai viveram em Turiscaí. Três mulheres (uma casada e duas raparigas de 14 anos) foram vítimas de violação [sexual] perpetrada por soldados indonésios. Os soldados indonésios e da *Hansip* controlavam os membros da comunidade que iam à procura de alimentos a Orana e a Foholau.<sup>138</sup>

141. Tomás Barbosa, também de Turiscaí, descreveu os últimos dias da base de apoio do Sector Centro-Sul:

*As bombas que lançavam destruíam tudo. Quando íamos buscar água, não sabíamos se estava contaminada. Não sabíamos se iríamos morrer disso, ou de fome. Continuávamos a tentar ajudar as outras pessoas que não tinham de comer. Fugimos para a costa, primeiro para Welaluhu e depois para Alas. Mas as forças indonésias não paravam de atacar. Fugimos em todas as direcções. Na ribeira de Suain, vi uma mulher que morreu agarrando o filho ao peito. O bebé ainda estava vivo, mamando no peito da mãe. Vi isso com os meus olhos. Que podia eu fazer? Estava doente, não conseguia caminhar, carregava já o meu próprio filho. Tive de deixá-lo para trás. Vi pessoas a morrer à minha volta, por todo o lado.*<sup>139</sup>

*Monte Matebian*

142. Em Outubro de 1978, quando os militares indonésios lançaram o seu ataque total contra Matebian, estavam concentrados dezenas de milhares de civis no local. Alguns viviam lá desde 1975. Outros tinham aí chegado quando as outras bases caíram; outros ainda foram organizados pela Fretilin para se deslocarem para a montanha.

143. Logo após a invasão indonésia de Díli, em 1975, as pessoas começaram a fugir para Matebian. Algumas vieram de muito longe, até de Díli, e dirigiram-se para Leste por ser essa a sua terra natal.<sup>140</sup> Na sua maioria eram originários de locais próximos e instalaram-se em aldeias no sopé da montanha, por exemplo, em Lavateri, no subdistrito de Baguia. Em 1977, as pessoas evacuadas de outras aldeias foram organizadas em novas aldeias, de acordo com o seu lugar de origem. Assim, havia aldeias para as pessoas de Baucau, vindas das aldeias de Tekinomata, Samalari e Boleha (todas em Laga, Baucau) e das aldeias de Gurusa, Afasa e Namanei (todas em Quelicai, Baucau). As pessoas de Díli ficaram impressionadas pelo nível de organização encontrado em Matebian. Pessoas que estiveram em Matebian, vindas das aldeias de Benamauk, Camea e Fatuahi (Cristo Rei, Díli), afirmaram que, até ao ataque final, em Baguia houve sempre comida suficiente e as pessoas não morriam de fome. Atribuíram isso à liderança da sua zona, ao comissário político, Abel Larisina, e ao adjunto Xanana Gusmão, encarregado do bem-estar económico.<sup>141</sup>

144. Os militares indonésios atacaram a base de apoio do Monte Builo (Viqueque) em meados de 1977. Desde 1976 que pessoas deslocadas de Ossu, Uatu-Lari, vila de Viqueque, Uatu-Carbau (todas em Viqueque) e Baucau se haviam ali concentrado. Segundo Horácio da Silva, nos primeiros meses após a evacuação de Builo duas a três pessoas morriam de fome e

doença todos os dias. A liderança da Fretilin melhorou a situação, organizando hortas comunitárias, mas os militares indonésios descobriram a localização e atacaram o Monte Builo em 1977. Muitos civis morreram em consequência directa do ataque. Horácio da Silva contou à Comissão:

*Incendiaram as nossas casas. O gado, búfalos e cavalos, foram roubados ou mortos e deixados a apodrecer. As colheitas foram incendiadas, tal como os nossos campos. Toda a área foi completamente arrasada. A operação foi levada a efeito pelas ABRI, com a Hansip e os Partidários. Muitas pessoas renderam-se, ou foram capturadas, sendo levadas para campos em Uatu-Lari e Viqueque.<sup>142</sup>*

145. Outros fugiram para Matebian, última base de apoio em Timor-Leste. A Fretilin organizou a população em cooperativas e criou hortas comunitárias. As colheitas eram armazenadas em “armazéns de logística”, distribuindo-se alimentos aos soldados das Falintil e às pessoas com necessidades mais prementes. Mas as condições de vida não eram tão boas como no Monte Builo e morreram mais pessoas de fome e de doença em Matebian.

146. Em 1977, a Fretilin começou a organizar a deslocação das pessoas de Lautém para Matebian. Nem todos se mudaram de livre vontade. A comunidade de Puno (Pairara, Moro) disse à Comissão que os seus habitantes foram forçados a mudar-se.<sup>143</sup> Os habitantes de Iliomar foram o último grupo de Lautém a mudar-se para Matebian<sup>144</sup>, abandonando a sua base no Monte Laqumau, subdistrito de Luro, em Junho de 1978, ao ouvirem disparos de armas de fogo a aproximarem-se, vindos de Uatu-Carbau.<sup>145</sup> Ao chegarem a Matebian, instalaram-se na região de Lavateri. Quando as forças indonésias intensificaram os seus ataques, subiram a montanha, a partir de Lavateri em direcção a Siriafa e, daí, para o cume de Matebian.

147. Quando se iniciou o ataque geral indonésio a Matebian, a vida tornou-se insuportável na montanha (ver Caixa: Depoimento de Sobreviventes de Matebian). Na discussão entre a sua comunidade e a Comissão, os habitantes de Defawasi (Baguia, Baucau) afirmaram que as forças indonésias cercaram o Monte Matebian como que a enlaçá-lo. À medida que o laço ia sendo apertado, as pessoas na montanha iam ficando cada vez mais confinadas a um espaço limitado. Xanana Gusmão escreveu ter começado a duvidar da sensatez da estratégia que levou a concentrar as pessoas no Matebian:

*Arrependi-me de não ter organizado a fuga dessa parte da população, que não era necessária em Matebian, literalmente cheio, onde problemas surgiam em todo o lado entre os chegados e os residentes.<sup>146</sup>*

148. Foi nesse momento que a liderança da Fretilin alterou a sua estratégia, autorizando as pessoas a renderem-se, embora no pressuposto de que iriam “sempre lutar pela independência: podem dar os vossos braços e pernas ao inimigo, mas devem dar os vossos corações ao vosso país” (original em tétum: “*nafatin ukun rasik aan: liman ho ain fo ba inimigo maibe laran fo ba o-nia rain*”).

## Depoimento de sobreviventes dos bombardeamentos contra Matebian

Horácio da Silva, natural de Ossu, (Viqueque), descreveu os últimos dias vividos pelas pessoas que procuraram abrigo em Matebian. Entre 1976 e 1977, muitas pessoas provenientes de Ossu, Uatu-Lari, vila de Viqueque, Uatu-Carbau e Baucau viveram sob a protecção dos soldados da Fretilin/Falintil numa zona chamada Builo. Em Builo, a Fretilin organizou actividades agrícolas comunitárias para satisfazerem as necessidades dos civis e das Forças Armadas. Em 1977, as *ABRI* começaram a lançar ataques intensos contra Builo. Algumas pessoas renderam-se em Uatu-Lari e em Viqueque, mas outras deslocaram-se para Matebian, última base de apoio a resistir ao ataque final dos militares indonésios. Os últimos dias foram muito difíceis em Matebian.

*As pessoas morriam diariamente de fome e de doença, em especial os idosos e as crianças malnutridas...O número de mortos aumentou para 5 a 6 por dia. Embora tivéssemos criado uma cooperativa e organizado as pessoas na criação de hortas comunitárias, as colheitas...eram reservadas sobretudo para as Falintil e para as pessoas verdadeiramente necessitadas.*

Segundo Horácio da Silva, em Outubro de 1978 as forças indonésias lançaram o ataque final contra Matebian, pelo ar, pelo mar e por terra, atacando indiscriminadamente as forças das Falintil e os civis:

*Vimos pessoas à nossa frente depois de atingidas por bombas...Aguardámos a nossa vez de morrer. Havia também pessoas mortas na fonte de água...e tínhamos de extrair de lá a água para consumo...Caminhávamos por entre os mortos e escondíamo-nos no meio deles, porque a situação havia-nos feito perder o medo e era assim que tínhamos de agir.*

Horácio da Silva contou à Comissão que os ataques aéreos tiveram uma duração ininterrupta de duas semanas. Habitualmente, começavam às sete da manhã e duravam até cerca do meio-dia. Após uma curta pausa, os ataques eram retomados até cerca das 4 da tarde. Ele disse:

*Os civis e as forças das Falintil estavam juntos, misturando-se. Todos os dias morriam 20 a 30 pessoas devido aos bombardeamentos, às balas perdidas, à fome e à doença. Os que não conseguiam caminhar eram deixados para trás, onde quer que fosse, debaixo de uma árvore. A maior parte dos mortos eram crianças e idosos.*

Ao mesmo tempo que se mantinham os bombardeamentos aéreos, e do mar, os militares indonésios começaram a avançar contra os bastiões da Fretilin/Falintil. As *ABRI* obrigaram a população a render-se e a descer das montanhas. Tinha de deixar para trás todos os bens — incluindo habitações, objectos pessoais e ferramentas — que depois foram incendiados pelo exército indonésio. Segundo Horácio da Silva: *Nesse momento, a situação assemelhava-se ao inferno.*<sup>147</sup>

Leonel Guterres — actualmente um profissional de saúde de Quelicai (Baucau), naquela época ainda criança — fugiu para Matebian no início de 1976, ao ouvir relatos do desembarque de tropas indonésias em Laga (Baucau). Ele contou à Comissão:

*Mesmo antes de chegarmos a Matebian, já lá estavam milhares de pessoas, de Baucau, Laga, Laivai, Baguia, Venilale, Lospalos, Manatuto, Viqueque, Same e Díli. Muitos já lá se encontravam há quase três anos.*

Leonel descreveu a forma como as pessoas, para conseguirem sobreviver, tinham de alimentar-se com os géneros que elas próprias haviam trazido, suplementados por tubérculos cultivados em diferentes pontos da montanha. A Fretilin organizou actividades agrícolas colectivas, plantando milho, tubérculos e feijão. Após a colheita, os alimentos eram armazenados num lugar especial e distribuídos apenas quando necessário. Mesmo assim, a sobrevivência era difícil. Ele explicou que:

*“Todos os dias mais pessoas ficavam doentes. Já não era possível evitar a morte. Todos os dias morriam duas a três pessoas de fome e de doença. As crianças e os bebés morriam. Não conseguíamos suportar a fome, o frio e a ingestão de alimentos difíceis de digerir. Iam definhando devido à desnutrição. Não havia alimentos suplementares e as mães não conseguiam produzir leite suficiente para amamentarem. Cada dia trazia consigo muitas mortes.*

No entanto, o pior aconteceu com o ataque a Matebian, lançado pelas forças indonésias nos finais de 1978. Leonel Guterres prosseguiu:

*Fomos atacados, em simultâneo, pelo ar, pelo mar e por terra. Os piores eram os ataques aéreos. Num só dia, Matebian era bombardeado por 10 aviões. Das 6 da manhã até às 5 da tarde, os aviões lançavam as suas bombas, talvez 5 a 20 vezes por dia. Não sou capaz de contar quantas centenas de bombas foram lançadas sobre Matebian, matando civis e destruindo a base das Falintil. Centenas de pessoas foram mortas por estilhaços. Muitos perderam braços ou pernas, tornando-se deficientes. Havia cadáveres por todo o lado, eram devorados pelos abutres. O cheiro da morte alastrava. A água estava contaminada e não se podia beber. Não podíamos cozinhar, com medo que as ABRI descobrissem a nossa localização devido ao fumo. Nesses dias, morriam de fome 9 a 11 pessoas diariamente.<sup>148</sup>*

Francisco Soares Pinto, vice-chefe da aldeia de Cainliu (Iliomar, Lautém), contou à Comissão:

*Em Novembro de 1978, as ABRI estavam em clara superioridade e já não conseguíamos sobreviver. Os aviões bombardeavam-nos de manhã até à tarde. Perdemos tantas pessoas em Matebian. O povo da aldeia de Larimin [Cainliu, Iliomar, Lautém] foi atingido por quatro granadas de morteiro lançadas por [navios] indonésios ao largo de Laga. Dezenas de pessoas morreram. Já estávamos debilitados pela falta de comida, de remédios e de roupas.<sup>149</sup>*

Outros sobreviventes contaram à Comissão:

*Fomos bombardeados pelo ar, pelos navios em Laga e por tropas terrestres. A nossa situação era difícil, fugíamos freneticamente de um lado para o outro. Uma parente minha, Isabel Morão, morreu depois de ser atingida por uma granada de morteiro.<sup>150</sup>*

*Algumas pessoas tentaram fugir para o cume da montanha. Em Outubro/Novembro a situação era verdadeiramente caótica. Apesar das mortes e dos ataques contínuos, tentámos alcançar o cume da montanha, levando connosco a pouca comida que tínhamos. Quando chegámos a Lavateri, entre Baguia e Laga, atacaram-nos de noite. Morreu um grande número de pessoas. Isto marcou o início da destruição de Matebian, a 24 de Novembro de 1978.<sup>151</sup>*

*Depois de destruído Matebian, as pessoas fugiram em todas as direcções. Fomos separados uns dos outros, a Resistência partindo para um lado e a população para outro, cada qual procurando salvar-se. Alguns preferiram render-se. Outros continuaram a resistir na floresta.<sup>152</sup>*

*As forças indonésias bombardeavam Matebian das 7 às 10 da manhã e, depois, das 2 às 7 da tarde. Alvejavam o poço de abastecimento de água. Num só dia, 10 a 20 pessoas morriam junto àquela fonte de água. Algumas morriam de sede. Também ficámos sem comida e remédios. Por fim, no dia 25 de Novembro de 1978, rendemo-nos.<sup>153</sup>*

Após a destruição da nossa base da Resistência em Novembro de 1978, os líderes da Fretilin reuniram-se em Lavateri. Disseram-nos que aqueles de entre nós que desejassem continuar a lutar poderíamos ficar, mas aqueles que já não conseguissem aguentar podiam render-se na vila, em particular, as crianças e os idosos. A meio da reunião, as ABRI iniciaram um novo ataque. No final, a Fretilin já não conseguia proteger-nos. Disseram-nos que nos rendessemos.<sup>154</sup>

Manatuto

149. Em Lacló, (Manatuto), Manuel Cárceres da Costa falou de ataques constantes lançados pelos militares indonésios contra a base de Idada, nas encostas de Hatuconan (Lacló, Manatuto), que incluíram o uso dos aviões de combate de baixo voo OV-10 *Bronco*, fornecidos pelos EUA:

*Em Maio de 1978, a situação tornou-se ainda mais difícil. O inimigo começou a atacar por todos os lados. Em Julho de 1978, os militares começaram a cercar-nos e a destruir-nos. Muitos morreram...por ficarem feridos na perna e não poderem caminhar mais. Os bebés recém-nascidos morriam de fome. Quando as pessoas morriam, só conseguíamos embrulhá-las numa esteira e deixá-las assim mesmo. Não tínhamos tempo para enterrá-las, porque o inimigo continuava a perseguição...Caminhávamos de noite e, durante o dia, tínhamos de nos esconder, porque os aviões de combate OV-10 não paravam de seguir-nos, disparando sobre nós e largando as bombas. Morreram muitos amigos e familiares e outras pessoas...E continuou, sem pararem.<sup>155</sup>*

Alas, Manufahi

150. Outras testemunhas de Manufahi depuseram sobre um elemento acelerador da combustão usado pelas ABRI para incendiar os campos de capim, forçando a população a fugir e matando quem não conseguisse correr mais depressa do que as chamas:

*Em 1978, o inimigo começou a...cercar Dolok [Alas]. Muitos morreram de fome. Todos os stocks de víveres foram incendiados; algumas famílias limitaram-se a abandonar os seus alimentos. Cercaram-nos usando navios para nos bombardearem a partir do mar e aviões de combate para nos atacarem do ar e para queimarem o capim seco e alto. Então, as tropas atacavam por terra.*

*Estávamos na estação seca [em Agosto]. O exército pegou fogo ao capim alto. O fogo espalhava-se rapidamente e a zona ficou totalmente em chamas, como se tivesse sido encharcada com gasolina. Os que se encontravam cercados não tiveram tempo para escapar, porque as chamas eram brutais. A estratégia deles apanhou muitas pessoas numa armadilha.*

*Algumas pessoas conseguiram fugir de noite, quando o Exército indonésio retirou para os seus acampamentos. Quando partimos, ainda estávamos a ser bombardeados a partir do mar, pelos navios de guerra. Vi muitas pessoas morrerem queimadas. A minha avó morreu queimada. Nessa ocasião, ela gritou a pedir que lhe dessem água, porque estava a sofrer com o calor — o fogo tinha-a queimado até aos cabelos. Só tive tempo para lhe atar três jarros de água ao pescoço, antes de continuar a caminhar para fora da área. Não podíamos ajudar-nos uns aos outros, devido à situação.*

*Depois de sairmos, ainda pude ver as pessoas idosas que tinham ficado para trás, deixadas pelas suas famílias. Estavam sentados. Os homens vestiram roupas novas, colocaram belak ao pescoço e o caibauk. As mulheres tinham posto os seus brincos e colares de ouro, prepararam os seus konde e colocaram véus negros como se fossem à missa. Limitámo-nos a olhar, sem nada podermos fazer. O inimigo ainda vinha atrás de nós.<sup>156</sup>*

#### *Outros depoimentos*

151. Muitas das pessoas que não morreram logo, devido às bombas e às balas, morreram por falta de alimentos e de medicamentos. A Comissão recebeu muitos depoimentos onde se descrevem mortes por privação nessa época:

---

<sup>156</sup> *Belak*: adorno metálico em forma de lua crescente, usado em torno do pescoço; *konde*: maneira tradicional de as mulheres timorenses pentear o cabelo.

*caibauk*: coroa em forma de lua

- Uma depoente, originária de Cailaco (Bobonaro), fugiu para a floresta quando os soldados indonésios chegaram pela primeira vez a Maganutu, Ritabo, muito próximo da sua aldeia, em 1975.<sup>\*</sup> Fugiu com o seu pai, Lae Mau, e ambos viveram numa gruta rochosa na floresta durante cerca de um ano. Em 1977, tiveram de mudar-se outra vez e, por isso, fugiram para o subdistrito de Maubara (Liquiça), a Norte. Mas não havia alimento suficiente. Durante três meses sofreram ataques contínuos e, por isso, regressaram à sua zona natal. O pai morreu. Estava doente, subnutrido e não havia medicamentos para tratá-lo. Um mês depois, ela e outros sobreviventes renderam-se.<sup>157</sup>
- Duarte da Conceição vivia no aglomerado de Ecinesi, em Culuhun, Leotela (Liquiça, Liquiça). Em 1978, ele fugiu de casa porque os militares indonésios aumentaram os ataques na zona de Liquiça. Levou consigo as duas irmãs mais novas, Martina, de 11 anos, e Marta, de 7. Os três partiram primeiro para Tambor e depois para Goumaoia. Mas não estavam em segurança e, por isso, continuaram até Darubutlao, em Maubara (Liquiça), onde ficaram dois dias. Continuaram a caminhar e esconderam-se em Malae Bui durante dois dias e duas noites. Planeavam ir para Cailaco (Bobonaro), mas, em vez disso, resolveram ir para Ulukole durante dois dias. Regressaram a Darubutlao em Maubara, por duas semanas antes de partirem para Saibaidere por um mês e para Hatuhada Leten, ficando com uns parentes. Por fim, foram via Lukubui para Mate Hata, de volta ao subdistrito de Liquiça. Ao chegarem, as duas raparigas morreram de fome e de doença.<sup>158</sup>
- A maioria das pessoas assistiu à morte de pessoas próximas antes e depois da rendição. Alarico de Jesus, de Guda Tas, Guda (Lolotoe, Bobonaro), contou à Comissão que fugiu com a sua comunidade para o Monte Sabi, mesmo a Sul de Guda Tas, quando os militares indonésios atacaram a aldeia vizinha de Deudet, em 1978. Uma vez na montanha, viveram a escassez de alimentos e de remédios e morreram seis pessoas do grupo. Eram elas Martino de Jesus, Ilimau da Costa, Ilda da Costa, Agata da Costa, Aurélia da Costa e João de Jesus. Em 1979, a sua situação tornou-se mais difícil. Sem capacidade para plantarem hortas, os sobreviventes renderam-se na aldeia de Raimea, na aldeia de Opa, perto da vila de Lolotoe. A maior parte das pessoas do grupo morreram de fome e de doença, incluindo Francisco, Martina e Salvador Fraca.<sup>159</sup>

152. Os que depuseram, perante a Comissão, sobre a fuga a ataques lançados pelos militares indonésios, descreveram os ataques como tendo sido dirigidos a si — às populações civis — e às tropas das Falintil. As testemunhas descreveram ataques que não pareciam estabelecer qualquer diferença entre alvos militares e civis.

153. Ao mesmo tempo, a estratégia seguida pela Fretilin de manter os civis a viver com os militares expôs estes não combatentes aos ataques indonésios contra as Falintil. A Fretilin acabou por autorizar a rendição dos civis, mas só depois de a Indonésia ter lançado sobre eles o peso de todos os seus recursos militares. A decisão anteriormente tomada pela Fretilin de impedir a rendição das pessoas que a desejavam, colocou-as ainda em maior risco ao expô-las aos ataques das forças indonésias.

154. No entanto, embora esteja claro que algumas pessoas desejavam a rendição e foram impedidas de o fazer, não é igualmente claro quantas desejavam efectivamente fazê-lo.

155. Segundo Jacinto Alves, o entendimento do Comité Central sobre a questão de as pessoas deverem ou não render-se começou a alterar-se quando foi iniciada a campanha de "cerco e aniquilamento", nos finais de 1977. Nessa época, foi anunciado à população que as mulheres, homens com mais de 56 anos e crianças com menos de 18 anos podiam render-se. Jacinto Alves relatou à Comissão a reacção das pessoas a este anúncio, na sua área de Manatuto, onde um grupo de 40.000 pessoas se encontrava sob bombardeamento intenso:

<sup>\*</sup> Segundo outras informações recebidas pela Comissão, os militares indonésios só entraram em Cailaco em Junho de 1976 [Entrevista da CAVR a Adriano João, Díli, 21 de Setembro de 2004].

*Estávamos a ser atacados por todos os lados pela infantaria do TNI, incluindo bombardeamentos diários por aviões e disparos de morteiros. Não tínhamos comida, não tínhamos nada, mas a população não queria desistir. A disciplina entre as 40.000 pessoas era muito elevada. Havia ordens para cozinhar apenas de noite, até às 3 da manhã. Depois dessa hora, ninguém estava autorizado a fazer fogo, pois podia atrair a atenção dos aviões. Todos respeitaram rigorosamente esta regra durante três meses. Durante três meses, mantivemos estas 40 mil pessoas em movimento constante. Mais tarde vimos que as pessoas já não conseguiam andar, ficavam para trás sentadas, mortas. Quando passávamos pelo mesmo sítio uma segunda vez, víamos cadáveres e, ao passarmos pela terceira vez, mais cadáveres ainda, mas mesmo assim não se queriam render.<sup>160</sup>*

156. Acrescente-se que, quando a ordem de rendição finalmente foi dada, as pessoas nem sempre a receberam bem. Adriano João, que em Fevereiro de 1979 era assistente político do Sector Centro-Norte, descreveu a reacção das pessoas à ordem de rendição:

*No dia 16 de Fevereiro, quando convocámos todas as pessoas para uma reunião e lhes dissemos para se renderem, ficaram zangados. A população e as Falintil mostraram-se desiludidos e zangados. Apontaram-nos as armas. Refutaram o que disseramos: “Foram vocês que nos ensinaram a continuar a lutar até à morte. Agora, de repente, vêm dizer-nos para render.” Demos informações, mil e uma vezes, com paciência e cortesia: “Em Fatubessi, os líderes renderam-se todos. Se não nos rendermos, vamos todos morrer na floresta, devido aos ataques do inimigo e à fome.” Felizmente, Rui Fernandes [antigo adjunto da base de apoio, que já se rendera com a maioria dos outros líderes] tinha escrito uma carta, que nos fora entregue por João Freitas Maria, um comandante de pelotão que entretanto se rendera. Li a carta em voz alta. Então eles viram a sua assinatura [de Rui Fernandes] e concordaram [em render-se]. Mas disseram-nos: “todo o sofrimento que viermos a viver às mãos do inimigo permanecerá sobre os vossos ombros.”<sup>161</sup>*

## **Fuga em Catrai Leten e Lesemau (Ermera)**

Agustino Soares era um jovem de 17 anos quando as tropas indonésias alcançaram Letefoho (Ermera). Segundo relatou à Comissão, ele e a sua família fugiram de Letefoho para Catrai Leten (Letefoho, Ermera), onde viveram com milhares de outros deslocados durante dois anos. Em 1978, esta base da Resistência foi destruída, forçando-os de novo a fugir, até que finalmente se renderam na vila de Letefoho. Contou à Comissão:

*Os indonésios [as forças indonésias] entraram em Letefoho no dia 3 de Maio de 1976. O Batalhão 512 [das ABRI] chegou vindo da zona do Monte Baumalaria. Depois de entrarem em Letefoho, a situação piorou. Atacaram, mataram e também levaram a efeito operações nas aldeias para capturarem pessoas. As pessoas ficaram aterrorizadas e traumatizadas. Na sua maioria, evacuaram para a floresta, incluindo eu e a minha família.*

*Eu tinha então 17anos. Vivíamos em Catrai Leten, no sopé do Monte Ramelau. Havia mais dez pessoas na minha família. Encontravam-se milhares de pessoas concentradas em Catrai Leten. Eram originárias de Letefoho, Ermera, Ainaro, Aileu e Cailaco [Ermera]. Catrai Leten era um bastião da Fretilin e, por isso, sentíamos-nos bastante seguros. As tropas da Fretilin guardavam-nos na linha da frente, enquanto nós, na retaguarda, dedicávamo-nos à agricultura. A princípio tínhamos comida em quantidade suficiente. Ninguém morreu de fome ou de doença.*

*Cerca de dois anos mais tarde, as forças indonésias entraram no território de Catrai Leten. Vieram tropas indonésias de Atsabe, Ainaro, Same e Bobonaro. Cercaram Catrai Leten. Fomos rodeados e eles dispararam sobre nós com morteiros, bazucas e canhões. Os aviões bombardeavam-nos a partir do ar. As bombas não queimavam as pessoas, mas as minas terrestres mataram muitas pessoas. O ataque de 18 de Maio de 1978 destruiu a base em Catrai Leten, onde nos tínhamos concentrado. Eu e a minha família conseguimos escapar ao cerco com mais algumas pessoas, embora as ABRI bloqueassem todos os caminhos de saída. Os que não conseguiram fugir foram capturados pelas forças indonésias e levados para a vila de Letefoho, enquanto nós fugíamos para a área de Lesemau.*

*Em Lesemau não podíamos assegurar o cultivo da terra, porque o inimigo estava sempre a assediá-los. Tínhamos muita dificuldade em obter víveres e muitas pessoas começaram a morrer de fome. Calculo que 10 a 11 pessoas morriam diariamente, devido à fome. Os seus corpos eram abandonados. Quando à noite partíamos em busca de alimentos, tropeçávamos acidentalmente em cadáveres. À esquerda e à direita, um ou dois corpos jaziam pelo chão. Sobrevivemos nestas condições precárias alterando o nosso regime alimentar. Tentávamos comer uma vez só por dia e bebíamos muita água, para mantermos o estômago cheio. Cozinhávamos misturando vários tipos de alimentos. Pegávamos num punhado de grãos de milho e misturávamos com ervas e legumes da floresta, como ortalan tahan [folhas de hortelã] e angriao [agrião]. Foi isto que comemos para sobreviver.*

*Lesemau foi de novo atacado pelos indonésios. Os aviões avistavam o fumo das fogueiras onde as pessoas cozinhavam e a nossa base de defesa foi bombardeada. Desta vez, porém, eles não despejaram bombas mas veneno misturado com água, que deitaram dos aviões. Este bombardeamento de produtos tóxicos contaminou todas as nossas reservas alimentares. Se as pessoas colhiam ervas selvagens, quando as cozinhavam e comiam, morriam. Também morriam ao beberem a água. Morriam até quando cozinhavam tubérculos que tinham sido desenterrados a 15 centímetros de profundidade. Cerca de 400 pessoas morreram em virtude do bombardeamento tóxico, sobretudo pessoas da aldeia de Catrai Kraik. A aldeia inteira morreu. Só sobreviveram uma mulher e a sua neta que ainda hoje vivem em Catrai Kraik.*

*Depois do bombardeamento [de produtos tóxicos] mudámos novamente, de Lesemau para Hatulete [Catrai Kraik]. Quando chegámos a Hatulete, começámos a cozinhar folhas de taro, mas antes de termos oportunidade de as comer fomos capturados pelo Batalhão 512 e pela Hansip. Fomos espancados e levados para a vila de Letefoho, onde nos mantiveram num campo de concentração durante um mês. Sofremos muito por falta de alimentos e remédios, e devido à tortura e aos interrogatórios. Não aguentei e, por isso, fugi para a floresta e vivi em Catrai Leten. Mas eles capturaram-me outra vez em Março de 1978 e levaram-me de novo para a vila de Letefoho.<sup>162</sup>*

#### Rendição, campos e surtos de fome (1978/1981)

157. Os depoimentos apresentados à Comissão demonstram que as operações militares indonésias levadas a efeito em 1977 e 1978, para subjugar as áreas ainda não controladas pelos indonésios, tornaram a sobrevivência impossível para as pessoas que aí viviam. Para a maioria, a única opção era a rendição ou a morte. Quer deslocando-se em pequenos grupos na tentativa de evitarem ataques, quer em grandes grupos, cercados e sob fogo pesado de bombardeamentos, a maioria dos que sobreviveram acabaram por se render ou foram capturados.

158. A política da Fretilin de se opor à rendição dos civis que viviam nas bases da Resistência acabou por tornar-se inviável. Os civis corriam grande perigo e já não podiam ser protegidos nem sustentados pela Resistência. A sua presença colocava a força das Falintil, já de si diminuída, em risco de total aniquilamento. Segundo os depoimentos recebidos pela Comissão, numa reunião realizada em Uerou entre 20 e 28 de Novembro, numa importante alteração da sua política, o Comité Central da Fretilin (CCF) decidiu que os civis deviam ser incentivados à rendição. A Fretilin/Falintil continuaria a luta, mas alteraria a sua estratégia de guerra convencional para a guerra de guerrilha.<sup>163</sup> A liderança da Fretilin acreditava que as pessoas teriam maior probabilidade de sobrevivência ao renderem-se, acalentando esperanças de que pudessem actuar como fonte de apoio, alimento e informação no interior das áreas controladas pelos indonésios.

159. Taur Matan Ruak, então comandante de companhia, explicou esta mudança de política à Comissão:

*Muitas das bases já tinham caído, a maioria da população tinha-se rendido e muitos dos líderes estavam mortos. As nossas forças estavam dispersas e muitos também se renderam. Então tomou-se a decisão de alterar a campanha. Embora cercados pelo inimigo, decidiu-se dar ordens para continuar a campanha, afastando-nos da área da base. Primeiro, as pessoas que queriam render-se deveriam render-se, mas orientadas pela seguinte ideia: "Fosse onde fosse, nos arrozais, nos milharais, nas vilas ou no campo, todos deviam continuar a lutar pela independência, cada um segundo as suas capacidades."<sup>164</sup>*

160. Marito Nicolau dos Reis, então assistente político na base de Uaimori, descreveu a forma como explicou, aos civis presentes base, a mudança de política:

*Nessa época, muitas pessoas desceram, renderam-se, ou foram capturadas. Tornara-se fisicamente impossível viver na floresta. Eu disse-lhes: “Antes, eu disse-vos para saírem da vila. Agora digo-vos para regressarem. Se ainda querem lutar, não têm de aqui ficar para o fazer. Podem lutar dentro da vila. Na vila, não precisam de usar armas. É por isso que precisam de fazer as vossas culturas...e guardá-las bem dos macacos e dos porcos, para poderem dar um pouco das vossas colheitas [às Falintil]. Se quiserem, podem dar arroz às Falintil. Não vão ser incomodados pelo exército, por isso podem consumir o que colherem...É uma maneira útil, podem descer agora...para continuarmos esta guerra”. Depois da reunião...muitas pessoas desceram.*<sup>165</sup>

### Rendições: distribuição e números

161. É difícil calcular o número de pessoas deslocadas para campos controlados pelos indonésios, depois de se renderem ou de serem capturadas. Baseado em relatórios e contagens de população feitos pelo Governo indonésio e em fontes das organizações internacionais de ajuda humanitária, um estudo pormenorizado sobre esta questão, elaborado pouco depois dos acontecimentos, concluiu que, entre o início de 1977 e o início de 1979, entre 300 e 400 mil pessoas ficaram sob o controlo dos indonésios.<sup>166</sup>

162. A evidência aduzida dos depoimentos de testemunhas à Comissão, sugere que a rendição ou captura da população ocorreu em épocas diferentes nas diversas regiões de Timor-Leste. Números compilados pela polícia indonésia em Junho de 1978, mostrando a população sob controlo indonésio em cada distrito, entre Outubro de 1977 e Maio de 1978, fornecem alguma confirmação empírica destes testemunhos. (ver Quadro 5: Dados demográficos da polícia indonésia, Outubro de 1977 a Maio de 1978).

**Table 5 - Quadro 5 - Dados demográficos da Polícia indonésia, Outubro de 1977 a Maio de 1978**

Distritos	População de Timor Leste									Informação
	Antes Do Levantamento	Out 77	Nov 77	Dez 77	Jan 78	Fev 78	Mar 78	Abril 78	Mai 78	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]
Dili	28.149	35.541	35.233	35.233	35.209	33.733	33.834	33.618	37.818	
Baucau	84.626	31.891	33.727	33.751	35.189	35.194	35.200	35.513	36.000	
Lospalos (ie Lautém)	38.797	11.575	11.881	13.064	13.064	13.064	13.101	13.738	13.844	
Viqueque	62.685	12.269	12.736	12.736	12.751	12.751	12.951	12.994	12.994	
Manatuto	35.885	12.755	12.826	12.829	12.829	12.829	12.829	13.175	13.250	
Aileu	33.033	1.310	1.310	1.310	1.550	1.550	1.550	1.762	1.772	
Ainaro	49.644	22.209	41.296	41.296	41.297	41.729	41.794	41.794	41.794	
Same (ie Manufahi)	35.327	6.369	12.551	19.346	14.114	14.114	14.115	17.283	17.023	
Suai	40.655	19.392	23.202	23.202	27.730	27.730	27.730	27.714	27.741	
Maliana (ie Bobonaro)	75.159	59.392	59.957	59.957	20.709	61.316	61.316	61.316	67.946	
Ermera	70.294	47.661	47.670	47.670	49.021	49.281	49.281	50.507	51.078	

Liquiça	49.798	6.105	6.106	6.126	5.127	5.127	5.128	5.234	5.234	
Oecussi	22.673	35.399	35.399	35.399	35.979	35.979	35.979	36.392	36.392	
TOTAL	626.725	301.868	333.894	341.919	304.569	344.397	344.808	351.040	362.886	0

163. Embora estes dados devam ser analisados com cautela,<sup>\*</sup> dão-nos alguma indicação sobre o aumento do número de pessoas sob controlo directo indonésio durante este período—cerca de 60.000. Parece razoável atribuir este aumento às rendições, porque na sua maioria eles registaram-se em curtos períodos de tempo, em determinados distritos: Ainaro (Novembro de 1977), Manufahi (Outubro/Dezembro de 1977), Covalima (Outubro de 1977/Janeiro de 1978), Bobonaro (Maio de 1978) e Díli (Outubro de 1977 e Maio de 1978). Além disso, a cronologia dos aumentos de população em determinados distritos referida no quadro é mais ou menos compatível com o que se conhece sobre as rendições ocorridas neste período.

164. Quando comparado com os valores anteriores à invasão, é digno de registo o número relativamente diminuto de pessoas sob controlo indonésio nos distritos orientais de Viqueque, Lautém e, em menor grau, Baucau. Estes dados são compatíveis com o facto de, nestes distritos, as rendições em grande número se terem registado apenas na segunda metade de 1978 (isto é, depois do período abrangido pelo quadro).

165. Registados em Maio de 1978, os valores referentes aos distritos ocidentais de Bobonaro e de Covalima, bem como ao distrito central de Ainaro, são semelhantes aos números registados no censo oficial indonésio de 1980.<sup>167</sup> Estes dados apontam para uma população relativamente estável nestes distritos a partir de meados de 1978, com poucas rendições ocorridas depois desse período. Ao contrário, a comparação entre os valores referentes a muitos dos distritos centrais e orientais do Quadro 5 e do Censo de 1980 sugere que, em meados de 1978, um grande número de habitantes ainda se encontrava fora do controlo indonésio nestas áreas. Uma simples comparação entre a contagem do total de habitantes pela polícia em 1978 e o censo de 1980 sugere que o número total de habitantes fora do controlo indonésio em meados de 1978, em todos os distritos, se elevava a cerca de 200.000 pessoas (Maio de 1978: 362.886; 1980: 555.350); no entanto, é provável que fosse mais elevado.<sup>†</sup>

166. Em síntese: as campanhas militares indonésias de 1977 e 1978 deram origem a um controlo crescente da população pelos indonésios. As rendições sucederam-se em vagas, ao longo de muitos meses, em zonas diferentes. Cada nova operação militar obrigava as pessoas à rendição, enquanto as restantes se deslocavam para longe, tentando evitar a rendição. Por vezes, pessoas que já se haviam rendido voltavam para as montanhas.

167. Os fluxos populacionais em larga escala para centros controlados pelos indonésios continuaram até aos finais de 1978. Segundo os números do Exército indonésio, citados por um sacerdote indonésio que visitou Timor Leste no princípio de 1979, haveria cerca de 320.000 “refugiados” que se teriam deslocado do interior no início de Dezembro de 1978.<sup>168</sup> Segundo

<sup>\*</sup> A Comissão desconhece como estes números foram apurados. A existência de valores iguais ao longo de vários meses em alguns distritos, tornam suspeito o seu rigor mês a mês. Os números muito baixos nos distritos de Aileu e Liquiça requerem explicação.

<sup>†</sup> É provável que a simples comparação entre a contagem populacional de 1978 e de 1980 subestime o número de pessoas fora do controlo indonésio, por duas razões. Primeiro, as provas recebidas pela Comissão indicam que a taxa de mortalidade em Timor Leste devida a homicídios, doença e fome foi muito elevada entre meados de 1978 e finais de 1979. Esta elevada taxa de mortalidade significa que o número de pessoas fora do controlo indonésio em meados de 1978 era consideravelmente superior a 200.000 — embora impossível de calcular. Segundo, há fortes razões para presumir que o Censo de 1980 subestimou a população efectivamente existente nesse ano [ver Capítulo 6: Perfil das Violações de Direitos Humanos].

relatórios de fontes eclesiais e diplomáticas da época, este fluxo teria passado a um ritmo de “conta-gotas” no primeiro semestre de 1979.<sup>169</sup>

### **Vida e morte nos campos controlados pelos indonésios**

168. Os timorenses que se rendiam ou eram capturados permaneciam habitualmente presos durante longos períodos de tempo numa série de centros de controlo populacional, frequentemente referidos como “campos de concentração” pelos habitantes locais. Ao renderem-se, as pessoas eram frequentemente detidas durante períodos de tempo relativamente curtos em campos de transição que serviam simultaneamente de base militar, com o objectivo específico de isolar a grande massa da população civil dos que detinham posições de liderança na Fretilin ou nas Falintil e dos soldados das Falintil. Este processo decorria igualmente nos chamados campos de reinstalação e nos aglomerados de reinstalação, onde a população rendida podia ser mantida durante vários anos, sob formas de restrição diversas.

169. As prioridades dos militares indonésios nestes campos eram as razões de segurança e o cumprimento dos objectivos militares, não o bem-estar das pessoas neles detidas. Revelaram-se falsas as esperanças ou expectativas de que a população poderia ser salva da morte ao render-se. As evidências reunidas pela Comissão demonstram que os militares indonésios não garantiam as necessidades elementares das pessoas que se rendiam, muitas das quais se encontravam gravemente debilitadas e famintas aquando da rendição e, muitos milhares de pessoas morreram ao não receberem abrigo adequado, alimentos, água potável e cuidados médicos nos campos controlados pelos militares indonésios.

#### *Campos de Transição*

170. Após a rendição ou a captura, as pessoas eram colocadas primeiro em campos de transição. Normalmente instalados numa base do Exército indonésio, ou na sua proximidade, os campos de transição localizavam-se nas áreas rurais e nas capitais subdistritais. Embora a Comissão não conseguisse compilar uma lista completa, houve dezenas destes campos de transição em Timor-Leste no período de 1977/1979. Cada nova grande operação militar indonésia era marcada pela criação de novos campos de transição. Uma vez criados, eram mantidos pelo menos durante um ano e as pessoas continuavam a ser canalizadas para os campos substituindo outras, entretanto transferidas para outros locais.

#### *Fome e morte*

171. As autoridades indonésias realizaram poucos preparativos para alojar e cuidar do enorme número de pessoas deslocadas, a maioria das quais se encontrava debilitada e gravemente subnutrida. Algumas pessoas mal conseguiam andar, sendo descritas pelos observadores como “esqueletos ambulantes”.<sup>170</sup> Gilman dos Santos, então funcionário do Serviço Católico de Assistência (CRS), dos EUA, recorda-se das terríveis condições em que se encontravam as pessoas que desceram das montanhas para se renderem:

---

<sup>169</sup> Este termo foi frequentemente utilizado nos depoimentos das testemunhas apresentados à Comissão. As emissões de rádio da Fretilin a partir de Timor-Leste, em 1977 e 1978, também utilizavam esta expressão para descrever os lugares onde a população capturada estava presa [ver, por exemplo, um resumo da mensagem da Rádio Maubere, de 10 de Julho de 1977, em *Timor Information Service*, No.22, Dezembro de 1977, p. 4; Emissão da Rádio Maubere, 14 de Maio de 1978, em *Timor Information Service*, No.26, Agosto de 1978, p. 18].

*Em 1978, a situação alimentar na floresta tornou-se mais difícil porque os militares indonésios passaram a controlar uma área maior do território, mesmo as aldeias mais remotas. Este problema alimentar foi confirmado pelo estado em que se encontravam as pessoas quando desceram das montanhas. Vinham muito magras e doentes...Os esforços desenvolvidos pelos indonésios para aliviar esta situação foram mínimos...O que quero dizer é que a maior parte das pessoas que estavam doentes nos campos, morreram.<sup>171</sup>*

172. Foram construídos aquartelamentos de emergência à pressa com coberturas de colmo feitas de folhas de palmeira, mas sem instalações sanitárias. À chegada, as pessoas recebiam habitualmente uma pequena quantidade de comida. Em muitos casos, a comida não era adequada às pessoas gravemente subnutridas: por isso, muitos dos que a comiam morriam. Estas mortes fizeram surgir a convicção generalizada de que os militares estavam a envenenar as pessoas. Segundo depoimentos de testemunhas, a quantidade de alimentos disponível era claramente insuficiente. A ração semanal para uma família inteira era geralmente composta apenas por um ou dois *rantang* (recipientes improvisados a partir de latas), suficientes para fornecer uma ou duas refeições a uma só pessoa. Não era possível cultivar ou buscar alimentos suplementares devido à restrição imposta sobre a circulação fora do campo e à extrema debilidade física dos habitantes. Consequentemente, muitas pessoas morreram devido à fome quando se encontravam sob controlo dos indonésios nestes campos.

173. O padre Eligio Locatelli reside na Escola Técnica dos Salesianos, em Fatumaca, Gariuai (Baucau, Baucau), desde a época colonial portuguesa. Contou o seguinte à Comissão:

*Entre 1978 e 1982, as pessoas desceram das montanhas para se renderem. No começo, eram obrigadas a permanecerem durante três meses nos postos de rendição das ABRI em Baucau e Uailili. Passados três meses, eram autorizadas a regressar a casa, mas não podiam ficar longe da estrada. Estes postos de rendição eram utilizados durante um ano. Ela [a população] era mantida sob apertada vigilância e confinada a uma área demarcada. Não tinham autorização para ir procurar alimento ou água potável.*

*Os soldados prestavam assistência. Mas as pessoas só recebiam comida uma vez por dia, normalmente peixe salgado e milho bolorento. Se quisessem sair para procurarem alimentos, [elas] tinham de pedir autorização...[ao]...chefe de aldeia, ao administrador do subdistrito, ao Koramil e ao Kodim. Mesmo quando tinham uma carta de autorização, as pessoas continuavam a ter medo. Sair significava arriscar a morte, mas se se resignassem a permanecerem confinadas, [elas] também morreriam. Morreram muitas pessoas.<sup>172</sup>*

## **Captura: população de Vemasse sob controlo do Exército indonésio<sup>173</sup>**

Quando as defesas de Uaimori caíram em 1978, as pessoas mudaram-se, por etapas, para a planície de Natarbora, na costa Sul de Manatuto. Muitas pessoas morreram durante a viagem de Uaimori para Natarbora e muitas mais durante o bombardeamento indonésio da base da Resistência em Natarbora. Um grupo fugido ao cerco indonésio a Natarbora conseguiu chegar até Ossoala (Vemasse, Baucau), onde foi capturado pelas tropas indonésias. Cosme Freitas relatou à Comissão o tratamento recebido após a captura:

*Em 1978, as ABRI e a Hansip capturaram cerca de 120 pessoas do nosso grupo em Osso-ala. Levaram-nos para Venilale [Baucau] e mandaram-nos caminhar dali até à aldeia de Bucoli. Demorámos mais de dois dias. Durante os três meses passados no campo de concentração de Bucoli, sofremos muitas dificuldades. Não tínhamos autorização para sair do campo em busca de alimento e de água potável, nem para tomarmos banho. Éramos obrigados a permanecer lá [no campo].*

*Devido às restrições impostas pelas ABRI, encontrávamo-nos gravemente subnutridos, uma vez que não podíamos sair para procurar alimentos. As ABRI davam-nos apenas milho bolorento, três latas de refeição [rantang] por família, por semana. Mas nós comíamos os três recipientes de milho podre num só dia. Quando o milho podre acabava, não havia mais comida. Então, tínhamos de esperar mais outra semana para recebermos mais rações. Isto provocou muitas mortes por fome, no campo de concentração. Morriam cerca de 1 a 3 pessoas diariamente. Os mortos eram enterrados pelas famílias, não muito longe do local onde vivíamos. As pessoas que comiam o milho ficavam doentes com béri-béri e cólera. Calculo que morreram cerca de 2 a 4 pessoas diariamente com essas doenças, às vezes mais. Na maioria eram crianças e idosos.*

*Três meses depois, o Exército indonésio começou a transferir-nos de Bucoli para Vemasse. Quando chegámos a Vemasse, o exército despejou-nos em frente da Igreja de Vemasse. Disseram-nos para ficarmos dentro da igreja. Ficámos lá dentro cerca de duas semanas, antes de nos autorizarem o regresso às nossas casas.*

*De regresso a casa, não recebemos qualquer ajuda, nem do governo local de Baucau, nem das ABRI, nem da Igreja, nem das organizações internacionais. Sofremos uma crise de fome muito grave. Uma vez que tínhamos acabado de chegar a Vemasse, não tivemos tempo para plantar as nossas culturas. Muitas pessoas passaram fome e algumas morreram devido à fome. Para conseguirem sobreviver quando não havia alimentos, os habitantes de Vemasse iam apanhar folhas de vinha novas, que então cozinhavam para toda a família. A situação manteve-se durante duas semanas, levando muitas pessoas a sofrer de béri-béri, cólera e vômitos. Calculo que morreram de doença cerca de 10 a 11 pessoas diariamente, na sua maioria crianças e idosos. Por isso, no número de pessoas que morreram durante essas duas semanas foi calculado em cerca de 150 pessoas.*

*Só em 1981 recebemos ajuda do CRS. Deram-nos arroz, milho, feijão-mungo, amido de milho, medicamentos, roupa e sabão o que melhorou um pouco as nossas vidas. O exército [indonésio] começava então a dar-nos alguma liberdade para sair e plantarmos os nossos campos ou trabalharmos nos arrozais, por isso diminuiu o número de pessoas que morria por falta de comida.*

*Registo, interrogatório, execução e controlo*

174. Os civis que se rendiam ficavam normalmente detidos em campos de transição durante várias semanas. À chegada a esses campos, eram registados e interrogados. Os interrogatórios destinavam-se a identificar os membros da Resistência e a obter informação sobre a Resistência que permanecia nas montanhas. Por vezes, as pessoas suspeitas de pertencerem à Fretilin ou às Falintil eram imediatamente executadas. Outros eram interrogados e torturados durante um

período de tempo prolongado, antes de serem executados. Segundo consta, o processo de triagem era formalmente da responsabilidade de um ramo do comando das Forças Armadas denominado *Komando Taktis (Kotis)*, mas os depoimentos recebidos pela Comissão indicam que os militares de qualquer unidade militar—um comando de distrito ou de subdistrito (*Kodim* ou *Koramil*), um batalhão de combate ou as Forças Especiais (*Kopassandha*)—podiam, de facto, conduzir o processo de triagem, com a ajuda de timorenses. Algumas pessoas eram conduzidas a centros de detenção noutras locais, para serem interrogados por outros organismos dos serviços de informação. Muitos foram executados. Algumas pessoas eram autorizadas a deslocar-se para os campos de reinstalação com outros civis (ver Subcapítulos 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados e 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos)

175. Alguns civis ou membros da Resistência que se rendiam eram forçados a regressar às montanhas para convencerem os parentes ou os camaradas a renderem-se também. Enfrentavam o perigo de serem mortos pelas Falintil como possíveis espiões, ou pelas *ABRI* se falhassem a sua missão. Moisés da Costa relatou à Comissão a forma como a sua família fugiu em 1978 para Ue Alas (Alas, Manufahi) e depois para Kokolau (também em Alas), antes de o seu pai ser capturado e levado para o campo de rendição de Uma Metan. O seu pai foi obrigado a regressar a Kokolau para convencer a sua família a render-se, mas foi morto pelas Falintil por suspeita de espionagem.<sup>174</sup> Pouco depois de descer das montanhas com o marido, Amélia do Rego, mulher de Francisco Ximenes, relatou à Comissão a forma como o comandante do Batalhão Aerotransportado de Infantaria, F55, veio a sua casa em Caicasa (Fatuberliu), e ordenou a Francisco que fosse ao mato em busca dos seus antigos companheiros. No regresso, ele disse que não conseguira encontrar nenhum deles. Membros do Batalhão Aerotransportado de Infantaria amarraram-no e espancaram-no até ele desmaiar e, depois, mataram-no a tiro.<sup>175</sup>

### **Obrigações ao abrigo da legislação dos direitos humanos e do direito da guerra**

O direito humanitário, aplicável em tempo de paz e em situações de conflito armado, contém disposições importantes relativamente à protecção de pessoas deslocadas internamente (*PID*). Tem por objectivo evitar a deslocação e garantir o respeito dos direitos elementares, caso esta ocorra. O direito à segurança da pessoa e a um lar, bem como os direitos a alimento, abrigo, educação e acesso a trabalho proporcionam uma protecção vital para as pessoas que foram deslocadas.

*Se a população civil for insuficientemente abastecida de bens essenciais à sua sobrevivência, as partes em conflito têm a obrigação de aceitar, em seu nome, acções de socorro exclusivamente humanitário, imparcial e não discriminatório* (Convenção de Genebra IV, artºs 38º e 59º; Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, artº 70º; Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra, artº 18º).

### **Campos de transição: dados de pormenor recebidos pela Comissão**

176. Tomé da Costa Magalhães forneceu uma descrição expressiva da sua vivência num conhecido campo de transição e de reinstalação denominado Uma Metan (Casa Negra) em Alas, Manufahi:

*Vivemos em Uma Metan durante três meses. Encontrei lá uma grande concentração de civis, cerca de 8.000. Vinham de Aileu, Maubisse, Same, Ainaro, Manatuto, Díli, Liquiça e Viqueque. Sofriam terrivelmente com fome, doença e falta de vestuário. Durante os três meses que lá permaneci, não tínhamos autorização para nos afastarmos mais de um ou dois quilómetros [do campo]. Se o fizéssemos, suspeitariam de que queríamos estabelecer contacto com a Fretilin. Em Uma Metan não havia água potável. A fonte de água ficava longe, a cerca de 500 metros do campo. Se quiséssemos ir buscar água, éramos obrigados a levar escolta da Hansip ou de soldados, e só os mais fortes conseguiam percorrer o caminho de ida e volta. As pessoas fracas morriam pelo caminho e eram deixadas ali mesmo, sobre as encostas. Davam-nos de comer, mas apenas uma pequena lata de milho por pessoa, por semana. Só podíamos cozinhar um punhado de milho de dois em dois dias. Por isso, muitas pessoas não conseguiam aguentar a fome e, por fim, entre cinco e seis pessoas acabavam por morrer de fome todos os dias. As pessoas que comiam o milho estragado ficavam doentes com várias doenças como por exemplo, pés e mãos inchados, dores de estômago e tuberculose. Assim que adoeciam, morriam pouco depois. Os soldados não davam medicamentos aos doentes e aos moribundos. Só os verdadeiramente afortunados conseguiam sobreviver. Os soldados puniam propositadamente as pessoas, de dia e de noite, e não as deixavam ir procurar alimentos, obter água ou colher lenha. Uma vez que os soldados também não davam de comer às pessoas, nem tratavam os doentes, todas as semanas chegavam a morrer 40 pessoas de fome, de sede e de doença.<sup>176</sup>*

177. Apesentam-se seguidamente alguns relatos apresentados à Comissão sobre a vida nos campos, imediatamente após a rendição.

*Baguia (Baucau)*

178. Depois do ataque a Matebian, a 24 de Novembro de 1978, milhares de pessoas começaram a descer para a vila de Baguia (Baguia, Baucau). Entre os que se renderam em Baguia, havia pessoas de Iliomar, Lospalos, Luro, Tutuala (todos em Lautém), de Laga e de Baucau (em Baucau) e do distrito de Viqueque, bem como do subdistrito de Baguia. Quando chegaram a Baguia, as árvores e os arbustos foram o único abrigo que conseguiram encontrar. Não as autorizavam a afastar-se a mais de uma determinada distância da vila e eram mantidos sob vigilância apertada. Estas condições, para além do número de pessoas concentradas na vila, fez com que os habitantes já debilitados, sucumbissem a doenças infecciosas como a cólera, a diarreia e a tuberculose. Segundo uma comunidade que se rendeu em Baguia, cerca de 500 pessoas da sua aldeia morreram lá em resultado daquelas condições.<sup>177</sup> Outras comunidades relataram experiências semelhantes. Segundo informações relatadas pela comunidade de Ossouna, cerca de 280 dos seus habitantes morreram em Baguia.<sup>178</sup>

---

<sup>176</sup> Entre outros campos de trânsito conhecidos pela Comissão, refiram-se os campos em Com (Lautém), Laga (Baucau), Beação (Viqueque), Zumalai (Ainaro) e Laclubar (Manatuto).

179. As pessoas que haviam desempenhado funções de liderança na floresta eram marcadas como alvos para punição, incluindo a execução. Cerca de 475 pessoas do subdistrito de Baguia foram presas e torturadas durante o interrogatório. As que eram libertadas ficavam obrigadas a apresentarem-se às autoridades até duas vezes por dia, desempenhando funções de vigília nocturna e fazendo trabalhos forçados, entre outros como *TBO*. Todas as execuções recordadas pelas comunidades durante os debates com a Comissão foram cometidas por membros do *Kopassandha* (Forças Especiais) e do Batalhão 745.<sup>179</sup>

180. Pessoas oriundas do subdistrito de Iliomar (Lautém) relataram à Comissão que desceram pelo lado Sudeste da montanha e, no dia 28 de Novembro, depararam com as tropas indonésias. Estas tropas levaram-nas para a sua base militar, em Baguia, onde interrogaram todas as pessoas. Passada uma semana, as pessoas do grupo originárias de Iliomar que não haviam sido identificadas como líderes da Fretilin receberam ordens para regressarem a Iliomar. Os líderes da Fretilin foram retidos em Baguia, onde sofreram tortura, tendo alguns sido executados.<sup>180</sup>

*Oso-Ieru (Quelicai, Baucau)*

181. O campo de transição provisório de Oso-Ieru fora uma base da Resistência no Monte Matebian, até as *ABRI* o capturarem, em Novembro de 1978. Os militares indonésios separaram os combatentes das Falintil da população em geral, tendo muitos desaparecido mais tarde (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). A comida disponibilizada no campo de transição era insuficiente. As autoridades indonésias não se tinham preparado para um tão grande número de pessoas e as pessoas continuaram a morrer de fome. Permaneceram pouco tempo neste lugar, uma vez que as Forças Armadas em breve começaram a transferi-las para centros maiores, como o que ficava localizado na vila de Quelicai (Quelicai, Baucau).<sup>181</sup>

*Vila de Uatu-Lari (Uatu-Lari, Viqueque)*

182. Uatu-Lari (Viqueque) serviu como campo de transição durante algum tempo. As pessoas que se renderam em Uatu-Lari também viveram a fome. Todos os dias morriam pessoas. Duas semanas depois de a maioria das pessoas chegarem a Uatu-Lari, vindas de Matebian, em Novembro de 1978, os militares indonésios e a *Hansip* transferiram-nas a pé e de camioneta para um campo de reinstalação em Viqueque.<sup>182</sup>

*Lacluta (Viqueque)*

183. Habitantes de Barrique (Manatuto), Fatuberliu (Manufahi), Laleia (Manatuto), Ossu (Viqueque), Venilale (Baucau), Vemase (Baucau), Manatuto, Díli, Maubisse (Ainaro), Viqueque e Natarbora (Manatuto) renderam-se em Lacluta, onde sofreram devido à falta de alimentos, de água potável e de cuidados médicos. No seu depoimento, António Vicente Marques Soares afirmou que mais de 10 pessoas morriam diariamente, sobretudo crianças e velhos. Devido às restrições impostas aos civis nos campos, era muito difícil plantar as culturas, buscar água potável ou desenvolver outras actividades das quais dependia a sua sobrevivência.<sup>183</sup>

*Parlamento (Moro, Lautém)*

184. Os habitantes de Com e de Asailano renderam-se ao Batalhão 512 em 1977. Logo após a rendição foram concentrados na praia de Com durante uma semana. Transferiram-nos então para Parlamento, onde se reuniram a outros civis que se haviam rendido em todo o distrito de Lautém. A vida era muito difícil no campo de transição, onde as restrições impediam as pessoas de se movimentarem a mais de 100 metros de distância do campo. Isto significava que as 2.000 pessoas alojadas no campo de Parlamento sofriam de fome extrema, uma vez que nenhum alimento era fornecido pelos captores militares indonésios. Um sobrevivente relatou à Comissão

que morriam diariamente no campo duas a cinco pessoas. Quando um navio da Marinha de Guerra indonésia atracou no porto de Lautém, alguns homens tiveram a possibilidade de trabalhar como operários, recebendo dois recipientes metálicos de arroz por cada dia de trabalho.<sup>184</sup>

*Vila de Railaco (Railaco, Ermera)*

185. O campo de transição da vila de Railaco (Railaco, Ermera), nos finais de 1979, era um dos piores. Encontravam-se aí presas pessoas que tinham permanecido nas montanhas com a Resistência durante mais tempo que a maioria. Eufrazia de Jesus contou à Comissão ter sido capturada a 13 de Outubro de 1979 e presa durante vários meses no campo de transição de Railaco, pelo Batalhão 721. Railaco nunca foi visitado por qualquer organização de ajuda humanitária e os detidos sobreviviam colhendo raízes e folhas em redor do campo. Só uma vez, mais de duas semanas após a sua captura, é que os militares forneceram às pessoas uma pequena quantidade de milho e de peixe salgado. Para as pessoas que já estavam subnutridas, o peixe causou diarreia, o que se revelou fatal muitas vezes. Todos os dias morreriam até 10 crianças e idosos.<sup>185</sup>

*Fatubessi (Hatulia, Ermera)*

186. Fatubessi foi uma base da Resistência a partir de 1976 até à sua captura pelas forças indonésias em 1978. Gabriel Ximenes contou à Comissão ter-se rendido ao Batalhão 611, que o internou no campo de transição de Fatubessi. As pessoas tinham muita fome. Os militares davam-lhes alguma comida, mas não era suficiente, nem distribuída a todos. Gabriel Ximenes declarou que as condições eram piores no campo de transição de Fatubessi do que eram antes da rendição. Passado um mês, os militares transferiram-no, na companhia de um grupo, para um campo de reinstalação na vila de Ermera. Ali foram mantidos sob apertadas restrições, que os impediam de plantar culturas alimentares. A morte devida a fome continuou.<sup>186</sup>

*Uma Metan e Lebos (Alas, Manufahi)*

187. Uma Metan e Lebos foram dois importantes campos de transição criados perto da vila de Alas, em Manufahi. Foram estabelecidos como base de operações contra a Resistência, nas montanhas em redor de Manufahi. Estavam aí estacionadas muitas unidades das *ABRI*, entre as quais, tropas do Batalhão Aerotransportado de Infantaria 700, dos Batalhões 745 e 310 e *Kopassandha* (Forças Especiais). Era também o quartel-general do comando territorial do subdistrito (*Koramil*) e da *Hansip* local. Em Agosto de 1978, Uma Metan começou a receber pessoas que se haviam rendido ou tinham sido capturadas. As pessoas que se renderam em Alas, Same, Fatuberliu, Turiscai (todas em Manufahi), Maubisse (Ainaro), Aileu, Soibada (Manatuto) e Natarbora (Manatuto) foram aí colocadas; no seu auge, viviam ali 8.000 pessoas. Muitas das pessoas detidas em Uma Metan permaneceram ali detidas, em vez de serem reinstaladas noutros locais. A escola foi ostensivamente construída para os soldados poderem ensinar a língua indonésia aos habitantes do campo. Na realidade, apenas jovens raparigas podiam frequentar a “escola”, que se celebrou como centro de violação das *ABRI*.<sup>187</sup> Os militares não autorizavam os detidos a sair do campo para fazerem as suas hortas ou procurarem alimento e, embora a Igreja organizasse alguma assistência alimentar aos detidos, esta não era suficiente. Muitas pessoas morreram de fome e de doenças como diarreia e béri-béri. Outras foram executadas pelo seu envolvimento na Resistência (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). De acordo com os chefes locais, cerca de 2.000 pessoas encontram-se enterradas em valas comuns no local do campo de Uma Metan.<sup>188</sup>

*Fahinehan (Fatuberliu, Manufahi)*

188. Em 1978, a população de Fahinehan, Bubususu e Caicasa (todos no subdistrito de Manufahi, Manufahi), rendeu-se aos soldados indonésios, após a destruição da base de apoio do Sector Centro-Sul. Primeiro, foi conduzida para as áreas costeiras de Kolokau, Besusu e Dolok em Manufahi. Depois, concentrada na aldeia de Fahinehan, sob controlo de soldados indonésios do Batalhão Aerotransportado de Infantaria 100. Segundo Eleajáro Teófilo, o número de pessoas mortas após a rendição, por falta de alimentos e de remédios, foi superior ao número de pessoas mortas no mato.

*Nalguns dias chegavam a morrer 10 pessoas. Não havia qualquer ajuda humanitária. As ABRI só nos autorizavam a procurar alimento se fossemos acompanhados por soldados ou pela Hansip. Não tínhamos autorização para nos afastarmos mais de 1 quilómetro [de Fahinehan], ou ir onde não nos pudessem ver. Dois homens foram mortos por irem mais longe.<sup>189</sup>*

189. Entre 1981 e 1983, os habitantes destas três aldeias foram deslocados duas vezes. Cada transferência criou problemas de alimentação e de segurança (ver adiante).

*Vila de Turiscai (Turiscai, Manufahi)*

190. A vila de Turiscai também foi utilizada como campo de transição para pessoas que haviam vivido na base de apoio do Sector Centro-Sul. Entre os presos, encontravam-se habitantes das 11 aldeias próximas, como por exemplo, Foholau, Caicasa e Bubususu (em Fatuberliu), e de pontos mais distantes como Maubisse (Ainaro) e Díli. Segundo depoimentos de testemunhas, os militares indonésios distribuíram alimentos uma única vez. Cada família recebia três recipientes metálicos de arroz à chegada ao campo. Tomás Barbosa relatou à Comissão:

*Os soldados disseram-nos que fossemos procurar armas na floresta. Disseram-nos que quem regressasse com armas receberia um recipiente metálico suplementar de milho e que quem não trouxesse qualquer arma não receberia mais comida.<sup>190</sup>*

191. Testemunhas afirmaram à Comissão que, nessa época morreram muitas pessoas. Foram obrigadas a construir as suas próprias habitações improvisadas e, por fim, acabaram por conseguir plantar as suas culturas alimentares. A situação melhorou quando o CICV começou a distribuir ajuda humanitária. Quatro ou cinco anos após a rendição, as pessoas foram autorizadas e regressar às respectivas aldeias.<sup>191</sup>

*Vila de Metinaro (Metinaro, Díli)*

192. Em meados de 1978, foi levada a efeito na área de Metinaro (Hatu Konan, Lacló) uma grande operação militar conjunta indonésia. Os militares traziam as pessoas que capturavam para o campo de transição de Metinaro. Por exemplo, o Batalhão 315 capturou Manuel Cárceres da Costa no subdistrito de Lacló (Manatuto), em Julho de 1978 (ver caixa, supra). Detiveram-no, juntamente com outros prisioneiros, no posto de comando do batalhão em Ilimano (Umakaduak, Lacló, Manatuto), para um dia de interrogatórios. Em seguida, os militares mandaram-nos para Metinaro, onde o campo se encontrava rodeado de postos militares. Ninguém podia sair, todos eram registados, e deveriam aí permanecer. A morte por fome devastou a população que ali estava presa. Então, Metinaro transformou-se num campo de reinstalação e as pessoas viveram lá durante um ano.<sup>192</sup>

193. O processo de inquérito para descobrir líderes ou pessoas presumivelmente em posse de informações, potencialmente úteis, para os militares indonésios, era diferente. Jacinto Alves acumulava os cargos de assistente do chefe do Estado-Maior das Falintil e de secretário particular de Nicolau Lobato, sendo este comissário político junto do Estado-Maior. Foi imediatamente interrogado após a captura. Perguntaram-lhe que posição ocupara na floresta, qual era a força das Falintil e onde se encontravam os seus líderes. Jacinto Alves contou-lhes que trabalhara no departamento de logística das Falintil, mas então eles disseram-lhe que haviam descoberto o seu saco, contendo um diário, uma pistola e um livro intitulado “Capitalismo Contemporâneo.” Tendo o livro por fundamento, chamaram-lhe comunista e, devido à descoberta da pistola, afirmaram que tinha de ser um dirigente. Em Metinaro, foi conduzido à presença do comandante do Batalhão 144, de um boina vermelha (Kopassus) que era o comandante do *Kotis*, bem como de outros oficiais. Foi entregue ao chefe dos serviços de informação militares, major Ganap, para novo interrogatório. Depois de passar três meses em Metinaro, foi autorizado a regressar a casa, em Díli, embora lhe fosse exigido que se apresentasse diariamente no centro Sang Thai Hoo para ser interrogado de novo.<sup>193</sup>

## Modo como algumas pessoas sobreviveram nos campos

Durante um debate com a Comissão, membros da comunidade de Ahic (Viqueque) recordaram a sua experiência de rendição e a luta pela sobrevivência:

*Em 1979, rendemo-nos na cidade velha de Lacluta. Cerca de 500 pessoas morreram de fome e de falta de medicamentos para tratar a tuberculose, o marasmo e a diarreia. Muitas das pessoas que morreram já não tinham familiares que pudessem sepultá-las. Algumas morreram no campo e algumas enquanto andavam pela floresta em busca de alimento. Nós sobrevivemos ingerindo alimentos como:*

- Sagu obtido a partir de palmeira bebek
- Frutos da árvore da borracha
- Goiabas
- Folhas junto dos cocos
- *Maek* (um tubérculo)
- *Kuan* (um pequeno inhame fibroso)
- *Aidak* (espécie de lichia)
- *Kangkung* (legume verde)
- Rebentos de banana
- *Laho* (ratos)
- *Samea* (cobras)
- *Manduku* (rãs)

*Os cavalos eram vendidos por apenas 1.000 rupias e 2 recipientes metálicos de refeição [rantang] com arroz, fornecidas pela Hansip. As correntes de ouro podiam vender-se por 1 rantang de arroz.*

*A troca de comida, como carne de búfalo ou de veado, as filhas podiam ser forçadas a casar-se com um membro da Hansip ou da ABRI, mesmo que já fossem legalmente casadas.*

*As ABRI e o administrador do subdistrito [camat] decidiram transferir toda a população da cidade velha de Lacluta para a aldeia de Dilor. Em Dilor, os dirigentes políticos e os membros das Falintil foram torturados e mortos. A todos os homens, de idade superior a 15 anos, exigiu-se a apresentação no posto militar, de manhã e à noite, e que fizessem a guarda nocturna. Se não obedecessem, todos os seus pertences eram confiscados e podiam ser torturados. A tortura podia incluir a imersão em água imunda durante três horas, caminhar sobre arbustos com espinhos, permanecer de pé sobre carvão incandescente, ou ser pendurado de cabeça para baixo. As mulheres eram frequentemente violadas e forçadas a “casar” com Hansip e soldados, sem o seu acordo ou o das suas famílias. Muitas crianças nascidas destes casamentos forçados foram deixadas ao abandono.*

*Em 1979/1980, recebemos ajuda da Cruz Vermelha Indonésia, incluindo peixe seco, galinhas, leite, farinha, sal, cobertores e medicamentos, e fomos tratados por profissionais de saúde—um médico e dois enfermeiros. Porém, os alimentos recebidos continham proteína a mais para poderem ser digeridos por pessoas subnutridas e muitas pessoas morreram. Deixaram-nos então plantar hortas, mas só num raio de 1 quilómetro em redor de Dilor e com um livre-trânsito concedido pelo chefe de segurança. Eram frequentes os trabalhos forçados não remunerados. Não havia sistema de educação, por não existirem instalações ou professores. Crianças em idade escolar eram recrutadas à força como TBO [Tenaga Bantuan Operasi, assistentes de operação].<sup>194</sup>*

## Campos de reinstalação

194. Uma vez terminado o registo e a triagem pelos militares indonésios, os presos civis eram instalados em centros de população controlada, denominados “locais de instalação” (*tempat pemukiman*). Em alguns casos, estes localizavam-se no mesmo sítio onde as operações de transição haviam tido lugar. Podiam também localizar-se na aldeia originária dos presos, ou numa aldeia previamente existente mas que não era a dos presos ou, ainda, numa aldeia recém-criada. A opção era determinada, em cada caso particular, por razões de segurança e não de bem-estar. Os campos de reinstalação transformaram-se nas habitações de centenas de milhares de timorenses. Muitos destes campos tornaram-se igualmente local dos catastróficos surtos de fome de 1978 e 1979.

195. As características fundamentais destes campos de reinstalação são bem conhecidas a nível internacional deste o início da década de 1980.<sup>195</sup> Os campos eram uma peça fundamental da estratégia desenvolvida pelos militares indonésios no sentido de controlar a população e de isolar da Resistência timorense. Os detidos eram mantidos sob controlo apertado e tinham os movimentos restringidos, não podendo deslocar-se para fora dos campos. A falta de acesso aos campos de cultivo para produção de víveres daí resultante significou a generalização da fome estrutural e dos surtos de fome. Os campos eram locais onde imperava a suspeita, o medo e a insegurança, concebidos para controlar e sufocar o sentimento nacionalista dos timorenses. Embora as fontes oficiais indonésias reivindicuem o contrário, os campos nunca foram concebidos para apoiar o desenvolvimento material da população.

## Localização dos campos de reinstalação

196. A Comissão procurou identificar todos os campos de reinstalação criados em finais da década de 1970. No Quadro 6: Campos de reinstalação nos finais de 1979, apresenta-se uma lista de 139 campos de reinstalação conhecidos. A lista foi em grande parte elaborada a partir de um mapa rudimentar onde se mostram os locais onde a ONG Serviço Católico de Assistência (CRS), dos EUA, e o CICV distribuíam a sua ajuda nessa época.<sup>196</sup> A Comissão crê que o número de campos era superior aos 139 pontos assinalados no mapa, porque recebeu testemunho de outras fontes que, em alguns locais identificados no mapa com um único ponto, existiam vários campos: por exemplo, Ainaro tinha três campos.

197. Havia campos de reinstalação em todos os distritos, à excepção de Oecusse. Em cada um dos restantes 12 distritos onde se localizavam os campos, quase todos os subdistritos tinham pelo menos um campo, havendo alguns com um máximo de cinco. Na maioria, existiam três ou quatro campos. Muitos campos eram provisórios. Alguns, como Dataran Faebere (Iliomar, Lautém), foram mais tarde encerrados, ficando a área desabitada. Um número considerável encontrava-se localizado em novos povoados que não existiam na época colonial portuguesa.

**Table 6 - Quadro 6 – Campos de reinstalação nos finais de 1979**

Distrito	Subdistrito	Local
Aileu	Aileu	Vila de Aileu

		Bandeira Hun (Liurai) e Fatubosa
	Laulara	Tohumeta
	Lequidoe	Vila de Lequidoe
	Remexio	Remexio
Ainaro	Ainaro	Vila de Ainaro, Soro e Bulico
		Manutassi e Fatuk Maria
		Mau-Nuno
		Mau-Ulo
		Suro-Kraik
	Hatu Bulico	Hatu Bulico
		Nunumogue e Dare
	Hatu Udu	Vila de Hatu Udo
		Raimea
	Maubisse	Aituto
	Lientuto (Aituto)	
	Vila de Maubisse	
Baucau	Baguia	Vila de Baguia
		Ledena (Lavateri)
	Baucau	Cidade velha de Baucau
		Caicido (Caibada Uaimua)
		Seçal
		Escola Técnica de Fatumaca (Gariuai)
		Uailili e Buibau
	Laga	Atelari
		Laga
		Saelari
	Quelicaí	Gurusa
		Vila de Quelicaí
	Vemasse	Ostico e Loilubo
Vemasse		
Venilale	Bercoli (Uma Ana Ulo)	
	Venilale Ocidental	
Bobonaro	Atabae	Aidabaleten
		Atabae
		Biacou (Aidabaleten)
	Balibo	Vila de Balibó
	Bobonaro	Vila de Bobonaro
		Leber
		Tasgolo (Lour)
	Cailaco	Cailaco
		Marco
	Lolotoe	Lebos
Lolotoe		
Maliana	Tapo/ Memo	
Covalima	Fatumean	Fatumean
	Fohorem	Vila de Fohorem
	Mape/ Zumalai	Beco
		Kamenaca
		Mape
	Suai	Meop (Labarai)
		Orun (Debos)
		Vila de Suai
	Tilomar	Casabauk (Maudemu)
Kui Tao(Maudemo) & Kawa Uman (Casabauc)		
Vila de Tilomar		
Díli	Díli	Dare e outros
		Cidade de Díli
		Cidade de Díli
	Hera	Hera
	Metinaro	Manleu

		Metinaro (Sabuli)
Ermera	Vila de Ermera	Vila de Ermera
		Borhei (Humboe)
		Hotkolat
		Falimanu
		Mangero (Riheu)
	Hatulia	Betupu (Ailelo)
		Vila de Hatulia
		Fatu Besi
		Poelete
		Urahu
Letefoho	Goulolo	
	Vila de Letefoho	
Railaco	Railaco e outros	
Lautém	Iliomar	Dataran Faebere
		Vila de Iliomar
	Lautém Moro	Buihomau (Serelau)
		Com
		Daudere
		Laivai (Ililai)
		Laleno (Maina 2)
		Lautém e Moro
	Lospalos	Loré
		Lospalos
		Rasa/ Bauro e Fuiluro
	Luro	Luro
Tutuala	Mehara	
	Poros (Mehara)	
	Tutuala	
Liquiça	Bazartete	Vila de Bazartete
		Leorema
		Raukasa (Lauhata)
		Tibar
	Liquiça	Caikasiko (Asumano)
		Dato (Liquiça)
		Hatarlema (Hatuquisi)
	Maubara	Irlalo (Cuico)
		Lebumeta (Vaviquenia)
		Vila de Maubara
	Barique/ Natarbora	Vila de Barique
		A Sul de Barique (inexistente nos mapas normais)
		Ainda mais a Sul de Barique (inexistente nos mapas normais)
		Tuqueti (Cribas)
	Umaboku	Umaboku
	Lacló	Behau (Umakaduak)
		Lacló
	Laclubar	Vila de Laclubar
		Lafulau (Manelima)
Le'i (Orlalan)		
Laleia	Vila Nova de Laleia (Lifau)	
Manatuto	Carlilo (Aiteas)	
	Vila de Manatuto	
Soibada	Maun fahe/ (Teras)	
	Vila de Soibada	
Manufahi	Alas	Vila de Alas & Uma Metan e Lebos
		Besusu (Uma Berloik)
	Fatuberliu	Fatuberliu/ Fahinehan
		Uelaluhu (Klakuk)
	Same	Betano

		Daisua
		Holarua
		Letefoho
		Vila de Same
		Babulu
	Turiscai	Turiscai
Viqueque	Lacluta	Aimeta Hun (Dilor)
		Dilor
		Vila Velha de Lacluta
		Uma Tolu
	Ossu	Buanurak (Loi Huno)
		Builale e Kaiwatu
		Loi Huno
		Ossu
	Viqueque	Buicarín (Vila Velha de Lacluta)
		Viqueque (Beloi & outros)
	Uatu-Carbau	Irabin Letarea (Irabin de Cima)
		Vila de Uatu-Carbau
	Uatu-Lari	Afaloicai (Babulo)
Vessoro		
Vila de Uatu-Lari		

*Fonte: Interpretação de um mapa apresentado pelo embaixador Edward Masters em Audiência perante a Subcomissão para os Assuntos da Ásia e Pacífico da Comissão dos Negócios Estrangeiros, Câmara dos Representantes, 96º Congresso, 1ª sessão, 4 de Dezembro de 1979, p.28.*

#### **Condições de vida nos campos de reinstalação**

198. Depoimentos recebidos pela Comissão servem de suporte às seguintes conclusões sobre as condições de vida nos campos de reinstalação:

- Em muitos casos, os campos de reinstalação numa vila ou suco já existentes localizavam-se ora numa área específica no seu interior, ora longe. Em Hatulia (Ermera), por exemplo, as pessoas que se haviam rendido recentemente, oriundas de lugares exteriores à região, eram mantidas numa área separada chamada Modolaran.
- Noutros casos, não se fazia qualquer distinção entre as pessoas que haviam vivido na aldeia antes de ele se transformar no local de um campo de reinstalação e as pessoas aí reinstaladas vindas de fora da localidade. Em Iliomar (Lautém), por exemplo, os residentes e os detidos estavam todos confinados a uma pequena área no interior de um anel de postos militares.
- Quer os residentes habituais quer os detidos estavam igualmente sujeitos a recorrer a um sistema de salvo-conduto (*surat jalan*) para se deslocarem, se quisessem cultivar as suas hortas fora da área do campo de reinstalação. Neste sentido, todos os timorenses detidos nos campos estavam sujeitos à função de segurança da reinstalação.
- Não existiam vedações de arame farpado: a verdadeira vedação era o anel de postos militares e o sistema de salvo-condutos que restringiam o acesso das pessoas aos alimentos silvestres e às hortas, o que mantinha as pessoas esfomeadas.
- Havia algumas diferenças de condições de vida entre os detidos e as pessoas que se haviam rendido mais cedo, ou nunca se tinham refugiado nas montanhas. As últimas tinham melhor acesso às terras e melhores ligações com as autoridades, beneficiando de uma vida algo mais facilitada.
- As cidades de Díli e de Baucau eram os únicos lugares onde a vida se aproximava da normalidade, para a maioria das pessoas. Contudo, até aqui havia excepções, por exemplo, os campos do Mercado Municipal de Díli, em Manleuana (perto do actual aeroporto), e de West Beto, em Comoro, onde o controlo era muito apertado.
- A maioria dos campos de reinstalação mantiveram-se até cerca de 1980 ou 1981. No entanto, muitos continuaram a existir até uma fase muito adiantada da década de 1980. Além disso, após o desmantelamento de um campo, os seus habitantes podiam não ser autorizados a regressar às suas aldeias de origem. Em vez disso, muitos foram forçados a instalar-se em novos aldeamentos considerados seguros ou de valor estratégico para os militares indonésios. Quando de facto regressavam às suas aldeias, continuavam a viver sujeitos a diversas restrições que afectavam a sua mobilidade e o local onde eram autorizados a construir as suas habitações.

### **A vida no campo de reinstalação de Iliomar**

Fernando Amaral é um antigo chefe da aldeia de Faat, em Iliomar (Iliomar, Lautém). Deu uma entrevista pormenorizada à Comissão, na qual descreveu as condições de vida sob controlo dos militares indonésios num campo localizado na cidade de Iliomar, depois de a população se ter rendido, descendo o Monte Matebian em Novembro de 1978. Segue-se um resumo e excertos dessa entrevista.

Os habitantes de Iliomar desceram do Monte Matebian em Novembro de 1978. Depois de os militares os interrogarem no campo de transição de Baguia, mandaram as pessoas regressarem a pé ao subdistrito de Iliomar, onde os militares criaram um campo de reinstalação. Enquanto caminhavam, ninguém os escoltava e alguns aproveitaram a ocasião para fugirem para as montanhas. Quando os restantes chegaram ao subdistrito de Iliomar, o lugar estava completamente vazio. As pessoas resolveram ficar, instalando-se perto do edifício do Posto construído pelos portugueses. Cerca de 4 a 6 mil pessoas permaneceram perto do edifício do Posto, onde viveram em abrigos provisórios. Algumas eram oriundas de outros lugares, como Lospalos, Tutuala e Uatu-Carbau. Não fugiram porque tiveram medo de serem capturadas pelos soldados indonésios. Mas circulavam à vontade pela região em busca de alimentos. Foram buscar alimentos às suas antigas habitações e trouxeram-nos de volta.

Três meses mais tarde, soldados do Batalhão 328 das *ABRI* e a *Hansip* chegaram a Iliomar. Construíram de imediato seis postos militares em redor da população concentrada junto ao Posto. Dois dias mais tarde mandaram as pessoas registarem-se. Convocaram os seis chefes de suco do subdistrito e ordenaram que organizassem os habitantes. Mandaram então as pessoas reconstruírem os seus abrigos no interior do anel formado pelos postos militares. Ordenaram também que ninguém se poderia afastar mais de 1 quilómetro do Posto, prevenindo que qualquer pessoa que quebrasse a regra seria morta a tiro. Fernando Amaral:

*Não tínhamos autorização para visitar os vizinhos, nem sequer para sair e trabalhar nos nossos campos...Tentámos encontrar comida para satisfazer as nossas necessidades. Exigiram-nos que nos apresentássemos todos os dias aos soldados ou aos Hansip. Não estávamos autorizados a falar português.*<sup>197</sup>

As pessoas tinham acabado de descer de Matebian e estavam muito fracas e esfoameadas. Os soldados davam-lhes algum milho – cerca de três recipientes de lata, por semana e por família. Embora isto não fosse de todo suficiente, os soldados não autorizavam as pessoas a plantar hortas para produzir géneros. Esta regra depressa provocou surtos de fome entre as pessoas, no Posto de Iliomar. A princípio ainda havia cocos nas árvores, mas com milhares de pessoas a apanhá-los, em breve desapareceram e as pessoas começaram a comer raízes e folhas silvestres. Depois disso, cortavam as bananeiras, extraíndo-lhes o interior, coziavam-no e comiam-no, sobrevivendo à custa daquilo que normalmente consideravam ser alimento para porcos. As pessoas sofriam de doenças como a cólera e o béri-béri e começaram a morrer todos os dias.

As pessoas pediram aos militares licença para saírem do campo de reinstalação. Pediram aos soldados que mandassem a *Hansip* guardá-las, para poderem ir às suas antigas habitações e buscar os alimentos que lá se encontravam. Nas suas antigas habitações havia tubérculos comestíveis, cocos, jacas, mandioca e folhas comestíveis. As *ABRI* acabaram por dar-lhes licença para irem, mas cada pessoa, ao sair, era obrigada a escrever o seu nome num pedaço de contraplacado, devendo usá-lo sempre ao pescoço. Ao regressar, assinalavam a sua chegada devolvendo a placa de contraplacado. Porém, pouco tempo depois houve 162 pessoas que fugiram do campo de Iliomar para a floresta, na esperança de aliviar a fome. A partir de então, os soldados nunca mais deram licença às pessoas para saírem de Iliomar e a fome agravou-se de novo.

Fernando Amaral, afirmou que as 96 pessoas deste suco que morreram durante o surto de fome foram enterradas na encruzilhada das três estradas à entrada de Iliomar. Gaspar Seixas, que foi administrador adjunto do subdistrito de Iliomar entre 1979 e 1985, calculou que cerca de 200 a 300 pessoas morreram em Iliomar em 1978/1980. Na sua maioria foram sepultadas junto à antiga escola portuguesa. Desde então, as suas famílias exumaram as ossadas e voltaram a enterrá-las.<sup>198</sup>

*Mauchiga (Hatu Bulico, Ainaro)*

199. O Monte Kablaki, que se localiza entre os distritos de Ainaro e Manufahi, foi uma importante base da Resistência. As pessoas refugiaram-se no monte em 1976, fugindo das vilas e aldeias próximas, incluindo, Same, Maubisse e Ainaro e, até, dos subdistritos de Ermera e Atsabe, no distrito de Ermera. Em Setembro de 1977, as forças indonésias – incluindo os Batalhões 121, 521 e o Batalhão Aerotransportado de Infantaria 100 – atacaram a base localizada na montanha e capturaram um grande grupo das pessoas que ali se haviam refugiado. Algumas delas eram originárias da aldeia de Mauchiga (Hato Bulico, Ainaro). A comunidade de Mauchiga relatou à Comissão a experiência vivida aquando da rendição aos militares indonésios. Os militares ordenaram imediatamente a estas pessoas que voltassem a Mauchiga para aí viverem. O povo de Mauchiga descobriu que as forças indonésias haviam destruído as suas habitações, matado o seu gado e roubado os adornos de ouro das suas habitações. Cerca de dois anos mais tarde, em meados de 1979, todos os que ainda se

encontravam no Monte Kablaki renderam-se, com exceção de muito poucos. Mais uma vez, as pessoas originárias de Mauchiga receberam ordens para regressarem a casa. Viveram em Dare, junto à estrada de Ainaro. Podiam cultivar hortas no exterior do aglomerado urbano, mas só com licença dada pelos militares. Sempre que queriam sair, tinham de pedir uma licença. Se os militares descobrissem alguém no exterior sem licença, puniam-nos metendo-os dentro de água durante uma noite ou espancando-os. Estas restrições tornavam impossível levar uma vida normal e as pessoas sofreram gravemente com fome até à ajuda alimentar do CICV chegar em 1980.<sup>199</sup>

#### *Hatulia, Ermera*

200. A vila de Hatulia (Hatulia, Ermera) era outro campo de reinstalação. Idelfonso dos Reis relatou à Comissão que se rendeu ao Batalhão 507 das *ABRI* no dia 20 de Julho de 1978, algures no subdistrito de Hatulia. Os militares levaram-no, com o seu grupo, para a vila de Hatulia e mandaram-nos residir no bairro de Modolaran. Os militares deram-lhes algum milho, peixe salgado e sal. O peixe salgado provocou diarreia às pessoas, tendo muitas morrido em consequência do seu consumo. Os idosos e as crianças foram os mais vulneráveis. Durante cerca de um ano, as condições de vida no campo de Modolaran foram muito más para as cerca de 7.000 pessoas ali residentes.

201. Modolaran encontrava-se cercada por oito postos militares. Ninguém tinha autorização para afastar-se mais de 100 metros do campo. Os detidos pediam aos militares que os acompanhassem na busca de alimentos. Por vezes, os militares davam-lhes licença e eles iam até uma aldeia vizinha, Leimea Kraik ou Samara, à procura de raízes comestíveis. A situação de fome extrema manteve-se no campo de Hatulia até 1979. Aparentemente houve mais mortes entre os refugiados provenientes de outras áreas que não de Hatulia – por exemplo, de Zumalai (Covalima) – do que entre as pessoas originárias de Hatulia. Quando o CICV chegou com ajuda alimentar, nos finais de 1979, as famílias receberam víveres e cuidados médicos suficientes para recuperarem a saúde. Mais tarde, em 1980, os militares deram mais liberdade de movimentos aos detidos. A princípio deslocaram-nos para Leimea Kraik. Depois, autorizaram-nos a partir e a regressar às suas habitações. Muitos partiram para Ermera e para Díli.<sup>200</sup>

#### *Betano, Manufahi*

202. Maria José da Costa relatou à Comissão ter sido capturada na zona de Dolok (Alas, Manufahi), juntamente com outras pessoas, em Agosto de 1978, pelo Batalhão Aerotransportado de Infantaria 700. Depois de serem conduzidos a Betano (Same, Manufahi), os militares deram-lhes apenas uma pequena quantidade de alimentos, mas não suficiente. As pessoas eram autorizadas a plantar hortas, mas dentro de uma área restrita e não tão boa como a outra margem da ribeira de Caraulun, 4 km a Oeste de Betano. Ninguém tinha autorização para se deslocar às hortas fora de um horário restrito. As restrições provocaram fome extrema e morreram muitas pessoas. As pessoas viveram em Betano nestas condições durante cinco anos, até 1983. Depois, os militares autorizaram-nas a partir de Betano. Maria José da Costa partiu para Same com o seu marido.<sup>201</sup>

### **Morte nos campos de reinstalação**

203. À chegada aos campos de transição, muitas pessoas encontravam-se em condições físicas extremamente depauperadas. Nos campos de reinstalação, as condições permaneciam limitadas com o fornecimento de quantidades mínimas de alimentos aliado às restrições na deslocação para procurar ou cultivar culturas alimentares e às elevadas densidades populacionais, agravadas por população vinda de fora e pelo espaço confinado em que eram obrigadas a viver. Com o passar dos meses, sobretudo em 1978 e até 1979, o número de mortos

atingiu proporções horríveis e manteve-se a estes níveis até os programas internacionais de ajuda humanitária se iniciarem, nos finais de 1979.

204. Os depoimentos das testemunhas já acima referidos fornecem um quadro de morte devida a debilidade, doença e fome extrema, descrito pelo testemunho ocular de sobreviventes dos campos. O padre jesuíta indonésio Alex Dirdjasusanto, que visitou várias zonas do território no início de 1979, forneceu alguma informação de pormenor sobre os níveis de mortalidade existentes nessa época. No princípio de Março, ele visitou a vila de Maubisse (Maubisse, Ainaro) e, no espaço de um só dia, foi convidado por quatro vezes a sepultar pessoas mortas. O catequista de Maubisse tinha registado no seu livro de orações o número de pessoas mortas em 1979: Janeiro - 79; Fevereiro - 101, primeira semana de Março - 26. Em Turiscaí (Manufahi), uma semana mais tarde, o padre Dirdjasusanto foi informado que o número de mortos aumentou vertiginosamente a partir de 1977: 1977 - 6 mortos; 1978 - 164 mortos; 1 de Janeiro a 13 de Março de 1979 - 120 mortos. Recebeu também informação de que a taxa de mortalidade entre os "refugiados" da vila de Ermera se elevava a cerca de 10 por dia.<sup>202</sup>

205. Outros depoimentos independentes relativos às assustadoras condições físicas existentes nos campos resultaram das visitas de vários diplomatas e jornalistas estrangeiros a Timor Leste em Setembro de 1978. Acompanhados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, segundo as informações recebidas, os visitantes mostraram-se horrorizados com o que viram num campo em Remexio (Aileu), onde estavam detidas 4.000 pessoas. Um jornalista recebeu informações sobre milhares de mortes ocorridas no distrito, sendo-lhe dito que havia situações piores em noutros campos, incluindo Suai (Covalima). Fotografias de adultos e crianças gravemente subnutridos, tiradas por outro jornalista e publicadas em jornais de todo o mundo, forneceram provas irrefutáveis da existência de fome extrema e da necessidade urgente de socorro de emergência.<sup>203</sup>

206. Dados compilados pelo CRS fornecem informação mais pormenorizada sobre o número de mortos registado em alguns locais, antes de iniciados os programas de ajuda internacional em Timor Leste (ver Quadro 7, em baixo). Embora o CRS sublinhe a falta de "rigor científico" dos dados, estes são em geral compatíveis com outros materiais recebidos pela Comissão.

Table 7 - **Quadro 7 – Taxa de mortalidade mensal estimada em alguns campos de reinstalação, antes de depois da ajuda internacional<sup>†</sup>**

Distrito	Campo de reinstalação	Antes da ajuda (Jan-Jul 1979) (média de óbitos/mês)	Após a ajuda (Set. 1979-Jan. 1980) (média de óbitos/mês)	População do subdistrito em Junho de 1980
Lautém	Lospalos	72	12	
				15.693
	Loré	8	n/d	
	Lautém	171	20	9.143
	Tutuala	21	2	2.623
	Luro	479	25	5.205
	Iliomar	305	10	5.435

<sup>†</sup> A Comissão tem consigo cópias destas fotografias, tiradas pelo fotógrafo australiano Peter Rodgers, tendo reproduzido uma selecção neste relatório e noutras publicações da Comissão.

<sup>†</sup> Dados retirados de: CRS Indonesia, *Emergency assistance for East Timor (Phase I): Final Report*, 18 de Março de 1980, p. 8, Documento disponibilizado à CAVR, Anexo 10. Nota: no relatório do CRS apenas figuram as Colunas 2-4. O total da população sobrevivente no subdistrito em 1980, apresentado na Coluna 5, é fornecido apenas para comparação. A maioria dos subdistritos tinham três a quatro campos. Os números relativos a habitantes, em 1980, em Loré e Lospalos, ambos no subdistrito de Lospalos, foram agregados.

Baucau	Laga	200	30	13.989
Ermera	Hatulia	13	1	15.096
	Letefoho	13	n/d	11.501
	Railaco	4	n/d	n/d

207. Estes dados confirmam com clareza um aspecto — os programas de socorro internacional foram absolutamente necessários para travar a espiral do número de mortes nos campos de reinstalação de Timor Leste.

#### Resposta humanitária de emergência (1979/1980)

208. As recordações que a esmagadora maioria dos timorenses guardam da sua vida imediatamente antes e após a sua captura ou rendição são de grande fome. Ao abrigo do direito internacional, todos os governos têm a obrigação de disponibilizar ajuda humanitária sempre que esta seja necessária, ou permitir que outras entidades o façam. Após a invasão de 1975, o Governo da Indonésia devia cumprir estas duas obrigações para com as pessoas sob seu controlo em Timor Leste. Quanto às pessoas que não eram por si controladas, habitando em áreas controladas pela Fretilin, o Governo da Indonésia continuava a ter a obrigação de permitir que outras entidades lhes prestassem ajuda. Esta secção descreve as informações que a Comissão conseguiu apurar sobre os esforços de ajuda humanitária.

209. Em Timor Leste, a política governamental da Indonésia em matéria de socorro humanitário era inteiramente determinada pelos militares. Até Setembro de 1979, as organizações internacionais de socorro não puderam operar em Timor Leste. Até aos finais de 1979, o Governo indonésio disponibilizou efectivamente alguma ajuda aos campos sob seu controlo, mas muito inferior à necessária. As provas desta afirmação confirmam-se pelo aumento do número de mortes. Por outro lado, o Governo indonésio impediu que a ajuda fosse dirigida a áreas fora do seu controlo, só autorizando as organizações internacionais de ajuda humanitária a desenvolver programas de grande dimensão, de socorro de emergência no território, a partir de Setembro de 1979.

#### Antes de Setembro de 1979

210. O Governo da Indonésia tomou algumas medidas para satisfazer as necessidades das pessoas residentes nos campos antes de Setembro de 1979. A nível oficial, exigiu que toda e qualquer ajuda, proveniente de organizações internacionais, fosse canalizada através do Governo; o socorro humanitário deveria ser prestado a Timor Leste através da Cruz Vermelha Indonésia, como organismo responsável nesse domínio.<sup>204</sup>

211. Vários governos disponibilizaram ao Governo indonésio ajuda para Timor Leste, que foi canalizada através da Cruz Vermelha Indonésia. O Governo australiano fez donativos em numerário em Outubro e Novembro de 1976 e, de novo, em Setembro de 1978. O Governo neozelandês agiu da mesma maneira nos finais de 1978.<sup>205</sup>

212. A *World Vision Australia* e o Governo australiano enviaram uma barçaça com víveres para Díli em Janeiro de 1979. Mas o Governo australiano não foi autorizado a enviar observadores para vigiar nem recebeu qualquer relatório sobre a sua distribuição. Esta inexistência de responsabilização constituiu um obstáculo à ajuda Governo-a-Governo dirigida a Timor Leste. O Conselho Australiano para a Assistência Externa (ACFOA) relatou ter recebido várias cartas de Timor Leste referindo-se a esta questão. Numa delas, lê-se:

Os bens trazidos pela barcaça *Alanna Fay*, enviada pelo Governo australiano, desembarcados em Díli em Janeiro de 1979, bem como os medicamentos despachados da Nova Zelândia por via aérea, encontravam-se à venda na loja Toko Vong Vung, no Kampung Bairro Central, em Díli, e noutra loja, a Casa Vitória.<sup>206</sup>

## Igreja

213. O Governo indonésio permitiu igualmente que alguma ajuda fosse canalizada através da Igreja Católica. A primeira ajuda alimentar foi organizada pelo bispo D. Antonius Pain Ratu SVD, a partir da cidade indonésia de Atambua, através do Delegado Social (*De/sos*) da Diocese de Atambua. Com a ajuda da sua congregação, a Sociedade do Verbo Divino (SVD), ele obteve víveres de uma organização alemã interessada em Timor Leste e do Serviço Católico de Assistência (CRS), dos EUA.

214. O padre Stanislaus Bessin, missionário da SVD presente em Atambua nessa época, relatou à Comissão ter ajudado a preparar o primeiro carregamento de 100 toneladas de víveres em Abril de 1976. A Igreja não entregou a ajuda directamente a Timor-Leste, dado que os militares indonésios insistiram junto da Igreja para que lhes entregasse o camião. Uma vez na posse do camião, os militares indonésios prometeram entregar a ajuda às pessoas necessitadas. Entre Dezembro de 1976 e Março de 1977, o padre Bessin ajudou a preparar mais ajuda alimentar para Timor Leste. Servindo-se de camiões alugados aos militares, a Igreja enviava milho, feijão, sagu e arroz duas vezes por semana. O padre Bassin só era autorizado acompanhar a carga até à cidade fronteiriça de Balibó (Bobonaro). Daí em diante, os militares assumiam o controlo da caravana, prometendo realizar a entrega. O padre Bessin não conseguia verificar se a ajuda alcançava as pessoas necessitadas, receando muito que os militares a aplicassem de forma corrupta. Em Junho de 1978, solicitou ao governador de Timor Leste autorização para proceder à distribuição da ajuda da Igreja, mas o governador disse-lhe que toda a ajuda tinha de passar pelos militares.<sup>207</sup>

215. Um dos locais que efectivamente recebeu a ajuda da Igreja foi a vila de Bobonaro, próxima da fronteira indonésia. Como já acima se observou, as restrições de deslocação para fora da cidade impostas pelos militares indonésios provocaram escassez de alimentos e fome. A irmã Consuelo Martinez contou à Comissão ter recebido alimentos, vestuário, cobertores e medicamentos do *De/sos* de Atambua desde os finais de 1976 até 1983. A Cruz Vermelha Indonésia (*Palang Merah Indonesia*) entregou a ajuda em camiões, utilizando-a para alimentar cerca de 120 a 180 crianças por dia.<sup>208</sup>

216. Mesmo assim, as pessoas continuaram a morrer de fome em Bobonaro. A irmã Consuelo foi informada pelo administrador subdistrital que, desde a rendição aos militares indonésios, ocorrida em Fevereiro de 1976, até ao início de 1977, mais de 200 pessoas morriam todos os meses. O número de mortos diminuiu ligeiramente no início de 1977, pouco depois da chegada da ajuda alimentar do *De/sos*, mas a ajuda revelou-se ainda assim insuficiente para reduzir a taxa de mortalidade a níveis normais. O número de mortos só voltou a baixar quando a ajuda internacional directa começou a chegar, nos finais de 1979.<sup>209</sup>

217. A organização católica *LPPS*, de Jacarta, também prestou assistência financeira a Timor Leste através do Programa de Emergência e Reabilitação de Timor Leste, lançado em Setembro de 1977. Inicialmente dirigido pelo padre Zeegwaard MSC, e dando colaboração através do *De/sos* da Igreja Católica de Timor em Díli, a *LPPS* prosseguiu o seu trabalho discretamente durante muitos anos.<sup>210</sup>

218. Um relatório referente a este programa, redigido no início de 1979, afirmava que cerca de 110.000.000 rupias haviam sido distribuídas durante os primeiros 18 meses do programa. Este dinheiro, proveniente de organizações da Igreja e com fins caritativos de países como a

Alemanha, os Países Baixos, a Bélgica, a Áustria, os EUA, a Austrália, a Indonésia e o Reino Unido, foi utilizado para disponibilizar vestuário, víveres e produtos médicos de emergência, assistência a viúvas e órfãos, habitação, agricultura, criação de gado e escolas. O relatório confirmou igualmente o controlo da distribuição da ajuda pelas autoridades indonésias. Fez observar que, no início de 1979, a ajuda foi difícil de distribuir porque

o governo local quer reservar para si o monopólio desta distribuição graciosa de ajuda, por motivos de segurança e de formação social...[Por esta razão] um padre de uma vila está proibido de comprar arroz ou milho para distribuí-los ao povo.<sup>211</sup>

219. Nenhum colaborador estrangeiro que participou em qualquer dos programas da Igreja foi autorizado a visitar Timor Leste.<sup>212</sup>

### **Relatos de testemunhas sobre a ajuda do Governo indonésio**

220. Muitas pessoas relataram à Comissão que, logo após a rendição, os militares indonésios forneceram alguns alimentos. Tratava-se frequentemente de milho de má qualidade, infestado de gorgulho (*batar fohuk*, em tétum, *jagung lapuk*, em indonésio), por vezes com arroz ou farinha de milho. Todos os relatos apresentados à Comissão sublinharam que a ajuda não era suficiente para garantir a sustentabilidade de vida. O relato feito por Cosme Freitas, de Vemasse (Baucau), é típico:

*Recebemos apenas milho bafiento e cediço distribuído pelas ABRI, três recipientes de lata, por semana e por família. Consumíamos os três recipientes de milho cediço num só dia.*<sup>213</sup>

221. Mais alguns exemplos são fornecidos no quadro seguinte.

**Table 8 - Quadro 8 – Ajuda alimentar fornecida pelas ABRI nos campos de transição e de reinstalação, 1978**

Data	Local	Tipo	Testemunha	Ajuda alimentar
Ao longo de 1976/1977	Vila de Bobonaro	Campo de reinstalação	Irmã Consuelo Martinez HC	Uma pequena quantidade de milho para cada família quando se rendiam, dependendo do número de crianças. A partir de então, a mesma quantidade, de duas em duas semanas.
Após Julho de 1978	Modolaran, Vila de Hatulia, (Hatulia, Ermera)	Campo de reinstalação	Idelfonso dos Reis	Um recipiente metálico de milho, tamanho refeição, e um recipiente metálico de peixe salgado, por pessoa e por semana. Alimento ingerido em três dias. Assistência recebida apenas quatro vezes, depois nunca mais.
Após Agosto de 1978	Uma Metan, Mahakida (Alas, Manufahi)	Campo de transição	Tomé da Costa Magalhães; Mateus da Conceição	Um pequena lata para leite, com milho, por família, por semana. Alimento ingerido em dois dias e fornecida apenas uma vez, depois nunca mais.
Dezembro de 1978	Iliomar (Iliomar, Lautém)	Campo de reinstalação	Fernando Amaral	Três recipientes metálicos de milho, por família e por semana.
Fevereiro de 1979	Vila de Fatubessi (Hatulia, Ermera)	Campo de reinstalação	Adriano Soares Lemos	Um recipiente metálico de milho e um de arroz, por família e por semana. Mais algum peixe salgado e sal. Insuficiente.
Novembro de 1979	Vila de Railaco, Railaco Leten (Railaco, Ermera)	Campo de transição	Eufrázia de Jesus Soares	Duas pequenas latas para leite, com milho e um com peixe salgado. Só uma vez, duas semanas depois da captura. Causou mortes por choque proteico.

222. Segundo testemunhos ouvidos pela Comissão, a comida causava frequentemente diarreia. Idelfonso dos Reis disse que muitas pessoas morreram de diarreia no campo de reinstalação de Modolaran, no aglomerado urbano de Hatulia, em meados de 1978. Mortes semelhantes registaram-se em Railaco, Remexio e Aikurus, devido a alimentos ingeridos pouco depois da captura.<sup>214</sup> Algumas pessoas pensaram que a comida fora envenenada. Ponderada a probabilidade, a Comissão crê que as vítimas sofreram um choque proteico. Quando uma pessoa gravemente subnutrida ingere alimentos ricos em proteína, essa ingestão pode provocar uma reacção grave, caracterizada por arrepios, febre, broncospasmos, enfiçema agudo, vômitos e diarreia. O facto de algumas pessoas terem morrido desta maneira ao ingerirem os alimentos que lhes eram dados, comprova a negligência agravada da instituição que fornecia a ajuda, nomeadamente os militares indonésios.<sup>215</sup>

### Após Setembro de 1979

223. A ajuda directa internacional começou a ser prestada às pessoas necessitadas em Timor Leste a partir de Setembro de 1979. Por essa altura, havia dois anos ou mais, um surto de fome extrema atingia níveis críticos nalgumas regiões de Timor Leste. A primeira pergunta a que a Comissão procura dar resposta nesta secção é a seguinte: por que razão levou a ajuda internacional tanto tempo a chegar?

224. A resposta a esta pergunta não pode ser o desconhecimento da necessidade de ajuda a Timor Leste.

225. O Serviço Católico de Assistência (CRS), dos EUA, relatou à Comissão que, em Abril de 1977, a hierarquia superior da organização já dispunha de informação credível sobre o sofrimento do povo timorense. O CRS obtivera esta informação do padre Lieshout, em Timor Ocidental, que geria a assistência do CRS aos refugiados de Timor Leste em Timor Ocidental. A

informação do padre Lieshout foi obtida durante as visitas por si feitas ao bispo D. Ribeiro em Díli.<sup>216</sup> O padre José Álvaro Nolasco Santimano Meneses e Monteiro, da diocese de Díli, contou à Comissão ter comparecido a uma reunião de embaixadores estrangeiros em Jacarta, em Julho de 1977, onde lhes dirigiu um apelo para que dessem ajuda alimentar a Timor-Leste.<sup>217</sup> Como já acima se referiu, nos dias 6 e 7 de Setembro de 1978, uma delegação composta por 11 embaixadores estrangeiros, acompanhada por jornalistas, visitou Díli, Baucau, Maliana (Bobonaro) e Remexio (Aileu). Foi-lhes relatado que um número que podia elevar-se a 125.000 pessoas havia descido das montanhas, e que 20 a 30 mil encontravam-se em condições aterradoras, sofrendo de várias doenças, entre as quais cólera, malária, tuberculose e subnutrição grave. Os embaixadores da Austrália, do Canadá, dos EUA e do Japão apelaram para uma operação urgente de socorro internacional. A *World Vision Indonesia* visitou Timor Leste em Outubro de 1978 e noticiou que 70.000 refugiados se encontravam desesperadamente necessitados, a maioria dos quais eram mulheres e crianças subnutridas. Um membro da equipa descreveu assim as crianças de Metinaro (Díli):

*Estavam extremamente magras. Conseguíamos ver os ossos dos braços e das pernas. Algumas estavam tão fracas que não conseguiam andar.*<sup>218</sup>

226. Parece não haver dúvidas de que os Governos ocidentais e outros, bem como as organizações de ajuda humanitária, dispunham de informação suficiente sobre a situação humanitária para manifestarem preocupações graves acerca da situação mais de dois anos antes de ter iniciado um esforço importante de ajuda humanitária.

#### **Acesso a Timor Leste negado**

227. Algumas organizações de ajuda humanitária agiram efectivamente com base nas informações de que dispunham. O CRS afirmou ter apresentado pedidos regulares de acesso a Timor Leste, ao longo de 1977 e 1978.<sup>219</sup> Outras organizações apresentaram pedidos semelhantes. No espaço de pouco mais de um ano após a invasão indonésia, a organização de cúpula australiana para as ONG empenhadas em actividades de ajuda humanitária e desenvolvimento, o ACFOA (Conselho Australiano para a Assistência Externa), apelou por cinco vezes para que o CICV e outras organizações fossem autorizados a entrar em Timor Leste. O próprio CICV manteve negociações contínuas com o Governo em Jacarta para obter acesso a Timor Leste, em condições aceitáveis, uma vez que pretendia aceder a todas as regiões do território, incluindo as áreas controladas pela Fretilin.<sup>220</sup> O Governo da Indonésia rejeitou todos os pedidos de acesso a Timor Leste, feitos para avaliar necessidades e distribuir ajuda.

228. Porém, em 1979 a Indonésia alterou a sua política e aceitou admitir a entrada de duas organizações internacionais, o CRS e o CICV. O CRS considera que a posição do Governo indonésio se alterou em Janeiro de 1979, quando o seu director executivo, o bispo D. Edwin B. Broderick, foi incentivado pelo vice-presidente indonésio, Adam Malik, a criar um programa de socorro de emergência. No entanto, só em Maio de 1979 é que as autoridades indonésias deram luz verde ao CRS para proceder a uma avaliação da situação no terreno. E embora o relatório de avaliação do CRS concluísse que haviam 200.000 pessoas em estado grave ou crítico de subnutrição, foram necessários ainda quatro meses até que o programa de socorro pudesse iniciar-se. No momento em que começou, em Setembro de 1979, o CRS calculava que o número de pessoas gravemente subnutridas se havia elevado para 300.000.

229. Foi apenas nos finais de 1978, início de 1979, que a situação se alterou radicalmente. Um fluxo enorme de pessoas, doentes e esqueléticas desceu das regiões montanhosas do interior de Timor Leste, inundando os aglomerados urbanos e aldeias costeiras.<sup>221</sup>

---

<sup>216</sup> O ACFOA emitiu os seus apelos em Dezembro de 1975, Abril de 1976, Outubro de 1976, Fevereiro de 1977 e Setembro de 1977.

230. Na medida em que transmite a ideia de que a situação se tornou crítica apenas nos finais de 1978, esta descrição da situação não é exacta. Os timorenses tinham começado a sair da floresta e das montanhas em grande número pelo menos desde os finais de 1977, nas mesmas condições de magreza das pessoas que desceram de Matebian nos finais de 1978: isto é confirmado por várias fontes, desde o próprio Governo indonésio a vários eclesiásticos e freiras até aos embaixadores e jornalistas que visitaram Timor Leste em Setembro de 1977, como já anteriormente se descreveu.

231. A Comissão não dispõe de informação privilegiada acerca de decisões internas tomadas pelo Governo e pelos militares indonésios. No entanto, a Comissão crê que a razão mais provável para a mudança de política em matéria de ajuda humanitária se ficou a dever ao facto de os militares terem cumprido em 1979 os seus principais objectivos militares: a destruição da última base importante da Resistência, em Matebian, o enfraquecimento significativo da resistência armada organizada e o controlo do grosso da população.

232. A Comissão conclui que, antes de cumpridos estes objectivos, os militares indonésios encaravam a ajuda humanitária internacional como um potencial obstáculo ao seu esforço de derrotar a Resistência e, em especial, de forçar a população, desesperadamente faminta, a render-se ao seu controlo. Acresce que a Indonésia manteve um controlo apertadíssimo sobre todos os estrangeiros de visita a Timor Leste porque não tinha qualquer interesse em ter estrangeiros a observarem a condução de operações militares no território.

233. Além disso, quando alterou a sua política de socorro humanitário, o Governo indonésio autorizou apenas o CRS e o CICV a intervirem em Timor Leste, exigindo de ambos que mantivessem um comportamento discreto, por exemplo, não fazendo apelos públicos de angariação de fundos. O Governo indonésio continuou a recusar o acesso a outras organizações de ajuda humanitária, como a *Oxfam* e o *ACFOA*.

#### **Avaliação e programa de ajuda humanitária do CRS**

234. Quando o CRS e o CICV foram finalmente autorizados a realizar uma avaliação das necessidades existentes em Timor Leste, depararam-se com uma população devastada pela fome extrema e pela morte.

235. Em Maio de 1979, o director de programas do CRS para a Indonésia, Frank Carlin, procedeu a uma avaliação das condições existentes em Timor Leste, tendo visitado 16 locais onde os timorenses viviam sob controlo indonésio. Mais tarde, o CRS descreveu nos seguintes termos a situação com que se deparou:

A situação observada pelo Sr. Carlin, um experimentado veterano com 14 anos de trabalho de socorro humanitário na Ásia, foi, em muitos locais, de intenso sofrimento humano devido a doença, fome e fome extrema. As taxas de mortalidade eram elevadas. As pessoas gravemente doentes e moribundas não eram apenas as crianças e os idosos — normalmente os primeiros a sucumbir à doença e à fome extrema. Muitas pessoas no auge da vida estavam a morrer. Havia um grande número de adolescentes e jovens adultos doentes em estado de marasmo<sup>\*</sup>, doença que os reduzira a pouco mais de esqueletos ambulantes. Entre as crianças, a subnutrição grave era quase universal. Devido aos ventres inchados e às pernas magríssimas, as crianças tinham de agarrar com a mão os seus calções esfarrapados, para impedir que escorregassem pelas pernas; as poucas crianças que se encontravam menos gravemente afectadas até pareciam normais, por comparação.

Em muitos dos lugares visitados, as pessoas só tinham consigo as mais parcas posses: uma panela, uma esteira de dormir e, talvez, um pouco de comida fornecida pelos funcionários locais. Nos campos, a doença crescia de forma galopante. Doenças como a malária e a gripe, que seriam graves até em condições normais, provocaram um elevado número de mortos entre as pessoas gravemente subnutridas. Outros problemas de saúde como a sarna, a conjuntivite e as úlceras tropicais tornaram-se comuns. Teve de se tomar muito cuidado ao alimentar estas pessoas, porque haviam conseguido sobreviver com um regime alimentar desprovido de proteínas. Se lhes fossem dados alimentos com um teor excessivo em proteína, os seus organismos não conseguiriam absorvê-los. Entrariam então em choque proteico e morreriam. O Sr. Carlin testemunhou casos de choque proteico. Embora essas condições graves não existissem por todo o lado em Timor Leste, nos locais onde um elevado número de pessoas havia descido das montanhas as condições de vida eram as mais críticas que o Sr. Carlin alguma vez havia observado.<sup>222</sup>

236. Em Setembro de 1979, pôde iniciar o seu programa de socorro, o *CRS* calculou que o número de pessoas em “estado grave ou crítico de subnutrição” se elevava a 300.000.<sup>223</sup> Como já anteriormente se referiu, este número coincide com o número de pessoas que se estimava estarem internadas em campos controlados pelos indonésios nos finais de 1978. Dada a situação conhecida em que encontravam, de más condições físicas e falta de acesso a alimentos, aparentemente, muitas das pessoas identificadas pelo *CRS* como correndo perigo eram de facto as pessoas detidas nos campos. Seja como for, isso significa que, em Setembro de 1979, se considerava que cerca de 55 por cento da população sobrevivente de Timor Leste

---

<sup>\*</sup> O marasmo é a forma 'seca' (magra, desidratada) da subnutrição, resultante da quase morte por fome, com deficiência de nutrientes proteicos e não proteicos. A forma 'húmida' (edematosa, inchada), conhecida como *kwashiorkor*, ocorre quando o défice proteico é mais acentuado do que o défice calórico.

(de acordo com os dados do Governo indonésio) se encontrava em condições físicas graves ou críticas.

237. O programa do *CRS* foi o maior dos dois programas de ajuda humanitária de emergência. O *CRS* e o *CICV* concordaram em dividir as tarefas, de modo a que o *CICV* se concentrasse nas 60.000 pessoas em condições consideradas mais graves e o *CRS* nas restantes 240.000 pessoas. A primeira ajuda do *CRS* chegou a Díli em Setembro de 1979. Foi imediatamente enviada para cerca de 120.000 pessoas e, mais tarde, alargada a 240.000 pessoas em cerca de 120 aglomerados urbanos (ver os nomes dos locais no Quadro 6: Campos de reinstalação nos finais de 1979).

### **Avaliação e programa de ajuda humanitária do *CICV***

238. Em Abril de 1979, os delegados do Comité Internacional da Cruz Vermelha (*CICV*) realizaram uma avaliação preliminar e concluíram que “dezenas de milhares de pessoas haviam sido deslocadas pelas operações militares e [estavam] confrontadas com uma situação de fome extrema, a não ser que fosse disponibilizada ajuda rapidamente, sendo essa situação agravada pela ausência de qualquer serviço médico”.<sup>224</sup> Seguiu-se então, nos finais de Julho de 1979, uma avaliação dos 13 sucos ou campos onde se sabia que as condições eram piores. Das 75.230 pessoas que viviam nesses locais, o *CICV* calculou que 60.000 se encontrassem “num estado de subnutrição alarmante,” sendo que “20.000 estavam a morrer de fome”.<sup>†</sup> Pondo de lado a linguagem habitualmente discreta do *CICV*, os delegados declararam publicamente que a situação era “tão má como o Biafra e potencialmente tão grave como o Cambodja”. O coordenador médico do programa de ajuda humanitária do *CICV* afirmou que “raramente se sentira tão perturbado com o que vira.”<sup>225</sup>

239. Como atrás se demonstrou (ver Quadro 7), os números do *CRS* apontavam para elevadas taxas de mortalidade em Luro (479 por mês) e em Iliomar (305 por mês), em Lautém — encontrando-se ambos os locais na lista do *CICV*. A Comissão recebeu igualmente informação das péssimas condições de vida em Laclubar (Manatuto), Uatu-Lari (Viqueque), Natarbora (Manatuto) e Lolotoe (Bobonaro). Todos eram locais estratégicos, na sua maioria situados nas montanhas. Os militares indonésios impediam as pessoas de abandonarem as vilas, existindo em cada uma delas apenas alguns milhares de pessoas. É difícil hoje avaliar as repercussões traumáticas destes elevadíssimos números de mortes em comunidades tão pequenas, que permanecem no seu impacto duradouro sobre o tecido cultural e económico dessas mesmas comunidades.

240. A ajuda do *CICV* começou a chegar a Díli em Outubro de 1979, sendo administrada conjuntamente com a Cruz Vermelha Indonésia. A primeira assistência foi imediatamente encaminhada para Hatulia (Ermera) e Laclubar (Manatuto). Durante os primeiros seis meses, previa-se que a operação de socorro distribuisse 1.800 toneladas de milho, 360 toneladas de arroz, 1.080 toneladas de feijão, 216 toneladas de óleo vegetal, 270 toneladas de leite em pó e 180 toneladas de bolachas de proteínas a 60.000 pessoas. Em 1981, o programa de ajuda alimentar alcançava 80.000 pessoas, em 15 aglomerados.<sup>226</sup> O orçamento elevava-se a 7

---

<sup>\*</sup> Em Junho de 1979, o Governo indonésio calculou que a população de Timor Leste totalizaria os 533.176 habitantes. Um ano mais tarde, uma estimativa mais exacta apontava para 555.350 [citada em 'East Timor: how many people have died?' pp.22-24, ACFOA Development Dossier no.1, July 1980, 2d edn; Bappeda Tk. I, *Timor Timur dalam angka: 1988*, Díli: Kantor Statistik Propinsi Timor Timur, 1989, p. 27 (Agência para o Desenvolvimento Regional, nível subdistrital, e Gabinete de Estatística da Província de Timor Leste, *Timor Leste em Números: 1988*)].

<sup>†</sup> Comunicação do *CICV*, 21 de Agosto de 1979. John Waddingham, “Notes on ‘counter-insurgency’ in East Timor: The Indonesian government’s resettlement program”, in Senate Standing Committee on Foreign Affairs and Defence [Reference: East Timor – Human Rights and Condition of the People], Commonwealth of Australia, Canberra, 1982, pp. 715-748.

Os locais nomeados eram Uatu-Lari, Iliomar, Luro, Abafala, Seiçal, Ostico, Cassa, Zumalai, Hatulia, Fatubesse, Natarbora, Laclubar e Dilor.

milhões AUD (6,26 milhões USD), para a primeira etapa da operação, destinando-se quase metade ao transporte a ajuda por helicóptero.<sup>227</sup>

### Controlos e restrições

241. Os dois programas de ajuda, do CRS e do CICV, estavam sujeitos a um rigoroso controlo militar indonésio. A intervenção dos militares servia mais frequentemente para criar limitações ao programa de socorro, do que para facilitá-lo. A documentação disponibilizada pelo CRS à Comissão revela que todas as decisões do Governo relativas a Timor Leste, incluindo as questões ligadas às operações do CRS, eram controladas pelo tenente-general L. B. (Benny) Murdani, que em 1979/1980, era adjunto do ministro da Defesa e da Segurança para os serviços de informação (*Asintel Hankam*) e director-adjunto da Agência Coordenadora dos Serviços de Informação do Estado (*Badan Koordinasi Intelijen Negara, Bakin*). O general Murdani esteve estreitamente ligado ao planeamento da invasão de Timor Leste, em 1975, e o território manteve-se na sua área de competência.\*

242. A segurança era tão apertada, que os escritórios do CRS em Jacarta não estavam autorizados a comunicar por telefone com o escritório em Díli, o que levou o CRS a solicitar directamente ao general Murdani autorização para dispor de uma linha telefónica. O CRS solicitou igualmente a sua intervenção, quando um helicóptero foi retirado do serviço para utilização da indústria petrolífera. O general Murdani vetou uma proposta de programa de alimentação nas escolas e impediu a nomeação do padre Locatelli como gestor de projecto de um programa de desenvolvimento proposto em 1981. Uma proposta de recrutamento de médicos indonésios pelo CRS foi igualmente rejeitada.<sup>228</sup>

243. No terreno, uma grave escassez de camiões poderia ter sido superada pela organização militar, que mantinha dezenas de milhares de soldados no terreno. A verdade é que teve de ser o próprio CRS a criar a sua frota de camiões alugando veículos privados, reparando-os e, depois, alugando os camiões avariados da administração civil. Até estes camiões eram por vezes retirados para uso pelos seus proprietários.<sup>229</sup>

244. Durante o programa de ajuda de emergência, a presença efectiva do CICV em Timor Leste foi mínima. Na realidade, a distribuição era conduzida por pessoal da Cruz Vermelha Indonésia. Em termos de níveis de presença, a situação comparava-se negativamente com a presença anterior do CICV em Timor-Leste, antes da invasão de Dezembro de 1975, quando não existia no território qualquer crise de fome.<sup>230</sup>

245. Gilman dos Santos, que trabalhou para o CRS em 1979, prestou um depoimento valioso sobre a escala e natureza da crise humanitária vivida nessa época, bem como sobre a capacidade limitada das organizações para a resolver. No decurso da sua colaboração com o CRS, Gilman dos Santos viajou por todos os distritos de Timor-Leste e observou, por si próprio, as condições de vida das comunidades e o papel desempenhando pelos militares indonésios:

---

\* "O acordo assinado entre o CRS e o ministério da Administração Interna era um dispositivo legal destinado a legitimar a presença do CRS em Timor Leste...A verdade é que este acordo com a administração interna não tinha qualquer valor efectivo já que todas as decisões sobre matérias referentes a Timor Leste eram [sic] realmente controladas pela ASSINTEL HANKAM. Este facto foi sublinhado na carta que acompanhou o acordo, quando este foi enviado para o CRS/ Nova Iorque. Esta situação foi reconhecida pelo USAID..." [Documentos anexos a Patrick C. Johns, Director do CRS – Indonésia, para Donald J. Crosson, Director do CRS – Região II, de Dezembro de 1980, in Documentação disponibilizada pelo CRS, Anexo 4].

*O CRS chegou em 1979. A presença das organizações internacionais em 1979, foi motivada pela situação terrível de fome que se vivia em todo o território de Timor Leste. Esta assistência veio um ano depois dos relatórios referentes à visita dos embaixadores. Imagine-se, um ano depois! Mesmo assim, ainda ajudou. Nessa época, nunca se ouviu falar de ninguém das Nações Unidas a fazer qualquer visita, apesar de estarmos envolvidos num conflito colossal. Quero dizer que a assistência humanitária que veio foi tardia, mas também que salvou muitas pessoas. Foi tardia porque Timor se encontrava isolado. Nem sequer os civis indonésios sabiam o que se estava a passar aqui. Os jornalistas, fossem eles indonésios ou estrangeiros, não podiam noticiar o que aqui se passava. Nem sequer podíamos telefonar para outras regiões da Indonésia. O território estava muito isolado: muito isolado e sob vigilância apertada dos militares indonésios. Devido a estes controlos apertados, o CRS deixou Timor Leste, após cinco anos de missão humanitária.*

*Só durante a viagem entre Díli e Baucau tínhamos de fazer 13 paragens, em cada comando distrital e subdistrital, para nos inspeccionarem os documentos. Já tínhamos 26 assinaturas, mas eles exigiam mais...Havia alguns militares que colaboravam, por exemplo em Vemasse, em Turiscai e em Alas...Para superarmos os problemas com os militares, dizíamos que os alimentos vinham da América e mostrávamos a bandeira dos EUA nas embalagens. E os soldados indonésios tinham muito medo dos americanos.<sup>231</sup>*

246. A Comissão registou que a ajuda não foi distribuída de forma não discriminatória às pessoas necessitadas. Segundo Gilman dos Santos, o CRS não conseguiu distribuir o socorro humanitário de maneira politicamente neutra:

*O CRS só foi autorizado a distribuir alimentos a pessoas residentes em zonas controladas pelas ABRI. Não pudemos distribuí-los às pessoas nas montanhas. As ABRI não queriam distribuir alimentos às pessoas nas montanhas, porque pensavam ser essa a maneira de forçá-las a descerem e a renderem-se.<sup>232</sup>*

247. Segundo depoimentos ouvidos pela Comissão, as Forças Armadas indonésias teriam alegadamente feito uso indevido da ajuda. Segundo Gilman dos Santos, os bens integrados na ajuda apareciam frequentemente à venda no mercado local, ou eram retidos para uso pessoal:

*A nossa tarefa consistia em contar o número de famílias existentes em cada distrito e subdistrito. Então, enviávamos um relatório e recebíamos 10 kg de alimentos por pessoa, além de produtos médicos. Supostamente deveríamos distribuir [directamente] os alimentos, mas éramos forçados a entregá-los ao posto militar distrital do Koramil. Eles não nos deixavam dar tantos alimentos de cada vez, porque diziam que iriam ser entregues à Fretilin. Davam apenas 5 kg. Supostamente deveriam dar os restantes 5 kg quando chegassem novas remessas enviadas pelo CRS. Segundo nos contaram, eles ficavam com o resto para si próprios, ou vendiam-no, ou serviam-se dele como salários em programas de construção, embora o Governo já tivesse disponibilizado fundos. Ou então trocavam-no por ovos, galinhas, etc...Sabemos que houve alimentos vendidos pelas ABRI nos seguintes lugares, tendo essa ocorrência sido relatada à sede do CRS em Díli: Maubisse, Ermera, Hatu Bullico, Liquiça, Manatuto, Baucau, Lospalos, Laga e Suai. A ajuda em vestuário era escolhida e as boas roupas eram guardadas pelos militares. Se algum colaborador do CRS protestasse, era espancado e ameaçado com uma pistola: "Tu deves ser da Fretilin—vou matar-te."*

*As pessoas contavam-nos — e por vezes nós testemunhávamos isso com os nossos próprios olhos — que a ajuda andava a ser vendida por soldados do Kodim ou do Koramil a lojas locais, ou a civis ricos. Muitas vezes, era simplesmente oferecida a membros das suas famílias.<sup>233</sup>*

248. Em entrevista separada à Comissão, o padre Elígio Locatelli, de Fatumaca, (Baucau) confirmou estas alegações:

*Vários proprietários de lojas chinesas eram forçados, pelos soldados, a comprar algum do arroz da ajuda humanitária e a vendê-lo nas suas lojas. Um dia, um chinês veio ter com os padres, preocupado com o que era forçado a vender.<sup>234</sup>*

### **Repercussões da ajuda junto da população**

249. No decurso do seu programa de emergência (5 de Setembro de 1979 até Dezembro de 1980), o CRS distribuiu 17.000 toneladas de alimentos, 430 búfalos de água, 195 toneladas de semente de arroz e 326 toneladas de semente de milho. O CRS reivindicou ter abrangido 240.000 pessoas. No seu Relatório Final, de 18 de Março de 1981, observou que, com base nos dados recolhidos em 10 dos locais onde desenvolvera o seu trabalho, o programa teve o efeito de reduzir acentuadamente as taxas de mortalidade.

*No período entre Janeiro de 1979 e Julho de 1979, o número médio de óbitos por mês elevou-se a 1.296; no período entre Setembro de 1979 e Janeiro de 1980, o número diminuiu para 70, demonstrando claramente o impacto positivo do programa de ajuda alimentar de emergência.<sup>235</sup>*

## Comentários de conclusão

250. A partir das informações por si recolhidas, a Comissão reconhece que a situação das pessoas no momento da rendição aos indonésios já era desesperada. No entanto, considera que o surto de fome teve lugar devido à negligência dos militares indonésios, ao não satisfazerem as necessidades elementares das pessoas quando estas entravam nos campos sob seu controlo. A partir das informações recolhidas, a Comissão considera que, para muitas das pessoas que se renderam, o surto de fome teve início no decurso de 1978 e se prolongou durante pelo menos um ano (até Setembro de 1979).

251. O surto de fome não foi provocado por condições sazonais inusitadas (ver, em baixo, a Caixa intitulada: *El Niño* não foi a causa do surto de fome). A Comissão acredita que, se os militares tivessem organizado, ou permitido, a entrega de ajuda alimentar de emergência, ou autorizado a população a regressar às suas aldeias de origem para trabalhar nas suas hortas, não teria existido qualquer surto de fome em Timor Leste. No entanto, os militares não permitiram que isso acontecesse, porque o seu objectivo superior era a derrota militar da Fretilin/Falintil. Este mesmo objectivo fez com que os militares continuassem a impedir a distribuição de ajuda alimentar a não ser nas áreas por si controladas, mesmo depois de autorizarem a entrada das organizações internacionais de ajuda humanitária em Timor Leste.

252. Em resumo, a Comissão entende que as políticas e a prática militares indonésias foram directamente responsáveis pelo catastrófico surto de fome ocorrido em 1978/1979 em Timor Leste.

## ***El Niño* não foi a causa do surto de fome**

Várias pessoas têm sugerido que o surto de fome ocorrido em Timor Leste nos anos de 1978/1979 se deveu à seca e não à intervenção dos militares indonésios. Por exemplo, Edward Masters, na altura embaixador dos EUA na Indonésia, afirmou perante o Congresso dos EUA, após uma visita a Timor Leste em Setembro de 1979, que a pluviosidade desse ano correspondera a apenas 25% da época de chuvas anterior. Embora afirmasse que o surto de fome era devido à guerra e a factores ambientais, ele depôs longamente sobre a seca e sobre as práticas agrícolas locais, ignorando os efeitos da guerra e o uso de campos de internamento.<sup>236</sup>

A seca periódica prolongada causada pelos padrões atmosféricos do *El Niño* afecta com frequência a produção agrícola em Timor-Leste. Em Timor-Leste, se o fenómeno do *El Niño* se iniciar entre Fevereiro e Abril, pode provocar seca ou chuvas tardias. Durante o período do conflito em Timor-Leste, registaram-se fenómenos importantes do *El Niño* por cinco vezes, como se comprova no quadro abaixo incluído. Nos outros anos, a pluviosidade foi normal.

Os fenómenos do *El Niño* podem alterar as condições climáticas de duas maneiras: atrasando o começo da estação de chuva ou reduzindo a pluviosidade durante a estação de chuva. Se a estação de chuva começar tarde, as colheitas também são tardias e os alimentos armazenados durante a estação seca podem esgotar-se, enquanto as pessoas aguardam a chegada das chuvas. Contudo, em tais ocasiões os agricultores timorenses costumam voltar-se, por exemplo, para os alimentos silvestres. Por isso, uma estação de chuva atrasada não constitui causa importante de fome. Se houver menos pluviosidade durante a estação de chuva, o resultado é muito pior, porque a colheita será menor ou completamente nula. Isto pode provocar escassez de alimentos até à colheita seguinte.

A Comissão descobriu que havia poucos dados disponíveis sobre pluviosidade para este período da história de Timor-Leste. Porém, John McBride do Gabinete Australiano de Meteorologia elaborou uma análise do impacto potencial do *El Niño* sobre Timor-Leste, a partir de conjuntos de dados históricos de pluviosidade referentes a Díli e a várias cidades na zona oriental do arquipélago indonésio, que se encontram disponíveis ao público num sítio da Internet.<sup>237</sup> Segundo estes dados, entre Fevereiro de 1977 e Abril de 1978 o fenómeno do *El Niño* ocorreu mais ou menos na mesma época em que o surto de fome se tornava grave em Timor-Leste. Contudo, este fenómeno do *El Niño* foi um dos mais moderados alguma vez registados em Timor-Leste. Durante a estação de chuva, a pluviosidade foi apenas inferior em 7% ao normal. A estação de chuva começou efectivamente tarde, mas isto, como já se viu, não constitui um problema grave em si. Além disso, não houve qualquer fenómeno do *El Niño* em 1979.

**Table 9 - Quadro 9- Fenómenos atribuídos a *El Niño* e pluviosidade em Timor-Leste**

Fenómeno de <i>El Niño</i>	Início da Estação de Chuva	Decréscimo de Pluviosidade na Estação de Chuva	Alimento potencial
Meses de escassez			
Fev. 1977 / Abr. 1978	70 dias atrasado	7 %	Abr. 1978
Abr. 1982 / Jul. 1983	40 dias atrasado	53%	Abr. 1983 / Abr. 1984
Fev. 1991 / Jun. 1992	10 dias adiantado	22%	Pouco efeito
Mar. 1994 / Jun. 1995	30 dias adiantado	68%	Abr. 1995 / Abr. 1996
Mar. 1997 / Abr. 1998	pontual	71%	Abr. 1998/ Abr. 1999

Fonte: [http://www.bom.gov.au/bmrc/clfor/cfstaff/jmb/east\\_timor\\_5.html](http://www.bom.gov.au/bmrc/clfor/cfstaff/jmb/east_timor_5.html)

<sup>236</sup> Esta estreita relação entre o *El Niño* e a pluviosidade no arquipélago indonésio é analisada em Neville Nicholls, "Air-sea interaction and the possibility of long-range weather prediction in the Indonesian Archipelago", *Monthly Weather Review*, 1981, v.109, pp. 2435-2443; Malcolm Haylock and John McBride, "Spatial coherence and predictability of Indonesian wet season rainfall", *J. Climate*, 2001, v.14, pp. 3882-3887; e Harry H. Hendon, "Indonesian rainfall variability: Impacts of ENSO and local air-sea interaction", *J. Climate*, 2003, v.16, pp. 1775-1790.

Os dados de pluviosidade referentes ao extremo oriente do arquipélago indonésio não são conclusivos. A média relativa à totalidade da costa Norte de Timor-Leste (conhecida como DMP91) não se mostra mais baixa do que a pluviosidade normal em 1979.

Esta conclusão baseou-se em três ou quatro estações. No entanto, entre Janeiro e Abril de 1979, o tempo esteve muito seco em Díli, tendo a cidade vivido condições meteorológicas de seca durante esses meses. Ao longo de todo o ano de 1979, a pluviosidade em Díli foi inferior em 31% (e não 75%, como se tem alegado) aos valores normais. No entanto, a zona de Díli é muito mais seca do que outras regiões de Timor-Leste. A cidade localiza-se na costa Norte, que recebe muito menos precipitação do que o interior montanhoso e a costa Sul. As baixas taxas de pluviosidade em Díli não constituem um bom indicador da existência de seca nas regiões agrícolas de Timor-Leste. Não dispomos de quaisquer dados para essas regiões. Outras cidades na região oriental do arquipélago indonésio também apresentaram uma pluviosidade baixa nesse período, nomeadamente Kendari (Sudeste de Sulawesi) e Waingapu (Sumba). Em algumas, contudo, a pluviosidade foi normal, em especial Kupang (Timor Ocidental) e Saumlaki (Sudeste das Molucas). Na cidade de Ujung Pandang (Sul de Sulawesi), registou-se uma pluviosidade acima da média nos primeiros meses de 1979.

Assim, os dados não são suficientes para se determinar com certeza absoluta se houve ou não seca em 1979. No entanto, várias razões indicam que 1979 não foi um ano de seca na totalidade de Timor-Leste. São elas: inexistência de fenómenos do *El Niño*, pluviosidade média normal ao longo da costa Norte (DMP91) e inexistência de seca generalizada nas cidades em torno da região. Portanto, a Comissão não acredita que a pluviosidade (seja tardia, seja inexistente) constituísse um factor suficientemente importante para provocar o surto de fome dos anos de 1978/1979, o qual só pode ser explicado devido à intervenção das Forças Armadas indonésias.

Durante momentos específicos do período de 1974/1999 registaram-se fenómenos mais graves do *El Niño*, alguns dos quais provocaram escassez de víveres. Os anos de 1983, 1995 e 1998 foram anos de seca bastante severa. A fome registada em certas regiões de Timor-Leste em 1983/1984 poderá ter-se devido parcialmente à seca. Porém, nenhum desses anos de fome foi tão grave como 1978/1979. Regra geral, o povo de Timor-Leste consegue superar a seca. O problema real foi a guerra e a acção dos militares indonésios.

### 7.3.5 Deslocação forçada e surtos de fome localizados na década de 1980

253. A deslocação forçada, causadora de escassez localizada de víveres e, por vezes, indutora de mortes, continuou a verificar-se na década iniciada em 1980. A partir das provas recolhidas, a Comissão conclui que, durante este período, a Indonésia desenvolveu uma política marcada por dois padrões principais de deslocação forçada:

- transferência da população para novas zonas de reinstalação, a fim de garantir o seu melhor controlo.
- transferência e concentração numa área bem definida com imposição de restrições, como retaliação ou punição colectiva por ataques contra alvos militares indonésios.

254. No início da década de 1980, as forças da Resistência reagruparam-se e reorganizaram-se, desencadeando vários ataques localizados contra unidades das *ABRI* – entre eles, o ataque contra Marabia (Díli) a 10 de Junho de 1980, o levantamento de Kablaki (Ainaro e Manufahi) a 20 de Agosto de 1982, e o levantamento de Kraras (Viqueque) e Lautém a 8 de Agosto de 1983. A estes ataques seguiram-se operações de retaliação perpetradas pelos militares indonésios: uma

das consequências destas operações foi a deslocação de milhares de civis nas zonas circundantes, com gravíssimas repercussões humanitárias.

255. No início da década de 1980, milhares de jovens do sexo masculino foram recrutados à força para participarem nas operações militares de busca de membros das Falintil. Este recrutamento forçado em massa afectou as actividades agrícolas e, conseqüentemente, a segurança alimentar. O recrutamento forçado da população civil é debatido pormenorizadamente no subcapítulo 7.7: Violações do Direito da Guerra.

### **Desmantelamento dos campos de reinstalação: transferência estratégica da população**

256. Na década de 1980, os militares indonésios já controlavam a maior parte do território. Muitos dos campos de reinstalação foram encerrados. Alguns dos seus habitantes regressaram às aldeias de origem. Outros permaneceram confinados aos locais onde haviam sido reinstalados após a rendição, sujeitos ao mesmo regime restritivo de controlo. Outros ainda passaram vários anos a serem transferidos de suco para suco, antes de serem autorizados a regressar à respectiva aldeia de origem. Por fim, outros foram transferidos para sucos de reinstalação estratégica, por vezes denominados “novos aldeamentos” (*pemukiman baru*), normalmente localizados perto das principais vias rodoviárias. A decisão parece ter-se baseado num leque variado de razões de segurança, incluindo a acessibilidade das aldeias de onde eram originários os habitantes do novo aldeamento.

257. O Governo indonésio reiterou que a política dos novos aldeamentos se destinava a ajudar as pessoas. Em várias regiões da Indonésia, como Kalimantan e Sulawesi, o Governo também transferiu população de zonas isoladas para as cidades, ou para áreas próximas das vias rodoviárias, com melhor acesso às escolas, às instalações de saúde e aos mercados. A política integrava-se no programa de desenvolvimento rural do Governo. Em Timor Leste, as autoridades afirmaram frequentemente que os novos aldeamentos eram criados para facilitar a prestação de serviços a populações de outro modo isoladas, ou porque as práticas agrícolas de “queimada” haviam destruído o solo nas zonas onde as pessoas transferidas para os novos aldeamentos tinham anteriormente vivido, impossibilitando a produção agrícola.

258. A Comissão regista que a política de reinstalação teve aspectos positivos. Mesmo depois da independência, muitos timorenses preferiram permanecer nas cidades e sucos para onde foram transferidos. No entanto, as provas aduzidas no presente subcapítulo demonstram que é enganador retratar estas deslocações forçadas como integradas num programa de desenvolvimento rural. Quem o faz, ignora o facto de que as transferências em Timor Leste eram organizadas pelos militares, prossequindo objectivos militares. Os documentos militares demonstram, sem margem para dúvidas, que a razão principal para a criação de novos aldeamentos era retirar a população das zonas onde a Resistência se mantinha activa. Sobretudo nos primeiros anos, o programa não melhorou o bem-estar do povo, gerando precisamente o efeito contrário — fome extrema. Por consequência, muitas pessoas partiam desses sucos de reinstalação assim que podiam.

259. A criação de novos aldeamentos processou-se de diversas formas. Alguns foram construídos com trabalho forçado não remunerado. Outros foram instalados em sucos previamente existentes, que se tornaram muito maiores à medida que os militares forçavam as pessoas da região rural em redor a reinstalar-se nesses locais. Em alguns casos, houve comunidades inteiras que foram reinstaladas em aldeias previamente existentes junto às estradas principais, provocando frequentemente conflitos pela posse da terra e pelo acesso aos recursos (ver subcapítulo 7.9: Violações dos Direitos Económicos e Sociais). Alguns campos previamente existentes transformaram-se em aglomerados urbanos estratégicos, à medida que as pessoas continuavam a ser retidas nesses locais.

## Reinstalação na década de 1980: as opções

### *Regresso à aldeia de origem*

260. Em 1982 redigiram-se vários manuais militares, que contêm informação pormenorizada sobre a estratégia adoptada pelo exército indonésio para manter a segurança em áreas do distrito de Baucau então ainda consideradas “sensíveis.” Dão-nos uma ideia aprofundada da maneira como os militares entendiam a reinstalação nesta época. Um dos manuais afirma claramente que os militares entendiam que enviar as pessoas para as suas aldeias de origem poderia ser benéfico em termos de segurança:

O subdistrito de Laga propôs a transferência da aldeia de Soba [para Bolehae] e da aldeia de Tekinomata [para Sama Guia]. Se forem criados aldeamentos nestes dois locais, será possível controlar o lado Norte do Monte Matebian e a reigão de Susugua. Entretanto, a administração do subdistrito de Baguia propôs que os habitantes da aldeia de [ilegível] devem ser reenviados para o seu local de origem, na região de Bahatata, enquanto que, os da aldeia de Lari Sula deverão, por agora, ser reinstalados na região de Caidawa...A abertura destes novos aldeamentos abrirá o caminho para [Uatu-Carbau].<sup>238</sup>

261. Noutro manual analisa-se a aldeia de Bualale, localizado nas encostas do Monte Matebian, cuja população fora autorizada, em 1982, a deixar a vila de Quelicai para regressar à terra de origem, no contexto geral do seu “desenvolvimento abrangente”.<sup>239</sup> Reconhece-se que, na vila de Quelicai, os habitantes não podiam cultivar a suas próprias hortas e, portanto, não dispunham de víveres em quantidade suficiente. Esta foi a razão apresentada para reenviá-los para Bualale. Mas havia outra razão, fundamentada em critérios de segurança. Comenta-se que Bualale era a terra natal de David Alex, comandante da 2ª Companhia da Brigada Vermelha das Falintil e, portanto, um potencial território de geração de apoios à Resistência. O manual explica com clareza que os militares indonésios acreditavam que o reenvio da população para o local poderia efectivamente melhorar a segurança na região. Várias medidas haviam sido tomadas que, assim se esperava, gerariam esse resultado. A maioria das famílias com parentes ainda na floresta, haviam sido enviadas para a Ilha de Ataúro. Entretanto, fora nomeado um novo chefe de aldeia, considerado apoiante dos objectivos indonésios. Descreve-se o povo como “cooperando bem na segurança e no desenvolvimento”, embora se reconhecesse que, devido à intimidação da Fretilin, e “por outras razões,” existia ainda uma rede da Resistência a funcionar na aldeia, segundo se cria. Havia 10 *Hansip* e um pelotão de *Ratih*, além de mais 50 pessoas, que podiam ser mobilizadas ocasionalmente.

262. Outro destes manuais militares dá indicações sobre o real impacto das prioridades de segurança dos militares sobre as populações nas aldeias. Numa secção intitulada “Controlo Intensificado da População,” recomenda-se vigilância apertada e restrição de movimentos. O manual dá instruções às unidades que actuam a nível das aldeias para que “todas as actividades desenvolvidas pela população sejam conhecidas com exactidão.” Aconselha a criação de redes de informadores, exigindo o salvo-conduto para deslocações fora da aldeia, a criação de postos de controlo em redor da aldeia e a realização de convocações ou inspecções repentinas, ou de patrulhas casa-a-casa.<sup>240</sup>

263. A troca de impressões entre a Comissão e a população da aldeia de Bualale acerca da sua vida durante a ocupação indonésia, revelou a forma como a aldeia encarava o regime que lhes fora imposto pelos militares, após o regresso a casa:

1981: Cerca de 20 habitantes de Bualale foram declarados suspeitos de serem “GPK” [Gerombolan Pengacau Keamanan, membros do “bando de perturbadores da segurança”, ie, da Resistência] e foram detidos pelo Batalhão 521 e levados para Quelicai, onde permaneceram presos durante um ano. Enquanto estavam presos, as actividades que realizaram, entre outras, foram: construção da sala de reuniões de Quelicai, construção do centro de saúde e trabalhos forçados na reparação de estradas em torno da vila de Quelicai...Nesse ano [de 1981] cerca de 5 famílias consideradas suspeitas [pelas ABR1] de manterem contacto com as Falintil foram deslocadas à força para Ataúro. Nessa época, as pessoas ficaram com mais medo e traumatizadas porque eram sempre suspeitas de manterem contacto com as pessoas que se encontrava na floresta [Falintil]. Uma mulher, Eugénia, da aldeia de Lialura, morreu de fome em Ataúro...Três famílias, cuja partida para Ataúro esteve prevista, acabaram por permanecer em Bualale, por não haver navio que as levasse. Por isso, ficaram em Bualale, mas viviam sob ameaça constante [das ABR1], sendo sempre acusadas de serem “GPK” ou “Fretilin”.

1982/1983: Foi só [em 1982] que os habitantes da aldeia de Bualale que haviam vivido no campo de Quelicai foram reenviados para a aldeia natal de Bualale.

Nessa época, os habitantes de Bualale estavam sempre sob suspeita, porque havia ainda um grupo da aldeia que se encontrava na floresta e [as ABR1] estavam sempre a fazer coisas do tipo:

Mandar as mulheres cozinharem alimentos para os Hansip destacados em Bualale.

Organizar diversões [bailes] com as mulheres todas as noites.

Obrigam mulheres com filhos ainda pequenos a participarem nestes eventos.

Obrigam as mulheres a desempenharem tarefas de vigilância no turno da noite.

Nessa época, o Batalhão Zipur 9 [109] e a milícia Tim Saka (Railakan), chefiada por F57, torturavam os habitantes e houve um homem da aldeia de Lialura, Mateus, que foi torturado até à morte...

1984/1986: Nestes anos, a situação manteve-se como antes.<sup>241</sup>

#### *Novos aldeamentos*

264. Os habitantes foram frequentemente deslocados dos campos de reinstalação para aldeamentos totalmente novos, que os militares consideravam mais seguros do que as suas aldeias de origem.

265. Entre 1979 e 1981, habitantes de 6 aldeias no subdistrito de Quelicai (Baucau) — Quelicai, Guruça, Afaça, Abafala, Uaitame and Bualale — foram deslocados à força do campo na

vila de Quelicai para um novo aldeamento na costa denominado Kampung Mulia, situado entre as aldeias de Tequinaumata e Seiçal (Laga, Baucau). Cerca de 205 famílias foram obrigadas a mudar-se para Mulia porque as suas aldeias ficavam demasiado perto da floresta e pensava-se que poderiam dar apoio às Falintil. Quando chegou a vez da transferência de Guruça e Afaça, os habitantes recusaram-se a abandonar as suas aldeias. Depois de todos os seus pertences lhes serem retirados de casa, estas foram incendiadas. As culturas e os animais de criação foram destruídos e vários habitantes espancados e esfaqueados. Puseram-nos em camiões do exército e conduziram-nos a Mulia, sob forte escolta armada.<sup>242</sup> A comunidade de Uaitame recordou que, no dia 8 de Janeiro de 1979, tropas indonésias comandadas por um oficial das Forças Especiais (*Kopassandha*) apareceu em Laga para deslocar todos os 600 habitantes de Uaitame da vila de Quelicai para Mulia. A princípio, as pessoas recusaram-se a partir, mas no dia seguinte o comandante do *Kopassandha* e os seus homens regressaram e obrigaram-nas a subir para os 13 camiões, enquanto disparavam furiosamente tiros para o ar.

266. Os primeiros meses de vida passados no novo aldeamento foram muito difíceis. Os habitantes de Uaitame descreveram as condições em que viveram depois de chegarem a Mulia:

*As pessoas que viviam em Mulia não tinham casas, nem camas, nem equipamento de cozinha, nem alimentos, nem roupas. Por consequência, cerca de 250 pessoas morreram de fome e de doença. Nessa época, os mortos eram enterrados nus e sem caixão. Todos os dias morriam 8 a 10 pessoas.*<sup>243</sup>

267. Passados três ou quatro meses, as pessoas começaram a receber alimentos através da Igreja Católica. Dois meses mais tarde, a administração local forneceu-lhes chapa de zinco para telhados, a fim de poderem construir habitações.<sup>244</sup>

268. A situação foi melhorando lentamente. Devido às restrições de movimentos, os habitantes de Mulia viam-se continuamente confrontados com escassez de alimentos, por não serem autorizados a cultivar os campos longe das imediações. As condições de vida eram muito básicas e não tinham acesso a cuidados médicos. Por isso, segundo uma fonte que preferiu não ser identificada, as pessoas continuaram a morrer durante este período. Em 1980, o CRS e o CICV começaram a distribuir ajuda em Kampung Mulia. Os militares indonésios começaram a abrandar as restrições de movimentos, autorizando as pessoas a procurarem terrenos agrícolas propícios longe de suas habitações, embora continuassem a serem obrigadas a andar com o salvo-conduto (*surat jalan*).<sup>245</sup>

#### *Reinstalação repetida*

269. Os habitantes de alguns sucos esperaram muitos anos até serem autorizados a regressar às suas habitações. Nesses casos, após o dismantelamento dos campos de reinstalação, aconteceu à população ser transferida várias vezes de local antes de ser autorizada a instalar-se de novo na sua aldeia de origem.

270. Os habitantes de Lelalai (Quelicai, Baucau) viveram essa situação. Contaram à Comissão o que viveram durante os anos de deslocação forçada e de controlo às mãos do *Tim Saka*, milícia apoiada pelos militares indonésios, até serem autorizados a regressar à sua aldeia de origem, em 1988:

*1982: A população foi deslocada para uma zona próxima da aldeia de Aba. Uma vez ali chegados, ordenaram-lhes que construíssem uma escola de emergência, mas as crianças não podiam ir à escola por não terem roupas para vestir.*

*1984/1986: A população voltou a ser deslocada, para a aldeia de Laisorulai, onde ficaram sob vigilância da milícia Tim Saka [Railakan], chefiada por Julião Fraga e outros. Nessa época, as pessoas foram autorizadas a procurarem alimentos, embora à noite tivessem de regressar ao “campo de concentração”. [Quando saíam em busca de alimentos,] era-lhes dito que colhessem noz molucana e copra para eles [a milícia]. Se não lhes trouxessem [noz molucana e copra], fossem homens ou mulheres, seriam torturados, espancados e metidos dentro de um barril cheio de água.*

*1987 O comandante do Tim Saka disse aos habitantes de Lelalai que podiam regressar à sua aldeia, mas que primeiro tinham de plantar hortas com noz molucana, copra e teca. Nessa época, a administração local não prestou qualquer atenção às necessidades do povo de Lelalai, cuja vida e morte estavam nas mãos do Tim Saka.*

*1988 Depois de os habitantes fazerem aquilo que lhes tinha sido ordenado pelo comandante do Tim Saka...disseram-lhes que fossem para as suas antigas casas. Mesmo assim, o dia-a-dia continuou a não ser livre, nem normal, uma vez que todas as suas actividades permaneceram sujeitas exactamente às mesmas restrições de antes.<sup>246</sup>*

#### *Continuação das restrições nas áreas de reinstalação*

271. Como já se observou em ocasião anterior do presente capítulo, quando as pessoas voltaram ao subdistrito de Iliomar (Lautém), em finais de 1978, não lhes foi permitido que regressassem às respectivas aldeias, tendo sido dirigidas para áreas de reinstalação estratégica (“*daerah pemukiman*”). Os habitantes de Iliomar II, que antes tinham vivido na área de Kampung Lama, cerca de 3 quilómetros a Sul da vila de Iliomar, foram transferidos para uma área a Norte da aldeia de Ailebere e a Sul de Iliomar I. Os habitantes da aldeia de Fuat, anteriormente residentes na área de Bubutau, a Norte de Maluhira, foram concentrados numa zona adjacente ao limite Norte de Iliomar I. Os habitantes de Cainliu, até mesmo os da distante aldeia de Larimi, foram forçados a instalarem-se na área onde actualmente fica a escola preparatória e a Igreja, com os habitantes da aldeia de Caidabu a serem reinstalados nas proximidades. Os habitantes de Tirilolo também foram reinstalados perto da Igreja.

272. Na área de reinstalação da cidade de Iliomar, os habitantes só estavam autorizados a cultivar a terra até à distância máxima de 500 metros das suas novas habitações; qualquer movimento para além dessa distância, exigia autorização e a emissão de um salvo-conduto. Estas medidas restritivas destinavam-se a cortar os abastecimentos à Resistência, isolando a população civil das Falintil que permaneciam na floresta. Impossibilitados de aceder às suas hortas e campos tradicionais, os habitantes suportaram níveis consideráveis de fome e dificuldades.<sup>247</sup>

273. Em 1982, os habitantes de 4 das aldeias do subdistrito de Iliomar foram autorizados a regressar às respectivas aldeias. No entanto, para os habitantes de Iliomar I e Iliomar II a situação não se alterou. Foram obrigados a permanecer na sua área de reinstalação até 1988.

274. A população de Iliomar sofreu grandes dificuldades e fome nos anos de 1984/1985. Em 1981, a população de Tirilolo e Cainliu fora autorizada a regressar da área de reinstalação na vila de Iliomar às suas aldeias de origem. A população da aldeia de Larimi fora transferida para uma área adjacente à aldeia de Liufalun, Cainliu, em 1982. Mesmo assim, as forças de segurança

indonésias continuaram a restringir-lhes o acesso a muitos dos seus campos tradicionais. As condições de vida tornaram-se particularmente difíceis para a população de Iliomar I e de Iliomar II, que não fora autorizada a regressar às respectivas habitações.<sup>248</sup> Entre 1979 e 1981, o CICV levou a efeito em Iliomar um programa de alimentação de emergência, prosseguido pela UNICEF a partir de meados de 1982, mas suspenso em 1983 devido à escalada das actividades militares indonésias na zona. Mário Viegas Carrascalão, à época governador de Timor Leste, recordou que a sua “mais amarga recordação é a do surto de fome que se abateu sobre o distrito de Iliomar em 1985”.<sup>249</sup>

275. Em 1988, os militares indonésios adoptaram uma nova estratégia para a população de Iliomar II transferindo-os do centro do subdistrito de Iliomar para a zona de Iradaruta, situada no limite Nordeste da sua aldeia de origem. Daí resultou a criação de uma aldeia de reinstalação estratégica, com o objectivo, como explicou à Comissão a comunidade de Iliomar II, de “cortar as comunicações às Falintil e apoiar as operações dos militares na zona”. A comunidade relatou igualmente à Comissão que os militares não alcançaram os seus objectivos, porque a população não lhes forneceu informação.<sup>250</sup>

### **Redistribuição da população**

276. A transferência forçada de populações, primeiro no momento das rendições e capturas de 1977 a 1979 e, mais tarde, aquando de outras transferências forçadas subsequentes, provocou uma alteração radical no padrão de povoamento de Timor-Leste. Regiões inteiras esvaziaram-se de pessoas, deslocadas para novos locais, alguns dos quais anteriormente desabitados.

277. No quadro adiante incluído apresentam-se as alterações demográficas ocorridas em vários subdistritos entre 1970 e 1980. Embora os dois conjuntos de números devam ser comparados com grande cautela<sup>†</sup>, eles apontam, sem dúvida, para grandes alterações na distribuição da população. A maior parte destas alterações foram o resultado directo das operações militares indonésias de 1977 a 1978 e da reinstalação forçada que se seguiu.

278. Em termos globais, as áreas onde se verificou um declínio da população situavam-se em regiões longínquas de floresta e de montanha, como Barique/Natarbora (Manatuto), Fatuberliu (Manufahi), Lolotoe (Bobonaro), Lacluta (Viqueque), Turiscas (Manufahi), Maubisse (Ainaro), Mape/Zumalai (Covalima), Lacló (Manatuto), Quelicai (Baucau), Luro (Lautém), Fatululik (Covalima), Baguia (Baucau) e Laclubar (Manatuto). Muitas destas áreas haviam sido bastiões da Resistência nos finais da década de 1970, tendo evidentemente sofrido muitas mortes. Após a destruição das bases da Resistência, entre 1977 e 1978, os militares indonésios deslocaram muitos sobreviventes para fora dessas áreas, na esperança de que os elementos restantes da Resistência fossem privados de apoio.

279. Por contraste, alguns outros subdistritos tinham mais população em 1980 do que em 1970, em número muito superior para ser explicado exclusivamente pela taxa de natalidade. Isto ficou a dever-se à deslocação de muitos sobreviventes da guerra para estes locais. Muitos deles eram capitais de distrito, localizadas ao longo de estradas principais e nas terras baixas, nomeadamente, Díli, Manatuto, Viqueque, Baucau, Atabae (Bobonaro), Lautém/Moro, Lospalos, Maliana (Bobonaro), Hatu Udo (então integrada em Manufahi, hoje em Ainaro) e Bobonaro. Em Oecusse, os subdistritos cresceram por uma razão diferente. Em Oecusse não houve guerra, nem deslocação. Em finais da década de 1970, civis indonésios começaram a instalar-se em Oecusse. O crescimento em Díli ficou também a dever-se parcialmente à imigração indonésia.

---

<sup>†</sup> Ramos-Horta, 1987, p. 196. Budiardjo, 1984, p. 94 cita um relatório exaustivo da Fretilin sobre as condições no campo: “em Luro...a fome extrema era uma companhia constante para as pessoas que não tinham qualquer alimento básico...A única coisa que se pode dizer sobre as condições no campo de Iliomar é que são tão más como em Luro”.

<sup>†</sup> Acerca das insuficiências dos dados disponibilizados pelos censos de 1970 e 1980, ver Subcapítulo 7.6: Perfil das Violações de Direitos Humanos.

**Table 10 - Quadro 10- Alteração demográfica no subdistrito (1970/1980)**

Distrito	Subdistrito	1970	1980	Alteração %
				Decréscimo
Ainara	Maubisse	20.119	10.409	-48,3
	Turiscari	5.981	2.890	-51,7
Baucau	Baguia	12.239	8.138	-33,5
	Laga	14.914	13.989	-6,2
	Quelicaí	18.780	11.258	-40,1
	Vemasse	5.727	4.977	-13,1
	Venilale	11.736	11.148	-5,0
Bobonaro	Balibó	30.743	13.179	-57,1
	Cailaco	6.753	5.240	-22,4
	Lolotoe	11.689	4.502	-61,5
Covalima	Fatululik	1.899	1.215	-36,0
	Fatumean	2.379	2.164	-9,0
	Fohorem	4.677	3.515	-24,8
	Mape/Zumalai	13.494	7.043	-47,8
Díli	Aileu	26.217	9.241	-64,8
	Remexio	7.851	4.880	-37,8
Ermera	Atsabe	15.325	10.668	-30,4
	Hatulia	20.743	15.096	-27,2
Lautém	Luro	8.212	5.205	-36,6
Liquiça	Bazartete	16.610	8.997	-45,8
	Liquiça	16.416	8.895	-45,8
	Maubara	14.610	11.450	-21,6
Manatuto	Barique/ Natarbora	5.744	1.683	-70,7
	Lacló	6.512	3.578	-45,1
	Laclubar	15.316	10.611	-30,7
	Laleia	3.169	1.695	-46,5
Manufahi	Alas	5.034	3.574	-29,0
	Fatuberliu	8.942	3.074	-65,6
	Same	18.438	17.250	-6,4
Viqueque	Lacluta	9.965	4.132	-58,5
	Ossu	16.655	12.022	-27,8
	Uatu-Carbau	6.071	5.802	-4,4
				Acréscimo
Ainara	Ainara	8.985	10.428	16,1
	Hatu Builico	6.829	8.459	23,9
Baucau	Baucau	20.398	25.317	24,1
Bobonaro	Atabae	5.013	6.346	26,6
	Bobonaro	11.085	20.480	84,8
	Maliana	7.508	12.233	62,9
Covalima	Suai	13.484	15.250	13,1

	Tilomar	3.272	3.501	7,0
Díli	Ataúro	3.133	5.206	66,2
	Díli	28.516	62.874	120,5
Ermera	Ermera	18.506	18.816	1,7
	Letefoho	11.410	11.501	0,8
Lautém	Iliomar	4.136	5.435	31,4
	Lautém/ Moro	7.088	9.143	29,0
	Lospalos	10.992	15.693	42,8
	Tutuala	2.200	2.623	19,2
Manatuto	Manatuto	5.703	6.875	20,6
Manufahi	Hatu Udo	4.724	7.871	66,6
Oecusse	Nitibe	4.753	7.058	48,5
	Oesilo	5.922	7.296	23,2
	Pante Makassar	10.698	17.034	59,2
	Passabe	4.379	5.722	30,7
Viqueque	Viqueque	14.665	17.986	22,6
	Uatu-Lari	13.911	14.683	5,5
Totais		610.270	555.350	

*Fontes: 1970: Repartição Provincial dos Serviços de Estatística, 1972, "Recenseamento Geral da População e da Habitação (às 0:00 horas de 30 de Dezembro de 1970)." Lisboa (relatório não publicado).*

*1980: Biro Pusat Statistik, Penduduk Propinsi Timor Timur 1980: Hasil Pencacahan Lengkap, Kantor Statistik Propinsi Timor Timur, SP80-54.2, 1980 (Gabinete Central de Estatística, População de Timor-Leste 1980: Resultados do Censo, Gabinete de Estatística da Província de Timor Leste, SP80-54.2 1980).*

### **Transferência após a reinstalação: alguns exemplos**

280. Para melhor compreender a natureza e o impacto das deslocações forçadas da população durante a década de 1980, a Comissão realizou investigação destinada a documentar a experiência de deslocação vivida pelas pessoas e as respectivas consequências. A Comissão entende que estas transferências não foram organizadas de maneira a garantirem a protecção da vida humana. As necessidades elementares das pessoas afectadas não foram satisfeitas, em especial durante o período de transição antes de a população transferida ter capacidade para garantir o seu próprio sustento.

*Natar Ulun (Vemasse, Baucau)*

281. Em 1979 ou 1980 a população de Caicua e de outras aldeias nas colinas por detrás da vila de Vemasse foi forçada a deslocar-se para Natar Ulun, a três quilómetros de distância de Vemasse. Devido ao isolamento de Caicua (não havia estrada de ligação entre Caicua e Vemasse), as patrulhas indonésias tinham dificuldade em alcançar a área. Segundo o relato feito por Manuel Alves Moreira à Comissão, os militares indonésios entenderam que os habitantes de Caicua apoiavam a Fretilin/Falintil e que alguns haviam fugido para a floresta para se juntarem à Resistência.

282. Sessenta e nove famílias foram forçadas a deslocar-se, depois de serem obrigadas a desmantelar as suas habitações e a embalar os seus pertences. Os seus campos de cultivo foram arrasados, de maneira a garantir que as Falintil não pudessem aproveitar as colheitas.

Com os magros pertences às costas, as famílias foram forçadas pelos soldados a percorrerem a pé terreno montanhoso até Natar Ulun, sua nova área de residência. A transferência durou três dias.<sup>251</sup>

283. À chegada, os seus movimentos ficaram restringidos às imediações. Passaram fome e doença devido a esta restrição. Manuel Alves Moreira recorda que, durante o primeiro ano, entre 2 e 5 pessoas morriam diariamente de fome, malária, cólera e tuberculose. Em 1980, o CRS e o CICV começaram a disponibilizar socorro humanitário. Ao mesmo tempo, os militares indonésios começaram a dar mais liberdade à comunidade para sair da nova aldeia, a fim de cultivar os campos. No entanto, os movimentos dos habitantes permaneceram ainda sujeitos a um controlo severo. Era-lhes exigido que obtivessem um salvo-conduto especial (*surat jalan*) se quisessem sair da aldeia e que se apresentassem no regresso (*wajib lapor*). A situação melhorou com a abertura do acesso às terras agrícolas, mas a severidade nos controlos de saída manteve-se até 1988.<sup>252</sup>

*Lacló (Lacló, Manatuto)*

284. Depois de fugirem para as montanhas de Hatu Konan durante a invasão, a população de Lacló foi expulsa das montanhas por bombardeamentos incessantes, rendendo-se em Ilimano (Uma Kaduak, Lacló), em Julho de 1978. Foi conduzida ao campo de Metinaro (Dili), onde se encontravam detidas 40.000 pessoas que entretanto se haviam rendido. Manuel Cárceres da Costa contou à Comissão que acabou por ser autorizado a regressar à vila de Lacló, em Agosto de 1979. O regresso não foi fácil: primeiro, só os homens receberam autorização de partida, sendo-lhes apenas permitido alcançar a ponte perto de Manatuto, onde permaneceram durante um mês. Depois, os soldados levaram os homens para Lacló, onde construíram um abarracamento para viverem; as mulheres viriam somente em Outubro. Soldados do Batalhão 405 mantiveram a comunidade sob vigilância guardada durante três meses. Na vila, o solo é pedregoso e duro, mas os soldados não os deixavam sair da cidade, para irem cultivar as suas antigas hortas. Durante todo esse período as pessoas passaram fome e muitas morreram de doença e de fome. Manuel Cárceres contou à Comissão que, durante esse período, morreram pessoas diariamente e que só no início da década de 1980 os soldados deram às pessoas liberdade para saírem do local e irem cultivar as suas hortas:

*Durante os três meses em que permanecemos concentrados no campo, morreram cerca de 300 residentes de Hatu Konan. Só depois de muitas pessoas terem morrido é que os militares indonésios começaram a dizer às pessoas que fossem para casa. Quando isso aconteceu, já só restávamos 400.*<sup>253</sup>

*Lacluta (Viqueque)*

285. José Andrade dos Santos prestou depoimento à Comissão sobre a deslocação forçada da população da aldeia de Ahic, (Lacluta, Viqueque), localizada no sopé do Monte Laline, em 1980. Como já se observou, após a rendição foram concentradas na vila de Lacluta populações dos distritos de Viqueque, Manatuto, Manufahi, Baucau, Ainaro e Dili. Sob a direcção do administrador do subdistrito (*camat*) de Lacluta e dos soldados do Batalhão 745, a população de Ahic e de outras aldeias foi deslocada para Rade Uma (Dilor, Viqueque).

286. Em depoimento prestado à Comissão, a comunidade de Ahic descreveu o tratamento recebido após esta deslocação, mais ou menos idêntico ao que lhes fora reservado quando se encontravam em Lacluta. As mulheres continuaram a ser sujeitas a violações sexuais e a "casamentos forçados" pelos militares indonésios. As pessoas que antes ocupavam cargos na Fretilin e os antigos soldados das Falintil continuaram a ser regularmente sujeitos a interrogatórios e maus-tratos. Todos os indivíduos do sexo masculino com mais de 15 anos eram

obrigados a participar nas patrulhas nocturnas e, se não o fizessem, sofriam punições como caminhar sobre brasas incandescentes ou permanecer imerso em água suja durante várias horas. Pelo menos um indivíduo, de nome Carlos, da aldeia de Halimean, foi morto pelas *ABRI*; outro, Mário Lopes, também de Halimean, foi levado para Baucau e desapareceu. Os homens eram igualmente obrigados a trabalhos forçados. Construíram seis edifícios públicos sem receberem remuneração, incluindo um centro de saúde e habitações para o comando militar subdistrital (*Koramil*) e para funcionários da administração pública. Foram obrigados a trabalhar no sistema de abastecimento de água durante um mês. A distribuição de alimentos, cobertores e medicamentos feita pelo CICV em 1980 contribuiu para melhorar as condições de vida, mas manteve-se a proibição de deslocações a mais de um quilómetro da aldeia, dificultando o desempenho de tarefas de rotina essenciais à sobrevivência, tais como cultivar as hortas, cortar palmeiras de sagu e tratar dos búfalos.<sup>254</sup>

287. Em 1982, os habitantes de Uma Tolu — outra aldeia do subdistrito de Lacluta, igualmente reinstalada em Dilor — foram forçados a deslocar-se para Uma Lor, na aldeia de Luca (Viqueque, Viqueque). A razão apresentada para a deslocação foi “facilitar o controlo da área pelas *ABRI*.”<sup>255</sup> Responsáveis militares e da Polícia, além de outros funcionários do subdistrito de Lacluta, conduziram a operação.<sup>256</sup>

*Weberek, Weto (Alas, Manufahi)*

288. Em 1981, os habitantes das aldeias de Fahinehan, Bubususu e Caicasa (Fatuberliu, Manufahi) foram forçados a deslocar-se para um novo local chamado Weberek, na aldeia de Oeto (Dotik, Alas, Manufahi), por se suspeitar que forneciam alimentos e apoio às Falintil. Obrigaram-nos a deixar para trás os seus terrenos de cultivo, que foram queimados e destruídos pelos soldados indonésios para impedir as Falintil de colherem os recursos alimentares abandonados. Com os seus hábitos de montanheseiros acostumados a viver numa terra fértil, tiveram dificuldade em adaptar-se à vida nas terras baixas pantanosas. Sebastião Magalhães explicou à Comissão: “No decurso destas deslocações, muitas pessoas morreram por não conseguirem aguentar o calor nem a fome.”<sup>257</sup>

289. Os militares indonésios disponibilizaram apenas oleados para abrigo e rações insuficientes de milho e arroz de baixa qualidade, para consumo de emergência. Durante o primeiro ano e meio, as pessoas residentes em Weberek sofreram de subnutrição, malária, cólera e tuberculose. Foi só depois da chegada do CICV, em meados de 1982, que a situação melhorou. Os militares indonésios começaram a autorizar os habitantes a regressarem aos seus férteis campos agrícolas para plantarem culturas alimentares durante a estação de chuva, mas em 1983 deslocaram-nos de novo de volta para Weto e os campos de cultivo foram destruídos pela segunda vez. Esta situação continuou até à década de 1990: nessa época, alguns regressaram às suas habitações de origem, mas outros mudaram para os centros formados pelo Governo indonésio ao abrigo do seu programa de “transmigração local”, no recém-criado subdistrito de Weilaluhu.<sup>258</sup>

*Gleno (Ermera, Ermera)*

290. Gleno era um novo aglomerado urbano, criado para substituir Ermera como capital de distrito. Foi construído numa região de planícies fluviais, situada vários quilómetros a Norte de Ermera. Gabriel Ximenes contou à Comissão ter sido deslocado, juntamente com a sua família, para um campo de reinstalação em Ermera, depois de se renderem em Fatubessi, em Fevereiro de 1979. Pouco depois de a família ter sido autorizada a regressar à sua casa, em Ermera, os soldados indonésios levaram-no, na companhia de mais uma centena de homens originários de Ermera e da aldeia vizinha de Ponilala. As suas famílias ficaram para trás, em Ermera. Os militares obrigaram-nos a desmatar a região desabitada que mais tarde se transformaria na vila de Gleno. Todos os dias recebiam ordens para desmatar a vegetação de uma determinada área. Se não cumprissem a quota diária que lhes era atribuída, eram punidos com tortura. Gabriel

Ximenes afirmou que os soldados mataram três homens que se encontravam demasiado doentes para trabalhar. Trabalharam na construção da nova cidade durante quatro anos. Não tinham qualquer tempo disponível para plantarem hortas e comiam as suas refeições nos postos das *ABRI*. Em 1983, uma vez terminado o trabalho, as *ABRI* deixaram de alimentar os homens, mas também não lhes permitiram que regressassem a Ermera. Em vez disso, foram as suas famílias que se mudaram para Gleno. Os homens ainda não haviam conseguido plantar hortas e, devido à chegada das famílias, gerou-se uma situação de fome extrema e algumas pessoas morreram. Os militares só deram liberdade de movimento às pessoas em 1985. Gabriel Ximenes tornou-se um bem sucedido comerciante de café.<sup>259</sup>

291. A Comissão recebeu muitos outros relatos de deslocações forçadas, durante as quais os militares indonésios obrigaram comunidades isoladas a mudarem-se por razões de segurança. No quadro seguinte resume-se uma amostra seleccionada, retirada dos debates com as comunidades.

**Table 11 - Quadro 11 – Selecção de relatos sobre comunidades sujeitas a deslocação forçada**

Fonte	Local e Data	Descrição
CAVR, Perfil Comunitário	Rotuto, Same, Manufahi 1981	Cerca de 800 pessoas da aldeia de Rotuto foram deslocadas à força pelas <i>ABRI</i> para Raifusa (Alas, Manufahi), Ataúro e Aileu, por suspeita de manterem contactos com as Falintil na floresta.
CAVR, Perfil Comunitário	Caicasa, Fatuberliu, Manufahi 1981	As pessoas da aldeia de Caicasa foram deslocadas à força pelas <i>ABRI</i> para Welaluhu. Muitas morreram de malária e de fome. Por fim, as pessoas acabaram por ser transferidas de volta para Fatuberliu.
CAVR, Perfil Comunitário	Soibada, Manatuto 1982	F58, o vice-governador, e as <i>ABRI</i> forçaram cerca de 57 famílias de Soibada a deslocarem-se para a aldeia de Manehat para construir postos militares para as <i>ABRI</i> .
CAVR, Perfil Comunitário	Fatisei, Laulara, Aileu 1984	O povo da aldeia de Fatisei foi deslocado à força, sendo alguns levados para Díli e outros para a vila de Aileu, por se suspeitar que a aldeia era uma base das Falintil. Em virtude da transferência forçada, a aldeia permaneceu desabitada entre 1984 e 1990.

**Internamento por retaliação e punição colectiva: Ataúro e outros campos de internamento**

292. Os levantamentos contra os militares indonésios ocorridos na década de 1980 desencadearam a reacção militar indonésia responsável pela criação de uma nova forma de internamento. Entre as pessoas internadas nestes campos, contavam-se os intervenientes directos nos levantamentos, embora a maior parte deles tivesse fugido para as montanhas logo após os ataques. Muitos destes presos eram parentes dos responsáveis pelos ataques aos postos militares. Frequentemente, aldeias inteiras sofriam a quase totalidade do peso da retaliação indonésia, transformando o seu internamento numa espécie de punição colectiva. O interrogatório e tortura das pessoas implicadas nos ataques (e, por vezes, dos seus parentes) eram brutais e prolongados, terminando frequentemente com a morte (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

### **Internamentos em Ataúro**

293. O mais conhecido e maior destes campos de internamento localizava-se na Ilha de Ataúro (Díli). A Comissão recebeu informações de uma grande variedade de fontes sobre o número de pessoas presas em Ataúro, em diferentes épocas, concluindo que a população deslocada e presa na ilha atingiu o número máximo de pouco mais de 4.000 pessoas por volta de Setembro de 1982. No entanto, várias fontes apontaram para números muito mais elevados,

referindo que, em termos acumulados, o número de pessoas transportadas para Ataúro entre 1980 e 1984 poderá ter excedido as 6.000.\* [Graph Ataúro gTSVInsinAtaúroM1100](#)

294. O internamento na Ilha de Ataúro foi um caso singular. Devido ao seu isolamento relativamente ao restante território, não obrigava às apertadas medidas de segurança impostas nos campos de reinstalação nem nas aldeias de transferência acima referidos.<sup>†</sup> Ataúro desempenhou um duplo papel, como campo de internamento para os familiares dos combatentes da Resistência e centro de detenção para pessoas directamente relacionadas com a Resistência (ver Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos). As autoridades não forneciam qualquer explicação clara ou coerente para estas deslocações forçadas, nem eram apresentadas provas de procedimentos administrativos formais ou judiciais que corroborassem os internamentos. Pelo contrário, as pessoas transportadas para Ataúro tinham sido, na sua maioria, incluindo mulheres e crianças, capturadas em grandes grupos após os ataques lançados pela Resistência contra postos militares ou, a sua prisão integrava-se nas operações militares destinadas a eliminar a Resistência. Em contraste, foi muito pequeno o número de pessoas presas como membros activos do movimento clandestino e transportadas para Ataúro.<sup>‡</sup>

---

\* Os dados fornecidos pela Amnistia Internacional, em *East Timor: Violations of Human Rights* (p. 71), fundamentados em várias fontes publicadas e confidenciais, indicam o número de pessoas presas em Ataúro entre meados de 1980 e 1984, em momentos diversos. Estimativas mais elevadas feitas a partir de outras fontes cifram-se em 5.000 a 9.670 pessoas, mas é possível que estas sejam estimativas do total acumulado [ver entrevista da CAVR a Faustino Gomes da Sousa, Ataúro, Díli 1 de Novembro de 2003; depoimento apresentado por Céu Lopes Federer à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, Díli, 17 e 18 de Fevereiro de 2003; e entrevista da CAVR a Luís da Costa Soares, Letefoho, Same, Manufahi, 23 de Fevereiro de 2003].

<sup>†</sup> A ilha de Ataúro servira de ilha-prisão durante o período colonial português. Segundo Vasco Lopes da Silva, em 1937 começaram a ser exilados para Ataúro, dissidentes originários de Portugal e das suas colónias. Depois de os portugueses reassumirem o controlo de Timor, nos finais da Segunda Guerra Mundial, muitos timorenses foram enviados para Ataúro por alegado colaboracionismo com os japoneses.

<sup>‡</sup> Um exemplo é Marito Nicolau dos Reis, preso em Dezembro de 1980, juntamente com outros membros de um grupo clandestino operacional em Ostico, Baucau, e enviado para Ataúro durante quatro meses [Entrevista da CAVR a Marito Reis, Baucau, 17 de Novembro de 2002]. Outro exemplo é Adelino Soares, um dos nove membros de um grupo que formava uma célula clandestina, preso em Março de 1982 em Uatu-Lari, Viqueque, e que foi enviado para Ataúro em Maio de 1982 [Entrevista da CAVR a Adelino Soares, Cidade de Viqueque, 27 de Outubro de 2003]. Pelo menos em Março de 1984, as autoridades indonésias pareciam reconhecer que as pessoas presas em Ataúro constituíam grupos diferentes. Nessa época, os presos eram classificados como “presos”, “antigos presos” e “pessoas deslocadas”, enquadrando-se a maioria nesta última categoria [Amnistia Internacional, *East Timor: Violations of Human Rights*, 1985, pp. 65-66].

## Deslocação forçada, internamento ou prisão?

As pessoas capturadas e conduzidas, contra a sua vontade, para a Ilha de Ataúro utilizaram diversos termos para caracterizarem a sua experiência. Algumas afirmaram que se encontravam exiladas em Ataúro. Outras falaram em detenção ou prisão na ilha.

Os princípios dos direitos humanos e o direito humanitário internacional proíbem a transferência arbitrária de civis. A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma com clareza que toda a pessoa tem o direito de circular livremente e escolher a sua residência.<sup>260</sup> Os Princípios Orientadores da ONU para Deslocações Internas garantem que toda a pessoa tem o direito a ser protegida contra deslocações arbitrárias de sua casa, inclusive em situações de conflito armado.<sup>261</sup> Nos casos em que as pessoas se virem sujeitas a deslocações, as autoridades devem garantir o seu bem-estar, incluindo acesso a alimentos, água, abrigo e serviços médicos.<sup>262</sup>

O Artigo 49º da Convenção IV de Genebra proíbe a potência ocupante de levar a efeito transferências forçadas, em massa ou individuais, bem como deportações da população.<sup>263</sup> O internamento dos civis pode ter lugar, sob condições especiais. O Artigo 78º da Convenção IV de Genebra afirma que as decisões sobre internamento devem ser tomadas segundo um processo regular, que inclui o direito de apelo de todos os interessados e a revisão periódica das decisões tomadas.

### *Internamentos em Ataúro: 1980*

295. Os antigos prisioneiros de Ataúro relataram à Comissão que a deslocação forçada para Ataúro foi organizada em vagas.<sup>264</sup> A primeira vaga registou-se a 10 de Julho e a 3 de Setembro de 1980, sendo deslocadas as pessoas alegadamente implicadas no ataque à estação de rádio e de televisão de Marabia e ao quartel do Batalhão 744 em Becora, Díli, a 10 de Junho de 1980. Bernardino Vilanova descreveu a sua experiência à Comissão no decurso da Audiência Pública Nacional sobre Prisão por Motivos Políticos:

*No dia 10 de Junho de 1980, tomei parte no ataque contra Marabia. Eu era o contacto das Falintil na região de Lorosae. Primeiro atacámos o Gedung Negara Lahane, [Edifício do Governo em Lahane] e, depois, continuámos até à torre da televisão em Marabia. O ataque teve por objectivo demonstrar que a Fretilin ainda existia. No dia 11 de Junho levaram-me ao Kodim. Disseram-me que fosse para casa mas, mais tarde, voltaram a chamar-me. Escondi-me numa igreja. No entanto, na igreja havia membros dos serviços de informação e voltaram a levar-me no dia 12 de Junho.*

*[Recordando a sua prisão e tortura em Mes Korem, Kartika Sari (sede da SGI em Colmera e na Comarca de Balide)].*

---

<sup>264</sup> Casimiro Suriano da Silva prestou depoimento à Comissão sobre a prisão e deslocação forçada da sua família e de outras pessoas [totalizando nove indivíduos], depois de o seu filho ter sido implicado no incidente de Marabia [Testemunho n.º 01498 da HRVD].

*No dia 3 de Setembro, fizeram-me entrar para um carro negro, à meia-noite, e levaram-me para Tacitolu. Não sabia para onde me levavam. De Tacitolu, um navio da Marinha de Guerra conduziu-nos a Ataúro. O primeiro grupo era composto pelo comandante Nahak e pela sua família. No segundo grupo estava eu e mais 13 pessoas, incluindo Custódio, Tarzizu, Alfredo, Geraldo, Vicente Simões, Domingos Santos, Domingos Santos de Becora, Bernadino de Lacoto. No terceiro grupo iam José Soares Guterres e Maria Fátima. O segundo grupo não era muito grande e, por isso, ficámos a viver com habitantes locais. Disseram-nos para nos instalarmos perto do Koramil.*

*Em Ataúro, beneficiava de liberdade de movimentos, mas não tinha qualquer contacto com a minha família. Davam-nos milho muito bolorento. Cada família recebia rações iguais, independentemente do seu tamanho. Os habitantes de Ataúro partilhavam a sua terra connosco, apesar de também terem fome. Nós...dávamos ajuda, trabalhando nos seus campos e recebendo parte das colheitas. As pessoas também nos davam terra para cultivarmos. Fui obrigado, juntamente com as outras 13 pessoas implicadas no caso de Marabia, a cultivar os campos de Beloi, que não eram muito férteis. Guardas armados vigiavam-nos constantemente. Em 1983 declararam-me “livre”, mas havia ainda uma longa corda a amarrar-me. Decidi ficar em Ataúro.<sup>265</sup>*

#### *Internamentos em Ataúro: 1981*

296. Em 1981, deu-se outra vaga de transferências em massa, integrada sobretudo por pessoas oriundas dos distritos orientais de Baucau, Viqueque e Lautém. A maior parte destas pessoas foram transferidas entre Agosto e Novembro de 1981. Por conseguinte, esta vaga de transferências coincidiu em parte com a Operação *Kikis*, a operação de “cerca de pernas” para a qual foram mobilizados 60.000 civis timorenses, destinada a convergir sobre as bases das Falintil (ver Capítulo 3: História do Conflito). O transporte de pessoas para Ataúro parece ter-se integrado numa estratégia global destinada a destruir a Resistência, eliminando as suas forças de combate através da Operação *Kikis* e retirando-lhe a base de apoio, ao enviar os seus membros para o exílio em Ataúro.

297. A Comissão recebeu testemunhos segundo os quais cerca de 300 famílias foram deslocadas para Ataúro, vindas apenas de 15 aldeias do subdistrito de Quelicai (Baucau).<sup>266</sup> Uma das pessoas integradas neste grupo era Joana Pereira. Em 1978, os pais morreram de fome quando a família vivia nas montanhas. Joana Pereira foi forçada a deslocar-se da sua aldeia de Laculio (Quelicai, Baucau) para Ataúro. Ela descreveu à Comissão a sua experiência e do seu irmão, ambos levados para a ilha como órfãos:

*No dia 29 de Agosto de 1981, o comandante do Koramil disse: “Quem ainda tiver membros da família na floresta será punido.” Então elaborou uma lista. Passados alguns dias, vi listas com nomes, que foram afixadas no quadro em frente da sede administrativa da aldeia. Percebi então que iríamos ser feitos prisioneiros em Ataúro. Tinha apenas 13 anos, e o meu irmão Mateus Pereira apenas 9. Íamos ambos ser postos na prisão em Ataúro porque o nosso irmão Pascoal Pereira [Nixon] ainda se encontrava na floresta. No dia 30 de Agosto de 1981, o [comandante do] Koramil de Quelicai obrigou-nos, sob guarda apertada, a subir para camiões militares que nos transportaram até ao porto de Laga [Baucau]. Esperámos lá durante um dia e uma noite. Então fomos levados para Díli, num navio de guerra identificado com o número 502. A bordo desta embarcação iam outras famílias de Seiçal, Buibau, Quelicai e Laga.*

*Quando chegámos a Díli, os soldados das ABRI deram-nos alguma comida em baldes. Mandei o Mateus buscar alguma para nós os dois [porque ainda não tínhamos comido]...No dia 1 de Setembro, embarcaram-nos a bordo de outro navio de guerra, o número 511. Partimos às 8 da manhã e chegámos por volta do meio-dia. Quando desembarcámos no porto de Ataúro, o comandante do Koramil de Ataúro e os outros prisioneiros que já tinham chegado vieram saudar-nos...O [comandante do] Koramil de Ataúro mandou-nos formar em linha e os nossos nomes foram registados numa lista, um a um. Depois, conduziram-nos à nossa prisão. Quando lá cheguei, eu e o meu irmão fomos separados. Não sei porquê, mas ele vivia na Caserna número 22, com mais 60 pessoas, e eu vivia na Caserna número 24, com mais 70. As casernas nada tinham no seu interior. O telhado era feito de zinco e as paredes de oleado. Não havia camas. De início, os militares não nos deram nenhuma comida. Eu e o Mateus só comíamos os alimentos que trouxemos de Quelicai. Um mês mais tarde, um soldado deu-nos a nossa quota de três pequenos recipientes metálicos com milho. Cada família recebia apenas esta quantidade de duas em duas semanas.*

*Estas condições de vida geraram muita fome. Muitas pessoas de Lospalos e de Viqueque morreram. Cerca de 2 a 5 pessoas morriam todos os dias, em especial crianças, mulheres e homens idosos.<sup>267</sup>*

298. O *liurai* de Ossu (Viqueque), Hermenegildo da Cruz, membro do Parlamento Distrital indonésio [DPRD II] de Viqueque, descreveu à Comissão uma cerimónia realizada em 1981 para exilar para Ataúro 700 famílias de sucos nos subdistritos de Viqueque, Ossu, Uatu-Lari, Uatu-Carbau e Lacluta (todos em Viqueque) e de Barique (Manatuto). Os futuros deportados foram reunidos num campo de futebol para a cerimónia, que foi presenciada pelo comandante militar sub-regional (*Danrem*), o presidente do Parlamento Provincial (DPRD I), o administrador do distrito (*Bupati*) de Viqueque, o adjunto deste (*Sekwilda*), o comandante militar do distrito (*Dandim*) e outros funcionários civis e militares. O *Danrem* explicou a Hermenegildo da Cruz que, embora houvesse 700 famílias a serem deslocadas para Ataúro, apenas 32 delas tinham ligações fortes à Fretilin/Falintil. Hermenegildo recordou que o administrador do subdistrito

(*camat*) de Lacluta, António Vicente Marques Soares, interveio durante a cerimónia e conseguiu evitar que os habitantes de Lacluta fossem deslocados para Ataúro. Contou à Comissão as dificuldades vividas pelos que se encontravam internados em Ataúro:

*Muitas das pessoas de Viqueque morreram em Ataúro, devido à fome, à doença e à mudança de clima. Todos os dias morriam idosos e crianças, até o CICV conseguir finalmente prestar assistência em 1982. Em 1985 e 1986, as pessoas começaram a regressar a Viqueque, embora muitas optassem por permanecer noutros lugares.*<sup>268</sup>

#### *Levantamento de Kablaki*

299. Após o levantamento de 20 de Agosto de 1982 na região de Kablaki, mais de 600 pessoas originárias de Mauchiga, Dare, Nunumoge, Mulo e Hatu-Builico (em Ainaro) e de Rotuto (em Manufahi) foram levadas para Ataúro.

300. Abílio dos Santos, de Mauchiga, foi detido pelos militares indonésios a 10 de Julho de 1982, depois de participar numa reunião secreta destinada a organizar o levantamento. Apesar da sua captura, com mais 15 pessoas, o levantamento foi ainda assim em frente. Como retaliação, as forças indonésias destruíram Mauchiga, incendiando todas as habitações e armazéns de víveres e matando todos os animais de criação. A aldeia de Mauchiga foi evacuada na totalidade. Algumas pessoas foram mortas em Builico e outras presas em Dare, Dotik, Ainaro e Ataúro (ver Capítulo 6: Perfil das Violações de Direitos Humanos; Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados; Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos e, Subcapítulo 7.7: Violência Sexual).

301. Abílio dos Santos foi uma das pessoas levadas para Ataúro. Juntamente com 14 das 15 pessoas detidas em Julho, foi conduzido à prisão de Balide, em Díli, no dia 29 de Agosto de 1982, pelos militares indonésios. (O membro restante do grupo, Ernesto, foi morto a tiro pouco depois da detenção<sup>269</sup>). Dois dias mais tarde, às três da manhã, conduziram-nos ao porto de Díli. Disseram-lhes:

*O Estado não vos está a punir. O Estado precisa de vos evacuar porque a vossa região não é segura. Se as pessoas de Dare e de Mauchiga ficassem nos seus sucos e houvesse algum soldado indonésio ou Hansip que fosse morto, então vocês seriam também mortos. É por isso que agora vos vamos levar para Ataúro.*<sup>270</sup>

302. A Comissão recebeu uma lista com 373 nomes de habitantes da aldeia de Mauchiga que foram deslocados à força para a Ilha de Ataúro em 1982, dos quais 73 morreram na ilha entre 1982 e 1987.

#### *Condições de vida em Ataúro*

303. As pessoas eram mantidas nesta ilha estéril em casernas desguarnecidas e improvisadas, em condições marcadas por ausência de higiene e número excessivo de presos. Plácido Lisboa foi deslocado à força de Viqueque para Ataúro a 15 de Novembro de 1981. Descreveu desta maneira as condições de vida na ilha:

---

<sup>268</sup> Documento disponibilizado à CAVR, Lista das vítimas de Mauchiga. Houve igualmente habitantes de Mauchiga deslocados à força para Dare (Hatu-Builico, Ainaro), e para Dotik (Manufahi).

*Nessa época havia dois povoados. Num deles, cada caserna tinha 12 por 6 metros, para uma Unidade de Vizinhos [Rukun Tetangga, RT] com 80 a 90 famílias. Em cada caserna havia normalmente seis divisões e em cada uma, seis famílias. Existiam 45 casernas em Ataúro. Entre a igreja, em Vila, e a escola secundária do 2º ciclo [SMP] havia 32 casernas; entre o mercado e o final da estrada, mais 13 casernas. A razão pela qual fomos transferidos [para lá] foi para ficarmos “seguros”, ou seja, para não darmos apoio às pessoas que estavam nas montanhas.<sup>271</sup>*

304. Havia pouca comida ou água potável e os prisioneiros famintos eram obrigados a sobreviver comendo as raízes e frutos silvestres que conseguiam colher em redor do campo, pedindo, ou roubando à comunidade local. Aquando da maré baixa, capturavam igualmente pequenos peixes e marisco na praia. Segundo as testemunhas, os funcionários indonésios distribuíam milho a cada família, mas em quantidade e qualidade insuficientes para garantir a sobrevivência.<sup>272</sup> Segundo Adelino Soares, mais tarde coordenador local para a área da saúde, do programa de ajuda humanitária do CICV, entre 300 e 350 pessoas morreram durante os primeiros anos da sua estada em Ataúro, antes da chegada da ajuda do CICV em 1982. Esta afirmação foi confirmada por Faustino Gomes de Sousa, um natural de Ataúro que actualmente é o chefe da aldeia de Vila (Ataúro, Díli), que, ainda criança testemunhou a situação dos deportados:

*Lembro-me de ver 5 a 6 crianças morrerem diariamente de diarreia. Foram todas enterradas nas traseiras das casernas. Antigamente havia lápides a marcar as suas sepulturas, mas em 1998, veio uma inundação e um desprendimento de terras que arrastaram as sepulturas.<sup>273</sup>*

305. Céu Lopes Federer, outra habitante da Ilha de Ataúro, também colaborou com o CICV no seu esforço de auxiliar os prisioneiros. Descreveu as condições de vida nas casernas, onde cada divisão alojava 5 a 10 famílias. Um surto de cólera provocou um elevadíssimo número de mortos, entre crianças e adultos. Contou à Comissão o sucedido:

*As crianças pequenas morriam como formigas, como moscas. Durante toda a noite, as mães gritavam pelos nomes dos seus filhos [mortos]. Algumas queriam matar-se, perdendo o juízo, com o peito cheio de leite.<sup>274</sup>*

306. Carpinteiro de profissão, Luís da Costa Soares era membro do movimento clandestino, actuando na área de Tutuluro (Same e Ainaro). Em 1982, após o levantamento de 20 de Agosto em Mauchiga, prenderam-no e acabaram por transferi-lo para Ataúro. A sua transferência a partir de Manufahi foi tratada pelo comando militar do distrito (*Kodim*) em Same e pelo comando militar da província (*Korem*) em Díli. Relatou à Comissão o seguinte:

---

<sup>271</sup> Entrevista da CAVR a Adelino Soares, vila de Ataúro, Díli, 7 de Março de 2002. Os números são corroborados por Rui de Araújo, que refere 319 mortes em Ataúro, *in* entrevista da CAVR a Rui de Araújo, Maumeta, Ataúro, Díli, 27 de Outubro de 2003.

*A situação na Ilha de Ataúro era muito difícil, sobretudo para as pessoas originárias de áreas do Leste, como Baucau e Viqueque, e Lospalos [e também para as pessoas] dos distritos de Díli, Aileu, Ainaro e de Manatuto. Muitas pessoas morreram, principalmente crianças e idosos. Cinco a seis pessoas morriam todos os dias. Havia fome, depressão mental e subnutrição. As pessoas estavam traumatizadas...Esta situação manteve-se durante cerca de um ano, até à chegada do CICV. Então, as mortes começaram a diminuir.<sup>275</sup>*

*Presos civis*

307. A maioria das pessoas levadas para Ataúro não eram presos políticos, nem combatentes da Resistência armada, mas apenas aldeãos comuns originários de regiões onde se considerava que a Fretilin/Falintil permanecia activa. “Separar o peixe da água” era uma frase frequentemente utilizada pelas autoridades militares indonésias para explicar a retirada em massa da população.<sup>276</sup> No quadro seguinte, apresenta-se uma selecção de depoimentos apresentados à Comissão por sobreviventes do campo-prisão da Ilha de Ataúro:

**Table 12 - Quadro 12 –Seleccção de depoimentos de sobreviventes de Ataúro**

Fonte	Nome e Localização	Descrição
Nº 00047 da HRVD	Um homem timorense, Díli	Em Junho de 1980, após o incidente de Marabia, o depoente foi capturado por soldados do Batalhão 744, juntamente com duas mulheres. Foram levados para Ataúro e colocados sob o controlo do comandante do <i>Koramil</i> , Suryana. As duas mulheres sofreram violações sexuais perpetradas pelos soldados, no <i>Koramil</i> . O depoente declarou existirem 5.000 presos em Ataúro. Muitos morreram de fome e por falta de medicamentos.
Nº 05668 da HRVD	Paulo Soares, Viqueque, Viqueque	Paulo Soares foi capturado, com mais quatro pessoas (Builou, Gamalu'u, Lorenzo Soares e Lorenzo), pelo departamento dos serviços de informação ( <i>Kasi 1</i> ) do <i>Kodim</i> de Viqueque e levado para Ataúro. Todos os dias passavam fome em Ataúro, alimentando-se apenas de sagu e de milho, disponibilizados pela Igreja. Não havia alimentos suficientes para todas as pessoas levadas para Ataúro. Lorenzo morreu de fome e por falta de medicamentos.
Nº 06489 da HRVD	Maria Soares, Ailili, Manututo, Manatuto	Maria Soares e a sua prima, Juliana Soares, foram detidas por membros da <i>Hansip</i> na sua casa em Malarahun. Ficaram presas no <i>Kodim</i> de Manatuto durante duas noites e dali foram conduzidas ao porto de Díli. No dia seguinte, transportaram-nas para a Ilha de Ataúro, onde permaneceram durante 4 anos. Isto aconteceu porque os seus três filhos permaneceram na floresta com as forças das Falintil. Durante o tempo passado em Ataúro, sofreu por falta de alimentos.
Nº 04801 da HRVD	Evalina de Jesus, Daisua, Same, Manufahi	Uma vez que o seu filho Alexandrino Buti Bere não a acompanhou na rendição, juntamente com a família, Evalina e o marido, César Doutel Sarmento, além de outros membros da família, foram levados para Ataúro. Os militares alegaram que ela e a família forneciam alimentos às Falintil. O internamento em Ataúro durou quatro anos.
Nº 07503 da HRVD	Olinda Cabral Matahoi, Uatu-Lari, Viqueque	Com base numa ordem do <i>liurai</i> local, F56, Olinda foi mandada preparar a família para partir para Ataúro. Ela, os pais (José Sarmento e Lourença), e outros membros da família, deslocaram-se até Viqueque para se apresentarem ao <i>liurai</i> . Depois, foram deslocados à força para Ataúro. Ali chegados, o pai e a mãe morreram de doença. Ela viveu em Ataúro durante cinco anos, antes de regressar ao seu suco em Uatu-Lari.
Nº 08717 da HRVD	Sebastiana Soares, Aiteas, Manatuto,	Uma vez que o seu marido era um combatente das Falintil na floresta, Sebastiana Soares foi levada do seu suco em Hirileun e conduzida ao <i>Kodim</i> de Manatuto. Transferiram-na então para Ataúro,

	Manatuto	onde permaneceu durante três anos. Foi libertada em 1984.
Nº 00039 da HRVD	RL, Viqueque, Viqueque	No dia 28 de Agosto de 1983, RL, juntamente com mais 98 pessoas, foi deslocado à força para Ataúro por membros do <i>Kodim</i> de Viqueque. À chegada a Ataúro, foram sujeitos a interrogatório por membros das <i>Kopassandha</i> (Forças Especiais), sendo obrigados a caminhar sobre os joelhos no solo coberto por soja e estrume de vaca. Amarraram-nos e submeteram-nos a electrochoques. Domingos Boek foi separado do grupo e desapareceu. Em Viqueque, durante o período da sua permanência em Ataúro, um soldado indonésio sujeitou a sua mulher a violações sexuais.
Nº 00076 da HRVD	Um homem timorense Lahane, Díli	Após um ano de detenção na prisão de Balide, 46 prisioneiros foram levados para Ataúro a 5 de Setembro de 1981. Recebiam uma lata de milho por semana. Malequias e muitos outros morreram na ilha, por falta de alimento. Com a chegada do CICV, em 1982, houve algumas melhorias. Os sobreviventes deste grupo foram libertados em 1984 e regressaram a casa.
CAVR, Perfil Comunitário <sup>277</sup>	Vemasse, Baucau	Quarenta habitantes do subdistrito de Vemasse foram deslocados para Ataúro, por se suspeitar que eram apoiantes da Fretilin.
CAVR, Perfil Comunitário <sup>278</sup>	Eraulo, Samalete, Railaco, Ermera	Os habitantes da aldeia de Eraulo foram deslocados à força pelas <i>ABRI</i> para Ataúro em 1992, alegando-se que tinham familiares na floresta. Após dois meses em Ataúro, três deles morreram de fome extrema.

*Partir de Ataúro – mas nem sempre para regressar a casa*

308. Os programas de ajuda humanitária do CICV, iniciados em 1982, vieram aliviar grande parte do sofrimento a curto prazo. As testemunhas falam de um lento decréscimo do número de mortos, devido à distribuição regular de ajuda e à prestação de cuidados médicos. As condições de vida melhoraram, na medida em que as autoridades indonésias autorizaram observadores internacionais a visitar a ilha em 1982 – incluindo jornalistas de Portugal e o antigo primeiro-ministro australiano, Gough Whitlam.

309. Segundo testemunhos recebidos pela Comissão, em 1983 os militares indonésios começaram a deixar sair de Ataúro um grande número de pessoas, após pressão exercida pelo CICV. Tal como acontecera aquando da sua deportação original para Ataúro, as pessoas partiram em grupos. O primeiro grupo a partir era originário de Baucau. Um ano mais tarde, em 1984, os presos originários de Lautém foram autorizados a regressar a casa. Os habitantes de Viqueque regressaram entre 1986 e 1987. Em 1987, todos os restantes tinham partido, excepto 17 famílias que preferiram permanecer em Ataúro.<sup>279</sup>

310. O sofrimento das pessoas anteriormente internadas em Ataúro não terminou com a sua libertação. Muitos foram sujeitos a discriminação e dificuldades após o seu regresso. SL era uma mãe sozinha, cujo marido combatia nas montanhas como soldado das Falintil. Depois de ser presa, mas ainda antes de a levarem para Ataúro, violaram-na. Juntamente com os seus dois filhos, então com quatro e seis anos de idade, ela conseguiu sobreviver às difíceis condições de vida em Ataúro e, graças à ajuda do CICV, regressaram a casa, em Same. SL contou à Comissão:

*O meu marido e quatro dos nossos filhos fugiram para a floresta. Eu fiquei para trás, com os nossos outros filhos. Em 1981, durante uma intervenção da Operação Kikis em Aitana, fui presa num posto das ABRI durante sete meses, com mais três mulheres. Um comandante militar indonésio violou-me e um colega dele violou a minha cunhada, embora ela estivesse grávida na altura. Violaram-nos durante sete meses...Fomos transferidas para o Kodim de Same e, então, mudaram-me e aos meus filhos para Ataúro...Ficámos presos em Ataúro durante quatro anos, sete meses e sete dias...em Ataúro a vida foi horrível, não havia comida. Com a ajuda do CICV, regressámos a Same. Mas as pessoas não nos aceitaram de volta. Chamavam-nos batar fuhuk [milho podre]. Disseram-nos que éramos da Fretilin e não nos queriam dar de comer.<sup>280</sup>*

311. Em 1982, juntamente com outros membros da sua família, Ermelinda Nogueira foi autorizada a partir de Ataúro, para onde fora mandada por ter parentes que combatiam na floresta. Regressou a casa em Maluro (Lore I, Maluro, Lautém). Pouco depois da libertação, foi capturada no âmbito das medidas de retaliação contra os levantamentos de 1983. Uma vez que ainda tinha familiares na floresta, conduziram-na ao posto das ABRI em Maluro, juntamente com quatro dos seus filhos, onde, durante dois dias, foi sujeita a interrogatório e a tortura — incluindo electrochoques, ser pendurada de cabeça para baixo e ser espancada pelo comandante do posto. Pouco depois destes acontecimentos, dois outros membros da sua família foram capturados e desapareceram. Nove meses mais tarde, o *babinsa* local deteve e torturou o seu marido, Carolino, e espancou-o no rosto, na cabeça e no peito com a coronha de uma carabina. Sofreu ferimentos tão graves que, quando o *babinsa* voltou a convocá-lo, não pôde comparecer. Quando Ermelinda Nogueira se apresentou no seu lugar, o *babinsa* ameaçou que a mataria, antes de deixá-la partir.<sup>281</sup>

312. Ao regressarem de Ataúro, outras pessoas descobriram, ao chegar, que enquanto haviam estado internadas, os parentes que combatiam ao lado das Falintil haviam sido mortos ou desaparecido.<sup>282</sup>

313. Outras, porém, foram trazidas de Ataúro para Timor apenas para serem transferidas para outro campo de internamento. Entre outros locais, estes campos situavam-se em Bonuk (Manufahi), Cailaco (Bobonaro) e Dare (Ainaro).

314. Destes novos campos, o de Kale, na aldeia de Purogoa, (Cailaco, Ermera), foi utilizado durante um período mais longo de tempo.<sup>283</sup> Por exemplo, João Bosco, natural de Bucoli (Baucau, Baucau), foi preso por membros das *Kopassandha* (Forças Especiais) em 1982. Depois de ser sujeito a interrogatório durante três dias no Hotel Flamboyen, na cidade de Baucau, transferiram-no para um local em Fatumaca e de novo para o Hotel Flamboyen. Conduzido em avião militar para Díli, prenderam-no no quartel do Batalhão 744. Passados nove dias, transportaram-no para Ataúro, onde permaneceu durante três anos. Em 1985, foi “libertado” mas conduzido a Cailaco (Bobonaro). Três anos mais tarde, com a ajuda do CICV, regressou ao seu suco.<sup>284</sup>

315. Felijarda Florinda Pereira, Domingos da Silva, Natércia da Silva e Dircia Fátima Corsila foram igualmente transferidos para Cailaco (Bobonaro) depois de partirem de Ataúro. Permaneceram em Cailaco durante mais três anos, sendo finalmente autorizados a regressar ao seu suco, em Ossoala (Vemasse, Baucau), em 1986. Nunca mais voltaram a ver os pais ou maridos.<sup>285</sup>

*Violação sexual e fome extrema em Bonuk (Ainaro)*

316. Para as pessoas trazidas de Ataúro para Bonuk, a situação tornou-se ainda pior. SL (originária de Hatu-Builico, Ainaro) fora deslocada à força para Ataúro em 1982, depois de o marido fugir para as montanhas. Permaneceu em Ataúro durante dois anos e dois meses e durante este período, o filho mais velho morreu por falta de cuidados médicos. De Ataúro levaram-na para Bonuk. Ali, os soldados do *Koramil* local intimidaram-na e um *Hansip* violou-a. Devido às violações sexuais sofridas, ficou grávida e teve um filho.<sup>286</sup>

317. Mário de Araújo prestou depoimento à Comissão sobre o seu internamento em Ataúro, entre 1982 e 1985, e posterior transferência para Bonuk. Durante os dois meses em que permaneceu detido em Bonuk, viu oito pessoas morrerem de fome e de malária.<sup>287</sup>

318. Abílio dos Santos relatou à Comissão que, quando ele e mais 30 pessoas estavam a ser transferidas de camião para Bonuk, receberam ordens para descer dos camiões numa área chamada Mau-ulo III, perto de Builico, na vila de Ainaro. Havia ali algumas habitações improvisadas que haviam sido preparadas pelos militares, rodeadas por postos de guarda de *Hansip*. Viveram naquele sítio durante um mês e meio, sem receberem qualquer assistência, à excepção de alguns alimentos do padre local.<sup>288</sup>

319. Os habitantes de Mauchiga que tinham sido internados em Ataúro não foram autorizados a regressar a casa, sendo obrigados a permanecer noutra cidade do subdistrito, Dare (Hatu-Builico, Ainaro), para onde haviam já sido deslocadas centenas de pessoas após o levantamento de 20 de Agosto de 1982. O afluxo repentino de gente a Dare provocou mais uma crise de segurança alimentar. Por fim, foram autorizados a regressarem às suas habitações, três anos depois da sua deslocação forçada para Dare.

## Deslocação, violência e fome em Dare

Amélia de Jesus depõe sobre as experiências vividas durante os três anos em que permaneceu deslocada à força em Dare, juntamente com muitos outros habitantes de Mauchiga, após o ataque lançado pelas Falintil a 20 de Agosto de 1982. O texto seguinte corresponde a excertos do seu depoimento à Comissão:

*No dia 20 de Agosto de 1982, os guerrilheiros entraram em Mauchiga e nós ajudámos, dando-lhes alimentos. Mais tarde, os soldados indonésios chegaram à nossa aldeia e queimaram todas as casas. Eu e a minha família, escondemo-nos nas grutas, com mais 29 pessoas — incluindo crianças, mulheres e homens. Ficámos lá durante cerca de uma semana. O meu filho, Bernadino Tilman, professor, foi morto a tiro quando desceu a Mauchiga em busca de alimentos.*

*Quatro dias mais tarde, fomos descobertos por membros da Hansip e soldados indonésios. Traziam gasolina para incendiar o capim. Perguntaram-nos: “Quem vos disse para se esconderem aqui? As pessoas na floresta? As Falintil têm cá armas escondidas?” Por isso, saímos finalmente do nosso esconderijo. Mandaram-nos deixar todos os nossos pertences e alimentos. No caminho para Dare, fomos sujeitos a abusos verbais*

*Levaram-nos para a escola primária de Dare e aí ficámos detidos. No momento da chegada, tomaram nota dos nossos nomes e entregaram a lista ao Koramil. Nessa época, o comandante do Koramil chamava-se Rusu. Enquanto estávamos na escola, trataram-nos com muita dureza. Estava lá com o meu marido, Alarico Tilman, e com dois dos meus filhos, Angelita da Silva [de um ano e meio de idade] e Alexito Araújo [de 9 meses]. Nos finais de Agosto, um Hansip, F40, esfaqueou o meu marido fazendo-o sangrar. Outro Hansip, Paulo, um homem de Mauchiga que, por acaso, era nosso parente, ajudou-nos. Disse-lhes “não magoem o meu tio” e deu-nos a entender que era melhor nós darmos aos homens alguma coisa. Por isso, o meu marido deu uma surik [espada tradicional] e um tais [pano tradicional tecido] a um soldado para salvar a nossa família.*

*Certa noite, um grupo de Hansip entrou-nos em casa, arrombando a porta. Mandaram-me sair, para interrogar-me. Percebi que queriam na realidade violar-me. O meu marido disse-me: “Sai, para não seres morta.” Os soldados indonésios entraram, com as caras tapadas, só se lhes vendo os olhos. Gritaram: “Cá para fora, cá para fora.” Agarrei-me aos braços do meu marido e não deixei que me levassem. Puxaram-me pelo cabelo e bateram-me, mas não larguei o meu marido. Espancaram-me na cabeça e nas costas. Gritei: “Matem-nos aos dois, mas deixem os meus filhos viver.” Por fim, desistiram e foram-se embora.*

*Quando vivíamos na escola, tínhamos de procurar a nossa própria comida. Todas as manhãs éramos levados ao exterior, em busca de alimentos...Eles [os soldados indonésios] vinham atrás, armados.*

*Durante esse período, as pessoas morriam por duas causas: fome e interrogatórios nocturnos. Durante a noite, na escola, não estávamos autorizados a sair. Tínhamos de fazer as necessidades numa lata, limpando-a na manhã seguinte. Dormíamos sobre chão de cimento, manchado com o sangue dos prisioneiros anteriormente detidos no local. Por isso, muitas pessoas morriam. Algumas eram queimadas vivas. Outras eram atiradas à ribeira. Encontravam-se ali detidas centenas de pessoas das aldeias vizinhas. Todas as noites iam buscar mulheres para violá-las. Diziam que vinham buscá-las “para obter informações,” mas de facto eram violadas. Faziam isto com raparigas solteiras e mães. Eram chamadas e violadas na floresta perto da escola.*

*Mais tarde, autorizaram-nos a ficar em casa de meu pai, em Dare. Mas todas as noites, os Hansip e os habitantes — incluindo o meu marido — eram obrigados a fazer vigilância no turno da noite. Cerca de três anos depois, mandaram as pessoas regressar de Dotik e de Ataúro, provocando mais outro período de fome em Dare. Não tínhamos liberdade para plantar os campos e precisávamos de um salvo-conduto se quiséssemos deslocar-nos a Ainaro, Suai ou Maubisse. Sempre que íamos trabalhar nas hortas, eles [os soldados indonésios] seguiam-nos, carregando armas. A fome continuou, porque não havia terra suficiente para uma densidade tão elevada da população. Vivemos assim durante três anos.*

#### Alternativas ao internamento em Ataúro: Raifusa e Dotik

320. Além de serem levados para locais de prisão em Dare, Ainaro, Aileu, ou Ataúro, após o levantamento de 20 de Agosto os habitantes das aldeias em torno de Mauchiga também foram enviados para Raifusa (Betano, Same, Manufahi) e para Dotik (Alas, Manufahi). Em alguns casos, depois de serem libertados de Ataúro, os presos não regressavam aos seus lugares de origem, sendo em vez disso reunidos às pessoas que já estavam presas em Dotik e Raifusa.

#### **Dotik (Manufahi)**

321. Depois do incidente de 20 de Agosto, centenas de habitantes fugiram para o Monte Kablaki, na esperança de evitarem represálias. Acabaram por ser todos reunidos e presos no *Kodim* e no *Koramil* de Same. De lá, acabaram por ser levados para Dotik, um suco localizado a Sul de Alas, na costa Sul de Manufahi.

322. Laurinda dos Santos contou à Comissão que, ao tomarem conhecimento do ataque das Falintil, fugiu para o Monte Kablaki com mais 95 aldeãos. As forças indonésias perseguiram-nos e mataram a tiro um deles, Domingos Lobato, capturando os restantes. Permaneceram detidos em Same durante uma semana, antes de serem transferidos para Dotik.<sup>289</sup>

323. UL reuniu-se mais tarde a este grupo, quando eles já se encontravam em Dotik. Conseguiu fugir à captura durante três meses, vivendo na montanha com cerca de mais 30 famílias. Depois da captura, trouxeram-nos para o *Koramil* de Rotuto, transferindo-os depois para o *Kodim* de Same, onde os sujeitaram a interrogatório. UL contou à Comissão ter sido transportada para Dotik numa caravana de 10 camiões militares. Quando lá chegaram, não havia abrigo para eles. Tiveram de ficar em habitações previamente construídas pelos presos, ou foram obrigados a construir as suas próprias habitações. UL contou à Comissão a maneira como ela e mais duas jovens mulheres foram frequentemente violadas pelos soldados durante os três anos em que permaneceu em Dotik.<sup>290</sup>

324. Depois de ser capturado, em Novembro de 1982, permanecendo detido durante um mês no *Kodim* de Same, João de Araújo voltou a reunir-se com a mulher e os filhos em Dotik. Descreveu as condições de vida no campo nestes termos:

*Despejaram-nos lá dentro sem nos explicarem onde iríamos viver. O chefe de aldeia deu-nos alguma terra para construirmos as nossas casas. Éramos cerca de 100 pessoas, embora muitos morressem nessa época devido a penúria de alimentos e de medicamentos. Estávamos doentes devido às picadas dos mosquitos. De início, não tínhamos alimentos para comer. Felizmente, algumas das famílias que já lá viviam deram-nos mandioca e sagu e, assim, conseguimos sobreviver durante alguns meses. Passados alguns meses, as ABRI forneceram-nos alfaias agrícolas para podermos cultivar a terra.<sup>291</sup>*

325. João de Araújo viveu em Dotik durante três anos. Mário Viegas Carrascalão, então governador da província, visitou as pessoas presas em Dotik em 1984 e prometeu garantir a sua libertação. João de Araujo contou à Comissão que o governador lhes enviou alguns alimentos, mas o exército trocou o arroz por milho. Em 1985, trouxeram-nos para o *Koramil* de Dare, onde viveram mais dois anos, antes de serem autorizados a regressar às suas habitações, em Mauchiga.

326. Quando se encontrava em Dotik, Januário de Araújo foi mandado, na companhia de outras pessoas, à procura de um comandante das Falintil e dos seus homens. Disseram-lhe que, se não fossem bem sucedidos, as suas famílias seriam mortas:

*Quando chegámos a Rotutu tiraram-nos as catanas, e só as devolveram quando chegámos a este lugar abandonado, chamado Dotik. Deram-nos um prazo de duas semanas para construirmos as nossas próprias casas — senão matavam-nos. Forneceram-nos apenas dois sacos de milho, com as letras USAID escritas. Éramos guardados por tropas de Same. Duas semanas depois, tínhamos construído as nossas casas e postos de guarda para o pelotão. Quarenta e três homens receberam ordens para regressarem a Same, sendo encarregados de de descobrir um comandante das Falintil e os seus homens. Disseram-nos que poupariam a vida aos nossos familiares em Dotik, se fossemos bem sucedidos. Se não, matá-los-iam. Passámos duas semanas no Monte Kablaki, sem sucesso.\**

327. Mais tarde, habitantes de Ainaro libertados de Ataúro foram trazidos para Dotik durante alguns meses, antes de serem transferidos para Dare. Cândida Pinto contou à Comissão que o grupo com o qual saiu de Ataúro foi enviado para Lafukar, em Dotik (Alas, Manufahi), pelo *Kodim* de Ainaro, que se recusou a deixá-los reinstalarem-se em Mauchiga:

*[Lafukar] estava completamente desabitado. Dezassete pessoas morreram, por falta de comida, durante os três meses que ali permanecemos.<sup>292</sup>*

### **Raifusa (Betano, Same, Manufahi)**

328. Segundo informações recebidas pela Comissão, muitos habitantes de Rotuto (Same, Manufahi) foram deslocados à força para Raifusa. Tratou-se de uma represália contra o ataque lançado por *Hansip* locais e soldados das Falintil em 20 de Agosto de 1982 — mesmo dia do ataque de Mauchiga — contra os escritórios do *babinsa* e do *Bimpolda* da aldeia, durante o qual várias armas haviam sido roubadas.<sup>293</sup> Habitantes de Mauchiga foram igualmente trazidos para Raifusa. A maioria das pessoas deslocadas para Raifusa, vindas de Rotuto e de Mauchiga, foi trazida para ali quase imediatamente após o levantamento de 20 de Agosto de 1982, depois de uma breve passagem pelo *Kodim* de Same. Algumas, poucas, chegaram a Raifusa vindas da Ilha de Ataúro, após muitos anos de internamento. Tal como em Dotik, as condições de vida em Raifusa eram extremamente duras. A Comissão ouviu testemunhos de sobreviventes que descreveram o seu sofrimento e as mortes de outras pessoas durante o seu internamento em Raifusa.

---

<sup>292</sup> Entrevista de Januário de Araújo, Mauchiga, Ainaro, 4 de Junho de 2003; o Testemunho n° 07200 da HRVD [José Rosa de Araújo] corroborou a prática do recrutamento forçado de civis para operações de busca às Falintil e apresentou evidência do assassinio de dois civis, cometido pelo *TNI* durante essas operações.

329. Um homem relatou, à Comissão, o modo como a sua família foi deslocada à força para Raifusa, após várias violações dos direitos humanos terem ocorrido, incluindo a violação sexual da sua mulher por membros da *Hansip* e pelo *babinsa* e o espancamento de um grupo de jovens do sexo masculino. Segundo ele:

*As ABRI decidiram transferir todo o povo de Rotuto para Raifusa, para facilitar o controlo da população pelas autoridades e impedir as pessoas de contactarem a Fretilin. Tivemos fome, no novo local. Dois dos meus familiares, Paulo da Silva e Francelina dos Santos, morreram por falta de alimentos e de medicamentos.*<sup>294</sup>

330. Após o incidente de Rotuto, o membro da *Hansip*, Domingos Melo, que não participara no ataque, foi detido e conduzido ao *Kodim* de Same, onde permaneceu preso durante três meses. Nesse período, foi espancado com um pau e esfaqueado no joelho. Depois de ser libertado, descobriu que todo o povo de Rotuto havia sido transferido para Raifusa. Reuniu-se a eles, mas apercebeu-se de que as condições de vida em Raifusa eram muito difíceis: os habitantes de Rotuto são montanhesees pouco habituados às terras baixas da costa. Uma das vítimas desse ambiente nada hospitaleiro foi a mulher de Domingos Melo, Constantina Soares, morta por doença.<sup>295</sup>

331. A vulnerabilidade das pessoas deslocadas para Raifusa tornou-se patente em vários depoimentos.

332. Armando Borsa relatou igualmente à Comissão a maneira como foi preso, na companhia de mais sete pessoas, uma semana depois de ser deslocado à força do seu suco de Rotuto para Raifusa. Depois de serem espancados e interrogados no *Kodim* de Same, foram finalmente libertados 11 dias mais tarde, mas só depois de entregarem aos seus captores jóias tradicionais (*belak*) e uma galinha.<sup>296</sup>

333. Em 1982, o CICV começou a disponibilizar ajuda humanitária em Dotik e Raifusa. Saturnino Tilman foi contratado como profissional de saúde pelo programa de prevenção da malária. Recorda-se que, mesmo depois de os trabalhos de socorro do CICV se iniciarem, a taxa de mortalidade manteve-se elevada. As pessoas morriam de tuberculose, malária, marasmo (*béri-béri*), diarreia e cólera.<sup>297</sup>

334. Joaquim da Silva e a sua mulher Alexandrina foram capturados por membros da *Hansip* na sua casa, em Rotuto. Trouxeram-nos para o *Kodim* de Same e interrogaram-nos ali. Joaquim da Silva foi libertado, mas a mulher e os filhos foram enviados para Ataúro durante cinco anos. A sua filha Frentelina da Silva morreu em Ataúro. Alexandrina acabou por ser transferida para Raifusa, com os dois filhos que lhe restavam. Os dois filhos morreram em Raifusa, por falta de alimentos.<sup>298</sup>

335. As pessoas deslocadas para Raifusa acabaram por ser autorizadas a regressarem aos seus sucos de origem em 1986. Várias famílias preferiram continuar a viver nas áreas de transmigração locais apoiadas pelo Governo — denominadas SP1, SP2, SP3 — em Colacau, Besusu e Dotik.<sup>299</sup> Durante a investigação levada a efeito pela Comissão em Raifusa, as testemunhas mostraram aos colaboradores da Comissão um local de sepultura com aproximadamente 800 lápides que, na sua opinião, poderá ser o local onde foram enterrados os mortos de Rotuto e de Mauchiga.<sup>300</sup>

### **Lalarek Mutin [Viqueque]**

336. A 8 de Agosto de 1983, em Kraras (Viqueque), 14 soldados indonésios do batalhão de combate de engenharia, *Zipur 9*, foram mortos durante um levantamento da *Ratih*, membros da

força de defesa civil da aldeia. O incidente desencadeou uma reacção prolongada em todo o distrito de Viqueque, provocando prisões generalizadas e execuções em massa (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Os habitantes de Kraras que conseguiram sobreviver, na sua maioria mulheres, foram transferidos para um novo local chamado Lalerek Mutin.

337. No passado, os habitantes de Kraras já haviam sido sujeitos a deslocações forçadas, suportando duras consequências. Eram originários da aldeia de Bibileo, que em 1970, data do último censo populacional português, tivera uma população de 3.000 habitantes. Em 1977 o povo de Bibileo fugiu para as montanhas, quando as forças indonésias avançaram sobre a área. Depois de se renderem em Viqueque, em 1979, permaneceram numa área da cidade chamada Beloi. Segundo José Gomes, a restrição de movimentos e a falta de provisões básicas provocavam 1 a 2 mortes por dia em Beloi.<sup>301</sup> Em 1980 estiveram prestes a regressar a Bibileo, mas, à última hora, foram transferidos para um novo local chamado Kraras. Kraras era bastante mais fértil do que Bibileo e, a princípio, a comunidade ficou satisfeita por retomar as suas actividades agrícolas.

338. Em depoimento prestado à Comissão, José Gomes descreveu os antecedentes do ataque dos membros da *Ratih*, a 8 de Agosto de 1983. O assassinato de sete civis por soldados do Batalhão *Zipur 4*, incluindo durante o período de cessar-fogo entre as Falintil e as forças indonésias, bem como os casos persistentes de violação e assédio sexuais haviam feito subir a tensão na aldeia de tal maneira que, a 8 de Agosto, a violência rebentou. Após as mortes dos soldados indonésios, a população de Kraras fugiu para as aldeias de Luca e de Buikarin, para a vila de Viqueque e para as montanhas, consciente de que as repercussões seriam violentas.<sup>302</sup> A Comissão recebeu evidência sobre a série de massacres e execuções em massa que sucederiam a seguir, incluindo o massacre de 17 de Setembro de 1983 na zona de Tahubein, suco de Buikarin, durante o qual se estima terem morrido 181 pessoas (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

#### *Criação de Lalerek Mutin*

339. Sobreviventes da aldeia de Kraras provenientes de Buikarin, Luca e Viqueque foram reunidos e transferidos para Lalerek Mutin (Luca), uma área até então desabitada por ter um clima extremamente quente e seco e um solo estéril. À sua chegada, em Setembro de 1983, foram fechados em casernas improvisadas construídas pelos militares. Rita Amaral contou à Comissão:

*Não havia então instalações administrativas, nem sequer uma casa. Era um lugar vazio, só floresta. Custava obter alimentos. Não havia abrigos. Todos os nossos utensílios agrícolas — sachos, catanas, etc. — haviam sido confiscados pelas ABRI. Só dispúnhamos de um machete velho e partido que ali fora abandonado. Usámo-lo para cortar os arbustos e o campim alto, para abrir uma clareira e criar mais área de cultivo. Construimos uma cabana simples para nosso abrigo temporário. Para termos onde dormir, cortámos ramos de árvore e ajeitámo-los sobre o solo, colocando-lhes por cima bambu entrelaçado, que nos servia de cama. Procurámos cocos velhos, caídos no chão, para comer. Rachávamos os cocos com utensílios velhos. Usávamos uma picareta e o machete velho, revesando-nos para não sermos detectados. Para as crianças, tivemos de descobrir o alimento em palmeiras de sagu. De manhã até à noite, levávamos um dia inteiro a abater uma árvore de sagu — e só conseguíamos cortar uma por dia. Primeiro, retirávamos a parte fresca do sagu, cozendo-a e comendo-a. Depois, retirávamos a casca e cortávamos o resto em pequenos pedaços, para secá-los, enquanto aguardávamos que o utensílio de trituração [oro] fosse fabricado. Quando ficou pronto, começámos a triturar o sagu seco e a transformá-lo em farinha. Só então conseguimos alimentar os nossos filhos.*

*Deixaram-nos sozinhos durante dois meses [sem o controlo do aparelho de segurança]. Só então foram destacados para Lalerek Mutin um Nanggala [membro das Kopassandha [Forças Especiais] e vários Hansip de Buikarin. Foi então que as ABRI começaram a forçar as pessoas a trabalharem na construção do novo aglomerado urbano de Lalerek Mutin. Fomos obrigados a cortar madeira e a carregá-la, a trabalhar nos campos e a realizar outras tarefas do género. Todos — homens e mulheres — trabalhávamos de dia em projectos do aldeamento e de noite, todos, homens e mulheres, desempenhávamos tarefas de vigilância no turno da noite, em redor do aldeamento.<sup>303</sup>*

340. Os novos habitantes de Lalerek Mutin eram sobretudo mulheres, crianças e homens idosos. Os homens fisicamente capazes ou tinham sido mortos, ou haviam desaparecido ou fugido para as montanhas.<sup>\*</sup> As mulheres de Lalerek Mutin referiram as grandes dificuldades que tiveram de suportar durante os primeiros anos passados em Lalerek Mutin. Foram obrigadas a fazer “trabalho de homem” — como plantar, construir edifícios públicos e participar em operações de segurança. Pelo menos quatro mulheres foram vítimas de violência sexual perpetrada por membros dos militares indonésios (ver Subcapítulo 7.7: Violência Sexual).

---

<sup>\*</sup> Segundo o depoimento prestado por Olinda Pinto Martins à Comissão, 17 homens foram embarcados num camião, no pressuposto de que iriam buscar alimentos a Kraras, mas nunca mais voltaram a ser vistos. Durante a Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Mulheres e Conflito (28 e 29 de Abril de 2003), Beatriz Miranda Guterres contou que o seu marido foi recrutado como TBO e nunca mais regressou [Informação corroborada pelo Testemunho número 00155 da HRVD. Ver também a entrevista da CAVR a Honório Soares de Gonzaga, Lalerek Mutin, Viqueque, 30 de Maio de 2003].

### *Condições de privação extrema*

341. Os moradores de Lalerek Mutin viveram em condições de grave privação e de vigilância apertada: ausência de fontes de água limpa; controlo de segurança rigoroso de todos os movimentos; comparência obrigatória à formatura de verificação das presenças, de manhã e à tarde; restrição das comunicações com qualquer habitante das aldeias vizinhas; ausência total de cuidados médicos; exigência de salvo-conduto para qualquer pessoa que pretendesse deslocar-se a uma distância superior a 200 metros do centro do aldeamento. A privação mais grave era a falta de alimentos. Os habitantes de Kraras chegaram sem alimentos, não receberam qualquer comida dos militares e foram privados dos utensílios agrícolas.

342. Domingos Rangel andava na escola em Viqueque quando o incidente de Kraras ocorreu. Ele e nove dos seus familiares fugiram para as montanhas, por temerem a retaliação do exército. Após três meses no Monte Bibileo, rendeu-se com os seus familiares em Lacluta (Viqueque), onde assistiu à tortura do seu tio, durante um interrogatório. Um dia mais tarde, fizeram-nos subir para um camião e levaram-nos para Lalerek Mutin. Domingos disse à Comissão:

Lembro-me que morriam 4 ou 5 pessoas todos os dias.  
Embrulhávamos os corpos em esteiras e enterrávamos-  
los.<sup>304</sup>

### *Destruição forçada dos alimentos*

343. Uma das operações em que os presos se viam forçados a participar era o *curlog* — abreviatura indonésia para *penghancuran logistic*, ou destruição de todas as fontes de géneros alimentares. As operações de *curlog* eram organizadas pela unidade das *Kopassandha* (Forças Especiais) denominada *Chandrasa 7 Group 2*. Uma ou duas vezes por semana, as pessoas saíam do local, acompanhadas por soldados e por membros da *Hansip*. Antes de saírem, todos eram reunidos para proceder à contagem. Ninguém podia caminhar sozinho. Sempre que descobriam cocos, bananas, papaias, fruta-pão, jacas ou outras árvores de fruto, retiravam a fruta toda das árvores e abatiam-nas. Estas operações tinham por objectivo cortar as disponibilidades alimentares às Falintil. Quando regressavam ao aldeamento, todos eram reunidos para serem novamente contados. As pessoas não se importavam de participar nestas operações, porque assim tinham oportunidade de sair e obter alimentos. No entanto, o resultado dessas operações foi a destruição das árvores de fruto e a perda deste recurso para o futuro.

344. Em 1984, os militares ordenaram a José Gomes, chefe de aldeia de Lalerek Mutin, que realizasse o censo da população local. Ele contou aproximadamente 1.300 pessoas, número muito inferior ao das 3.000 que viviam em Bibileo em 1970. José Gomes crê que mais de 1.000 pessoas morreram no período que decorreu entre os acontecimentos de Kraras e o censo. As operações de *curlog* só terminaram em Dezembro de 1985, quando a unidade *Chandrasa* regressou a Java. Por volta dessa época, a vida em Lalerek Mutin começou a melhorar, à medida que as pessoas iam retomando as suas actividades agrícolas regulares.<sup>305</sup>

345. Lalerek Mutin permaneceu fechada à ajuda exterior, não tendo jamais recebido qualquer ajuda nem do CICV nem do CRS. Era popularmente conhecida como “aldeia das viúvas”. O acesso a Lalerek Mutin manteve-se difícil até mesmo ao entrar na década de 1990.

### **Levantamentos em Lautém**

346. Entre 5 e 8 de Agosto de 1983, centenas de membros dos grupos de defesa civil, incluindo *Wanra*, *Hansip* e outros homens fisicamente capazes das aldeias de Mehara (Tutuala, Lautém), Lore e Leuro (Lospalos, Lautém) e Serelau (Moro, Lautém), fugiram das suas aldeias e reuniram-se às forças das Falintil nas montanhas. Muitos dos homens armados pertencentes aos grupos de defesa civil levaram as armas consigo para a floresta. As aldeias de onde eram

originários estes homens foram severamente punidas pelo Exército indonésio.<sup>306</sup> Reagindo a esta deserção em massa, os soldados indonésios reuniram todas as mulheres e as outras pessoas que haviam ficado para trás. Os habitantes da vila de Tutuala (Tutuala, Lautém) lembram-se do que aconteceu:

*No dia 9 de Agosto de 1983, os habitantes das aldeias de Loikero e Porlamano foram deslocados à força de suas casas para a escola primária e para os edifícios da Igreja em Mehara por soldados indonésios das Unidades Territoriais 515 e 641 e dos Grupos de Comandos 1, 2 e 4, sob o comando do segundo-tenente Toto [Batalhão Aerotransportado de Infantaria 100]. Esta medida destinou-se a reforçar o controlo das ABRI, após o incidente de Mehara. Duas pessoas morreram por falta de alimentos.<sup>307</sup>*

347. Uma mulher relatou, à Comissão, o modo como ela e os habitantes de Mehara foram obrigados a subir para dois camiões militares a fim de serem conduzidos a Tutuala, onde foram interrogados sobre os seus contactos com as Falintil.<sup>308</sup> Outra mulher, cujo marido se encontrava entre os homens que fugiram para as montanhas, recordou a forma como ela e outras centenas de mulheres foram obrigadas a recolher os seus pertences, incluindo alimentos e animais de criação, a fim de transferi-los para o centro de Mehara, onde as obrigaram a viver durante dois meses.<sup>309</sup>

348. VL falou à Comissão sobre a violência sexual perpetrada contra si por soldados indonésios do Batalhão Aerotransportado de Infantaria 100, cerca de dois meses após a transferência:

*Passados dois meses, os soldados do Batalhão Aerotransportado de Infantaria 100 ordenaram a todas as mulheres, cujos maridos haviam fugido para a floresta, que se reunissem, dizendo: “Podem ir todas para casa, excepto a VL e a WL. Elas ficam para serem examinadas...[Nós] fomos conduzidas ao posto do batalhão Aerotransportado de Infantaria 100, das ABRI...Então eles começaram a espancar-nos e a despir-nos...das 6 da tarde até à 1 da manhã. Bateram-nos com paus, pontapearam-nos, despiram-nos e ameaçaram-nos com armas, ordenando que confessássemos. Não confessámos nada, porque não sabíamos nada. [N]essa noite, um oficial dos serviços de informação [Kasi I] começou a interrogar-me, ao mesmo tempo que me puxava pelos pêlos púbicos, um a um...Permaneci em silêncio, embora sentisse grandes dores. Uma vez que não confessei, eles ficaram cada vez mais zangados e espancaram-me até me fazerem deitar sangue do nariz e da boca. Então, à 1 da manhã, pararam de me torturar.<sup>310</sup>*

349. Após o incidente de Agosto, centenas de pessoas do distrito de Lautém foram transferidas para a Ilha de Ataúro. Famílias de pelos menos três sucos do subdistrito de Iliomar — onde um levantamento planeado fora impedido por divisões no seio da *Hansip* local — foram deslocadas à força para Ataúro. Gaspar Seixas, líder comunitário da aldeia de Iliomar (Iliomar, Lautém), disse à Comissão que cerca de 300 famílias das aldeias de Iliomar I e II foram reunidas e transferidas para Ataúro. Fernando Amaral, da aldeia de Fuat (Iliomar, Lautém), recorda-se de terem sido levadas para Ataúro 300 famílias, no rescaldo do levantamento de Agosto.<sup>311</sup>

### 7.3.6 Deslocações antes e depois da Consulta Popular (1999)

350. O afastamento do Presidente Suharto do poder, em Maio de 1998, provocou grandes mudanças na Indonésia e em Timor-Leste. O processo de reivindicação de mais liberdade política e democracia na Indonésia, denominado *Reformasi*, foi seguido igualmente em Timor Leste pelo recém-formado CNRT, pelos estudantes e pela juventude e pela população timorense em geral. Para os timorenses, a *Reformasi* veio abrir novos horizontes. Quando o governo de Habibie começou a definir uma nova posição da Indonésia relativamente a Timor Leste, com a sua oferta de um estatuto especial para o território, estas esperanças reforçaram-se. As manifestações e os debates colocaram as autoridades indonésias na defensiva.

351. A reacção mais inquietante por parte das autoridades indonésias à confiança renovada do movimento independentista foi a formação de grupos de milícias, a partir dos finais de 1998. Estes grupos de milícias — na aparência uma reacção espontânea pró-integração, contra o crescer da força favorável à independência — representaram na realidade o culminar da militarização da sociedade timorense pelos indonésios (ver Subcapítulo 4.2: Regime de Ocupação: Militarização da sociedade timorense). No início de 1999, pouco depois de o Presidente Habibie anunciar que o povo de Timor-Leste iria poder optar entre permanecer integrado na Indonésia ou tornar-se independente, já haviam sido formados em cada distrito grupos de milícias bem armados que começavam então a aterrorizar a população. A proliferação do armamento artesanal e moderno, nas mãos das milícias recém-formadas, veio alimentar uma onda de violência. Esta iniciou-se em finais de 1998, atingiu um momento de apogeu em Abril de 1999, atenuou-se entre Maio e Agosto — durante os meses que antecederam a Consulta Popular supervisionada pela ONU — e culminou no frenesim de violência e destruição que se seguiu ao anúncio de que o povo de Timor-Leste havia votado pela independência.

352. A violência dos grupos de milícias, muitas vezes actuando abertamente com o apoio dos seus patrocinadores do *TNI*, redundou na violação de direitos humanos numa escala jamais vista desde os finais da década de 1970. Prisão, tortura e maus-tratos, homicídios, violência sexual e recrutamento forçado — todas estas formas de violação atingiram novos picos em 1999, tal como as deslocações. Ao longo de 1999, registaram-se deslocações, sob a forma de fuga espontânea à violência e intimidação das milícias, e de transferência organizada das populações, retiradas das suas habitações ou dos locais onde se haviam refugiado. Como sucedera em anos anteriores, a deslocação em toda a variedade de circunstâncias em que ocorreu durante 1999 teve graves repercussões sobre a capacidade das pessoas se alimentarem, sobretudo quando as autoridades indonésias desenvolveram esforços concertados para lhes negar a disponibilização de ajuda humanitária.

353. A partir do momento em que os primeiros grupos de milícias foram mobilizados nos finais de 1998, a violência e a intimidação perpetradas pelas milícias provocaram a fuga das pessoas dos seus locais de residência. Nos primeiros meses de 1999, os ataques das milícias contra as comunidades favoráveis à independência, bem como a tentativa de recrutamento forçado para as milícias, de uma população que maioritariamente o recusava, já estavam a provocar a deslocação interna de milhares de timorenses, que se refugiaram naquilo que supunham ser a segurança das igrejas, na zona urbana de Dili, nos bastiões das Falintil e nas zonas inacessíveis de montanha e de floresta. Em Abril, no momento em que as negociações entre Portugal e a Indonésia patrocinadas pela ONU, em Nova Iorque, se aproximavam da sua fase final e eram organizadas manifestações e cerimónias públicas de apresentação para reforçar a estrutura das milícias, foi atingido um novo pico de violência perpetrada pelos grupos de milícias e das conseqüentes deslocações por ela provocadas. Durante os meses de campanha que antecederam o acto de votação de 30 de Agosto, registou-se uma redução no número de pessoas deslocadas das suas habitações. Porém, esta acalmia da violência e das deslocações foi apenas relativa. A intimidação das milícias e do *TNI* prosseguiu durante a campanha e, embora muitos dos deslocados regressassem às suas terras de origem para se

recensearem e votarem, muitas vezes não voltavam às suas habitações, mas a lugares onde esperavam encontrar segurança, como a Igreja de Suai. O paroxismo de violência registado após o acto de votação provocou a deslocação da esmagadora maioria da população de Timor-Leste, quer na forma de deportações organizadas de cerca de 250 mil timorenses de Leste para Timor Ocidental, quer na fuga interna da maior parte da restante população. Ambas as formas de deslocação foram acompanhadas da violação generalizada de direitos humanos de outros tipos — incluindo prisão, tortura e maus-tratos, violência sexual e homicídios, em massa.

[g02C4.pdf or g03C7.pdf](#)

Sinais iniciais (Novembro de 1998 a Março de 1999)

354. Em Junho de 1998, o recém-nomeado Presidente Habibie lançou a ideia da “autonomia especial” para Timor Leste. Decidido a alcançar uma solução internacionalmente aceitável para a questão de Timor Leste, em Agosto de 1998, o governo de Habibie entrou em negociações tripartidas sobre esta proposta, com a ONU e com Portugal. Esta iniciativa teve grandes repercussões no terreno, em Timor-Leste.

**Table 13 - Quadro 11- Consulta Popular e deslocação de civis: datas e acontecimentos decisivos**

27 de Janeiro de 1999	O Presidente Habibie anuncia que o povo de Timor-Leste irá decidir directamente se aceita ou rejeita a Autonomia Especial.
11 de Março de 1999	Portugal e a Indonésia chegam a acordo sobre o exercício do direito à autodeterminação pelo povo de Timor-Leste, através de sufrágio directo.
5 de Maio de 1999	Um acordo tripartido entre a Indonésia, Portugal e a ONU confere às Nações Unidas a responsabilidade pela administração da Consulta Popular.
1 de Junho de 1999	A UNAMET chega a Díli.
16 de Julho de 1999	Início do recenseamento dos eleitores.
5 de Agosto de 1999	Fim do recenseamento eleitoral: 451.792 eleitores potenciais recenseados.
14 de Agosto de 1999	Início da campanha eleitoral.
30 de Agosto de 1999	Dia da votação. Percentagem de afluência às urnas: 98,6% dos eleitores.
4 de Setembro de 1999	Anúncio dos resultados da votação: 21,5% a favor da autonomia dentro da Indonésia, 78,5% contra.
12 de Setembro de 1999	A Indonésia aceita a entrada de uma força multinacional (Interfet) para repor a ordem no território.
20 de Setembro de 1999	Chegada da Interfet a Timor Leste.

355. No dia 9 de Novembro de 1998, as forças das Falintil atacaram o quartel-general militar subdistrital (*Koramil*) em Alas (Manufahi). Do ataque resultaram as mortes de, pelo menos, três soldados indonésios e de nove soldados das Falintil e dos seus apoiantes.<sup>312</sup> (Para informação adicional sobre o incidente de Alas, ver o Subcapítulo 7.4: Prisão, Tortura e Maus-Tratos e o Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados) Em retaliação, o *TNI* lançou uma operação militar de larga escala nas aldeias vizinhas de Taitudak, Aituha (Alas, Manufahi), Manumera e Lisu Ata (Turiscai, Manufahi), atacando civis e incendiando as habitações de pessoas suspeitas de apoiarem a independência.

356. O chefe da aldeia de Taitudak (Alas, Manufahi), Vicente Xavier, e os homens jovens da aldeia fugiram para a floresta. Alguns dias mais tarde foram descobertos por soldados do Batalhão de Infantaria Aerotransportada 744 e Vicente foi morto a tiro. A tropa saqueou as habitações da população, bem como as suas provisões alimentares e animais de criação.<sup>313</sup> Alcina Fernandes, mulher de Vicente Xavier, descreveu à Comissão a maneira como procurou refúgio na igreja, juntamente com outras pessoas:

*Em Novembro de 1998, ouvi disparos de armas de fogo. Corri para casa. Mas o meu marido, Vicente Xavier, já tinha fugido. Por isso, fugi para a igreja com o meu bebé; a minha casa foi incendiada e todos os nossos pertences saqueados e roubados. Os nossos animais de criação, como os cavalos, vacas e porcos, foram mortos. Depois, procurei abrigo no edifício da escola. Enquanto lá estive, as mulheres dos soldados destacados na zona vinham lá todos os dias e insultavam-me. [Um dia, elas] deitaram ao chão a comida que eu estava a cozinhar no fogão.<sup>314</sup>*

357. Num relato descreve-se a forma como o administrador do subdistrito (*camat*) transferiu as pessoas da igreja para a escola local. Só as autorizou a regressarem a suas habitações no dia 20 de Dezembro de 1998, mais de um mês depois do incidente.<sup>315</sup> Uma testemunha ocular, que ainda se encontrava refugiada em Timor Ocidental quando a Comissão ouviu o seu testemunho, descreveu nos seguintes termos o incêndio e o saque:

*No dia 12 de Novembro de 1998, os membros timorenses do Koramil de Alas, F1 e F2 e os seus homens incendiaram casas de civis em Kampung Lurin, Kulutetuk, Hasbot e Kampung Natarwen. Devido ao incêndio das casas, vários objectos tradicionais e pertences das pessoas foram destruídos. Os perpetradores também saquearam os bens das pessoas. Eu vi atear fogo à primeira casa. Todos os moradores receberam ordens para abandonarem as casas e a aldeia.<sup>316</sup>*

358. Em reacção a estes ataques de retaliação generalizados, algumas pessoas fugiram para a floresta.<sup>317</sup> Outras procuraram a segurança no anonimato relativo de Díli. Por exemplo, Luís Godinho Manuel da Costa contou à Comissão que, depois de se refugiar na casa do pároco local da aldeia de Liurai (Turiscaí, Manufahi), descobriu a sepultura de um jovem local, enterrado a pouca profundidade, e fugiu para Díli até depois da Consulta Popular.<sup>318</sup>

359. Por volta do início de Janeiro de 1999, a população de outros distritos via-se igualmente forçada a fugir da violência e da intimidação. A Comissão recebeu relatos de incidentes violentos que provocaram a fuga de civis em Janeiro de 1999. Algumas pessoas permaneceram deslocadas durante todo o período de violência associada à Consulta Popular.<sup>319</sup> A maioria dos primeiros relatos de violência e deslocação recebidos pela Comissão diziam respeito ao distrito de Liquiça.

## **Liquiça**

360. Em Liquiça, a recém-constituída milícia *Besi Merah Putih (BMP)* já se encontrava activa no início de Janeiro. O recrutamento forçado para a milícia, em particular no subdistrito de Maubara, onde a *BMP* tinha a sua sede, foi um dos factores causadores de deslocação. Um homem foi raptado por cinco membros da milícia *BMP* em Janeiro de 1999, em Maubara, (Liquiça). Depois de ser repetidamente esbofeteado e espancado, obrigaram-no a “guardar” o posto da *BMP* durante os nove meses seguintes. Após a Consulta Popular, foi deportado à força para Atambua, permanecendo em Timor Ocidental durante um ano, até regressar a casa.<sup>320</sup> Outros fugiram de suas habitações para evitar serem recrutados à força pela milícia.<sup>321</sup>

361. A Comissão recebeu testemunhos referentes a um ataque da *BMP* a Maubara, no dia 19 de Janeiro de 1999, que levou muitas pessoas a fugirem para aldeias nas montanhas, como Leotela (subdistrito de Liquiça).<sup>322</sup>

362. Por norma, as pessoas que foram deslocadas nesses primeiros meses mantiveram-se longe de suas habitações até à chegada da Interfet a Timor-Leste, nos finais de Setembro de 1999. Por exemplo, no dia 16 de Fevereiro de 1999, um comandante local timorense da milícia *BMP*, F3, juntamente com 35 milicianos, capturou Alarico Manuel e a sua família em Vatuboro (Maubara, Liquiça). Depois de serem detidos e espancados no centro de saúde local, deslocaram-se para o complexo de edifícios dos Serviços Agrícolas em Cuico (Maubara, Liquiça). A milícia *BMP* atacou Cuico quatro dias mais tarde, a 23 de Fevereiro de 1999. Alarico fugiu para Díli e procurou protecção na casa de Manuel Carrascalão, em Lecidere. Mais de 100 pessoas deslocadas encontravam-se nesta casa quando as milícias *Aitarak* e *BMP* a atacaram, no dia 17 de Abril de 1999.<sup>323</sup> Alarico voltaria a ser preso em vários lugares, desta vez pela Polícia indonésia. Foi libertado pela Interfet em Díli, em finais de Setembro.<sup>324</sup>

#### *Mortes causadas por privação em Liquiça*

363. Embora as consequências humanitárias das deslocações de 1999 fossem menos graves que as da deslocação forçada e fome dos finais da década de 1970, a Comissão recebeu relatos sobre mortes causadas por privação relacionadas com estas deslocações. Augusta da Costa Freitas estava grávida quando a milícia *BMP* atacou o seu suco de Vatuvou (Maubara, Liquiça). Fugiu com o marido, Domingos, e os filhos para Faulara, em Leotala (Liquiça). Passadas duas semanas, o marido adoeceu com malária. Fisicamente exausto e debilitado, sem alimentos suficientes e sem acesso a medicamentos, Domingos morreu no dia 29 de Fevereiro de 1999. Pouco depois nasceu o filho de Augusta. O bebé morreu com duas semanas e quatro dias de idade.<sup>325</sup>

364. Uma história semelhante ocorreu a Miguel dos Santos. No dia 15 de Fevereiro de 1999, a milícia *BMP* começou a atacar as aldeias de Vatuvou e Cuico (Maubara, Liquiça) e um grande número de pessoas refugiou-se nas montanhas e noutros lugares. Para escapar à violência, Miguel fugiu com a mulher e o seu filho recém-nascido. Esconderam-se na área de Bikolo, perto da ribeira de Kaisavo, durante 30 dias. Vivendo em condições muito precárias, o bebé de cinco semanas morreu. Depois de sepultarem o filho, Miguel e a mulher fugiram para Sare, Asulau (Hatulia, Ermera), que faz fronteira com o subdistrito de Maubara. Milhares de deslocados já se encontravam reunidos no local e a família manteve-se ali até à chegada da Interfet, em finais de Setembro de 1999.<sup>326</sup>

365. Marcelino Utasulu relatou à Comissão a maneira como ele e a mulher, Madalena Marçal, fugiram para Asulau, com ela grávida de três meses. Madalena morreu durante o trabalho de parto, a 3 de Junho de 1999. O bebé recém-nascido não conseguiu sobreviver sem a mãe, morrendo seis dias depois.<sup>327</sup>

366. A segurança continuou a degradar-se no distrito de Liquiça, culminando no massacre de 6 de Abril de 1999, do qual foram vítimas as pessoas que se haviam refugiado na Igreja de Liquiça (ver adiante). A Comissão recebeu relatos de actos violentos perpetrados pela milícia *BMP* contra pessoas suspeitas de serem apoiantes da independência no distrito, forçando milhares de habitantes a fugirem para as montanhas e a atravessarem a fronteira para Timor Ocidental, mesmo antes de Abril de 1999.<sup>328</sup>

#### **Viqueque**

367. Os outros dois distritos para os quais existem relatos de violência e deslocações ocorridas antes de Abril de 1999 são Viqueque e Covalima. Neste período, o número de casos registados de violência causadora de deslocações ocorridos em Viqueque só foi ultrapassado pelo número de casos referido para Liquiça. O incidente mais antigo, relatado por Domingos Gomes, registou-se a 4 de Janeiro de 1999, quando soldados do *Kodim* de Viqueque e a milícia *Tim Makikit* começaram a fazer disparos para o ar. O tiroteio durou algumas horas, assustando as pessoas que viviam na vizinhança e fazendo-as fugir para a floresta. O tiroteio só seria

interrompido com a intervenção do funcionário militar responsável pela aldeia e do pároco local, o padre Francisco.<sup>329</sup>

368. A Comissão ouviu informação sobre ataques levados a efeito em coordenação pelas milícias *Tim Makikit* e *Naga Merah* contra numerosos locais em Dilor (Lacluta, Viqueque), no dia 20 de Março de 1999:

No dia 20 de Março, depois de se reunirem no posto do *TNI* em Dilor, no subdistrito de Lacluta, membros recém-recrutados das milícias atacaram pessoas nas aldeias vizinhas, espancando e ameaçando presumíveis apoiantes da independência. O *TNI* e a milícia [*Tim*] *Makikit* prenderam cerca de 160 pessoas no *Koramil* de Dilor, embora por pouco tempo, calculando-se que 500 pessoas da área fugiram das suas casas, com medo.<sup>330</sup>

369. Segundo um relato recebido pela Comissão, 11 membros da milícia agrediram um homem em Março de 1999, obrigando-o a fugir para as florestas de Wefia Aitana. Embora regressasse a casa, voltou a ser agredido a 17 e a 19 de Abril, fugindo para Kakae Uma.<sup>331</sup> Segundo outro relato recebido pela Comissão, vários homens fugiram para as montanhas em Luca, acabando por ser capturados por um *babinsa* e presos no *Koramil* de Viqueque. Libertados a 15 de Abril, fugiram de novo para a floresta.<sup>332</sup>

370. Uma mulher da aldeia de Dilor (Lacluta, Viqueque) descreveu o ataque perpetrado contra a sua casa pela milícia *Tim Makikit* a 20 de Março de 1999. Gorados os seus intentos de capturarem o seu filho, que fugira a tempo, em busca de segurança, a milícia atacou outra casa, pensando que pertencia a um apoiante da independência. No entanto, essa pessoa também conseguiu fugir. A milícia saqueou todos os pertences da família.<sup>333</sup>

371. A Comissão recebeu igualmente informações de que uma mulher e a sua família fugiram de casa, na aldeia de Dilor (Lacluta, Viqueque), para Laline, depois de lhes ser dito que iria haver um ataque da milícia *Naga Merah*. Membros do *Koramil* descobriram-na e ameaçaram-na com armas, ao mesmo tempo que tentavam extorquir-lhe informações sobre o paradeiro de um seu familiar, activista do movimento clandestino.<sup>334</sup>

372. A Comissão recebeu informações referentes à prisão de três funcionários públicos em Lacluta pela milícia *Tim Makikit*, chefiada pelo timorense F4. Depois de fazerem promessas de que iriam “erradicar os funcionários públicos conhecidos por terem duas caras”, F4 e cerca de dez membros da milícia procuraram os três homens em suas habitações, em Rade Uma, Dilor. Levaram um deles para a sede do *Koramil*, em Lacluta, mas deixaram que os outros dois se apresentassem sem escolta, na manhã seguinte. Um dos homens, que nessa noite foi ferido com uma flecha disparada por um membro da milícia *Makikit* (F38), fugiu para as montanhas com dois dos seus amigos. Depois de pedirem protecção ao pároco local e de serem presos durante um curto espaço de tempo, fugiram para Díli.<sup>335</sup>

## Covalima

373. Em Covalima, a Igreja da Avé Maria, em Suai, começou logo a ser procurada como local de refúgio em Fevereiro. A milícia *Mahidi*, sediada em Cassa (Ainaro), matara pelo menos cinco civis em Galitas (Quimaki, Zumalai, Covalima) no dia 25 de Janeiro de 1999.<sup>336</sup> Enquanto que a milícia *Mahidi* continuou a desenvolver operações nos subdistritos de Zumalai e de Suai, a milícia *Laksaur*, formada no início de Janeiro de 1999, começou a aterrorizar as populações em Suai, Tilomar e noutros subdistritos de Covalima.

374. Maria Amaral relatou à Comissão que, em Fevereiro de 1999, o chefe timorense da milícia *Sakunar*, F5, e os seus homens ameaçaram os moradores de um bairro na aldeia de Salele (Tilomar), por presumirem que eram apoiantes da independência. Segundo ela, cerca de 200 pessoas refugiaram-se na Igreja de Suai, onde permaneceram até à votação. Outros milhares de pessoas haveriam de reunir-se a este grupo, antes do ataque à igreja ocorrido no dia 6 de Setembro de 1999.<sup>337</sup> Em Março, já os membros das milícias haviam começado a centrar a sua atenção nas pessoas deslocadas na igreja, considerando-os apoiantes da independência. Um homem relatou à Comissão que, ao ser capturado pela milícia *Laksaur* a 13 de Março de 1999, lhe disseram que seria morto se procurasse refúgio na Igreja da Avé Maria.<sup>338</sup> Em Março de 1999, o clima de terror gerado pela violência das milícias na zona gerou uma situação em que a simples acusação pela Polícia e pelo *TNI* de que a população era apoiante da independência bastava para fugir com medo, para as montanhas ou para a Igreja da Avé Maria, em Suai.<sup>339</sup> Nos meses seguintes, a igreja tornar-se-ia o epicentro da intimidação e violência perpetradas pelas milícias e pelo *TNI* contra a população que fugira de suas habitações.

375. Em finais de Março, o problema da deslocação interna já era suficientemente grave para levar as ONG sediadas em Díli a decidirem desenvolver um mecanismo de distribuição de ajuda humanitária. Num relatório de actividades relativo ao período de Março a Maio de 1999, as ONG locais elaboraram uma lista de um total de 12.073 pessoas deslocadas internamente de que então tinham conhecimento. Dela faziam parte 2.670 pessoas deslocadas em Díli, vindas de vários distritos, e 9.403 pessoas deslocadas noutros distritos. O relatório fornecia informação desagregada sobre grandes concentrações de deslocados em áreas especificadas: 2.753 pessoas em Gariana (Vatuvou, Maubara, Liquiça), deslocadas da vila de Maubara e da aldeia de Vatuvou; 375 pessoas a viverem com as freiras carmelitas em Lisadila (Maubara, Liquiça); 3.033 pessoas em Sare (Hatulia, Ermera), a maioria das quais do subdistrito vizinho de Maubara; 2.753 na Igreja de Suai, a maioria das quais oriundas de Tilomar; e 489 em Viqueque, provenientes das aldeias vizinhas.<sup>340</sup>

Primeiras deslocações em massa, Abril de 1999

#### Graph showing April bump for displacements

376. Em Março de 1999, as negociações a nível ministerial entre a Indonésia e Portugal, realizadas em Nova Iorque sob a mediação das Nações Unidas, encaminharam-se no sentido de um acordo sobre as modalidades de proporcionar aos timorenses a escolha entre aceitarem ou rejeitarem a oferta de uma “autonomia alargada” feita pelo Governo indonésio. Durante o mês de Abril, no período anterior aos Acordos de 5 de Maio, houve um surto de violência que provocou a deslocação de milhares de pessoas.

377. Embora já tivesse havido violência esporádica nos primeiros meses de 1999, as cerimónias públicas de apresentação das milícias ocorridas a partir do início de Abril desencadearam vagas de violência, sobretudo nos distritos ocidentais. A Comissão recebeu mais de 120 testemunhos provenientes dos distritos de Liquiça, Díli, Bobonaro, Ermera, Manufahi e Oecusse, onde se descrevem incidentes de violência causadores de deslocações, durante o mês de Abril. Graves violações dos direitos humanos registaram-se em Liquiça, Cailaco (Bobonaro) e Díli (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

---

<sup>337</sup> O Secretariado de Emergência ( *Posko*) para as Pessoas Deslocadas Internamente foi criado no dia 27 de Março de 1999 por ONG timorenses, organizações eclesiais, voluntários e representantes de comunidades deslocadas, após um seminário sobre preparação para desastres organizado pela *Yayasan HAK*, em colaboração com a *Oxfam* Australia. Tinha por objectivo coordenar a ajuda humanitária disponibilizada pelas ONG locais, bem como coligir e divulgar informação sobre Pessoas Deslocadas Internamente (PDI). Compunham essa instituição as seguintes organizações: *Yayasan HAK*, *Etadep*, *Caritas*, *Timor Aid*, *Yayasan Kasimo*, *Biahula* e *Volunteers for Humanity* (Jacarta).

## Liquiça

378. No distrito de Liquiça, a milícia *BMP* deu início à sua campanha de violência no dia 5 de Abril, com um grupo de milicianos de Maubara a atacarem a vila de Liquiça.<sup>341</sup> O ataque deixou atrás de si pelo menos 7 mortos ou desaparecidos e 150 habitações queimadas. Mais de 1.000 pessoas procuraram refúgio no edifício principal da igreja e no edifício adjacente da residência do pároco, na vila de Liquiça.

379. No dia seguinte, a milícia *BMP* cercou os terrenos da igreja. Após longas horas de tensas negociações, durante as quais os agentes da polícia exigiram que o pároco lhes entregasse um líder do CNRT, a milícia *BMP*, com o apoio da Polícia e das Forças Armadas indonésias, atacou os edifícios da igreja. Cerca de 60 a 100 pessoas foram mortas ou desapareceram durante este ataque<sup>342</sup> (ver relato pormenorizado do Massacre da Igreja de Liquiça no subcapítulo 7.2 Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

380. O festim de mortes continuou e alargou-se a outras áreas do distrito. Milhares de pessoas fugiram para as montanhas, incluindo Sare, no suco de Asulau (Hatulia, Ermera), que se considerava estar sob controlo das Falintil.<sup>343</sup> Algumas foram deslocadas à força pela milícia *BMP* e pelos militares indonésios para Maubara e Timor Ocidental.<sup>344</sup>

381. Durante o mês de Abril, a violência no distrito de Liquiça não terminou com o massacre na igreja. Aldeãos viram-se forçados a abandonar as suas habitações em Luculai, Loidahar e Darulete, no subdistrito de Liquiça, sendo deslocadas para a vila de Liquiça, onde foram sujeitos a intimidação e abuso, sendo pressionados a apoiar a autonomia. Os homens viram-se obrigados a aderirem às milícias, ou a fugirem. As pessoas também foram forçadas a hastear a bandeira indonésia, a construir “postos de guarda” para as milícias e a participar em patrulhas de “vigilância nocturna” destinadas a procurar e capturar activistas da independência. As raparigas e mulheres jovens foram obrigadas a frequentar festas, em que tinham de dançar para os membros das milícias.<sup>345</sup> Neste contexto de violência e intimidação, as pessoas continuaram a fugir de Liquiça, em busca de segurança. Cerca de 150 pessoas fugiram para Díli, refugiando-se em casa de Manuel Carrascalão, uma figura pública oriunda de Liquiça. Duas semanas mais tarde, tornar-se-iam vítimas de mais violência das milícias, quando grupos de milícias atacaram a casa de Manuel Carrascalão em Díli (ver Díli, adiante).

## Bobonaro

382. No dia 8 de Abril de 1999, teve lugar uma grande manifestação em Maliana, capital do distrito de Bobonaro, para anunciar a implantação no distrito do Fórum Unido para a Democracia e Justiça (*FPDK, Forum Persatuan Demokrasi dan Keadilan*, um recém-formado grupo pró-autonomia com estreitas ligações à administração civil e militar) das milícias de Timor Leste. Estiveram presentes na manifestação, entre outros, o comandante militar do distrito (comandante do *Kodim*), tenente-coronel Burhanuddin Siagian, o seu chefe dos serviços de informação, Sutrisno, João Tavares e o administrador do distrito, Guilherme dos Santos. Os funcionários públicos do distrito foram obrigados a comparecer à manifestação, durante a qual o tenente-coronel Siagian e João Tavares proferiram ameaças em público de que matariam os apoiantes da independência.<sup>346</sup> Após a cerimónia, foi emitida uma ordem que obrigava todos os chefes de família a hastear a bandeira indonésia, sendo espancados em caso de incumprimento. Mais de 10 líderes independentistas seriam mortos ou mutilados nas semanas imediatamente seguintes (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Em finais de Abril, várias centenas de pessoas haviam-se refugiado na Igreja de Maliana, na esperança de que os sacerdotes as protegessem da escalada de violência.<sup>347</sup>

383. No dia 12 de Abril de 1999, a viatura de um líder pró-autonomia, Manuel Gama Soares, sob escolta do *TNI*, foi emboscada em Poegoa (Cailaco, Bobonaro). Gama e um soldado do *TNI* foram mortos por perpetradores desconhecidos. Como retaliação, nesse mesmo dia soldados do

*TNI* e membros da milícia *Halilintar* reuniram homens, mulheres e crianças das aldeias vizinhas e trouxeram-nos para o *Koramil* de Marco. Em dois incidentes separados, sete homens foram executados quando se encontravam sob custódia do *TNI* (ver Subcapítulo 7.2 Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Os corpos ficaram expostos aos olhos do público durante o resto do dia, aparentemente com a intenção de aterrorizar a população. Nessa noite foram retirados e nunca mais foi possível recuperá-los.<sup>348</sup>

384. As pronúncias de acusação formuladas pelo Procurador-Geral, no Painel Especial para Crimes Graves do Tribunal Distrital de Díli, alegam ainda outros acontecimentos posteriores ao incidente de Cailaco.<sup>349</sup> Entre 12 e 13 de Abril de 1999, no subdistrito de Cailaco e na vila de Maliana, as habitações de apoiantes da independência foram incendiadas e os seus bens roubados. No dia 13 de Abril de 1999, membros do *TNI* reuniram os habitantes de Daudo e obrigaram-nos a deslocar-se para a aldeia de Biadila. Os homens foram igualmente forçados a aderir à milícia *Guntur*, com sede em Cailaco. No dia 14 de Abril de 1999, nas exéquias de Manuel Gama, João Tavares fez um discurso prometendo matar todos os membros das *Falintil* e os seus apoiantes. O comandante do *TNI* no distrito, tenente-coronel Burhanuddin Siagian, dirigiu-se igualmente às pessoas enlutadas que ali estavam presentes, dizendo-lhes que, se houvesse alguns apoiantes da independência entre eles, iriam sofrer o mesmo destino dos que tinham sido mortos. Nos dias seguintes, os membros do *TNI* e das milícias dirigiram-se a diversas aldeias em Cailaco que consideravam apoiantes da independência. Sob ameaça de morte, os aldeãos viram-se obrigados a deslocar-se para campos em Samutaben e Raiheu.

385. No dia 15 de Abril, cerca de 700 a 800 pessoas de Goulolo foram forçadas a deslocar-se para Turema. Uma vez reinstaladas, os homens foram obrigados a aderir à recém-formada milícia *Guntur*. No dia 16 de Abril, a população de Raiheu, no subdistrito de Cailaco (cerca de 800 a 1000 pessoas), foi forçada a deslocar-se para a aldeia de Ritabou, no subdistrito de Maliana.<sup>350</sup>

386. Na manhã do dia 18 de Abril, membros do *TNI* e das milícias *Guntur* e *Halilintar* compareceram no *Koramil* de Marco para uma chamada. Em presença dos oficiais do *TNI*, o comandante timorense da milícia *Halilintar*, F6, informou os membros das milícias que iam partir para as montanhas vizinhas, para destruírem as habitações dos apoiantes da independência. Os membros das milícias receberam igualmente instruções para atirarem sobre qualquer pessoa que levantasse problemas ou fugisse. Os membros das milícias *Guntur* e *Halilintar* dividiram-se em grupos e dirigiram-se a Bisale, Samutaben, Asalau, Adusleten e Kalicoe, saqueando, incendiando e destruindo as habitações dos apoiantes da independência.<sup>351</sup>

387. Entre 14 e 19 de Abril, membros do *TNI* e grupos numerosos de milícias do distrito de Bobonaro dirigiram-se a Manapa, no subdistrito de Cailaco, e obrigaram a população a andar até à aldeia de Samutaben. Muitos dos homens que eram apoiantes da independência já haviam fugido de Manapa. A 19 de Abril, ou por volta desse dia, membros da milícia *DMP (Dadurus Merah Putih)* foram a Manapa e começaram a incendiar a aldeia e a destruir as habitações.<sup>352</sup>

388. A violência continuou e alastrou a outras áreas, abrangendo o subdistrito de Atabae. A Comissão recebeu numerosos depoimentos onde se descreve a deslocação forçada, por membros das milícias *Halilintar* e *Armui*, chefiados por F6, de habitantes das aldeias do subdistrito de Atabae, para outras aldeias do subdistrito — como Koilima e Atabae — e para Timor Ocidental.<sup>353</sup> Outras pessoas refugiaram-se nas montanhas, para fugirem à violência.<sup>354</sup>

## Covalima

389. Em Abril de 1999, a milícia *Laksaur* já começara a atacar apoiantes da independência na vila de Suai e nos subdistritos circundantes. A Comissão recebeu pelo menos 17 depoimentos de incidentes violentos causadores de deslocações em Covalima, durante o mês de Abril de 1999.<sup>355</sup>

390. Rosantina de Araújo relatou à Comissão um ataque perpetrado pela milícia *Laksaur* no dia 9 de Abril de 1999. Equipados com armas modernas, partiram da sua sede em Leogore e atacaram Nainare (Vila de Suai, Covalima). A população civil fugiu para a floresta, enquanto as milícias incendiavam e destruíam os seus haveres.<sup>356</sup> Um incidente semelhante teve lugar nesse mesmo dia em Holpilat (também na vila de Suai), dele resultando a fuga de centenas de civis para a floresta.<sup>357</sup>

391. Os ataques prosseguiram ao longo do mês de Abril, obrigando centenas de pessoas a fugirem das suas habitações. No dia 12 de Abril de 1999, a milícia *Laksaur* arrombou a porta da casa de Madalena Moniz em Asumaten, (Debos, vila de Suai). Vinham à procura do seu marido, que entretanto já fugira.<sup>358</sup> Nesse mesmo dia, em Camanasa (vila de Suai), Francisco Cardoso, tesoureiro dos serviços de educação locais, foi agredido pelo comandante timorense da milícia *Laksaur*, F7. Francisco Cardoso recebeu igualmente ameaças de morte, se não retivesse o pagamento dos salários dos professores apoiantes da independência. A mulher de Francisco Cardoso, Felismina de Jesus, e a irmã desta, Ângela Maia, fugiram para Lospalos (Lautém), quando lhes disseram que, se se tornassem “amantes” dos chefes das milícias, a segurança de Francisco Cardoso seria garantida.<sup>359</sup>

392. Ermelinda Moniz relatou à Comissão o homicídio brutal de, pelo menos, três indivíduos suspeitos de serem apoiantes da independência, em Nikir Raihun (Foholulik, Tilomar, Covalima), ocorrido a 23 de Abril de 1999. Uma das vítimas foi decapitada (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados). Chefiada pelo líder da milícia, F5, o grupo incendiou então as habitações circundantes, levando a população a refugiar-se na floresta. Três civis foram atingidos a tiro nas costas, quando tentavam fugir.<sup>360</sup>

393. No dia 24 de Abril, em Leogore (vila de Suai) a milícia *Laksaur* prendeu Julião Gusmão, que foi espancado e interrogado sobre as actividades dos seus parentes. Depois de o libertarem, Julião Gusmão não regressou a casa, refugiando-se noutra aldeia, Oeges (Maucatar). Mais tarde mudou-se para a Igreja de Suai.<sup>361</sup>

394. Paulus Vicente contou à Comissão que, no dia 24 de Abril, a milícia *Laksaur* o raptou de sua casa, em Belulic Leten, Fatumean. Conduziram-no ao posto local da *Laksaur*, onde foi espancado por, pelo menos, seis membros da milícia seus conhecidos. Depois de permanecer preso durante uma semana, Paulus fugiu para a vila de Suai.<sup>362</sup>

395. No dia 26 de Abril, dez membros da milícia *Laksaur* atacaram e raptaram Francisco Espírito Santo e Vicente Alves em Debos (Suai, Covalima), prendendo-os o posto da *Laksaur* em Leogore durante cerca de uma semana. Por fim, libertaram-nos depois de lhes exigirem a assinatura de uma carta em que se declaravam apoiantes da autonomia. Uma vez que se sentiam inseguros, procuraram refúgio na floresta.<sup>363</sup>

396. A Comissão recebeu informação de que as mulheres ficavam vulneráveis a violência sexual durante as suas deslocações (ver Subcapítulo 7.8: Violência Sexual). Há conhecimento de, pelo menos, três casos de violência sexual contra mulheres ocorridos no distrito de Covalima em Abril de 1999. WL declarou ter sido violada por um membro da milícia *Laksaur*, quando fugiu de sua casa e procurou a protecção de parentes que eram membros da *Laksaur*.<sup>364</sup> No dia 25 de Abril de 1999, a casa de YL foi confiscada por membros da milícia *Laksaur*, chefiada por F5, para servir de posto da milícia. Depois de o seu marido fugir para a floresta, YL tornou-se vítima de escravidão sexual.<sup>365</sup> ZL fugiu para Labarai, em Betun, Atambua (Timor Ocidental, Indonésia) com mais cinco membros da sua família. Quando chegaram ao seu destino, F8, um timorense membro da milícia *Mahidi*, pediu-lhes os bilhetes de identidade. Não podendo apresentá-los, foram forçados a fazer um “donativo” em dinheiro. Então F8 obrigou ZL a acompanhá-lo a um arrozal isolado, abusando dela verbalmente por meio de comentários obscenos. Levou-a até uma cabana abandonada, mas ZL conseguiu escapar.<sup>366</sup>

## Díli

397. No dia 17 de Abril de 1999, teve lugar diante do Palácio do Governador, em Díli, uma *Apel Akbar* (Grande Manifestação) de apoiantes da milícia *Aitarak* e da autonomia. Na presença de oficiais indonésios, Eurico Guterres, antigo líder dos *Gardapaksi* (*Garda Muda Penegak Integrasi*, Jovens Guardas em Defesa da Integração) anunciou publicamente a sua intenção de matar os apoiantes da independência. Um relatório secreto do *TNI* cita as suas palavras:

As forças da *Aitarak* vão levar a efeito uma operação de limpeza (*operasi sisir*) contra os funcionários públicos que têm utilizado instalações oficiais, ao mesmo tempo que traem a luta pela integração. As forças da *Aitarak* vão esmagar qualquer pessoa — seja ela funcionária da administração pública, líder comunitária ou homem de negócios — que tenham auxiliado a causa anti-integração. As forças da *Aitarak* não hesitarão em eliminar Mário Viegas Carrascalão e o seu círculo, que têm sido uns traidores.<sup>367</sup>

398. Terminada a manifestação, a milícia *Aitarak* atravessou Díli numa onda de destruição. Marcando como alvos a abater as pessoas suspeitas de terem ligações ao movimento pró-independência, destruíram cinco veículos e sete edifícios, incluindo os escritórios do jornal local *Suara Timor Timur* (Voz de Timor Leste).<sup>368</sup> Júlio da Costa Xavier descreveu a maneira como os membros da milícia *Aitarak* o atacaram na sua casa em Metiaut, Bidau Santana (Díli oriental, Díli), depois de terminar a manifestação. Conseguiu fugir para a segurança relativa de Laga (Baucau).<sup>369</sup>

399. A milícia *Aitarak* aglomerou-se frente à casa de Manuel Carrascalão, onde se encontrava a família deste e aldeãos que haviam fugido à violência em Liquiça, e matou pelo menos doze pessoas (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).

400. O dia em que a milícia lançou esta campanha, 17 de Abril de 1999, assinalou o início de uma deslocação em larga escala no interior de Díli. Muitas pessoas começaram a refugiar-se em edifícios da Igreja, na esperança de serem protegidas pela sua inviolabilidade. Outras pessoas refugiaram-se em casa de familiares, ou em áreas desabitadas. As ONG locais, que prestavam ajuda humanitária às pessoas deslocadas internamente em Díli, documentaram pelo menos 44 locais em Díli oriental e ocidental onde mais de 2.000 pessoas se refugiaram em busca de segurança, longe de suas habitações.<sup>370</sup>

## Oecusse

401. Após a apresentação pública da *PPI* em Díli, no dia 17 de Abril de 1999, os membros da milícia *Sakunar* regressaram ao distrito de Oecusse equipados com armas automáticas, começando a atacar os líderes do CNRT e a aterrorizar a população. Ao mesmo tempo, a milícia deu início ao recrutamento de mancebos. Os chefes de suco que se recusavam a entregar recrutas, e os mancebos que se recusavam a aderir, eram ameaçados de que as suas famílias seriam mortas e as suas habitações incendiadas.

402. A Comissão recebeu pelo menos 10 testemunhos com relatos de incidentes causadores de deslocação.<sup>371</sup> Júlio Tout testemunhou que ele e mais três homens — António Beto, José Sufa and José Poto — foram capturados pela milícia *Sakunar* e trazidos para a aldeia de Bebo, Lela Ufe, (Nitibe, Oecusse). Júlio conseguiu escapar para a aldeia de Anfoang (distrito de Timor Centro-Sul, Timor Ocidental, Indonésia).<sup>372</sup> Os outros homens, aos quais se juntou Domingos Ele, ficaram presos numa escola primária, onde foram gravemente espancados durante dois

dias. António Beto morreu enquanto estava preso. Então a milícia *Sakunar* incendiou as habitações dos presos e outras habitações.<sup>373</sup> António de Jesus contou à Comissão que no dia 25 de Abril de 1999 a milícia *Sakunar* apareceu à sua procura. Fugiu para a floresta e deixou a família em casa. No entanto, a mulher e os filhos reuniram-se a ele na floresta pouco depois, porque foram igualmente ameaçados.<sup>374</sup> Noutro incidente, três homens foram presos por soldados indonésios do *Kodim* 1639, em Oecusse. Depois de serem levados à presença de F9, timorense, chefe da aldeia de Lela Ufe (Nitibe), foram espancados pela milícia *Sakunar*. Embora com ferimentos graves, conseguiram fugir para a floresta.<sup>375</sup> Bentu Bobo relatou à Comissão a maneira como ele e mais sete homens foram obrigados a aderir à milícia em Hoinino, Bobometo, (Oesilo, Oecusse), pelo comandante timorense da milícia *Oesilo Sakunar*, F10. Para evitarem este recrutamento forçado, fugiram para a floresta.<sup>376</sup>

403. Nos finais de Abril, a situação em Oecusse encontrava-se muito tensa e muitas pessoas fugiram para Timor Ocidental. Aquando da cerimónia de apresentação pública da milícia *Sakunar*, a 1 de Maio, os líderes do CNRT foram reunidos à força, com armas apontadas, sendo obrigados a beber o seu próprio sangue, a declarar que o CNRT estava dissolvido e a jurar o seu apoio à autonomia. Nesta manifestação, membros do *TNI* uniformizados espancaram vários líderes do CNRT.<sup>377</sup>

### **Ermera**

404. Segundo os depoimentos de testemunhas, o mês de Abril assinalou o início de uma vaga de violência no distrito de Ermera. Um comandante timorense da milícia *Darah Merah* relatou à Comissão que em Abril o comandante militar do distrito (comandante do *Kodim*) de Ermera entregou pelo menos sete peças de armamento moderno e duas viaturas militares à milícia. Duzentos membros da *Darah Merah* lançaram um ataque contra apoiantes do CNRT no subdistrito de Hatulia. Os membros do CNRT resistiram e um membro da milícia e dois do CNRT foram mortos durante a escaramuça.<sup>378</sup>

405. A Comissão recebeu numerosos testemunhos onde se descrevem casos de violência em Abril de 1999, ocorridos em Ermera, Gleno e Atsabe, que obrigaram a população a fugir de suas habitações.<sup>379</sup>

406. Erminia Soares do Céu, de Potete (Ermera), testemunhou uma operação militar levada a efeito no dia 10 de Abril de 1999 por soldados do *Kodim* de Gleno e pela milícia *Darah Merah*, durante a qual dezenas de habitações foram incendiadas em Ermera.<sup>380</sup> Entre elas contavam-se a casa de Alexandre dos Santos e da sua mulher, Regina de Araújo, ambos apoiantes da independência, que fugiram para a floresta.<sup>381</sup> Alguns dos que fugiram, como Saturnino Borromeo, buscaram protecção junto das forças das Falintil.<sup>382</sup>

## Condições de vida das pessoas deslocadas internamente em Sare (Ermera) e Faulara (Liquiça)

Entre 2 e 4 de Julho de 1999, um grupo de ONG acompanhado por funcionários da UNAMET e do ACNUR distribuiu 25 toneladas de alimentos e outro tipo de ajuda humanitária às Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) em Sare. Fornecem-se seguidamente excertos do relatório da visita:

“Em Sare, descobrimos que havia 3.800 PDI oriundas de sete sucos: Vatuboro, Cuico, Lisadila, Vatuvou, Maubaralisa, Vaveknia e Guguleur (todos em Maubara, Liquiça). Durante a viagem de automóvel para Sare, vimos que as aldeias de Cuico e Lisadila se encontravam completamente arrasadas e em cinzas, sem haver uma única casa de pé. Depois de um dia em Sare, descobrimos que existia um segundo local, Faulara, onde havia 3.500 PDI de acordo com os próprios refugiados.

“Foi-nos dito pelo chefe de aldeia de Asulau (Sare é uma aldeia no interior de Asulau) que os deslocados começaram a chegar em Fevereiro, [quando] tiveram início os ataques das milícias. Antes de começar a violência, Asulau tinha uma população de 1.449 habitantes e agora tem mais de 5.000. Antes, em Fevereiro/Março, havia cerca de 5.000 PDI em Asulau: entretanto, algumas mudaram-se para Atabae (Bobonaro) e para Hatulia (Ermera), deixando aqui as mais de 3.000 que agora cá se encontram. Segundo o chefe da aldeia Asulau, a maior parte das casas localizadas nos sete sucos foram incendiadas, com excepção das que pertenciam às pessoas que aderiram à milícia. Na sua opinião, a milícia está a tentar levar as pessoas para a vila de Maubara, onde ficarão sob o controlo da milícia para assegurar que votam a favor da autonomia. As famílias separaram-se: enquanto alguns membros fugiam para áreas mais seguras, outros viam-se obrigados a seguir o plano, delineado pela milícia, de transferência em massa da população para Maubara.

“Desde Fevereiro, as milícias *Besi Merah Putih (BMP)* e *Halilintar*, os dois grupos de milicianos que actuam nesta região, mataram pelo menos 5 [pessoas]. Estas pessoas – Sabilu (21 anos), Silvanu (35 anos), Maubisa (50 anos), Eduardo (18 anos) and Amélia (60 anos) – foram mortas quando tentavam regressar às suas casas para colher mandioca e obter alimentos para as respectivas famílias. O último tiroteio registou-se no dia 16 de Junho. Durante o tempo que ali passámos, foi-nos apresentada uma lista de 23 mulheres de um suco que foram violadas pela milícia. Segundo os líderes da comunidade, as mulheres são chamadas ao posto da milícia onde são assediadas e violadas. Também confirmaram o facto de que os ataques das milícias contam com o apoio do *BTT— Batalyon Tempur Teritorial* (o Batalhão de Combate Territorial, destacado na região), do *Koramil* de Maubara e da *Brimob*. O administrador do subdistrito (*camat*) e o comandante militar do subdistrito (comandante do *Koramil*) dirigem as actividades das milícias.

“Em Fevereiro, a comunidade local partilhou os seus alimentos com as pessoas deslocadas, mas em Março a sua disponibilidade alimentar já não era suficiente para apoiar um afluxo tão grande...Desde Março que as PDI precisam de procurar os seus próprios alimentos nas florestas e esgravatando o que podem nas suas hortas. No entanto, trata-se de um empreendimento arriscado, uma vez que são obrigadas a entrar em áreas controladas pela milícia *BMP*. Esta não só lhes incendiou as casas e os celeiros como também saqueou tudo o que podia ser vendido – como chapa de zinco dos telhados, animais de criação, etc. Também incendiaram e destruíram os campos de cultivo. [As PDI dizem]: 'Quando houver segurança, queremos regressar às nossas casas, mas onde iremos ficar?', fazendo referência ao facto de que todos os seus recursos foram destruídos. 'Até parece que voltámos a 1975,' disse um idoso. Outro refugiado contou-nos que agora é a altura de começar a preparar os campos para a próxima época de plantio. Talvez queiram dizer com isto que não terão tempo para plantar a tempo das chuvas de Outubro.

“Alguns dos refugiados internos de Cuico (Maubara, Liquiça) disseram que todas as 400 famílias de lá perderam as suas habitações. As PDI de Cuico representam pelo menos 2.250 dos refugiados que actualmente se encontram em Sare. Em Cuico, tal como nas outras aldeias, planta-se milho, feijão, mandioca e café. Quando fugiram do seu suco ainda não tinham feito as colheitas. Este mês começa a safra do café, mas parece que são os da milícia que estão a colhê-lo.

“Segundo o chefe de aldeia de Asulau, morrem todos os dias pelo menos 3 a 4 pessoas. Existe um centro de saúde em Asulau, mas a enfermeira fugiu para Hatulia em Março de 1998 e, antes disso, já não havia fornecimento de medicamentos. Muitos dos refugiados têm malária, infecções respiratórias, diarreia e disenteria. Existem fontes de água limpa, mas não em quantidade suficiente. Os agregados familiares que mais cedo conseguem aceder a estas fontes são aqueles que têm água suficiente para satisfazerem as suas necessidades diárias. Agora, comem mandioca e 'tudo o que as cabras conseguem comer, nós conseguimos comer'.

“Faulara é uma área de transmigração na aldeia de Leolata (Liquiça), inaugurada em 1996. Segundo um líder comunitário desta zona, existem ali 1.600 habitantes originais. Mas agora vivem lá 5.100 pessoas, ou seja, uma população de 3.500 PDI. As PDI têm vindo a chegar desde Janeiro e Fevereiro, tendo morrido de doença cerca de 70 desde Janeiro. Uma vez que muitas se encontravam doentes, a comunidade decidiu separá-las em grupos mais pequenos. Por exemplo, das 3.500 PDI actualmente existentes, 500 encontram-se agora em Bantur, a cerca de 8 quilómetros de distância de Faulara. No entanto, eles têm planos para transferir estas PDI de novo para Faulara.

“Em Faulara, as PDI e a comunidade local vivem com medo da milícia. Um homem da aldeia de Asumanu (Liquiça) contou como a sua casa foi incendiada pela milícia e pelos militares. No dia 17 de Maio, a milícia cercou-lhe a casa, com a ajuda dos militares, fecharam a porta para a cozinha – onde a sua mulher e mais três mulheres ficaram presas – e atearam fogo à cozinha. A sua mulher e as outras três mulheres acabaram por conseguir escapar, mas três outras pessoas morreram durante o ataque.

“Em Faulara, entrevistámos também uma mulher que escapara ao cativeiro da milícia *BMP*, na vila de Maubara. Em Fevereiro de 1999, ela fugiu de sua casa em Maubaralisa devido aos ataques da milícia contra Gariana. Ela e a sua família mantiveram-se em casa até Março, época em que se mudou para Asulau. Depois das eleições na Indonésia (Junho de 1999), mudaram-se para Faulara. Foi capturada no dia 17 de Junho, quando regressava à sua casa em Maubaralisa, para rezar junto da sepultura dos seus pais e para colher mandioca para a família. Ia acompanhada pela sua filha de 7 anos. Quando a milícia a capturou, resistiu, mas eles retiveram-lhe a filha e ela teve de segui-los. Mantiveram-na em cativeiro durante duas semanas. Disse que a puseram na casa de uma família da milícia e que não sofreu maus-tratos, mas não era autorizada a sair. Quando a milícia lhe disse que iria ser levada com os outros para Atambua (Timor Ocidental), a fim de se recensear [para votar], ela fugiu. Quando lhe perguntámos quantas mais pessoas se encontravam em cativeiro, como ela, respondeu milhares. Caminhou com a filha durante dois dias, atravessando a floresta. Chegou na manhã em que ali estávamos. A filha parecia muito débil e cansada.”<sup>383</sup>

407. A Comissão faz notar que, em Abril de 1999, ocorreram incidentes violentos em todos os 13 distritos. Porém, as violações mais graves de direitos humanos registaram-se nos seis distritos acima referidos. Estes acontecimentos, bem como outros que aqui não foram descritos, provocaram deslocações em larga escala em todo o território de Timor-Leste.

## Bonança antes da tormenta (Maio a Agosto de 1999)

408. Em Junho de 1999, com a chegada da UNAMET e de um grande número de observadores internacionais, os ataques físicos a apoiantes da independência abrandaram um pouco.

### Insert graph 1999 (p.4 displacement memo)

409. O período que decorreu até ao acto de votação previsto para Agosto foi relativamente sossegado. Em algumas áreas, contudo, registaram-se incidentes graves com violações dos direitos humanos que fizeram com que continuassem a ocorrer mais deslocações. Alguns exemplos dessas violações foram, entre outros, prisão, violação e tortura, pela milícia, de pessoas suspeitas de serem apoiantes da independência, em Lolotoe (Bobonaro), em Junho de 1999;<sup>384</sup> homicídio de dois estudantes universitários em Hera (Díli), em Maio; e o ataque à sede da UNAMET em Maliana (Bobonaro). A criação de bloqueios nas estradas, a transferência forçada de pessoas e o incêndio e saque de habitações manteve-se sem tréguas, com impunidade total. À medida que se aproximava o dia da Consulta Popular, houve um aumento da intimidação por parte das milícias, bem como por parte do *TNI*, da Polícia e da administração civil. Estas tácticas de terror foram aplicadas não só contra as pessoas consideradas apoiantes da independência, mas também contra os funcionários locais da UNAMET e qualquer pessoa que ajudasse os deslocados internos.

### Segurança alimentar das pessoas deslocadas internamente e ajuda humanitária prestada

410. A violência e a situação de segurança exacerbaram a penúria de alimentos existente, gerada por factores climáticos extremos. Em 1998, as colheitas já haviam sido prejudicadas por uma seca do *El Niño* e em 1999 foi a vez de pluviosidade excessiva causada por *La Niña*. Acresce que a degradação da situação de segurança em Fevereiro/Março dificultou o plantio e cultura dos campos por parte das pessoas, agravando ainda mais a limitada disponibilidade de alimentos. A fuga e transferência forçada de populações separou por completo algumas pessoas das suas explorações agrícolas, enquanto que as que ainda estavam em casa viram a sua segurança alimentar posta em perigo pelas severas restrições de mobilidade durante a safra do milho, em Junho, bem como pela destruição de culturas e animais de criação levada a efeito pelas milícias. Além disso, as restrições de deslocação impostas impediam igualmente o transporte dos bens alimentares até aos mercados.<sup>385</sup> A intimidação dos colaboradores da ajuda humanitária tornou a assistência praticamente indisponível à maioria da população, deixando as pessoas deslocadas internamente ainda mais vulneráveis à fome e à doença.

---

<sup>384</sup> A apresentação de salvo-conduto (*surat jalan*) assinado pelos líderes das milícias locais, pelo chefe do subdistrito e pelo comandante militar local era um requisito obrigatório para qualquer pessoa que quisesse deslocar-se para fora do seu suco [UNAMET, Síntese da Situação Política, Atambua-Covalima-Ainaro, 15 a 17 de Junho de 1999].

## Ataque contra a caravana humanitária em Liquiça

No dia 4 de Julho de 1999, uma caravana humanitária organizada por ONG locais e acompanhada por funcionários da UNAMET e do ACNUR foi atacada em Liquiça quando regressava de uma missão de entrega de alimentos a PDI. Vários colaboradores das ONG locais sofreram ferimentos graves, um colaborador da UNAMET foi directamente ameaçado com uma arma apontada e as viaturas foram esmagadas pelo embate de canos e pedras. Os membros da milícia perseguiram a caravana, agarrando-se ao exterior de uma das viaturas, ao mesmo tempo que ameaçavam os passageiros das ONG com armas de fogo de fabrico artesanal e catanas. Numa declaração conjunta emitida no dia a seguir ao ataque contra as ONG, descreviam-se as tentativas feitas no sentido de assegurar escolta policial — através de reuniões com funcionários na sede da polícia (*Polda*) e com o governador, vários dias antes da entrega de alimentos — bem como de organizar uma escolta policial para a viagem de regresso.<sup>386</sup> Numa declaração conjunta, as ONG descreveram o ataque:

“Um mini-autocarro azul [apareceu], vindo da direcção do *Koramil*, cheio de milícias armados. Os membros da milícia agitavam as armas no ar e gritavam ‘Mata, mata’ aos membros da missão humanitária. Membros da Polícia e dos serviços de informação indonésios da localidade assistiram aos acontecimentos, sem reagirem. Os membros da missão humanitária foram perseguidos pela milícia com armas de fogo, facas e catanas. Os funcionários da UNAMET tentaram intervir, para proteger os colaboradores das ONG dos ataques da milícia. Foram disparados tiros.

“Os membros da missão humanitária amontoaram-se junto de algumas das nossas viaturas e da viatura da UNAMET. Fomos perseguidos por milícias, que também se agarraram ao veículo da UNAMET, partindo os vidros. Num determinado momento, uma arma de fogo tradicional foi apontada e introduzida dentro da viatura. Um dos nossos membros viu uma arma tradicional tombar dentro da viatura, no meio do tumulto. Sessenta e duas pessoas do nosso grupo de 77 fugiram para a *Polres* [esquadra de polícia] de Liquiça. Na *Polres*, os membros da missão humanitária foram duramente tratados por membros da Polícia, como se fossem eles os acusados. Uma arma de fogo tradicional (artesanal) foi encontrada no chão do veículo da UNAMET. Esta arma foi entregue à Polícia de Liquiça como prova. O pessoal da UNAMET que estava a ser evacuado de Liquiça veio ter connosco à *Polres*. Passado algum tempo, os dez membros foram trazidos da *Kapolsek*. As pessoas que ficaram presas na *Polsek* foram sujeitas a intimidação e a interrogatórios. Após negociações entre a Polícia da UNAMET e a Polícia local, recebemos autorização para partirmos com a caravana da UNAMET para a *Polda* de Díli, onde seríamos interrogados. Faltavam-nos cinco colaboradores das ONG e um refugiado. Chegámos a Díli de noite. Após negociações entre a *Polda* e a UNAMET, a missão humanitária recebeu autorização para sair da *Polda*, juntamente com os funcionários da UNAMET.”

A Polícia não tomou qualquer medida para deter os membros armados da milícia que permaneciam no exterior das instalações da polícia, continuando a gritar ameaças contra as vítimas. Pelo contrário, uma semana depois do ataque, a Polícia lançou uma investigação agressiva para apresentar uma falsa acusação de porte de arma contra um funcionário humanitário da ONU, alegadamente acusado de trazer armas consigo.<sup>387</sup>

Ian Martin, o RESG (Representante Especial do Secretário-Geral) da ONU para a Consulta Popular em Timor-Leste e chefe da missão da ONU em Timor-Leste entre Maio e Novembro de 1999, avaliou nos seguintes termos as repercussões do ataque à caravana:

“O ataque das milícias à coluna humanitária em Liquiça fizera recuar os esforços para prestar auxílio, embora a publicidade subsequente tivesse obrigado as autoridades indonésias a reconhecer a questão humanitária e o Presidente Habibie tivesse ordenado esforços para a resolver...Não só as PDI [pessoas deslocadas internamente] eram consideradas como elementos pró-independência indesejáveis (razão pela qual foram tinham sido escolhidas logo de início), mas também o eram as ONG timorenses que as queriam ajudar. Os indonésios viam-se agora numa batalha para ganhar apoio dos eleitores através da prestação de ajuda humanitária, via canais governamentais...os obstáculos impostos pelas autoridades fizeram com que apenas a 2 de Agosto—quase um mês depois do ataque em Liquiça a 4 de Julho—uma nova coluna humanitária chegasse a uma das zonas mais importantes de PDI.”<sup>388</sup>

O ataque mereceu atenção generalizada e obrigou as autoridades indonésias a reconhecerem que a intimidação constituía um obstáculo ao acesso da ajuda humanitária. Apesar da ordem dada pelo Presidente Habibie para parar, os ataques às pessoas deslocadas internamente continuaram sem abrandar, aparentemente numa tentativa de impedir os deslocados internos de se aproximarem das secções de voto. No dia 16 de Julho, a milícia *BMP* atacou-os em Faulara, e no dia 18 de Julho em Liquiça, levando muitos deles a fugirem de novo para as montanhas.<sup>389</sup>

411. É difícil calcular o número exacto de pessoas deslocadas internamente. A sua frequente movimentação, aliada ao facto de a maioria não se encontrar em campos formais (estando grande parte acolhida em casa de amigos ou parentes, ou em zonas remotas), torna problemático o cálculo deste número. No entanto, o maior problema foi a falta de acesso das organizações de auxílio humanitário aos deslocados, devido ao baixo nível de segurança. Nessa época, a UNAMET compilou dados recolhidos junto das organizações humanitárias e calculou que, em meados de Julho, havia entre 40.000 a 60.000 pessoas deslocadas, 80% das quais provenientes das áreas fronteiriças de Bobonaro, Covalima e Liquiça.<sup>390</sup> Em Ermera, havia 4.000 pessoas detidas pela milícia em Cailaco, em meados de Julho.<sup>391</sup>

### **Regresso dos deslocados internos para o recenseamento**

412. Em finais de Julho, os deslocados internos começaram a regressar a suas habitações. Porém, segundo as informações recebidas, esse regresso foi motivado pela vontade de votar e de estarem perto das suas comunidades num momento tão decisivo — e não devido à melhoria das condições de segurança. Existem relatos de que o CNRT instruiu igualmente as pessoas a regressarem. Em finais de Julho, a UNAMET informou que cerca de 9.000 pessoas deslocadas de Liquiça estavam a regressar às aldeias do distrito, ou a recensear-se em Díli. Das cerca de 5.000 pessoas que haviam fugido do distrito de Bobonaro, 3.500 tinham-se recenseado em Díli.<sup>392</sup> Consequentemente, muitas regressaram a locais aos quais as organizações humanitárias não tinham acesso, expondo-se de novo aos ataques da milícia.<sup>393</sup>

413. O perigo crescente enfrentado pelas pessoas deslocadas internamente ao saírem dos seus esconderijos é ilustrado pela difícil situação vivida pelas pessoas regressadas a Suai. Em finais de Julho, as pessoas que se haviam refugiado nas montanhas e sucos vizinhos regressaram a Suai, refugiando-se na Igreja da Avé Maria. A igreja foi cercada por membros da milícia, cada vez mais ameaçadores. A presença de segurança da Polícia ou da *Brimob* era totalmente inexistente. O número de pessoas refugiadas na igreja elevou-se de 700, a 12 de Julho, para 1.700, em 9 de Agosto, e finalmente para 2.500, em 19 de Agosto.<sup>394</sup> No dia 19 de Agosto, após uma grande manifestação pró-independência e de uma visita do RESG (Representante Especial do Secretário-Geral) da ONU e do presidente da Força de Intervenção Indonésia para a Implementação da Consulta Popular em Timor-Leste (*Satuan Tugas Pelaksanaan Penentuan Pendapat Timor Timur SatGas P3TT*), o administrador distrital informou um sacerdote que os deslocados internos eram um agrupamento político e deviam dispersar. O administrador do distrito mandou cortar o abastecimento de água à igreja, numa tentativa de obrigar os deslocados a saírem do complexo de edifícios. Perante o protesto da UNAMET e de

uma delegação visitante do Congresso dos EUA, no dia 22 de Agosto o abastecimento de água foi repostos.<sup>395</sup>

414. Nos dias seguintes e até à Consulta Popular, continuaram os bloqueios de estradas, as patrulhas armadas e as ameaças explícitas de violência se as pessoas não votassem “como deve ser”. No dia 10 de Agosto, durante uma reunião em Bobonaro entre o administrador distrital, o comandante do *Kodim*, a *FDPK*, o *BRTT* e vários chefes de suco, foram feitas ameaças explícitas contra a população se a autonomia não prevalecesse.<sup>396</sup> A actividade do CNRT em Covalima provocou ataques armados da milícia contra manifestações, sedes do CNRT e pessoas que exprimiam publicamente o seu apoio ao CNRT. Em Covalima e Ainaro, membros das milícias *Mahidi* e *Laksaur*, muitos deles armados, faziam patrulhas e intimidavam as pessoas com total impunidade, ameaçando matar as pessoas cujos nomes figuravam numa lista de apoiantes da independência, alegadamente fornecida por um soldado do *TNI*.<sup>397</sup>

415. Em Oecusse, os líderes comunitários dos bastiões pró-independência receberam visitas a altas horas da noite de membros da milícia *Sakunar*, com ameaças de incendiar-lhes as habitações e maltratar os seus familiares. Os membros da milícia impediam as pessoas de assistirem aos eventos organizados pelo CNRT, enquanto 300 membros da milícia *BMP* — de visita à zona, “para umas férias de campismo” — acompanhavam a milícia *Sakunar*, disparando tiros para o ar. Grupos pertencentes às duas milícias apedrejaram a sede do CNRT durante a noite inteira, até ao dia seguinte. Os membros do CNRT pediram protecção à Polícia que, ao chegar, se posicionou do lado da milícia e começou a disparar contra a sede do CNRT durante várias horas, matando seis pessoas. Muitas habitações em Santa Rosa, perto da sede do CNRT, foram incendiadas e o edifício do CNRT foi totalmente destruído. Quando o CNRT organizou um evento de campanha em Padiae (Pante Makassar), polícias uniformizados atacaram-nos. Os líderes do CNRT, os líderes estudantis mais conhecidos, os funcionários locais da UNAMET, os observadores eleitorais e os membros da comunidade em geral — sobretudo os originários da zona circundante de Santa Rosa — fugiram para as montanhas. Cerca de 667 pessoas refugiaram-se em Cutete, nas montanhas perto de Pante Makassar. Algumas refugiaram-se na igreja e na esquadra de polícia e outras foram conduzidas à força pela Polícia para a sua esquadra.<sup>398</sup>

416. Em Uma Tolu (Lacluta, Viqueque), no dia 21 de Agosto, o grupo de observadores internacionais da Federação Internacional para Timor Leste (*IFET*), relatou graves ocorrências de intimidação e tiroteio, nos dias que antecederam a Consulta Popular. No dia 22 de Agosto, o *babinsa* e membros do Batalhão 406 cercaram um grupo de pessoas deslocadas internamente na casa de reuniões da aldeia, perto do campo de futebol de Uma Tolu. Um habitante foi baleado na perna e nove ficaram feridos. Várias habitações foram incendiadas e os seus pertences destruídos — incluindo cartões de recenseamento eleitoral. Uma das habitações destruídas pertencia ao director da escola, que organizara os jovens locais numa guarda anti-milícia. Cerca de 260 pessoas fugiram, devido a estes acontecimentos.<sup>399</sup>

417. Noutros locais do distrito, a Polícia não interveio para travar os ataques da milícia contra as instalações de um grupo de estudantes pró-independência e contra a sede do CNRT na vila de Viqueque. Membros do *TNI* e da milícia entraram num seminário de formação de eleitores e fotografaram os presentes, ameaçando matar os que não votassem a favor da autonomia. Os membros da milícia batiam à porta de casa das pessoas, vociferando ofensas e atirando pedras. A milícia organizou postos de controlo rodoviários em locais importantes, sobretudo em Uma Tolu.

418. Na aldeia de Beloi (Viqueque, Viqueque), um grupo de vigilância local levantou um bloqueio na estrada. A milícia reagiu, avançando contra a aldeia a disparar armas de fogo. Os pedidos de ajuda à Polícia, efectuados por via telefónica, não deram qualquer resultado. A milícia continuou a atacar durante todo o dia, matando três pessoas. Muitas pessoas refugiaram-se em esconderijos: 200 a 300 dos 600 eleitores recenseados fugiram da aldeia de Lamac Laran

Caraubalo (Viqueque, Viqueque); em Taular, ficaram apenas quatro idosos; 30 homens fugiram de Buanarak, Uabubo (Ossu, Viqueque); em Mamurac, Caraubalo (Viqueque, Viqueque), ficaram 25 a 30 pessoas. Os habitantes fugiram para Ossu, Raitahu e para a área de transmigração existente nas proximidades. As pessoas deslocadas em Ossu eram originárias de Bubur Larau (273), Buanurak (9), Loi Huno (65) e Lia Ruca (102).<sup>400</sup>

419. A ameaça de violência aumentou em inúmeros locais no decurso do período de campanha. No distrito de Bobonaro, as autoridades indonésias fizeram tudo o que estava ao seu alcance para impedirem a campanha eleitoral do CNRT. A sede do CNRT foi saqueada por milícias, um dia depois da sua inauguração.<sup>401</sup> O CNRT teve de interromper a campanha ao fim de um dia, quando os estudantes foram atacados por milícias com catanas. Entretanto, a campanha pró-autonomia prosseguiu de maneira agressiva. No dia 17 de Agosto, as pessoas foram forçadas a comparecer a uma manifestação do Dia da Independência da Indonésia. Em Moleana e Haliko (Maliana, Bobonaro), houve pessoas espancadas por milícias de Ritabou (Maliana, Bobonaro) por não terem comparecido. Os milícias atacaram centros estudantis, ferindo estudantes, e um centro eclesiástico para a juventude onde se encontravam refugidas famílias de PDI em Luguli, perto de Maliana. Os membros das milícias dispararam contra as pessoas em fuga, incendiando 15 habitações e obrigando os habitantes locais a fugirem para o seminário.<sup>402</sup>

420. No distrito de Covalima, líderes locais relataram que militares e funcionários da administração pública participaram activamente na campanha eleitoral, proferindo ameaças contra outras pessoas em reuniões públicas.<sup>403</sup> Em Julho e Agosto, a milícia *Laksaur* bloqueou as estradas principais, confiscando bens pessoais e alimentos.<sup>404</sup> Em Agosto, a casa tradicional “*Seri Bein*” foi incendiada e todo o seu recheio — incluindo animais de criação e alimentos — roubado.<sup>405</sup> Estas actividades das milícias levaram um número crescente de pessoas a refugiar-se no complexo da Igreja de Suai. Acresce que um activista apoiante da independência foi raptado e assassinado. Após um recontro entre membros da milícia e apoiantes da independência que aguardavam para partirem para um comício da campanha, a 19 de Agosto, o CNRT suspendeu as suas actividades.<sup>406</sup>

421. No dia 26 de Agosto, último dia de campanha atribuído aos partidários da autonomia, as milícias enveredaram por comportamentos de intimidação agressiva, especialmente em Díli — onde se tinham concentrado, vindas de todo o território. Eurico Guterres, dirigindo-se a um comício pró-autonomia no estádio de Díli, presenciado por 15.000 pessoas, prometeu que Timor Leste se transformaria num “mar de fogo” se a independência vencesse a votação.<sup>407</sup> Nesse dia, a violência foi responsável pela morte de 8 pessoas — todas mortas, com excepção de uma, às mãos das milícias ou das forças de segurança.<sup>408</sup> Os membros das milícias interferiram directamente ou impediram as pessoas de frequentarem as actividades de formação de eleitores, realizadas pela UNAMET, e as iniciativas de campanha do CNRT.<sup>409</sup> Em meados de Agosto, aumentaram significativamente as ameaças contra os funcionários locais da UNAMET, levando muitos a anularem os seus contratos e a fugirem para a floresta.<sup>410</sup>

422. No dia da votação, a 30 de Agosto, em Boboe Leten (Atsabe, Ermera), membros das milícias armados com armas de fogo e pedras atacaram uma secção de voto, matando dois funcionários locais da UNAMET e tentando matar um terceiro. Apesar de presente a *Brimob* não interveio. Foi constituída, em Asualu/Sare (Hatulia, Ermera), uma secção de voto especial para pessoas deslocadas internamente que estavam com medo de regressar a casa para votar. No entanto, daqueles que regressaram, a maioria — em especial os líderes do CNRT, os funcionários da UNAMET e os activistas estudantis — regressou aos seus esconderijos nas montanhas depois de votar, prevendo antecipadamente a violência. Em Bobonaro, muitas pessoas esconderam géneros alimentares e os seus pertences nas montanhas e na floresta, prevendo o tumulto que se avizinhava. Segundo informações recebidas do chefe de aldeia de Atabae (Bobonaro), um líder da milícia *Halilintar* disse-lhes em Julho para prepararem os seus

pertences porque, se não partissem depois do acto de votação, seriam mortos. Os apoiantes da autonomia partiram imediatamente para Atambua (Timor Ocidental, Indonésia).<sup>411</sup>

### Deslocações e deportações em massa (Setembro de 1999)

423. Após o anúncio do resultado da votação, abateu-se sobre a população de Timor-Leste uma explosão de violência. A Comissão recebeu 713 testemunhos que descrevem actos de deslocação forçada e destruição da propriedade ocorridos em Setembro de 1999.<sup>\*</sup> Existem provas esmagadoras de que se desenrolou uma campanha de terra queimada, marcada por destruição da propriedade e deportações em massa. O ACNUR calculou que cerca de 300 mil pessoas fugiram para as montanhas e florestas perto de suas habitações e que 250 a 280 mil pessoas foram deportadas para Timor Ocidental (Indonésia).<sup>412</sup> Entre homicídios em massa (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados) e a destruição de 70 a 80% dos edifícios, centenas de milhares de pessoas foram reunidas pelas milícias e pelo *TNI* — retirando-as das suas habitações ou lugares de refúgio — e conduzidas como gado em camiões e barcos para Timor Ocidental. Algumas foram de livre vontade para Timor Ocidental para fugirem da violência, ou porque eram apoiantes da autonomia. No entanto, há provas claramente demonstrativas de que milhares de pessoas foram obrigadas a partir contra a sua vontade, sob ameaça de morte. Em 31 de Dezembro de 2002, cerca de 224.570 haviam regressado a Timor-Leste.<sup>413</sup>

### Díli

424. Várias razões explicam a escala da violência em Díli: a natureza especial da cidade, como quartel-general do *TNI*, a existência de uma das mais ferozes milícias do território, a localização de numerosos edifícios públicos e o facto de ser a mais populosa cidade de Timor-Leste, mesmo antes de o número de habitantes ter aumentado devido ao afluxo de pessoas deslocadas, durante os meses que antecederam o acto de votação.

425. Díli transformou-se naturalmente no principal cadinho da violência e destruição do período pós-votação. Logo após a votação, milhares de pessoas refugiaram-se da violência das milícias no complexo de edifícios da Diocese de Díli, na residência do bispo D. Carlos Ximenes Belo e no CICV, além de centenas de outros lugares por toda a cidade. Difundido pela rádio em todo o território de Timor-Leste, o anúncio dos resultados da votação pela UNAMET, no dia 4 de Setembro, exacerbou as tensões e os medos sentidos pelo cidadão comum de Timor-Leste.

426. No dia 5 de Setembro, havia cerca de 300 pessoas no complexo da Câmara Eclesiástica da Diocese de Díli, 5.000 na residência do bispo D. Ximenes Belo e 2.000 no complexo do CICV. Segundo as informações recebidas, o bispo D. Ximenes Belo e o director da Comissão para a Justiça e Paz da Diocese de Díli, Manuel Abrantes, dirigiram-se ao quartel-general militar da região (*Korem*) e solicitaram a intervenção do *TNI*. Pediram aos militares que assumissem o controlo da cidade, retirando-o às milícias, a fim de protegerem as pessoas que se encontravam no complexo residencial do bispo. Igualmente presente na reunião, João Tavares disse que a sua milícia não se renderia até que as Falintil se rendessem, mais afirmando que a sua milícia não aceitara os resultados da Consulta Popular e estava pronta para combater.<sup>414</sup>

427. Enquanto esta reunião decorria, a milícia *Aitarak* atacou o complexo da Câmara Eclesiástica, em Díli, matando pelo menos oito pessoas e ferindo um número elevado de pessoas. Os homens da milícia estavam armados com espingardas M-16, pistolas, armas de fogo artesanais e armas brancas. Segundo a pronúncia de acusação da Unidade de Crimes Graves,

---

<sup>\*</sup> A Comissão recebeu 414 testemunhos a descrever deslocações forçadas e 469 testemunhos a descrever destruição de propriedade, num total de 813 testemunhos. No entanto, se a estes subtrairmos os 170 testemunhos que se referem às duas situações — deslocação forçada e destruição da propriedade —, obtém-se um resultado total de 713 testemunhos.

estava presente um número elevado de soldados e polícias fortemente armados, mas não tomaram qualquer medida para dispersarem a milícia ou impedirem o ataque. Do interior do complexo, um sacerdote telefonou para a sede da polícia (*Polda*), informando que estavam a ser atacados. Foi-lhe dito que os polícias já iam a caminho.

428. As pessoas foram obrigadas a sair, sendo transferidas para o porto ao mesmo tempo que eram espancadas. Pelo menos 14 homens sujeitos a espancamentos graves foram forçados pela milícia a subir para camiões e nunca mais voltaram a ser vistos. Assim que o grupo vindo do complexo chegou ao porto, a milícia e a polícia separaram os homens das mulheres. As mulheres foram conduzidas para o quartel general da polícia em Comoro. Os homens ficaram no porto, onde vários deles sofreram ataques das milícias e do *TNI*, sem qualquer intervenção da polícia. As pessoas conhecidas por serem apoiantes da independência foram marcadas, para serem alvo de tratamento abusivo.<sup>415</sup>

#### *Ataque contra o complexo residencial do bispo*

429. No dia seguinte, 6 de Setembro, o bispo D. Ximenes Belo telefonou ao chefe provincial da polícia (*Kapolda*), Timbul Silaen, e ao comandante militar da província (*Danrem*), o coronel Nur Muis, a pedir-lhes protecção e ajuda para a evacuação das pessoas que se encontravam no seu complexo residencial. Ambos recusaram o pedido do bispo. No entanto, um tenente-coronel do *TNI*, não identificado, visitou pessoalmente o bispo para garantir-lhe que o *TNI* estava disponível para proteger a residência. Passados 15 minutos partiu e, pouco depois, as gentes da milícia começaram a chegar.<sup>416</sup>

430. Segundo informações recebidas de uma testemunha ocular, cerca de 100 membros da milícia apareceram transportados em jipes *Kijang*, motociclos e camiões do lixo, começando a berrar ameaças e a descrever círculos em torno do complexo residencial.<sup>417</sup> Segundo informações das testemunhas, os milícias começaram a disparar tiros para o ar e, depois, atiraram *cocktails Molotov* contra a residência do bispo, incendiando-a.<sup>418</sup> Os milícias invadiram então o complexo residencial do bispo e o Convento das Canossianas — situado nas traseiras da casa do bispo — onde se escondiam cerca de 100 pessoas. Os membros das milícias detiveram os jovens do sexo masculino e obrigaram as restantes pessoas a saírem do complexo. A pronúncia de acusação afirma que o *TNI* e a Brigada Móvel da Polícia (*Brimob*) também entraram no edifício a disparar as suas armas, agredindo os ocupantes e mandando-os sair para o exterior. A Polícia ajudou igualmente as milícias a arrumarem as pessoas na praça em frente à casa do bispo e, segundo as informações recebidas, foi um agente da polícia que regou a casa do bispo com gasolina e lhe ateou fogo. As milícias e o *TNI* fizeram uma busca à casa, para verificar se não haviam mais pessoas deslocadas lá dentro.<sup>419</sup>

431. As milícias interrogaram livremente a população civil, na presença do *TNI*, da *Brimob* e da Polícia, procurando apoiantes da independência. Algumas pessoas receberam ordens para caminharem até ao porto, onde foram postas em barcos rumo a Kupang. Outras foram conduzidas à sede do suco, em Bidau Santana (Nain Feto, Díli oriental, Díli), ou à sede da Polícia, onde as mandaram subir para camiões, mini-autocarros ou aviões da Força Aérea, partindo para Timor Ocidental. Preveniram-nas que, caso não cumprissem as ordens, seriam mortas.<sup>420</sup>

432. A Comissão recebeu numerosos testemunhos sobre o ataque à casa do bispo. Hermínia Godinho e a sua família procuraram protecção na Residência Episcopal, no dia 4 de Setembro. Ela relatou o ataque perpetrado contra a residência pela milícia *Aitarak*, incluindo a morte a tiro de vários civis:

*Depois do ataque, levaram-me para a sede do suco, em Bidau Santana. Outras pessoas foram conduzidas ao porto de Díli. Vi quatro membros das milícias levarem Mário Correia Fernandes, para matá-lo.*<sup>421</sup>

433. Francisco Tilman deu testemunho à Comissão sobre o desaparecimento do seu familiar Vicente da Costa Carlos Tilman. Era uma das pessoas descoladas que se encontravam na residência do bispo, mas nunca mais foi visto desde 6 de Setembro.<sup>422</sup> Fernando da Silva depôs igualmente sobre o desaparecimento do seu irmão, Mário Correia Fernandes. Ambos se refugiaram na casa do bispo após o anúncio do resultado da votação. Depois do ataque, foram deslocados à força para Bidau Santana. A meio da noite, homens com máscaras levaram o irmão Mário, fazendo-o desaparecer. Desde então nunca mais foi visto, deixando a sua mulher e três filhos.<sup>423</sup> Armindo Moniz contou como a sua filha Etelvina Martins, de 13 anos, adoeceu de medo e choque quando a milícia *Aitarak* lançou o seu ataque contra a residência do bispo. Ele e a sua família foram deportados à força para a Ilha de Alor (Nusa Tenggara Timur, Indonésia), onde a sua filha acabou por morrer de doença.<sup>424</sup>

434. Mais ou menos na mesma altura em que a casa do bispo foi atacada, o complexo de edifícios do CICV era cercado pela milícia *Aitarak* munida de armas automáticas, armas de fogo artesanais e armas brancas. Foram mortas, pelo menos, duas pessoas, sendo os restantes deslocados obrigados ou a dirigirem-se ao porto ou à sede da Polícia para serem deportados.<sup>425</sup>

*Provas fornecidas por membros das milícias*

435. Em Metinaro (Díli), numa operação em larga escala coordenada pelo comandante militar do subdistrito (comandante do *Koramil*), a milícia *Aitarak* deportou milhares de pessoas para Timor Ocidental. Orlando de Meio Maia era um líder da milícia *Aitarak* em Metinaro que participou na violência. No seu testemunho apresentado à Comissão, descreveu uma reunião convocada no dia 5 de Setembro pelo comandante do *Koramil*, F13, na qual estavam presentes diversos soldados do *TNI*. Nessa reunião, F13 ordenou a Orlando Maia e a outros funcionários públicos que se tornassem membros da milícia *Aitarak*, fornecendo-lhes armas de fogo. Nesse mesmo dia, os recém-armados membros da *Aitarak* passaram ao ataque: incendiaram a casa de um líder local do CNRT e, no dia seguinte, um líder local chamado António Saldanha foi atingido a tiro por membros da milícia, frente ao quartel-general militar em Metinaro. Orlando Maia e a sua família foram levados para Atambua pelo *TNI* no dia 10 de Setembro de 1999.<sup>426</sup>

436. Um homem relatou à Comissão ter recebido ordens para incendiar e matar. Percebeu que, se não agisse assim, a milícia *BMP* de Liquiça o atacaria. Ele e um amigo incendiaram habitações, barcos e redes num suco de Liquiça e uma casa particular noutra aldeia. Mais tarde foram ambos deportados para Atambua.<sup>427</sup>

437. Segundo um relato recebido pela Comissão, Mateus de Carvalho, chefe de aldeia de Hera (e também comandante da milícia *Aitarak*) disparou armas de fogo e ameaçou deportar a população civil para Kupang (Timor Ocidental, Indonésia).<sup>428</sup> Segundo informações recebidas pela Comissão, no dia 6 de Setembro uma mulher dirigiu-se à esquadra da polícia de Metinaro, por instruções de soldados do *TNI* que lhe gritaram: “Quem não quiser ir, vai morrer.” A princípio, os soldados afirmaram que só os funcionários públicos e os militares iriam para Kupang durante três meses. No entanto, depois de ouvir falar no assassinato do director da escola local (Antoninho), ficou com muito medo e concordou em ir para Kupang.<sup>429</sup>

438. Deportação em massa não significava que o sofrimento e a morte só existiam nos campos de refugiados em Timor Ocidental. Madalena da Costa Alexo relatou à Comissão:

*No dia 7 de Setembro, quando fomos deslocados à força para Kupang, tive de deixar para trás a minha mãe inválida, na nossa casa tradicional de Metinaro. A minha mãe morreu quando estávamos em Kupang. Ficou traumatizada com a situação, por lhe recordar a guerra civil de 1975.<sup>430</sup>*

439. Ao mesmo tempo que centenas de pessoas eram obrigadas a subirem para camiões para serem conduzidas ao porto de Díli, outras pessoas, chefiadas por líderes pró-independência, escaparam do *Koramil* de Metinaro onde se encontravam detidas. Fugiram para as montanhas, enquanto as suas habitações e aldeias eram consumidas pelas chamas.<sup>431</sup>

440. Durante vários dias, membros fortemente armados das milícias continuaram a percorrer livremente as ruas de Díli, atacando civis desarmados e conduzindo-os dos locais de refúgio para pontos de recolha, de onde eram obrigados a subirem para camiões ou barcos e deportados para Timor Ocidental. As milícias criaram pontos de controlo em toda a cidade e ao longo de todas as estradas que conduziam a Díli, de forma a assegurar que as pessoas saíam apenas do território para Timor Ocidental. Díli transformou-se numa cidade-fantasma, uma vez que a maioria dos seus habitantes foi deportada para Timor Ocidental ou fugiu para as montanhas próximas.<sup>432</sup> Só um punhado de pessoas conseguiu manter-se na cidade, escondendo-se por entre os escombros fumegantes.

441. No quadro seguinte apresentam-se mais testemunhos de pessoas residentes em Díli que suportaram violência, deportação e deslocação em Setembro de 1999.

**Table 14 - Quadro 14- Deportações e deslocações no distrito de Díli (milícia *Aitarak*)**

HRVD	Nome e Local	Síntese
03726	Brígida Freitas Correia, Comoro, Díli	No dia 1 de Setembro, a milícia apareceu-me em casa à procura do meu marido, que não estava lá. Incendiaram e destruíram a nossa casa. Levaram-me com o meu filho ao Posto 2 da <i>Aitarak</i> . Ali chegados, ameaçaram-nos e transferiram-nos para o Hotel Tropical. Um membro da <i>Tim Makikit</i> de Ossu (Viqueque) interveio e salvou-nos. Fomos levados para Atambua, onde permanecemos seis meses.
05705	Domingos da Silva Andrade, Camea, Díli	A minha família foi forçada pela milícia <i>Aitarak</i> a deslocar-se do seu Posto 13 para Kupang. Permanecemos lá até Abril de 2003.
05744	Filomeno Matos Guterres, Becora, Díli	Após a votação, as milícias e o <i>TNI</i> começaram a atacar a população. Peguei na família e fugimos para Darlau (Aileu). Regressámos no dia 22 de Setembro de 1999, quando a situação já melhorara, mas encontrámos a nossa casa reduzida a cinzas.
08117	Florentina Rodrigues, Santa Cruz, Díli	No dia 7 de Setembro, a milícia <i>Aitarak</i> incendiou-me a casa e atacou-a. Fugi para Dare e só regresssei depois da chegada da <i>Interfet</i> .
00342	Cosmos Olin, Comoro, Díli	No dia 3 de Setembro, homens da milícia <i>Aitarak</i> vestidos de negro apareceram na nossa zona. Reconheci um dos membros da milícia, que era meu amigo. Ele deixou-me partir e eu fugi para o complexo da Igreja de Dom Bosco, em Comoro. Mais de 1.000 pessoas já lá se encontravam. Quatro dias mais tarde, a milícia <i>Aitarak</i> apareceu e mandou-nos mudar para o Museu. O meu amigo obrigou-me a aderir à <i>Aitarak</i> e participei em operações em Manatuto e Aileu. Quando regressei, peguei na minha mulher e no nosso bebé de dois meses e partimos para Atambua.
05725	António Henriques Soares, Bidau Santana, Díli	No dia 4 de Setembro, após o anúncio dos resultados da votação, membros locais da milícia <i>Aitarak</i> do Posto 12 deram ordens para que eu e a minha família nos apresentássemos no quartel-general militar ( <i>Kodim</i> ) do distrito de Díli. Mais tarde, fomos transferidos de novo para o Hotel Mahkota. Permanecemos ali até à chegada da <i>Interfet</i> . No dia 27 de Setembro, regressámos a nossa casa, que estava em cinzas.
00150	Gaspar Mesquita Mendonça, Duyung, Metinaro, Díli	No dia 5 de Setembro, a milícia que fora formada pelo <i>TNI</i> começou a lançar operações contra os apoiantes da independência. A minha casa foi incendiada e, por isso, mudámo-nos para Besahe, em Kampung Baru. No dia 14 de Setembro, o mesmo grupo de milícias, chefiado pelo mesmo comandante local, incendiou também aquele local.
00143	Manuel Mendonça,	No dia 6 de Setembro, fui preso com mais três homens pela milícia <i>Aitarak</i> , em Basahe. Espancaram-me com uma arma de fogo artesanal e deram-me um tiro, mas

	Besahe, Metinaro, Díli	a bala falhou. Então fomos conduzidos ao <i>Koramil</i> . Mandaram-nos escrever os nossos nomes numa lista, bem como os de todos os nossos familiares, para sermos levados para Atambua. Conseguimos esgueirar-nos e fugir.
05720	Manuel Sarmiento, Camea, Díli	Após o anúncio dos resultados da votação, a minha família e eu procurámos segurança em Kaisabe, por termos medo das ameaças da <i>BRTT</i> e da milícia <i>Aitarak</i> de Hera, Díli. Quando regressámos, a nossa casa fora incendiada e os nossos animais de criação tinham desaparecido.
00153	Manuel Maria de Carvalho, Duyung, Metinaro, Díli	No dia 4 de Setembro, o chefe de aldeia de Hera, que também era um comandante local da milícia <i>Aitarak</i> , deu ordens aos seus homens que me forçassem e à minha família a irmos para Kupang. Levaram-nos para o porto de Díli e puseram-nos num barco. Estivemos a viver no campo de refugiados de Noelbaki, Kupang, e regressámos no dia 23 de Novembro de 1999.

## Bobonaro

442. Ainda mais do que os outros distritos ocidentais, Bobonaro era um bastião da autonomia e, como tal, foi palco de actividades de extrema violência desenvolvidas pelas milícias em Setembro de 1999. As reacções adversas contra os funcionários locais da UNAMET começaram antes do anúncio dos resultados da Consulta Popular. No dia 2 de Setembro, dois funcionários locais da UNAMET, Ruben Barros e Domingos Pereira, foram mortos pela milícia *Dadurus Merah Putih (DMP)* e pelo *TNI*. Por este motivo, os funcionários da UNAMET foram evacuados no mesmo dia. Os membros da milícia começaram a incendiar e a saquear a sede da UNAMET e as habitações adjacentes.<sup>433</sup> Agapito Soares contou à Comissão que a milícia *DMP* atacou a sede do CNRT em Maliana, tendo morto a tiro um apoiante do CNRT chamado Mateus Breok, durante um ataque. Agapito fugiu com outras pessoas para o Monte Loelaku (Balibó, Bobonaro), pedindo protecção aos soldados das Falintil.<sup>434</sup>

443. No dia do anúncio dos resultados da votação, já milhares de pessoas haviam fugido de suas habitações, em busca de segurança. O *TNI* e os membros da milícia controlavam por completo a cidade de Maliana. As pessoas que permaneceram na cidade eram forçadas a dirigir-se à esquadra da polícia, ao mesmo tempo que o *TNI* e a milícia ameaçavam matar todos os apoiantes da independência. Assim que o complexo de edifícios da esquadra de polícia ficou cheio, os membros da milícia *DMP* e o *TNI* obrigaram as pessoas a saírem de suas habitações e a dirigir-se ao hospital ou ao estádio desportivo de Maliana (*GOR*), localizado nas proximidades. A milícia acabou por levar todas as pessoas que conseguiu encontrar para os campos de refugiados em Timor Ocidental, depois de as obrigar a atravessar a fronteira.

444. Por exemplo, Laurentina Amaral e o seu marido, Florindo da Conceição, foram conduzidos a Hakesak (Timor Ocidental) por membros da milícia *DMP*, no dia 8 de Setembro.<sup>435</sup> Nesse mesmo dia, Jaime dos Santos, Félix Laku e Luís de Jesus esconderam-se em casa de um soldado do *TNI*, ao serem atacados por membros da milícia *DMP*, alguns envergando uniformes totalmente negros, de *ninja*. Foram forçados a dirigir-se para uma área chamada Turiscaí, em Timor Ocidental.<sup>436</sup> Alguns, contudo, conseguiram fugir à milícia. Julião Marques fugiu de sua casa e escondeu-se na aldeia de Tapo (Bobonaro, Bobonaro), no dia seguinte à votação. No dia 7 de Setembro, membros da milícia *DMP* e soldados do *Kodim* de Maliana atacaram-no e à comunidade. Fugiram todos para a floresta de Lepeum (Tapo Memo, Maliana, Bobonaro).<sup>437</sup>

### *Massacre da Esquadra de Polícia de Maliana*

445. No dia 8 de Setembro, cerca de 1.000 pessoas deslocadas encontravam-se no complexo de edifícios da Esquadra de Polícia de Maliana. Alguns já lá estavam havia vários dias. Por volta das 6 da tarde, o *TNI* e membros da milícia, de caras tapadas com máscaras ou com bandanas vermelhas e brancas, atacaram as pessoas com facas, catanas e espadas. Segundo informações recebidas de testemunhas, os líderes do movimento pró-independência foram separados e esquarterados até à morte. Alguns pediram protecção à *Brimob*, que a recusou. Alguns foram mortos frente aos seus familiares, outros quando tentavam escapar. A alguns, incendiaram-lhes o corpo. As pessoas dispersaram-se: umas esconderam-se nas árvores, outras

treparam para tectos falsos existentes nos edifícios, outras ainda esconderam-se em armários ou em colchões enrolados.<sup>438</sup> No momento do ataque, estavam presentes no complexo cerca de 435 agentes da polícia — entre membros da polícia local, da brigada móvel e do Contingente Leste (*Kontingen Lorosae*) — que fora para ali destacado para garantir a segurança durante a votação.<sup>439</sup> Todos os agentes da polícia — excepto oito, suspeitos de serem apoiantes da independência — encontravam-se armados, mas não dispararam qualquer tiro para impedir o ataque. Os agentes da polícia não tomaram qualquer medida para protegerem as pessoas deslocadas internamente e obstruíram as pessoas que tentavam fugir à fúria dos atacantes.<sup>440</sup> O ataque durou três horas e, no final, os cadáveres foram carregados em camiões que aguardavam no exterior e transportados para Batugadé (Balibó, Bobonaro), para serem lançados ao mar. Não se sabe quantas pessoas morreram.

446. Nessa noite, os apoiantes da independência que sobreviveram, fugiram para as montanhas. No dia seguinte, a milícia *DMP* de Ritabou (Maliana, Bobonaro) seguiu um grupo de 13 sobreviventes até um poço de água em Mulau, Ritabou (Maliana, Bobonaro). Todos foram baleados e esquartejados até à morte (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).<sup>441</sup> Mais tarde, um dos cadáveres deu à costa, na praia, e a sua identidade foi confirmada. Os sobreviventes que ficaram na esquadra da polícia e no hospital, sem conseguirem escapar, foram obrigados a deslocar-se para Timor Ocidental.<sup>442</sup>

447. Após o massacre, os soldados do *TNI* e a milícia começaram a esvaziar a cidade. As pessoas ou eram forçadas a caminhar até Timor Ocidental ou tinham de pagar se quisessem ser transportadas de camião. O *TNI* obrigou as pessoas a subirem para os camiões, ameaçando-as de bombardear Maliana, de destruir as aldeias nas montanhas, ou de desencadear a guerra total.<sup>443</sup>

448. Ao mesmo tempo, as pessoas que tentavam evitar a violência fugindo para a floresta eram perseguidas pela milícia, conduzidas de regresso à vila e, depois, deportadas à força para campos em Timor Ocidental. Nestes campos, continuaram a sofrer violência e extorsão às mãos das milícias. A população da aldeia de Saburai (Maliana, Bobonaro) recorda-se da sua captura, quando tentava fugir para a floresta. As suas habitações foram incendiadas e a população foi levada para o estádio desportivo.

*O TNI e a milícia [DMP], chefiada pelo seu líder timorense F15, atacaram os [de nós] que haviam fugido para a floresta, nas montanhas, e trouxeram[-nos] de novo para baixo. No dia 8 de Setembro, [eles] obrigaram as pessoas a descerem para Maliana e incendiaram todas as casas. No dia 10 de Setembro, todas as pessoas concentradas no GOR [estádio] de Maliana foram levadas para Turiscai, em Timor Ocidental.*<sup>444</sup>

449. Por volta da mesma hora do ataque à esquadra de polícia, outros grupos de milícias do distrito de Bobonaro — entre elas a *Halilintar*, a *Armui* (Atabae), a *Firmi Merah Putih* (Balibó), a *Guntur* (Cailaco), a *Hametin Merah Putih* (Bobonaro) e a *Kaer Metin Merah Putih* (Lolotoe) — incendiavam habitações e levavam pessoas para Timor Ocidental.<sup>445</sup> No distrito de Bobonaro, cerca de 13.500 habitações ficaram inabitáveis. Apenas um punhado de sucos, em áreas controladas pelas Falintil, não foram totalmente destruídos. Quase todos os edifícios da administração pública, escolas e centros de saúde foram igualmente destruídos e o seu recheio pilhado. Poucas igrejas permaneceram incólumes. Cerca de 30.000 a 40.000 pessoas foram deportadas. Um elevado número de habitantes das aldeias de Balibó (Bobonaro), Atabae (Bobonaro), Soileso, Oeleo, Malilait e Kotabot (Bobonaro, Bobonaro) ainda não regressaram.

## Covalima

450. Após a violência ocorrida na fase anterior à Consulta Popular, o distrito de Covalima foi uma área de indubitável violência, deslocação e destruição no período seguinte à votação. Segundo depoimentos de testemunhas, a milícia *Laksaur*, juntamente com o *TNI* e as autoridades civis indonésias, organizaram a deportação de todos os civis que conseguiram encontrar.<sup>446</sup> Nos dias 6 e 7 de Setembro, o comandante da milícia *Laksaur*, Olívio Moruk, percorreu a vila de Suai num carro, anunciando por altifalante que seria morto quem ainda se encontrasse na vila no dia 9 de Setembro. Receosas, as pessoas reagiram pegando nos haveres e aguardando transporte junto às estradas principais. Segundo depoimentos de testemunhas, o administrador do distrito F17, mobilizou mais de 30 camiões para deportar a população.<sup>447</sup> Segundo informações recebidas, alguns membros da comunidade foram obrigados a pagar 800 mil rupias pela sua própria deportação forçada.<sup>448</sup>

### *Massacre da Igreja de Suai*

451. A Comissão recebeu numerosos depoimentos sobre homicídios e deslocções sofridos por pessoas que se haviam refugiado na Igreja de Suai.<sup>449</sup> Uma testemunha ocular relatou nos seguintes termos o ataque de 6 de Setembro:

*Desde Julho de 1999 que a situação em Suai era muito insegura. O meu marido, membro do CNRT, fugiu para as montanhas. As pessoas ligadas ao CNRT estavam a ser procuradas pela milícia Laksaur e, por isso, eu e a minha família fugimos para a Igreja de Suai. No dia 6 de Setembro de 1999, por volta das 2 da tarde, a milícia Laksaur atacou a Igreja de Suai. Durante o ataque, vi soldados do TNI vestidos à paisana, a usar armas de fogo, catanas e espadas. Mataram o padre da paróquia. Vi três indonésios, o administrador do distrito de Suai, F17, o Koramil [comandante] de Salele, F18, e outro homem, F19, afastarem-se juntos, caminhando, mesmo antes do ataque. Vi pessoas serem atacadas com catanas e a serem baleadas. Disseram-nos que nos juntássemos e não nos mexéssemos, se não quiséssemos ser mortos. Por volta das três menos 10 da tarde, eu e a minha família fomos levados ao Kodim, em Suai. No dia 7 de Setembro, por volta da meia-noite, um membro timorense da milícia, F20, que também era babinsa em Suai Loro, parte do Koramil, veio ter comigo e ameaçou-me. Violou-me e eu não consegui fazer nada, porque tive medo.*<sup>450</sup>

452. Após o Massacre da Igreja de Avé Maria, em Suai, membros da milícia *Laksaur* e o *TNI* obrigaram os sobreviventes a deslocarem-se para o *Kodim* de Suai e para o edifício da escola secundária (*SMP 2*). Guardados pela milícia e pelo *TNI*, permaneceram presos durante oito dias, até serem deportados para Timor Ocidental, onde as violações prosseguiram. Durante a sua prisão na escola e no *Kodim*, e mais tarde nos campos de Timor Ocidental, algumas mulheres foram alvo de violações sexuais repetidas por parte de membros da milícia (ver Subcapítulo 7.7: Violência Sexual). Dessas violações é fornecida descrição nos seguintes dois testemunhos:

*Levaram-nos para o Kodim. Éramos assediadas todas as noites. Eles entravam e levavam mulheres de noite. Encandeavam-nos com uma lanterna enquanto dormíamos e forçavam as mulheres a irem com eles. Não as deixavam levar as suas coisas.*

*Permanecemos no Kodim até 14 de Setembro de 1999, de onde fomos então levados para Betun. Nessa noite, por volta das 6/7 da tarde, um carro com quatro pessoas, duas das quais armadas, levou-me para a floresta. Fui violada por dois homens, um a seguir ao outro. Pertenciam os dois à milícia Laksaur: eram eles F21, um motorista de taxi, e F22, um homem de Fatumean. Não reconheci as outras duas pessoas, porque estava escuro e eu tinha medo.*<sup>451</sup>

453. Outra sobrevivente contou à Comissão:

*Obrigaram-nos a ir para a escola secundária [SMP2]. A milícia continuou a insultar-nos. Durante três dias, não recebemos qualquer alimento. Tínhamos fome e dividimos com os outros refugiados pedaços de milho queimado. A fome era tanta que apanhávamos as migalhas caídas no chão. De noite vinham incomodar-nos, sobretudo às mulheres. Tínhamos tanto medo que não conseguíamos dormir. Desligavam a electricidade e nós acendíamos umas velas, mas vinha a milícia e apagava-as. De noite, a milícia trazia uma lanterna e encandeava-nos com a luz, a nós, mulheres. De noite, a milícia aparecia, munida de armas de fogo e espadas, e levava as mulheres e as raparigas.*<sup>452</sup>

454. Membros da milícia *Laksaur*, recebendo ordens dos seus comandantes timorenses, F5 e F24, dirigiram-se às florestas do distrito de Covalima para matarem as pessoas que ali estavam escondidas, para fugirem à deportação.<sup>453</sup> Entre os que fugiram encontravam-se os habitantes de Nikir, que foram atacados por membros da milícia *Laksaur* e um membro do *TNI* na floresta de Wea, a 25 de Setembro. Munidos de espingardas automáticas e catanas, os membros da milícia começaram a disparar. Mataram Januário Maya, Damião Ximenes e Titua Mali, causando ferimentos a Juliana Moniz. A milícia deteve Juliana, com mais sete pessoas que não foram capazes de fugir, deportando-os para Timor Ocidental.<sup>454</sup> Outros, como Eugénio de Deus, conseguiram escapar para a floresta.<sup>455</sup>

455. No quadro seguinte, encontra-se uma selecção de testemunhos recebidos pela Comissão, onde se descreve violência, deportações e deslocações forçadas em todo o distrito.

**Table 15 - Quadro 15 – Deportações e deslocações no distrito de Covalima (milícia *Laksaur*)**

HRVD	Nome / Local	Síntese
03624	Aquelina Cardoso, Debos, Suai	Estava refugiada na Igreja de Suai quando a milícia <i>Laksaur</i> nos atacou, no dia 6 de Setembro. Vi os milícias timorenses F25 e F26 matarem a tiro 10 pessoas, incluindo uma mulher de nome Matilde grávida de sete meses. Transferiram-nos para a escola secundária local (SMP 2). Na escola, espancaram-me e pontapearam-me. Um dia vi dois membros da milícia <i>Laksaur</i> , que também eram agentes da polícia, violarem quatro mulheres. Depois, essas quatro mulheres foram levadas para Atambua.
05162	Manuela Cardoso, Fatumean	O meu marido foi preso pela milícia <i>Laksaur</i> no seu posto de Bubur Fehan, no dia 2 de Setembro. Dois dias mais tarde, mataram-no e atiraram o corpo fora em Timor Ocidental. Temi pela minha vida e fugi para o <i>Koramil</i> de Tilomar. Fui levada com a minha família para Timor Ocidental. Uma vez lá chegada, ainda fui ameaçada pela milícia <i>Laksaur</i> .
08587	Adão Mali, Camanasa Suai	Na companhia de dois amigos, fugi para o Monte Fohorau para evitar a escalada de homicídios e incêndios desencadeada pela milícia <i>Laksaur</i> contra a população de Camanasa (Suai, Covalima). Depois de passarmos quatro dias na montanha, fomos atacados por membros do <i>TNI</i> e da milícia, equipados com armas

		automáticas. Os meus dois amigos foram mortos no tiroteio. Nessa tarde, regresssei com outros membros da minha comunidade e encontrei os seus restos mortais.
01302	Pedro de Jesus, Fatululik	No dia 4 de Setembro, a milícia <i>Laksaur</i> abriu fogo contra mim em frente da Capela de Fatuloro. Fugi para Beco, onde um membro da milícia e um polícia do Contingente Lorosae me disseram que tinha de atravessar a fronteira, se não quisesse ser morto a tiro.
02025	Carlito da Costa, Fatululik	No dia 5 de Setembro, fugi para a floresta com outros membros da minha comunidade. No caminho, a milícia <i>Laksaur</i> matou a tiro um dos jovens do grupo, chamado Domingos Taiasa. Tinha apenas 17 anos.
02034	Abílio Gusmão, Hopilat, Suai	Eu já me tinha refugiado na Igreja de Suai a 27 de Março de 1999, mas em Abril mudei-me para Hasain Belekasak porque a situação na Igreja estava muito difícil. Nesse mês fui atacado pelas milícias e um mês mais tarde a milícia <i>Laksaur</i> e soldados do <i>Kodim</i> de Suai incendiaram-me a casa. No dia 1 de Julho já me tinha refugiado outra vez na Igreja de Suai. No dia 5 de Setembro, fugimos para as montanhas, por temermos um ataque da milícia e do <i>TNI</i> . A minha família foi deportada à força para Atambua pela milícia <i>Laksaur</i> e pelo <i>TNI</i> .
08485	Madelena de Jesus, Suai	No dia 5 de Setembro, fui capturada na minha casa, em Babu Lakunak, por 10 membros da milícia <i>Laksaur</i> . Também levaram a minha mota. Prenderam-me no posto da milícia em Leogore durante uma noite. No dia seguinte, eu e a minha família fomos transferidos para Timor Ocidental.
01266	Lúcia Guterres, Fatululik	Tinha-me refugiado na Igreja de Suai quando fomos atacados, no dia 6 de Setembro. Quatro membros da milícia <i>Laksaur</i> levaram-me para fora da igreja, com outra mulher. Mesmo em frente do edifício vi uma mulher chamada Jacinta Gusmão cair no chão, depois de ser golpeada no pescoço com uma catana pelos milícias. Fizeram-nos subir para um camião, que nos levou para a sede do <i>Kodim</i> de Suai. Ficámos ali presos durante seis dias. No dia 12 de Setembro, levaram-nos para Atambua.

## Liquiça

456. O distrito de Liquiça foi também duramente atingido pela violência posterior à votação. A milícia *BMP* deportou à força milhares de pessoas para a cidade portuária de Atapupu, localizada a cerca de uma hora de carro de Atambua (Timor Ocidental, Indonésia).

457. No dia 31 de Agosto, Armindo da Silva Cloria foi capturado e espancado pela milícia *Halilintar*, quando tentava levar alimentos aos soldados das Falintil na floresta. Conduzido ao posto da *BMP* em Batubetilu, Vatovoru (Maubara, Liquiça), ali permaneceu preso e foi torturado durante um dia. No dia seguinte, a freira local Maria Lourdes negociou a sua libertação. Permaneceu com esta freira num campo de refugiados em Atabae (Bobonaro) e mais tarde foi deportado para Atambua (Timor Ocidental, Indonésia).<sup>456</sup>

458. Uma mulher descreveu o homicídio do seu marido, no dia 7 de Setembro, por mais de 6 membros da milícia *BMP*. Chefiada por F39, a milícia baleou o seu marido nas costas pelo menos 8 vezes. Ela fugiu para Bazartete.<sup>457</sup> De maneira similar, outra mulher relatou à Comissão que, no dia 7 de Setembro, a milícia *BMP* matou o seu marido, durante uma operação levada a efeito em Leorema (Bazartete, Liquiça). O marido estava à frente de casa quando a milícia apareceu, acusando-o de fornecer alimentos às Falintil e matando-o a tiro no local. Ela fugiu para Ermetalau, Leorema (Bazartete, Liquiça), mas foi capturada pela milícia *BMP*, trazida para Bazartete e deportada mais tarde para Timor Ocidental.<sup>458</sup> A milícia *BMP* realizou estas deportações ao longo de, pelo menos, duas semanas. No dia 19 de Setembro de 1999, a milícia *BMP* perseguiu uma família que evitara ser deportada, escondendo-se numa zona das montanhas de Ailetehei (Bazartete, Liquiça). Mariano de Jesus foi baleado no ombro e teve de ser carregado pela mãe de regresso à aldeia de Lauhata (Bazartete, Liquiça), para receber tratamento médico.<sup>459</sup>

459. Amélia dos Santos ficou viúva após o ataque à Igreja de Liquiça, no dia 6 de Abril de 1999. Ela e o marido, Victor Manuel da Conceição, tinham-se refugiado na igreja. A milícia *BMP*

decapitou o seu marido à porta da igreja. Ela continuou a sofrer violações e, sob coacção, pagou a um membro da milícia *BMP* dinheiro para ser deportada com os filhos para Timor Ocidental:

*Perto do dia da votação, o administrador do distrito de Liquiça, Leoneto, escreveu uma carta onde ordenava a minha detenção. Fiquei presa na esquadra de polícia de Maumeta durante dois dias. Depois, fui transferida para o Koramil. Disseram-me: “Se a autonomia vencer, poderás ser criada das nossas mulheres.” Quando ouvimos dizer que o partido pró-independência tinha vencido, a milícia veio ao Koramil e ameaçou-me: “Vais morrer, porque escolheste a independência.” Tive muito medo. Paguei 100.000 rupias a um membro da milícia para nos levar para Atambua. Em Atambua, um membro da milícia disse-me que, depois de matarem o meu marido, tinham enfiado o seu cadáver dentro de um saco de serapilheira. Primeiro despiram-no, porque devia as suas roupas ao povo da Indonésia.<sup>460</sup>*

460. Para as pessoas que fugiram à deportação forçada para Timor Ocidental, a sobrevivência nas montanhas revelou-se difícil. Mário dos Santos relatou à Comissão a sua fuga com a mulher e o filho para as montanhas de Asa leten (Suai, Covalima). O filho Germano, de 7 anos, morreu por falta de alimentos quando se encontravam na floresta.<sup>461</sup>

### **Distritos centrais**

461. Os distritos ocidentais foram os mais duramente atingidos, mas os distritos centrais de Aileu, Ainaro, Ermera e Manufahi também não foram poupados à destruição e à deportação na fase posterior à votação. No distrito de Aileu, a partir do dia 4 de Setembro os seguintes sucros foram arrasados em dias sucessivos: Mantane (4 de Setembro), Aisirimou (5 de Setembro), Aeloi Malere (6 de Setembro), Saboria (7 de Setembro), Sukuliurai (8 de Setembro) e Hoholu (9 de Setembro). Segundo as informações recebidas, no dia 4 de Setembro membros do *TNI* e da milícia andaram todo o dia de carro a matar animais de criação. Então, a milícia *AHI* (*Aku Hidup dengan Integrasi/Indonésia*) reuniu as pessoas em aldeias perto da estrada principal — entre outras Fatubossa, Hoholete e Likilaukana — e obrigou-as a deslocarem-se até à vila de Aileu, de onde as transportaram em viaturas rumo a Atambua.<sup>462</sup>

462. A Comissão recebeu muitos testemunhos de Talitu (Laulara, Aileu), descrevendo actos de violência e de deportação. Por exemplo, Francisco Carvalho relatou o incêndio da sua casa pela milícia *AHI* e a sua deportação e da sua família para Timor Ocidental.<sup>463</sup> Clementino Araújo e a população de Fahiria (Aileu, Aileu) foram deslocados à força pela milícia *AHI* para a vila de Aileu, depois de as suas habitações em terem sido incendiadas e os seus animais de criação mortos.<sup>464</sup> Domingos de Araújo relatou à Comissão que, no dia 5 de Setembro, foi levado de sua casa em Aisirimou para a vila de Aileu. Quando ele e os habitantes de Aisirimou deixaram a aldeia, a milícia *AHI* incendiou-lhes as habitações e banqueteu-se com os seus animais de criação. Mais tarde, seriam conduzidos à sede da polícia na província (*Polda*), em Díli, antes de serem levados de camião para Atambua.<sup>465</sup>

463. Outras pessoas conseguiram escapar à deportação. Eduardo Moniz e a sua família fugiram para a ribeira de Motakuak (Aileu, Aileu) no dia 2 de Setembro, depois de a sua casa ser atacada pela milícia *AHI*. Quando regressaram, após a chegada da *Interfet*, encontraram a casa arrasada pelo fogo e todos os seus haveres destruídos.<sup>466</sup>

464. Em Ainaro, calcula-se que 13.000 civis tenham recebido ordens para abandonar as respectivas habitações, entre os dias 4 e 23 de Setembro. A milícia *Mahidi* atacou as aldeias,

incendiando habitações e montando bloqueios nas estradas de saída. Em Maubisse, a milícia começou por saquear os animais de criação das pessoas que já se encontravam nas montanhas. Em seguida, incendiaram as habitações. Em Hatu-Builico, os residentes receberam ordens para saírem de casa, que seguidamente foram incendiadas. A população de aldeias vizinhas foi reunida perto da Igreja da vila de Ainaro e forçada a subir para camiões que se dirigiam a Timor Ocidental. Depois, a milícia incendiou-lhes as habitações, antes da sua partida para Timor Ocidental, por volta de 22 de Setembro de 1999.<sup>467</sup>

465. Prisca da Conceição descreveu o incêndio da sua casa e o homicídio do seu marido, morto a tiro no dia 4 de Setembro. Ela fugiu para a esquadra de polícia, pedindo protecção. Durante os 6 dias que ali permaneceu, os membros da milícia assediaram e ameaçaram-na constantemente, empunhando armas tradicionais. No dia 11 de Setembro, todos os que se haviam refugiado na esquadra de polícia foram transferidos para Betun, em Timor Ocidental. Em Betun, continuaram a ser ameaçados por membros da milícia *Mahidi*, numa tentativa de impedi-los de regressar a casa. Conseguiu regressar a Ainaro no dia 22 de Novembro de 1999.<sup>468</sup>

466. A Comissão recebeu testemunhos onde se descrevem actos de violência perpetrados por membros da milícia *Mahidi* contra civis indefesos. Teresa da Silva relatou à Comissão ter visto 15 membros da milícia *Mahidi* — incluindo um agente da polícia seu conhecido — a atacarem o seu suco de Lepo (Zumalai/Mape, Covalima), no dia 5 de Setembro de 1999. Eles incendiaram habitações — incluindo a sua — e dispararam as suas armas de fogo de forma aleatória. André da Sena fugiu para a floresta, na área de Lour, no subdistrito de Zumalai (Covalima).<sup>469</sup> No dia 7 de Setembro, pelo menos 50 membros da milícia *Mahidi* atacaram a aldeia de Fatulebo (Zumalai/Mape, Covalima), incendiando as habitações. Um homem foi baleado na perna, mas conseguiu fugir para a floresta, na companhia de outras pessoas.<sup>470</sup> Um membro da milícia *Mahidi* disse a Isabel dos Santos que o seu marido morrera, no dia 7 de Setembro de 1999. Porém, ela encontrou o marido no posto do *TNI*, ainda vivo e com feridas abertas de baioneta na coxa e nas costas; juntos, conseguiram fugir e refugiar-se em Dare (Dili).<sup>471</sup>

467. A Comissão recebeu depoimentos sobre um ataque da milícia *Mahidi* contra a aldeia de Maununo (Ainaro, Ainaro), lançado no dia 23 de Setembro. A milícia matou pessoas e incendiou as habitações da aldeia, transportando 56 sobreviventes para Betun, em Timor Ocidental. Regina Beanto descreveu o acontecimento:

*Uma vez que os membros da milícia traziam consigo armas afiadas, as pessoas tiveram medo e limitaram-se a obedecer. Se não o tivessem feito, seriam mortas a tiro, perdendo a vida...As pessoas seguiram a milícia, a pé. Crianças, mulheres grávidas, mulheres e homens idosos foram todos ameaçados. [Nós] tivemos de atravessar a ribeira a pé. As pessoas estavam cheias de sede e de fome. Não tínhamos qualquer energia. Participaram cerca de 50 membros da milícia.*

*[Regina descreveu a maneira como um membro da milícia ameaçou o grupo com uma granada, matando depois a sua mãe a tiro à sua frente].*

*Um membro da milícia puxou-me pelos braços e obrigou-me a subir para um camião. O caminho até ao camião era íngreme e ele forçou-me a andar depressa. As pessoas lentas a percorrer o caminho — crianças e idosos — eram simplesmente atiradas para dentro do camião. Mal conseguíamos pousar os nossos pés no camião...Viajámos com a milícia e dirigimo-nos directamente a Betun.*

*Em Betun, sofremos muito...Ficámos lá apenas dois meses. No dia 26 de Novembro, ouvimos informações de que os refugiados podiam regressar. Inscrevemo-nos e voltámos imediatamente para casa.<sup>472</sup>*

468. No distrito de Ermera, não havia viaturas suficientes para transportar todas as pessoas. A milícia e o *TNI* disponibilizaram camiões para efectuar várias viagens de ida e volta até Atambua.<sup>\*</sup> As pessoas foram obrigadas a sair de suas habitações e a subir para camiões pela milícia *Darah Integrasi* e por membros do *TNI*. As habitações foram incendiadas. Segundo cálculos feitos pela Unidade dos Direitos Humanos da UNTAET, após a votação cerca de 43.000 pessoas foram deslocadas à força de Ermera para Timor Ocidental, enquanto cerca de 10.000 fugiram para as montanhas. Sucos inteiros viram-se esvaziados e as pessoas afirmaram que os únicos a partirem de livre vontade foram as famílias dos membros da milícia e do *TNI*.<sup>473</sup>

469. Gracilda contou à Comissão que a milícia *Darah Integrasi*, juntamente com membros do *TNI*, apareceram à busca do seu marido, que havia escapado para as montanhas. Ela fugiu para o *Koramil* de Letefoho, procurando protecção. Enquanto lá se encontrava, a milícia apoderou-se do seu camião, carregou-o com mercadorias das lojas e quiosques do mercado e ordenou aos seus dois filhos que conduzissem a viatura até Atambua.<sup>474</sup>

470. Algumas comunidades conseguiram resistir à deportação. No dia 9 de Setembro, a milícia *Darah Integrasi* incendiou 20 habitações na aldeia de Hunda (Letefoho, Ermera) e a maioria dos habitantes refugiaram-se em casa do chefe de aldeia.<sup>475</sup> No dia 13 de Setembro, membros da milícia *Darah Integrasi* e soldados do *BTT* tentaram obrigar Anita dos Santos e a sua família a partirem para Atambua. Depois de se recusarem a fazê-lo, continuaram a receber ameaças de morte, especialmente dirigidas à filha que era funcionária local da UNAMET. No dia 20 de Setembro, a milícia regressou e disparou contra a casa, estilhaçando as janelas. A família já fugira de casa, refugiando-se num esconderijo.<sup>476</sup>

471. O saque e os incêndios duraram duas semanas.

472. Teresa de Deus relatou à Comissão que a sua casa foi regada com gasolina por membros da milícia *Darah Integrasi*, que ali vieram em busca dos seus dois filhos mais velhos. Tinham já incendiado um motociclo pertencente à família e preparavam-se para levá-la e aos seus dois filhos mais novos para Atambua quando a *Interfet* chegou.<sup>477</sup>

473. Um homem prestou depoimento sobre o seu recrutamento forçado pela milícia *Darah Integrasi*. Durante uma reunião entre o comandante da *Darah Integrasi*, F27, e todos os chefes de suco do subdistrito de Letefoho, decidiu-se que cada suco ficaria obrigado a fornecer 50 nomes de mancebos para serem recrutados como milícias. O seu nome encontrava-se entre os 25 apresentados pelo chefe do seu suco. Ele descreveu a forma como o *babinsa* e outros soldados do *TNI* destacados na aldeia deram instruções aos membros da milícia para

---

<sup>\*</sup>Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, Documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, Testemunho nº F9430 da HRVD. Evalina Soares descreveu a maneira como o seu filho se deparou com uma coluna de 20 viaturas a regressar, depois de levar pessoas de Atsabe (Ermera) para Betun (Timor Ocidental), no dia 16 de Setembro de 1999. Quando tentou fugir, foi baleado.

incendiarem a maior parte das habitações da aldeia. No dia 19 de Setembro, segundo contou, fugiu para Atambua com F27 e outros membros da milícia.<sup>478</sup>

### **Deslocação e violência sexual**

A Comissão apurou que as mulheres ficavam mais vulneráveis à violência sexual em épocas de intensificação dos conflitos e de deslocação generalizada, no decurso de todo o período de mandato da Comissão. Em Setembro de 1999, a violência sexual era sofrida tanto por mulheres forçadas a saírem de suas habitações como por mulheres que ficaram para trás.

Na vila de Ainaro, uma mulher jovem contou à Comissão que foi violada depois de a maioria da população ter fugido após a votação:

*Depois da votação, todos fugiram da vila de Ainaro. Em minha casa, todos os membros da família ficaram — o meu pai, a minha tia e os meus irmãos mais novos — porque não sabíamos que todos haviam partido. Muitos tinham fugido furtivamente para as montanhas. Um membro da milícia Mahidi, F56, veio a nossa casa equipado com uma arma de fogo SJ3, e por volta das 9 da noite, forçou-me a acompanhá-lo. Disse-me que já não havia ninguém em Cassa. Rasgou-me toda a roupa e violou-me. Disse-me que eles detinham o poder e só eles podiam garantir a segurança da minha família. Ao longo de Agosto e Setembro violou-me cinco vezes. A minha família já não podia suportar mais esta situação e, por isso, fugimos para Betun, em Timor Ocidental, com o meu tio, que era um oficial de baixa patente do TNI. Vivemos em Betun durante cinco meses, até 10 de Fevereiro de 2000.<sup>479</sup>*

Algumas mulheres sofreram violações sexuais durante a sua deportação para Timor Ocidental. Exemplos de depoimentos de mulheres que sofreram violações sexuais, incluem:

*Fomos levadas para o Estádio [GOR] de Maliana pela milícia Dadurus Merah Putih, a fim de sermos deportadas para Timor Ocidental. Por volta das 4 da manhã, fui arrastada por um membro da milícia até às traseiras do estádio. Ameaçou matar-me e arrancar os órgãos sexuais aos meus irmãos que estavam na floresta se eu não o deixasse violar-me.<sup>480</sup>*

*Fugimos para a floresta depois de a minha casa ser incendiada por membros da milícia Dadurus Merah Putih, no dia 9 de Setembro de 1999. Dois dias mais tarde, o meu marido regressou a casa em busca de alimentos, mas foi morto pela milícia. Eu e o meu filho tentámos encontrá-lo no dia seguinte, mas pelo caminho fomos capturados pela milícia. Apontaram uma faca ao meu filho e violaram-me. Por fim, acabei por ser obrigada a partir para Timor Ocidental.<sup>481</sup>*

Outras mulheres sofreram ameaças de natureza sexual:

*A 8 de Setembro, a milícia Dadurus Merah Putih obrigou-me e ao meu avô a irmos para Maliana. Muito cansado, o meu avô parou de caminhar. Um membro da milícia ameaçou-nos. Disse que não tínhamos autorização para parar; se o fizéssemos, introduziria uma espada na minha vagina. Fiquei muito assistada: carreguei o meu avô durante o resto da viagem até Maliana.<sup>482</sup>*

Por último, as mulheres encontravam-se também vulneráveis nos campos de refugiados:

*Em Outubro de 1999, um membro da milícia Sakunar obrigou-me a ir para Timor Ocidental. Incendiou-me a casa e mais seis casas. Mandaram-me descobrir os homens, para poderem levar-nos a todos para Timor Ocidental. Fizeram-me subir para uma viatura e levaram-me para Timor Ocidental, onde fui ameaçada e violada por um membro da milícia Sakunar.<sup>483</sup>*

474. A Comissão recebeu um relatório sobre o ataque lançado contra Sura, Selihasan (Same, Manufahi), no dia 16 de Setembro. A milícia ABLAI (*Aku Berjuang Laksanakan Amanat Integrasi, Eu Luto Para Executar o Mandato da Integração*), membros da *Gardapaksi* e soldados do TNI do

Batalhão 311, estacionado em Betano, desencadearam o ataque. Alguns habitantes já haviam fugido para a floresta em Fatukuak. Os membros da milícia e os soldados começaram a incendiar as casas e a agrupar as pessoas em viaturas, para transportá-las rumo a Betano. Mais tarde, a milícia regressou à aldeia para matar todos os animais de criação. A população foi deslocada à força para Atambua.<sup>484</sup>

475. Duas mulheres da aldeia de Orema, Holarua (Same, Manufahi) relataram à Comissão terem sido violadas no dia 17 de Abril de 1999, no decurso de um ataque lançado pela milícia *ABLAI*. Após o anúncio dos resultados da votação, foram deportadas para Atambua pela milícia e só puderam regressar às suas casas no dia 7 de Dezembro de 1999.<sup>485</sup>

476. Quando a milícia *ABLAI* atacou a sua casa em Betano, no dia 16 de Setembro, Reinalda Tilman fugiu para a floresta com o seu marido Guilhermeno Tilman, inválido. A milícia *ABLAI* incendiou-lhe a casa, com o marido ainda lá dentro. Ele conseguiu escapar, mas ficou gravemente ferido e morreu, três dias mais tarde.<sup>486</sup>

### Distritos orientais

477. Embora o número relativo de pessoas deportadas à força para Timor Ocidental fosse muito mais baixo nos distritos do Leste (Baucau, Manatuto, Viqueque e Lautém), a Comissão tem evidência da ocorrência de deslocações devido ao conflito. A maioria das pessoas fugiu para a floresta e para as montanhas, em busca de segurança, ali permanecendo durante pouco tempo até à chegada da *Interfet*, em meados de Setembro. Algumas foram deportadas à força para Timor Ocidental, pela milícia e pelos militares indonésios. Outras deslocaram-se voluntariamente para Timor Ocidental, em particular os timorenses de leste que eram membros das forças de segurança e do funcionalismo público indonésios. Nos quadros abaixo inseridos fornece-se uma selecção de testemunhos recebidos pela Comissão.

478. Calcula-se que 10.000 pessoas tenham sido deportadas em Viqueque. Segundo a informações recebidas, no dia 20 de Setembro quatro navios com capacidade para 4.000 pessoas cada, partiram de Beaço (Viqueque, Viqueque) com destino a Timor Ocidental, carregados de civis. Estima-se que tenham sido destruídas 2.149 habitações e 70% dos edifícios escolares.<sup>487</sup>

### Deportações e deslocações nos distritos de Lautém, Baucau, Manatuto e Viqueque

Table 16 - Quadro 14 – Distrito de Lautém (milícia *Tim Alfa*)

HRVD	Nome e Local	Síntese
02268	Nicolau Mendes, Parlamento, Moro	Em Setembro de 1999, os habitantes de Lautém foram forçados por membros da milícia <i>Tim Alfa</i> a reunirem-se na aldeia de Com, para serem transportados para Timor Ocidental de barco. Fui obrigado a colaborar com a <i>Tim Alfa</i> nas operações realizadas nas aldeias de Serelau e Baduro e na aldeia de Laikara, onde incendiaram as casas das pessoas.
02270	Ilda Eugénia, Parlamento, Moro	No dia 12 de Setembro, um membro da milícia <i>Tim Alfa</i> meu conhecido, forçou-me e à minha família a irmos para Kupang. Fomos transportados para o porto de Com e esperámos por um barco que nos levasse. À meia-noite, um membro do <i>TNI</i> ameaçou-me com uma arma de fogo.
02285; corroboration 03941	Jorge Ximenes, Parlamento, Moro	No dia 21 de Setembro, desloquei-me com cerca de 20 amigos a Ira-ara (Parlamento) à procura de comida, porque os alimentos tinham-se esgotado na floresta. Membros da milícia <i>Tim Alfa</i> começaram a disparar sobre nós. Dois amigos meus, Alfredo Araújo e Calisto Rodrigues, foram mortos a tiro.

Table 17 - Quadro 15- Distrito de Baucau (milícia *Tim Saka*)

HRVD	Nome e Local	Síntese
07746	Tomás	No dia 2 de Setembro, membros da milícia <i>Tim Saka</i> e soldados do <i>Rajawali</i>

	Soares, Abo, Quelicuai	espancaram-me e a quatro amigos meus, usando as armas e as botas. Um soldado golpeou um dos meus amigos no ombro com uma espada. Fomos então conduzidos a Luga, na aldeia de Abo. Vimos um membro da milícia <i>Tim Saka</i> estrangular uma mãe e o seu filho até eles urinarem. Queriam obrigá-los a irem com o pai para Atambua. No regresso de Abo para Quelicai, vi a milícia <i>Tim Saka</i> incendiar a minha casa.
02311	Celestina dos Reis, Mulia, Baucau	No dia 7 de Setembro, eu e a minha família fugimos de Uaiaka (Laga) para Quelicai, temendo um ataque do <i>TNI</i> e da <i>Tim Saka</i> . A 10 de Setembro, um homem chamado Sebastião dos Reis foi morto a tiro pelo <i>TNI</i> a bordo de um camião dos <i>Milsas (Tim Saka)</i> . Dois dos seus amigos escaparam.
07089	Joaquim Maria Sarmento, Guruça, Quelicai	No dia 8 de Setembro, a milícia <i>Tim Saka</i> incendiou casas em Guruça e matou os animais de criação. Filhos de polícias e de soldados do <i>TNI</i> foram obrigados a ir para Baucau. No dia seguinte, um jovem de Guruça chamado Celestino foi morto por um comandante da <i>Tim Saka</i> . Este comandante também ameaçou outra pessoa com uma arma de fogo apontada ao peito e incendiou-lhe a casa.

**Table 18 - Quadro 16- Distrito de Manatuto (milícia *Mahadomi*)**

HRVD	Nome e Local	Síntese
07949	Octávio Cárceres de Carvalho, Lakumesak, Lacló	No dia 6 de Setembro, os habitantes de Lacló esperavam ser atacados pela milícia <i>Mahadomi</i> e pelo <i>TNI</i> . Fugimos para a floresta, mas regressámos a nossas casas mais tarde, nesse dia. No dia 7 de Setembro, fugimos outra vez para a floresta, quando a polícia e os militares indonésios começaram a incendiar edifícios públicos e a milícia <i>Mahadomi</i> começou a patrulhar Lacló. Pelo menos quatro pessoas foram mortas e muitas outras sofreram ferimentos de tiros.
08282	Roserio Maia, Manatuto	Uma vez que eu era um conhecido apoiante da independência e já fora preso duas vezes (nas esquadras de polícia de Manatuto e de Díli), no dia 6 de Setembro de 1999 fui levado de Manatuto para Kupang sob escolta pelo chefe da polícia local ( <i>Kapolres</i> ). Regressei a Kupang e descobri que a minha casa havia sido incendiada pela milícia <i>Mahadomi</i> .
F9314	Ester Luruk Koli, Lakumesak, Lacló	No dia 7 de Setembro, 20 soldados armados do <i>TNI</i> (do <i>BTT</i> e do <i>Koramil</i> ) e três <i>Milsas</i> começaram aos tiros na rua e atacaram a minha casa, porque o meu irmão era coordeador do grupo pró-independência. Alguns jovens de Lacló resistiram, atirando pedras. Duas pessoas foram mortas a tiro, incluindo o meu marido, Domingos Cárceres. As pessoas fugiram para Hatu'un, onde permanecemos duas semanas.
06561	António Almeida, Aitas, Manatuto	No dia 15 de Setembro, fugi para as montanhas, com a minha família e os meus vizinhos, por haver tiroteio entre as facções pró-autonomia e pró-independência. Dirigimo-nos a um lugar onde havíamos previamente escondido alimentos, mas fomos capturados pela milícia <i>Mahadomi</i> e por soldados <i>Milsas</i> , sendo conduzidos ao quartel-general do <i>TNI</i> . Ali chegados, entregaram-nos à milícia <i>Mahadomi</i> e fomos espancados na sua sede. Depois, devolveram-nos às <i>TNI</i> para sermos interrogados. Os meus vizinhos Sebastião Biti e Cazamiro foram arrastados para longe por quatro soldados do <i>TNI</i> e nunca mais regressaram. No dia seguinte, eu e a minha mulher conseguimos escapar.

**Table 19 - Quadro 17- Distrito de Viqueque (milícia *Naga Merah*)**

HRVD	Nome e Local	Síntese
03730	Victor Soares, Bairro Pite, Díli	Depois de anunciado o resultado da votação, a minha mulher fugiu para Dare no dia 7 de Setembro e eu fiquei em casa com a minha mãe. No dia seguinte, à 1 da manhã, a milícia <i>Naga Merah</i> , juntamente com a Brigada Móvel da Polícia ( <i>Brimob</i> ), levou-nos à força para o quartel-general da <i>Brimob</i> no Bairro Pite para sermos interrogados. Transferiram-nos para <i>Balai Prajurit</i> , um lugar público de reunião para soldados. No dia 13 de Setembro, cerca de 20 membros da milícia <i>Naga Merah</i> e do <i>TNI</i> meus conhecidos vieram à minha procura. Por não me conseguirem encontrar, espancaram o meu cunhado, Afonso Gonçalves, e depois mataram-no a tiro.
04129	Paulino Freitas, Carabaco, Viqueque	No dia 4 de Setembro, eu e a minha família fugimos de casa em Rai Tahu, Uma Uain Kraik. No dia 18 de Setembro, avistámos ao longe, do sítio onde estávamos, o fumo provocado por incêndios. O <i>TNI</i> e a milícia <i>Naga Merah</i> atearam fogo às casas e a todos os pertences do povo de Uma Ain Kraik.

## Oecusse

479. O distrito-enclave de Oecusse, que fora geralmente poupado às deslocações forçadas durante a ocupação, sofreu deportações em larga escala após a votação. O posicionamento tardio da *Interfet* em Oecusse permitiu igualmente que a milícia tivesse mãos livres para semear violência e destruição no distrito durante muito mais tempo do que no resto do território.<sup>488</sup>

480. No dia 6 de Setembro, a UNAMET procedeu à evacuação para Díli da sua sede em Oecusse e a violência e as deportações tornaram-se mais intensas. Servindo-se de catanas e de armas de fogo artesanais, cerca de 200 membros da milícia atacaram Tumin, Quebesiolok, Nonquican e Nibin todos em Bobo Manat (Oesilo, Oecusse), mataram 17 pessoas com catanas e armas de fogo artesanais e tentaram matar mais cinco pessoas. As casas foram incendiadas e saqueadas e a população sobrevivente foi reunida e conduzida a Imbate, em Timor Ocidental. Ao chegarem a Timor Ocidental, os refugiados foram registados e triados em grupos, segundo a idade e o nível de habilitações literárias. Membros do *TNI*, da *Polri* e membros da milícia *Sakunar* separaram 80 indivíduos jovens do sexo masculino, com nível de educação elevado, e amarraram-nos aos pares. Espancados enquanto eram obrigados a marchar até às margens da ribeira, em Passabe, foram depois assassinados — mortos a tiro e golpeados com catanas. Sete pessoas escaparam e fugiram para a floresta (ver Subcapítulo 7.2: Mortes Ilícitas e Desaparecimentos Forçados).<sup>489</sup> Segundo um relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET, a seguir à votação cerca de 4.500 pessoas foram deportadas à força para Timor Ocidental, em camiões trazidos para Oecusse expressamente para este efeito. Outras foram obrigadas a caminhar até Kefamenanu (Timor Ocidental, Centro-Norte, Indonésia). Segundo a informação recebida, o *TNI* distribuiu armas de fogo e motociclos a membros da milícia *Sakunar*. A milícia utilizou camiões para saquear todos os bens portáteis e deportar os civis, fazendo-os atravessar a fronteira indonésia. Os membros da milícia *Sakunar* andaram de casa em casa, forçando as pessoas a subir para os camiões e disparando tiros para o ar, enquanto se deslocavam pela área. Cerca de 10.000 pessoas fugiram para as montanhas.<sup>490</sup>

481. No dia 18 de Setembro, as casas de Pante Makassar já haviam sido indiscriminadamente saqueadas e incendiadas. Os únicos edifícios não destruídos foram duas igrejas católicas. Os salteadores da milícia e do *TNI* levaram consigo tudo: telhados, janelas, portas e mobiliário foram todos carregados para Timor Ocidental. As únicas áreas poupadas à destruição foram Citrana, Bebo e Baoknana, no subdistrito de Nitibe, (onde um líder local conseguiu convencer a milícia a não destruir os edifícios), Mahata em Pante Makassar e Passabe.<sup>491</sup>

482. A 23 de Setembro, a milícia *Sakunar* atacou um campo de refugiados em Cutete (Pante Macassar, Oecusse), onde 5.000 refugiados se encontravam sob protecção do padre Richard Daschbach. Incendiou os abrigos temporários, baleou duas pessoas e dispersou os refugiados. Fredolino José Landos da Cruz (Lafu), um rapaz de 14 anos atravessou o território de Timor Ocidental a pé até à fronteira, para relatar às autoridades em Timor-Leste a situação terrível vivida em Oecusse e suplicar a intervenção da *Interfet*.<sup>492</sup>

483. Os homicídios perpetrados pelas milícias prosseguiram, até uma fase adiantada do mês de Outubro. A 20 de Outubro, a milícia *Sakunar* deslocou-se para Maquelab, Taiboco I (Pante Macassar, Oecusse) em busca de pessoas escondidas na floresta, alimentando-se de folhas e raízes silvestres que conseguiam colher. A milícia descobriu um grupo de 300 pessoas e forçou-as a regressarem à cidade, espancando os homens. Dois líderes do CNRT foram identificados, separados do grupo e assassinados. Um vice-comandante da milícia *Sakunar* mandou que as PDI se reunissem e se sentassem no chão. Escolheu quatro homens — um funcionário local da UNAMET, dois líderes do CNRT e um líder estudantil — obrigou-os a levantarem-se e matou-os a tiro diante dos civis aterrorizados. Nesse mesmo dia, mais tarde, a *Interfet* chegou a Oecusse e a milícia fugiu para Timor Ocidental.<sup>493</sup>

484. No quadro seguinte resumem-se outros depoimentos sobre a violência, as deslocações e as deportações ocorridas no distrito de Oecusse após a votação.

**Table 20 - Quadro 20- Distrito de Oecusse (milícia *Sakunar*)**

HRVD	Nome e Local	Síntese
00335	Bento Bene, Bene Ufe, Nitibe	Em Setembro de 1999, a situação ficou péssima e eu já me refugiara em Oepoli, Kupang. No entanto, os líderes timorenses da milícia <i>Sakunar</i> , F28 e F29, forçaram-me a participar nas operações da milícia em Citrana. Em Citrana, juntamente com cerca de 30 milicianos, desmantelei edifícios pertencentes à administração pública. Disse aos habitantes de Citrana que fossem para Oepoli, para fugirem à ira da milícia.
00346	Simon Palat, Bene Ufe, Nitibe	Fugimos para a floresta quando a milícia <i>Sakunar</i> deu início às suas operações de larga escala, em Setembro de 1999. A minha casa e as de mais 65 pessoas foram incendiadas.
00368	Martino Seco, Banafi, Nitibe	Devido ao ataque da milícia <i>Sakunar</i> contra a aldeia de Tumin (Bobometo), fugi para Sai-Tau, em Timor Ocidental. Ali chegado, fui obrigado, sob ameaça de morte, por um <i>babinsa</i> timorense, chamado F30, a participar em exercícios militares.
00382	Fernão Sequeira, Lela Ufe, Nitibe	O <i>TNI</i> e a milícia <i>Sakunar</i> incendiaram as nossas casas em Setembro de 1999. Fomos obrigados a pagar 70.000 rupias à milícia para garantirmos a nossa segurança, antes de sermos autorizados a regressar às nossas casas em Oelfab.
00383	José Poto Lela Ufe, Nitibe	A situação na nossa aldeia ficou muito tensa depois de a milícia <i>Sakunar</i> , chefiada pelo timorense F31, ter morto dois apoiantes do CNRT. A minha mulher, Celeste Busan, foi mandada parar pela milícia, que andava à minha procura. Uma vez que não lhes deu uma resposta satisfatória, eles obrigaram-na a permanecer à torreira do sol durante quatro horas. Quando estava prestes a ser deportada, juntamente com os nossos dois filhos, eu disfarcei-me de membro da milícia e levei-a para um sítio seguro. A nossa casa e as de muitas outras pessoas foram incendiadas pela milícia, pelo <i>TNI</i> e pela Polícia.
00399	Fermino Taequi, Bobocase, Pante Makassar	Depois de presenciar o homicídio de dois jovens por 12 membros da milícia <i>Sakunar</i> em Sikone-Cunha, fugi com pelo menos mais 15 pessoas para as montanhas de Fatubena. Ficámos lá durante algumas semanas.
00891	Angelina Cuono, Usi Taco, Nitibe	Trinta membros da milícia, comandados pelo timorense de leste F32, incendiaram casas na aldeia de Usitaco. Fugi para Timor Ocidental, mas continuei a ser incomodada até que decidi regressar.
02192	AM, Tokoluli, Railaku	No dia 15 de Setembro, fui violada por um membro da milícia <i>Aitarak</i> . Na manhã seguinte, comuniquei este incidente ao comandante local da milícia <i>Sakunar</i> , Domingos Marcelino, mas ele nada fez. Mais tarde, o mesmo membro da milícia <i>Aitarak</i> regressou e tentou matar-me perto da ribeira. Gritei e um polícia local e um parente ajudaram-me. Depois disso, eu e a minha família tornámo-nos refugiados em Hali Ulun, Atambua (Timor Ocidental).
00333	Juliana Ua, Bene Ufe, Nitibe	No dia 15 de Setembro, membros das milícias <i>Sakunar</i> e <i>Besi Merah Putih (BMP)</i> ameaçaram matar-me e ao meu parente Celestino Te'u Elo, por sermos apoiantes da independência. Fugimos para a igreja. Três dias mais tarde, a nossa casa foi incendiada e os membros das milícias vieram procurar-nos à igreja. Agarraram-me pelo cabelo e ameaçaram cortar-me a garganta. Vimo-nos obrigados a fugir para Oepoli, Kupang.
00321	Anastasi Quelo, Lela Ufe, Nitibe	Em Setembro de 1999 a situação tornou-se péssima. Por isso, pagámos 70.000 rupias e uma vaca a um membro da milícia <i>Sakunar</i> . No entanto, as coisas não melhoraram e fugi com a minha família para Neon Ben, em Timor Ocidental.
00310	Martinho Mene Bene Ufe, Nitibe	Obrigaram-nos a pagar dinheiro ao comandante da milícia <i>Sakunar</i> e, depois, deslocaram-nos para Timor Ocidental. A milícia levou consigo toda a chapa de zinco dos telhados das casas e roubou coisas na cooperativa local, em Citrana e Boaknana.
00358	Marcolino Tafin, Bobocasae,	A 23 de Setembro, a milícia <i>Sakunar</i> , sob o comando dos timorenses F32, F33 e F34, incendiou todas as casas da aldeia de Bobocasae. O incêndio consumiu, entre outras coisas, a mobília, o milho, o arroz e o celeiro.

	Pante Makassar	Saqueram também os animais de criação. Eu e a minha família fugimos para a floresta, escondendo-nos em Faub durante uma semana.
00371	Ilena Mauno, Taiboco, Pante Makassar	No dia 20 de Outubro, 40 membros da milícia atacaram a nossa casa, acusando-me de ter dado refúgio a pessoas que haviam fugido para a floresta. Mataram o meu marido, António Beno, e tentaram incendiar-me a casa comigo ainda lá dentro. Fugi. Muitas casas foram incendiadas nessa noite, incluindo a casa do nosso vizinho, Quelo Meni. Ele também foi morto perto da ribeira de Suni Ufe.
00375	Terezinha Kolo, Taiboco, Pante Makassar	No dia 20 de Outubro, fugi com o meu marido e os meus filhos de um ataque lançado pela milícia <i>Sakunar</i> . O meu marido foi baleado no cotovelo pelo comandante timorense da milícia, F10. Levaram-nos para o mercado, onde quatro homens foram mortos a tiro de metralhadora.
00377	Matias Slain Colo, Taiboco, Pante Makassar	Levaram-nos para o mercado de Makelab, onde um membro da milícia <i>Sakunar</i> me bateu na boca com uma catana. Fiquei com os dentes partidos mas mantive-me em silêncio. Cerca de 30 minutos mais tarde, o comandante da milícia <i>Sakunar</i> F10 levou dois homens, Atili da Costa e Paulus Cussi, para trás das instalações sanitárias e matou-os a tiro. Passados ainda mais 30 minutos, chegou F32 conduzindo uma mota. Sem fazer muitos comentários, chamou João Talias, Paulus Kelu, Mateus Ton e Francisco Taek (secretário da aldeia de Taiboco) e matou-os a tiro, um por um. Mandaram-nos que olhássemos para o chão. Não fomos autorizados a gritar ou a chorar.
00384	Fatima Aban, Taiboco, Pante Makassar	No dia 20 de Outubro, eu e a minha família fugimos para Sai Laut. Assistimos ali ao homicídio de uma pessoa, perpetrado pelo <i>TNI</i> e pela milícia <i>Sakunar</i> . Fomos deslocados à força para Maun-Ana e, mais tarde, transferiram-nos para um campo de refugiados no distrito de Timor Centro-Norte (TTU), em Timor Ocidental.

## Refugiados em Timor Ocidental

485. No dia 6 de Setembro de 1999, começou a chegar a Timor Ocidental uma torrente de refugiados, entre os quais pessoas que haviam fugido por vontade própria, em busca de segurança, e pessoas que tinham sido levadas à força em camiões, barcos e aviões. Algumas puderam ficar em casa de familiares, ou dispunham de recursos suficientes para arrendar instalações próprias. No entanto, a maioria dos refugiados permaneceu em gupos organizados segundo o local de origem, sob o controlo das milícias dos lugares respectivos. Os habitantes de Belacasac (Maucatar, Covalima) recordaram o tempo passado em Timor Ocidental:

*No campo de refugiados de Wemasa [Belu, Timor Ocidental] e na zona circundante, as pessoas sofreram com falta de comida, abrigo, vestuário e medicamentos. Não tínhamos liberdade para desenvolvermos as nossas actividades. Éramos permanentemente intimidados e aterrorizados pela milícia Laksaur, comandada por F35.<sup>494</sup>*

486. Havia pelo menos um total de 200 campos de refugiados em todo o território de Timor Ocidental. Segundo colaboradores de ONG que desenvolveram um projecto de documentação das condições existentes nos campos — com especial atenção dada à situação das mulheres refugiadas — a vida nos campos era difícil. Em alguns campos, havia casernas dispostas em filas. Noutros locais, os espaços de habitação eram demarcados por película de plástico, ou quaisquer outros materiais mendigados, construídos desordenadamente junto às casas locais, nos bosques ou junto às margens dos rios. Nos campos, as instalações sanitárias eram praticamente inexistentes. Muitos locais de refugiados ficavam próximos uns dos outros, e situados no seio de comunidades de timorenses ocidentais.<sup>495</sup>

## Deportação em massa para Timor Ocidental

Uma ONG que desenvolvia actividades em Timor Ocidental forneceu as seguintes informações sobre a situação no distrito de Belu, em 15 de Setembro de 1999:

Os [refugiados] que vinham de Timor-Leste eram sobretudo oriundos de Díli, Maliana, Bobonaro e Ainaro. Cerca de 80% eram mulheres, 10% crianças com menos de 5 anos e 1% bebés. 20% eram crianças em idade escolar. Raramente se encontravam nos campos refugiados do sexo masculino, excepto idosos e crianças com menos de cinco anos.

O primeiro êxodo de timorenses de leste entrou em Timor Ocidental no dia 3 de Setembro de 1999, usando camiões, automóveis e barcos. Os refugiados do segundo grupo chegaram a 10 de Setembro de 1999, carregados com os seus pertences \_ frigoríficos, televisores, etc. Ao longo das estradas entre Kupang e Atambua, vimos também muitos bens saqueados em Díli serem trazidos para Timor Ocidental por membros do *TNI*, da Polícia e das milícias.

“No distrito de Belu-Atambua (a cerca de seis horas de distância de Kupang, por terra, ou a cerca de três horas de Díli, de carro), os membros das milícias — sobretudo *Aitarak* e *Besi Merah Putih* — deambulam pelas ruas em camiões, automóveis e motociclos, munidos de armas de fogo e de espadas. Estes milicianos têm andado à procura de pessoas suspeitas de serem apoiantes da independência. Alguns dos veículos em que se deslocam pertencem sem dúvida à UNAMET. Nunca se vê um polícia ou um militar parar um membro das milícias, nem para interrogá-lo nem para contrariar-lhe os movimentos de alguma maneira. Há notícia de casos semelhantes em Kupang.

Instalaram os refugiados em escolas públicas, campos, escolas, terminais de autocarro e instalações de paróquias/conventos. Muitos deles são de classe média. A elite já tinha fugido de avião para Darwin ou Jacarta. Os timorenses de leste pobres ou ficaram para trás, nos campos, ou estão ainda escondidos nas montanhas, em Timor-Leste. O Governo local de Timor Ocidental forneceu aos refugiados coberturas de plástico para tendas e estruturas em forma de telheiro. Nas paróquias e nos conventos de Nenuk e de Kupang, os refugiados dormem em salões e sob os beirais, em garagens e em salas de aula.

Atambua tem normalmente uma população de 30.000 habitantes (distrito de Belu: 243.169). Esta manhã (15 de Setembro), o bispo de Atambua informou-nos que, hoje, o número de refugiados presentes na diocese se elevava já a cerca de 85.000.<sup>496</sup>

### Assistência humanitária

487. A resposta humanitária ao fluxo de refugiados para Timor Ocidental foi relativamente rápida. Em Setembro de 1999, o ACNUR e as ONG internacionais e locais, bem como os organismos públicos indonésios e a Cruz Vermelha indonésia, tinham já começado a prestar ajuda de emergência, incluindo abrigo, alimentos, água e saneamento básico. Até aos finais de Março de 2000, enormes quantidades de ajuda humanitária foram canalizadas para Timor Ocidental. Segundo observadores das ONG, distribuíam-se normalmente todos os dias, por pessoa, 400 gramas de arroz por cozer e 1.500 rupias para suplementos alimentares.<sup>497</sup> A situação piorou quando o ACNUR e outras organizações se retiraram de Timor Ocidental em Setembro de 2000, após o assassinato de três dos seus funcionários.

488. Apesar deste esforço desenvolvido pelas organizações de ajuda humanitária, muitos membros da comunidade descreveram as condições de vida nos campos de Timor Ocidental como desesperadas:

*Enquanto lá estivemos, a pobreza foi muito grande e sentimo-nos ameaçados e afastados do nosso ambiente — sem oportunidade para trabalhar nem cultivar os campos, nem casa para nos abrigarmos. Muitos morreram por falta de alimentos, remédios, instalações sanitárias básicas e água limpa.*<sup>498</sup>

## **Segurança**

489. A falta de segurança era a maior ameaça a que se encontravam sujeitos os refugiados e os funcionários das organizações de ajuda humanitária. Os funcionários nacionais e estrangeiros destas organizações obtiveram múltiplas provas de que as pessoas efectivamente encarregadas da direcção dos campos eram membros armados (ou possivelmente armados) das milícias. Os membros das milícias ocupavam frequentemente posições importantes na distribuição de alimentos, na liderança dos campos e na guarda dos postos de segurança. Num relatório publicado, observadores de ONG afirmaram ter visto armas de fogo nos campos, ou ter ouvido referências às mesmas. As pessoas que controlavam os campos também controlavam a ajuda que a eles afluía.<sup>499</sup>

490. Os refugiados viram-se, em grande medida, sem protecção relativamente à violência dos milicianos. O acesso aos campos era gravemente restringido pela intimidação e pela violência das milícias. Por exemplo, a Comissão recebeu um testemunho de Deolindo Ximenes onde se descreve o rapto e desaparecimento de Venâncio do Rego, chefe de aldeia de Fatumean (Fatumean, Covalima). No dia 8 de Setembro de 1999, oito conhecidos membros da milícia *Laksaur* levaram Venâncio do abrigo temporário situado no campo de Nenuk (Atambua), onde se encontrava com a sua família. Espancaram-no e puseram-no na parte de trás de um motociclo. Venâncio nunca mais voltou para a sua família.<sup>500</sup>

491. As milícias continuaram a saquear e a agredir os refugiados. Ciprianus José (Covalima) relatou à Comissão que 15 membros da milícia o espancaram, e ao seu tio, no dia 9 de Novembro de 1999, num campo em Timor Ocidental. Foram presos e agredidos durante um dia por milicianos munidos de armas de fogo e catanas, não recebendo qualquer comida. A milícia roubou-lhes os búfalos que tinham trazido consigo de Timor-Leste.<sup>501</sup>

492. Os funcionários do ACNUR foram incomodados de várias maneiras por membros das milícias em Timor Ocidental — por exemplo, com elevados números de membros das milícias posicionados à porta dos campos impedindo a sua entrada e através de apedrejamento e disparos de tiros para o ar.<sup>502</sup> Estas acções desenvolvidas pelas milícias impediam os refugiados de terem acesso ao ACNUR. Por consequência, o ACNUR viu-se obrigado a enveredar por operações de “recolha-e-fuga”, nos seguintes moldes: o ACNUR estacionava os seus camiões no exterior de um campo e movimentava-se com a maior rapidez possível, tentando “retirar” os refugiados antes que os membros das milícias tivessem tempo de organizar qualquer reacção.<sup>503</sup> O ACNUR comunicou 120 incidentes de ataques, assédio e intimidação, dirigidos contra funcionários das organizações de ajuda humanitária e refugiados durante os 12 meses em que esteve presente em Timor Ocidental. Em Agosto de 2000, o ACNUR viu-se forçado a pôr fim às suas operações nos campos, quando três dos seus funcionários foram atacados e gravemente feridos ao prestarem ajuda no campo de Naen, nos arredores da cidade de Kefamenaunu. Uma semana depois de retomar as operações, o ACNUR retirou-se por completo, após o assassinato de três funcionários seus em Atambua, a 6 de Setembro de 2000.<sup>504</sup> Outras organizações internacionais seguiram o mesmo caminho. Algumas ONG locais interromperam por breve espaço de tempo as suas actividades humanitárias, devido à perigosa situação existente nos campos.

493. Os refugiados eram vulneráveis às operações diárias de extorsão associadas à “protecção” cobrada pelas milícias nos campos. A Comissão recebeu informações sobre um incidente, durante o qual um homem foi ameaçado de morte por membros da milícia *Sakunar*,

quando andava fugido na floresta com a família. Depois de serem capturados pela milícia *Aitarak* foram conduzidos para Timor Ocidental, sendo obrigados a pagar 40.000 rupias ao chefe de aldeia como garantia pelas suas vidas.<sup>505</sup>

494. Nos seus debates com a Comissão, os habitantes de Memo recordam-se do *babinsa* ter intimidado e obrigado as pessoas a atravessarem a fronteira para Turiscai, Hakesak e Atambua (Timor Ocidental). Algumas ainda tentaram refugiar-se em casa do administrador do distrito, o timorense F36, apenas para serem ridicularizadas e espancadas.

*Quando chegámos ao campo de refugiados de Turiscai, fomos obrigados a pagar dinheiro ao chefe de suco para ele garantir a nossa segurança. Pediram-nos para pagarmos por três vezes. Pagámos 5.000 rupias pelos cidadãos comuns e entre 10.000 a 20.000 rupias pelos funcionários públicos.*<sup>506</sup>

### **Mulheres refugiadas**

495. Nos campos as mulheres eram particularmente vulneráveis, em termos económicos e físicos. As mulheres refugiadas tinham poucas oportunidades económicas para garantirem o seu próprio sustento. Dependiam dos homens e estes sentiam-se muitas vezes desmoralizados pela situação pós-conflito existente, marcada por gente a mais e pela ausência de lei. Era frequente o relato de episódios de violência doméstica contra mulheres refugiadas. Nas condições lotadas das casernas, a privacidade era inexistente. O risco que corriam, agravado pela quase completa ausência de aplicação da lei e pela presença das milícias nos campos, tornava as mulheres refugiadas particularmente vulneráveis à agressão sexual.

496. A Comissão recebeu muitos testemunhos de mulheres que sofreram violência sexual nos campos de refugiados em Timor Ocidental. Algumas já haviam sido vitimizadas nas suas próprias casas, antes da deportação, ou nos lugares onde se tinham refugiado em Timor-Leste. A violência sexual sofrida nos campos era, muitas vezes, uma continuação desta violação anterior; outras sofreram violência sexual apenas depois de chegarem aos campos (ver Subcapítulo 7.8: Violência Sexual).

497. BM descreveu a forma como se tornou praticamente prisioneira de um homem da milícia que já a violara na escola de Suai, onde estivera presa com outras mulheres após o Massacre da Igreja de Suai, dias depois do anúncio do resultado da votação:

*No dia 13 de Setembro, obrigaram-nos a subir para um camião Hino, pintado com as letras "SOE-DH". Levaram-nos para um campo de refugiados, perto de um campo de futebol. O homem da milícia [que me havia violado no edifício da escola] descobriu-me e disse-me que andava à minha procura há dois dias. Estava zangado e bateu-me na boca com uma arma de fogo artesanal, pontapeando-me no peito e nas costas. Nessa noite, levou-me para sua casa e violou-me de novo. Permaneci lá durante três meses e 16 dias. De manhã, ao sair de casa, fechava a porta à chave. Quando regressava, voltava a violar-me. Quando precisava de deslocar-se para longe, levava-me consigo. Noite após noite, não conseguia resistir, porque ele zangava-se e batia-me. Violava-me todas as noites. Não se importava, mesmo que eu estivesse com o período. Em Outubro, não veio o período, mas ele também não se importou. Quando estava grávida de dois meses, senti-me enjoada e não conseguia comer, mas ele não se importou com a minha saúde e continuou a violar-me...Em Dezembro, deslocou-se a Atambua e não fechou a porta. Menti à irmã dele, dizendo que ia visitar a minha mãe, doente. Em vez disso, fui encontrar-me com um jovem enviado pela minha mãe, que entretanto descobrira onde eu estava presa. Disse-me que a minha família se encontrava em Namfalus Wemasa. Caminhámos até Namfalus e escondi-me debaixo de uma árvore. No dia seguinte, regressámos a Suai.<sup>507</sup>*

498. Outra mulher foi violada frente à sua família:

*No dia 4 de Setembro de 1999, fugimos de Salele para a Igreja de Suai. Após o ataque contra a igreja, levaram-nos para Manumutin, em Betun. Dormimos na varanda da cooperativa da aldeia [KUD], porque não havia mais espaço. No dia 11 de Setembro, por volta das 2 da manhã, seis membros da milícia Laksaur apareceram numa viatura. Cinco deles, armados, mantiveram-se de guarda à viatura. Uma pessoa dirigiu-se ao lugar onde estávamos a dormir. Esse homem era F37, membro da milícia Laksaur. Desembainhou uma espada ensanguentada e disse: "Estás a ver isto. Esta espada está coberta do sangue das quatro pessoas que matei." Mantive-me calada. Disseram-me para entrar para o carro...Não tive outro remédio, porque estavam armados...F37 empurrou-me com violência. Fui violada em frente do meu cunhado. Chorei muito e senti-me completamente impotente. Foi como se tivesse morrido.<sup>508</sup>*

## Regresso a casa

499. Em entrevistas feitas em Díli durante o mês de Dezembro de 1999, muitas pessoas regressadas de Timor Ocidental informaram terem sido fisicamente impedidas de abandonar os campos em Timor Ocidental.<sup>509</sup> Um porta-voz do ACNUR descreveu nos seguintes termos a situação existente: "No momento em que os timorenses exprimem o seu desejo de abandonar os campos e regressar a casa, a sua vida encontra-se em perigo."<sup>510</sup> Um refugiado descreveu uma chamada diária que era feita para garantir que todas as pessoas se encontravam no campo. De

noite, eram aterrorizados por homens da milícia, que os preveniam sobre os perigos do regresso a Timor-Leste. Segundo um homem recentemente regressado de Betun (Timor Ocidental), os membros das milícias diziam aos refugiados que seriam mortos se regressassem a Timor-Leste. Outro homem afirmou que a sua família, então residente numa casa em Silawan (Atambua), queria partir mas tinha medo das milícias. Quando lhes era solicitado que preenchessem impressos da administração pública indicando o seu destino de preferência, eles disseram que preferiam ficar — embora isso não fosse verdade.<sup>511</sup> O efeito destas ameaças físicas viu-se reforçado por uma campanha de desinformação, durante a qual os refugiados receberam informações de que a guerra e o caos continuavam em Timor-Leste. Aos refugiados era dito que haveria ataques de vingança contra eles se regressassem e que os militares do corpo de manutenção da paz australianos iriam cometer atrocidades — incluindo a violação de mulheres timorenses.<sup>512</sup>

500. Amélia Madeira relatou à Comissão que os refugiados eram obrigados a deixar ficar os seus pertences e a pagar uma taxa para poderem regressar a casa:

*Depois de a milícia Laksaur incendiar todas as casas em Suai, no dia 7 de Setembro, fugi com outros membros da minha comunidade para Alas [Betun, Timor Ocidental]. Passadas três semanas, quis regressar a casa. O TNI e um funcionário [do meu suco de] Foholulik [Tilomar, Covalima] confiscaram todos os nossos pertences. Disseram-me que se queria ir para casa tinha de deixar todos os haveres para trás. Cada família teve de pagar aos soldados 75.000 rupias. E havia cerca de 100 famílias a quererem regressar.*<sup>513</sup>

501. Durante uma conversa com a Comissão, a população da aldeia de Beco II (Covalima) recordou os perigos de revelar que pretendiam regressar a casa, lembrando o que encontraram após o seu regresso:

*Depois de as coisas acalmarem em Timor-Leste, tivemos de guardar segredo sobre o nosso desejo de regressar, porque era perigoso se as pessoas soubessem. Nos campos havia um grau elevado de suspeitas mútuas...*

*[Em Timor-Leste], as pessoas saíram da floresta e desceram das montanhas, mas não encontraram casas, nem alimentos, nem medicamentos. Regressaram aos seus sucos e descobriram as suas casas e as suas escolas reduzidas a cinzas. Descobriram que todos os seus haveres tinham desaparecido e que estavam pobres. Sentiram-se muito desesperadas.*<sup>514</sup>

### 7.3.7 Conclusões

502. A Comissão conclui que:

1. O povo de Timor-Leste viveu períodos repetidos de deslocação, muitas vezes envolvendo um elevadíssimo número de pessoas, entre 1975 e 1999. A maioria dos timorenses actualmente vivos sofreram, pelo menos, um período de deslocação. Muitos sofreram vários. Todas as deslocações provocaram grande perturbação na vida dos que por elas foram afectados e algumas provocaram directamente muitas perdas de vidas.

2. No período 1975/1999, houve um excesso de, no mínimo, 100.000 mortes devido a fome e doença, quando comparado este número com os dados de referência para estas causas de morte, em período de paz. Ou seja, estes óbitos foram causados pelo conflito e o seu número poderá atingir o total de 183.000. A grande maioria destas mortes ocorreram em 1977 e 1978 e no decurso do período de ataques militares indonésios em larga escala contra as bases da Fretilin no interior, onde se encontrava a viver um elevado número de civis e, em 1979, no período ulterior dos campos de detenção militares indonésios e das áreas de reinstalação controladas pelas *ABRI*.
3. Estas deslocações assumiram várias formas, ocorreram numa variedade complexa de circunstâncias e duraram desde dias a anos. Por exemplo:
  - Nos períodos antes e durante a guerra civil de Agosto/Setembro de 1975, a deslocação assumiu geralmente a forma de fuga para escapar ao controlo, ou à violência de uma das partes do conflito.
  - Após a invasão indonésia, em Dezembro de 1975, algumas pessoas fugiram de forma espontânea, reagindo a ameaças perceptíveis, ou para fugir de uma ameaça real e presente. Na mesma altura, a Fretilin organizou a evacuação das comunidades, por vezes, recorrendo a métodos coercivos.
  - A partir de 1977, quando as Forças Armadas indonésias intensificaram os ataques à Fretilin e à população sob seu controlo, alguns grupos dissiparam-se, outros foram obrigados a manterem-se em movimento para evitar serem capturados e outros ainda deslocaram-se de forma ordeira para novos locais.
  - Os grandes ataques indonésios às concentrações de população que ainda se encontravam sob o controlo da Fretilin — que se estendeu desde finais de 1977 até ao fim de 1978 — terminaram com dezenas de milhares de pessoas a serem obrigadas a entrar em campos de reinstalação, sob o controlo rigoroso dos militares indonésios. Nestas deslocações e noutras subsequentes levadas a efeito pelos militares indonésios, como as que tiveram por destino a Ilha de Ataúro no início da década de 1980, as pessoas deslocadas foram sujeitas a uma forma rigorosa de prisão, no sentido de favorecer os objectivos militares indonésios.
  - Os movimentos em larga escala que ocorreram no período em torno do referendo de 30 de Agosto de 1999 incluíram fugas ao *TNI* e à violência das milícias e deportações forçadas para Timor Ocidental.

503. No entanto, independentemente da forma assumida, a deslocação tinha invariavelmente repercussões muito graves sobre as pessoas afectadas, chegando a terminar com a morte de dezenas de milhares de pessoas na década de 1970.

4. A morte era provocada pela fome, doenças relacionadas com a fome, vulnerabilidade a doenças provocadas pela fome, medo ou exaustão e pela falta de acesso a assistência médica. É provável que tenham morrido mais pessoas devido aos efeitos da deslocação do que devido a qualquer outra violação. Embora o número efectivo de mortes seja incalculável.
5. A deslocação foi a causa directa de uma angústia profunda e permanente para os sobreviventes devido à perda de familiares em circunstâncias horrendas, que não podiam controlar ou mudar. A deslocação também implicava a vulnerabilidade a outras violações, incluindo prisão arbitrária, tortura e maus-tratos, mortes extrajudiciais, violência sexual, trabalho forçado e recrutamento forçado. A deslocação também implicava regularmente a fome e a privação dos meios de subsistência, devido à destruição ou perda de acesso a culturas de subsistência, gado, alojamento, utensílios agrícolas e terras.

6. A deslocação também perturbou a frágil economia de subsistência da qual dependia a maioria da população. A diminuição dramática do número de cabeças de gado entre 1973 e 1980 é um indicador desta perturbação — o gado é um factor fundamental da produção e dos transportes e fonte de riqueza nas comunidades agrícolas timorenses. A devastação do gado de Timor-Leste esteve estreitamente relacionada com a perturbação mais ampla criada pelas deslocações, pois resultou do abandono dos animais pelas comunidades em fuga, da sua destruição intencional pelas forças indonésias, do seu consumo por uma população desesperada por qualquer tipo de meio de sobrevivência e da sua morte devido a fome e bombardeamentos.
7. Em Timor-Leste, a deslocação foi uma violação que afectou primordialmente as comunidades. O seu efeito sobre as comunidades foi frequentemente duradouro e destruiu completamente a sua integridade. A deslocação foi frequentemente utilizada de maneira indiscriminada pelos militares indonésios contra comunidades, ou grupos dentro das comunidades, como forma de castigo colectivo ou como forma de fazer reféns.
8. A deslocação foi um ponto persistente ao longo do período do mandato da Comissão e não apenas pelo facto de os anos entre 1974 e 1999 terem sido marcados pelo conflito em Timor-Leste. A Comissão pensa que alguns dos impactos mais prejudiciais da deslocação foram resultado directo de decisões políticas incorrectas — por exemplo, a Indonésia deslocou repetidamente pessoas das suas casas para poder controlá-las, utilizando a alimentação como arma de guerra, recusando por razões militares o acesso de organizações humanitárias internacionais a Timor-Leste até a fome atingir proporções catastróficas e deslocando forçadamente civis de Timor-Leste para Timor Ocidental por motivos estritamente políticos.

#### O conflito interno de Agosto/Setembro de 1975

504. A Comissão conclui que:

9. No período após a formação de partidos políticos, mas antes de deflagrar o conflito armado interno, houve casos em que comunidades fugiram para escapar à violência praticada pelos seus adversários políticos. A escala destas deslocações foi relativamente pequena e a duração do período durante o qual as pessoas foram deslocadas foi relativamente curto.
10. O conflito interpartidário de Agosto e Setembro de 1975 resultou em deslocações da população. Temendo serem perseguidas por partidos antagonistas, muitas pessoas fugiram de suas casas para um local seguro. Apoiantes da Fretilin foram obrigados a deixarem as suas casas, que foram queimadas por apoiantes da UDT. Depois de 20 de Agosto de 1975, apoiantes da UDT que se sentiam ameaçados pela Fretilin, atravessaram espontaneamente a fronteira para Timor Ocidental, na Indonésia. Outros foram obrigados a atravessar a fronteira por membros da UDT. Um número mais pequeno de pessoas foi para a Austrália, Portugal e outros países, nessa altura, ou após um período passado em campos em Timor Ocidental.
11. A Comissão foi incapaz de determinar com alguma certeza o número de refugiados em Timor Ocidental. As organizações de ajuda internacional que na altura actuavam em Timor Ocidental parecem ter confiado nos valores recebidos directamente das autoridades indonésias, que afirmaram que 40.000 timorenses de leste tinham procurado refúgio em Timor Ocidental. Um grande número de timorenses informados que estavam em Timor Ocidental na altura contestaram estes valores — estas fontes afirmam que o número efectivo de refugiados em Timor Ocidental era significativamente inferior ao fornecido pelos indonésios. Estas fontes disseram que as autoridades indonésias inflacionaram os números para receber mais assistência do que era justificável pelo verdadeiro número de refugiados que precisava de assistência, criar a impressão de que a dimensão da luta era superior à real e que muitos timorenses estavam relutantes em aceitar uma administração da Fretilin e que a vitória da Fretilin na guerra civil representava uma ameaça à estabilidade regional.

12. A Comissão não tem a certeza do número de pessoas que foram deslocadas internamente nesta altura. Por exemplo, não há como verificar a estimativa do CICV, segundo a qual mais de 50% da população foi deslocada durante este período. Seja qual for o número, a maioria das pessoas já havia regressado espontaneamente às suas casas num espaço de semanas depois de as terem abandonado.
13. Um pequeno número de pessoas deslocadas dentro de Timor-Leste e de pessoas que atravessaram a fronteira, para Timor Ocidental, morreram devido à privação que sofreram enquanto estiveram deslocadas. Nos campos de Timor Ocidental, também se verificou o homicídio de algumas pessoas que, geralmente, eram apoiantes da Fretilin, coagidos a atravessarem a fronteira.
14. As organizações humanitárias internacionais conseguiram fornecer alimentação e assistência médica de emergência dentro de Timor-Leste e nos campos de Timor Ocidental.
15. Como princípio, a administração Fretilin *de facto* autorizou o acesso das organizações de assistência a todas as áreas de Timor-Leste — na prática, o CICV, a principal organização que fornecia víveres à população, decidiu restringir as suas actividades de assistência a uma pequena área em redor de Díli, enquanto os abastecimentos fornecidos pelo Conselho Australiano para a Assistência Externa (ACFOA) foram distribuídos pela Fretilin em áreas por si controladas. Todos os programas de assistência mal tinham começado a serem desenvolvidos quando tiveram de ser suspensos, no início de Dezembro de 1975, devido à iminente invasão indonésia.
16. A chegada de assistência a refugiados em Timor Ocidental também diminuiu depois da invasão. O depoimento de pessoas que estiveram nos campos, incluindo eclesiásticos, indica que a alimentação era utilizada como ferramenta política e meio de recrutar timorenses de leste para lutarem como auxiliares do Exército indonésio. Também há provas de a alimentação e outros meios de assistência terem sido retirados em Abril de 1976, quando os timorenses de leste que se encontravam em Timor Ocidental se recusaram a apoiar os objectivos políticos da Indonésia em Timor-Leste. Daí em diante, os refugiados sofreram grandes privações e alguns morreram.

## A invasão

505. A Comissão conclui que:

17. Um número elevado de pessoas fugiu das suas casas ao pressentirem a invasão indonésia e depois desta. Um número elevado de pessoas fugiu de grandes centros populacionais à medida que as forças indonésias se deslocavam para as controlar, a partir de Dezembro de 1975. A maioria fugiu por temer pelas suas vidas.
18. Muitas pessoas que viviam em áreas fora do controlo indonésio e em áreas onde não decorriam combates fugiram das suas casas assim que souberam da invasão pelas forças indonésias. Fugiram por razões diversas: temendo pelas suas vidas; reagindo às afirmações indonésias, segundo as quais a sua vitória seria rápida; ao tomarem conhecimento das atrocidades indonésias nos primeiros dias da invasão; e, porque a Fretilin as mandou fugir.
19. A evacuação da população verificou-se numa diversidade de circunstâncias: algumas evacuações de cidades e sucos não foram organizadas; outras foram coordenadas pela Resistência liderada pela Fretilin.
20. O nível de organização das evacuações variou consoante o nível do desenvolvimento da organização da Fretilin durante o período da sua administração *de facto* e de ter ou não tomado medidas para preparar a evacuação da população.

21. A Fretilin tinha a política declarada de evacuar a população civil para locais seguros e de organizar um movimento de libertação nacional nas montanhas e no interior. A Comissão tomou conhecimento de casos em que, para atingir esse objectivo, a Fretilin obrigou comunidades a evacuarem, incluindo pessoas que estavam relutantes em deixar as suas casas.
22. A Comissão não conseguiu calcular o número de pessoas deslocadas durante os dois primeiros anos da ocupação. A possível deslocação de cerca de 300.000 pessoas para centros controlados pela Indonésia em 1978/1979 é o melhor indicador da enorme dimensão da deslocação, que começou em finais de 1975. Tendo em conta o facto de que muitas pessoas morreram nas montanhas e, por conseguinte, nunca se tornaram parte da população controlada pela Indonésia, o número efectivo de pessoas deslocadas após a invasão é, provavelmente, superior a 300.000.
23. A evacuação em massa para as montanhas — que incluiu a decisão da Fretilin de levar muitas pessoas consigo — foi efectuada sem serem devidamente ponderados os problemas de alojamento, alimentação e protecção de tão grande população. Em muitas áreas controladas pela Fretilin, as condições de vida nos meses após a fuga inicial foram extremamente difíceis. As dificuldades foram de certo modo aliviadas depois de serem criadas estruturas para mobilizar a população para tarefas como agricultura comunitária e para garantir as necessidades dos mais vulneráveis. Contudo, a Comissão descobriu que mesmo nos locais onde essa organização estava instalada, a taxa de mortalidade continuava a ser anormalmente elevada.
24. A Comissão recebeu testemunhos que indicam que, entre os anos 1976 e 1978, o desejo de rendição entre a população sob controlo da Fretilin era persistente e geograficamente generalizado. É impossível calcular quantas pessoas quiseram render-se, principalmente porque as que exprimiam os seus sentimentos sobre este assunto estavam sujeitas a castigos graves, ou mesmo a serem mortas. A Comissão recebeu depoimentos que apoiam a conclusão de que algumas comunidades esconderam, compreensivelmente, os seus verdadeiros sentimentos sobre esta questão, mas também tomou conhecimento de casos em que civis tiveram a oportunidade de se renderem e se recusaram a aceitá-la e em que, quando finalmente foram mandados render-se, o fizeram com grande relutância.
25. O padrão da vida da maioria das pessoas que ficaram nas montanhas até ao final da Operação *Seroja*, no final de 1978/1979, foi o seguinte: depois de um período de relativa calma e condições de vida adequadas, andaram em constante movimento, até às fases finais da campanha militar. Nestas fases, foram encurraladas, com milhares de outras pessoas, num local isolado, onde foram sujeitas a ataques terríveis por forças indonésias que utilizaram todos os meios ao seu dispor para as obrigarem a submeter-se, incluindo fazê-las passar fome. Os bombardeamentos incessantes impossibilitavam-nas de procurar víveres, quanto mais de os cultivar ou colher. Nestas fases finais da resistência, o número de mortos aumentou drasticamente.
26. Algumas comunidades não fugiram das forças invasoras, ou renderam-se passado pouco tempo. No entanto, as forças indonésias também confinaram estas comunidades em áreas designadas, onde foram sujeitas a falta de alimentação, restrições de movimento e uma repressão rigorosa. A Comissão foi informada que se verificaram muitas mortes por privação porque as condições nos campos onde se encontravam as pessoas que se tinham rendido, ou que tinham sido capturadas pelas forças indonésias, nos dois primeiros anos de ocupação eram incompatíveis com a sobrevivência. Os elementos que conduziram a mortes por privação em larga escala, nos anos subsequentes, já estavam todos presentes neste período inicial: a recusa de permitir o acesso a organizações de assistência internacional, a provisão mínima de víveres e medicamentos, a concentração da população em campos, as restrições rigorosas à liberdade de movimento que dificultavam o cultivo de culturas de subsistência, a utilização de métodos de intimidação e terror para punir os reclusos e assegurar a sua submissão.

## Destruição de gado e culturas de subsistência

506. A Comissão conclui que:

27. Entre 1976 e 1978, as Forças Armadas indonésias destruíram ou removeram, de modo sistemático, culturas de subsistência, lojas de géneros alimentares, utensílios agrícolas, hortas e campos de cultivo e gado pertencente aos timorenses que tinham fugido das suas casas e aldeias.
28. A Comissão não conseguiu obter qualquer material documental que explique o pensamento subjacente a esta estratégia. No entanto, só pode concluir que o objectivo destas operações militares indonésias era levar a população civil sob controlo da Fretilin a render-se devido à fome e impedir o acesso da Fretilin/Falintil a fontes de alimentação.
29. A destruição do capital dos agricultores consubstanciado pelas suas hortas, utensílios agrícolas e gado fez com que enfrentassem dificuldades em retomar a actividade agrícola quando regressaram às suas aldeias.
30. À medida que grande número de civis timorenses ficavam sob controlo directo da Indonésia, os militares indonésios realizavam operações especiais para destruir fontes de alimentação cultivadas e selvagens para que a Resistência não conseguisse obter víveres. Esta prática provocou danos a longo prazo às fontes de alimentação, afectando todo o povo timorense.
31. Os militares indonésios também queimaram e destruíram regularmente as culturas e o gado de pessoas que já se encontravam sob seu controlo, como forma de punição, meio de assegurar que não se afastavam dos limites do campo para cultivarem os seus campos, ou para as obrigarem a deslocar-se para um novo local e dissuadi-las de regressarem às suas casas depois da deslocalização.
32. A Comissão recebeu alguns relatos segundo os quais as forças das Falintil destruíram terrenos agrícolas da população local. Contudo, foram apenas relatos isolados com incidentes isolados, não indicando um padrão sistemático ou generalizado.

## Vida e morte nas montanhas

507. A Comissão conclui que:

33. Para muitos civis timorenses, a vida nas áreas rurais e nas montanhas foi relativamente estável e pacífica durante os dois primeiros anos após a invasão, mas isso mudou quando se iniciaram as operações militares indonésias nessas áreas.
34. Durante esta época "normal", a liderança da Fretilin tomou medidas para organizar a produção e distribuição de víveres e prestar cuidados de saúde básicos em muitas áreas de Timor-Leste sob seu controlo directo. Também implementou esta política nas zonas libertadas, que dependiam fortemente do apoio da população civil. Em muitos dos casos que a Comissão tomou conhecimento, foi necessário algum tempo até ser atingido o nível de organização necessário para satisfazer as necessidades da população sob controlo da Fretilin. No período antes de ser atingido o nível mínimo de auto-suficiência, a população evacuada sofreu graves privações, que provocaram a morte de algumas pessoas.
35. A liderança da Fretilin/Falintil aprisionou pessoas sob seu controlo por quererem, alegadamente, render-se. Impedir rendições pode ter sido um acto justificável para proteger a segurança das bases da Resistência e a população civil que nelas se encontrava, mas a perseguição de pessoas suspeitas de quererem render-se tornou-se indistinguível do conflito político no interior da Resistência.

36. A tortura reportada, ou outros tipos de tratamento desumano perpetrados pela Fretilin/Falintil, e o aprisionamento prolongado de civis que tentavam render-se, ou eram suspeitos de espionagem, em prisões primitivas, eram cruéis e excessivos e levaram à morte de muitos detidos. A Fretilin/Falintil também executou suspeitos de quererem render-se, muitas vezes com provas sem consistência e sem o recurso a procedimentos judiciais subsequentes.
37. A Fretilin só alterou a sua política de evitar as rendições em finais de 1978, quando a liderança foi obrigada a fazê-lo devido à situação crítica da população civil. Se a liderança da Fretilin tivesse permitido que os civis se rendessem anteriormente, teriam sido mortos menos civis timorenses por ataques militares indonésios e menos estariam num estado de saúde tão debilitado quando se renderam. A Comissão não consegue determinar quantas pessoas quiseram render-se. No entanto, recebeu depoimentos segundo os quais alguns civis tiveram a oportunidade de se renderem antes de finais de 1978 e a recusaram; outros depoimentos atestam que algumas pessoas se renderam com relutância quando lhes foi ordenado que o fizessem. Em alguns casos, esta relutância parece ter sido motivada pela determinação em continuar a lutar a todo o custo contra as forças invasoras. Não obstante, a Comissão também recebeu depoimentos que indicam que o medo bem fundamentado de sofrerem maus-tratos às mãos das forças indonésias foi uma das razões para essa relutância. Nas fases finais da deslocação sob controlo da Fretilin, a população civil enfrentou a escolha angustiante entre morrer nas montanhas, ou enfrentar um destino possivelmente semelhante caso se rendesse às forças indonésias. De facto, as condições existentes após a rendição eram insuficientes para manter a vida.
38. Muitas pessoas morreram de fome e de doenças relacionadas com a fome enquanto estiveram sob controlo da Fretilin. Embora tenham morrido pessoas enquanto viviam sob o controlo da Fretilin, ou durante o período de fuga aos militares indonésios, o maior número de mortes ocorreu nos últimos meses antes da rendição, devido aos bombardeamentos indonésios, à fome e a doenças relacionadas com a fome.
39. Entre meados de 1977 e finais de 1978, os militares indonésios lançaram uma campanha militar para aniquilar a Resistência, conquistar as grandes áreas que ainda estavam fora do seu controlo e obrigar a população que vivia nessas áreas a render-se. Antes de iniciarem esta campanha de “cerco e aniquilamento”, as forças indonésias atormentaram constantemente a população, obrigando-a a fugir repetidamente. Estas fugas costumavam terminar com muitos milhares de pessoas concentradas em determinadas áreas, como o Monte Matebian, a planície de Natarbora, Fatubessi, em Ermera, o Monte Ilimanu, em Manatuto, e as áreas costeiras de Alas, em Manufahi, e Beco e Halic, em Covalima, onde eram alvo de intensos bombardeamentos terrestres, marítimos e aéreos.
40. À medida que as operações militares indonésias se intensificavam em áreas específicas, muitas pessoas deslocadas mantiveram-se em constante movimento para evitar serem mortas, feridas ou capturadas. Muitos civis timorenses morreram enquanto fugiam aos ataques indonésios, devido a privação por fome, exaustão, doença e falta de acesso a assistência médica. A vida em fuga fazia com que o cultivo de víveres fosse praticamente impossível.
41. Nos ataques às bases da Resistência, ou a grupos de população em fuga liderados pela Fretilin, as forças indonésias não estabeleceram distinção entre civis e combatentes. Muitos civis foram mortos nestes ataques.
42. Quando grandes concentrações de pessoas eram atacadas, as fontes de alimentação selvagem e de água, que representavam os seus únicos meios de sobrevivência, ficavam frequentemente contaminadas. Na maioria dos casos relatados por testemunhas, essa contaminação parece ter resultado de bombardeamentos regulares. No entanto, foi alegado que o ataque indonésio a Lesemau, em Ermera, em meados de 1978, utilizou bombas tóxicas que contaminaram a provisão de víveres e de água nessa área.

43. As situações de surto de fome começaram a surgir em Timor-Leste pouco depois de finais de 1977 e duraram até finais de 1978 — ou seja, foi neste período que a morte devido a fome e a doenças a esta associadas começaram a verificar-se em larga escala. Estas condições fizeram-se sentir de maneira crescente entre as pessoas em fuga e entre as que eram conduzidas em grande número para áreas circunscritas, onde o cerco por forças indonésias proibia efectivamente o seu movimento, mesmo que fosse para procurar víveres. Durante esta fase, a fome foi resultado directo de operações militares; não foi provocada pela seca.

#### Campos e povoações sob controlo militar Indonésio

508. A Comissão conclui que:

44. As pessoas que se renderam ou foram capturadas pelos militares indonésios tiveram de viver vários anos em campos, que eram supervisionados e vigiados de perto pelos militares indonésios. Os campos foram criados por razões de segurança, não para o bem-estar da população que neles vivia.
45. Os civis que se renderam ou foram capturados, foram inicialmente deslocados para campos de transição para serem registados e interrogados antes de serem transferidos para campos de reinstalação e de internamento e, posteriormente, para aldeias de reinstalação. Embora os controlos de segurança fossem diminuindo em cada fase, uma das características que definia todos os campos ou aldeias era a restrição, ou recusa, de acesso a hortas localizadas para além de uma determinada distância das povoações.
46. Os militares indonésios deram maior prioridade à realização de objectivos militares do que ao cumprimento das suas obrigações humanitárias para com os reclusos destes campos. Desde o momento da sua criação, foi inadequada a provisão de alimentação básica e a satisfação das necessidades de sobrevivência nos campos.
47. Os campos transformaram-se em locais de fome generalizada, nos quais morreu um número desconhecido de pessoas. Os reclusos já chegavam aos campos num estado debilitado e viviam longos períodos sem acesso a hortas ou a ajuda humanitária de emergência. A alimentação recebida das Forças Armadas indonésias era claramente inadequada à sua sobrevivência e, frequentemente, inapropriada para pessoas que já sofriam de subnutrição grave. Até as escassas rações que as Forças Armadas disponibilizavam aos reclusos eram distribuídas de maneira discriminatória. A Comissão tomou conhecimento que os militares e os seus auxiliares extorquiam dinheiro, heranças de família e outros bens valiosos (por exemplo, ouro e contas tradicionais) e exigiam favores sexuais em troca de víveres.
48. Embora a campanha militar empreendida pelos militares indonésios em 1977/1978 tivesse obtido o resultado pretendido — nomeadamente a rendição em massa da população sob controlo da Fretilin e a sua integração em áreas sob controlo indonésio — as autoridades indonésias fizeram poucos ou nenhuns preparativos para satisfazer as necessidades mais elementares de abrigo, alimentação e medicação desta população. Nas fases iniciais desta campanha, deve ter sido evidente para os militares indonésios que a população rendida estava gravemente debilitada e a precisar desesperadamente desses bens essenciais para sobreviver. Contudo, em vez de criarem condições que pudessem evitar a fome, os militares indonésios negligenciaram as necessidades básicas da população rendida e impuseram-lhe restrições e sanções que pioraram ainda mais a sua já terrível situação.

49. A dimensão do surto de fome entre meados e finais de 1979 e o facto de estar a piorar rapidamente podem ser verificados em relatórios de organizações de assistência internacional elaborados na época. Por exemplo, no seu estudo de Abril de 1979, os Serviços Católicos de Assistência norte-americanos calcularam que 200.000 pessoas encontravam-se “em estado grave ou crítico de subnutrição” e, em Setembro de 1979, concluiu que o número de pessoas neste estado tinha aumentado para quase 300.000. A Cruz Vermelha Internacional descreveu 60.000 das 75.000 pessoas, que observou em Julho de 1979, como estando “num estado de subnutrição alarmante”, incluindo “20.000 a morrer de fome”.<sup>515</sup>

#### Assistência humanitária

509. A Comissão conclui que:

50. O Governo indonésio recusou autorização a todas as organizações de assistência humanitária internacionais para actuarem dentro de Timor-Leste desde o dia da sua invasão, a 7 de Dezembro de 1975, até finais de 1979. Não há dúvida de que as autoridades militares indonésias presentes em Timor-Leste estavam cientes do número crescente de mortes devido a fome nos campos sob seu controlo.
51. A partir de, pelo menos, finais de 1976, o Governo da Indonésia permitiu a chegada de assistência alimentar às pessoas e aos campos sob seu controlo, através da Cruz Vermelha Internacional e da Igreja Católica. Todos os relatos apresentados à Comissão demonstram que esta assistência era demasiado escassa e chegava demasiado tarde para impedir a fome que assolou os campos entre 1977 e 1979. Os esforços que a Igreja Católica fez para fornecer mais assistência e de gerir ou vigiar a sua distribuição foram sistematicamente frustrados.
52. Os relatos de mortes por choque proteico, após a chegada dos víveres, e a constatação quase universal dos antigos reclusos de que o arroz e milho que recebiam estavam bolorentos demonstram a incapacidade das autoridades indonésias para gerir a assistência alimentar.
53. Os relatos de fome começaram a chegar às organizações de ajuda internacional logo em Abril de 1977, incitando pedidos ao Governo da Indonésia para que as deixasse entrar no território. A visita de alto nível de nove embaixadores estrangeiros a campos de reinstalação em Timor-Leste, em Setembro de 1978, aumentou a consciência internacional em relação à necessidade de desenvolver um grande programa de ajuda humanitária. No entanto, o Governo indonésio não permitiu a actuação de organizações internacionais em Timor-Leste durante os 12 meses seguintes.
54. A recusa do Governo indonésio em autorizar programas de ajuda internacional, mesmo quando a sua necessidade era reconhecida internacionalmente, deveu-se certamente ao facto de os militares indonésios não quererem testemunhas ou obstáculos à sua campanha militar para submeter a população ao seu controlo e enfraquecer a Resistência. A Comissão pensa que o desfasamento cronológico entre a autorização dada ao CRS e ao CICV para realizarem estudos em Timor-Leste, em Abril e Julho de 1979, e a permissão para iniciarem as suas operações, apenas em Setembro de 1979, é altamente esclarecedor. O que mudou nesse intervalo de tempo não foi o facto de a dimensão da fome ter atingido proporções colossais — estas já eram conhecidas meses antes — mas de os militares indonésios acreditarem que a campanha para destruir a Resistência estava praticamente terminada.
55. Mesmo depois de as organizações de ajuda internacional terem sido autorizadas a entrar, as suas operações continuaram a ser restringidas. Não lhes era permitido ter muitos funcionários não indonésios em campo em Timor-Leste e enfrentaram obstáculos frequentes ao seu trabalho naquele que, já de si, era um ambiente operacional difícil. Não lhes era permitido fornecer assistência em áreas fora do controlo militar indonésio.

56. A operação de ajuda internacional que começou em finais de 1979 chegou à maioria da população dos campos e a outras pessoas necessitadas, tendo aliviado consideravelmente as condições de fome que predominavam em Timor-Leste.
57. A Comissão recebeu testemunhos de timorenses que trabalharam com as organizações de ajuda internacional, de eclesiásticos e daqueles que deviam ser os destinatários dessa ajuda, segundo as quais a assistência era frequentemente desviada do seu alvo, quer para ser vendida para lucro pessoal, ou para ser utilizada para consumo pessoal dos militares indonésios e por alguns funcionários das organizações de ajuda em questão.

#### Aldeias de reinstalação e campos de internamento estratégicos

510. A Comissão conclui que:

58. A partir do início da década de 1980, as autoridades indonésias introduziram novas formas de deslocação devido a dois desenvolvimentos distintos: o primeiro foi a decisão de desmantelar ou reduzir os campos de reinstalação que tinham sido criados para alojar a população que se rendera em finais da década de 1970; o segundo foi a reorganização da Resistência como força de guerrilha, capaz de lançar ataques localizados às *ABRI*.
59. A decisão de retirar as pessoas dos campos de reinstalação não representou uma melhoria assinalável das condições de vida. Houve alguns aspectos positivos, principalmente a disponibilização de escolas, clínicas, mercados e de transportes de mais fácil acesso. No entanto, a Comissão tem provas esmagadoras de que, pelo menos na primeira metade da década de 1980, esta fase de deslocação foi frequentemente gerida de modo a assegurar que os deslocados não usufríssem dos pretensos benefícios do programa. Mais uma vez, era um programa que servia objectivos militares, mas não garantia a sobrevivência. Para muitos dos deslocados, a transferência dos campos de reinstalação para aldeias estratégicas, novas aldeias e até mesmo para as suas próprias aldeias, não melhorou substancialmente o seu destino. As restrições à liberdade de circulação continuaram a ter um grande impacto sobre a produção de víveres e, conseqüentemente, no bem-estar nas pessoas.
60. Além disso, mesmo depois de os campos de reinstalação serem desmantelados, os padrões de povoamento de Timor-Leste permaneceram radicalmente diferentes dos existentes antes da invasão — há muitos sinais disso ainda hoje. Muitas pessoas foram obrigadas a viver em centros urbanos e junto a estradas principais e muitas áreas férteis do país foram abandonadas.
61. As deslocações levadas a efeito como reacção a sinais de que a Resistência tinha sobrevivido à destruição das suas bases foram fortemente punitivas. Estas deslocações ocorreram depois de ataques de guerrilha, de deserções de timorenses alistados nas unidades de defesa civil indonésias para a Resistência, e da organização de redes de apoio clandestinas e visavam punir colectivamente comunidades inteiras e, punir individualmente por interposta pessoa, os que ainda lutavam na floresta e no interior.

62. Um total cumulativo de mais de 6.000 pessoas foi deslocado à força para a Ilha de Ataúro entre meados de 1980 e 1984. No seu ponto máximo, nos finais de 1982, a população deslocada excedeu 4.000 pessoas. A maioria das pessoas enviadas para a ilha não eram activistas políticos, ou combatentes da Resistência, mas pessoas dos 12 distritos (exclui-se Oecusse) que eram parentes de combatentes da Resistência que permaneciam na floresta ou eram suspeitas de manterem contacto com eles. Eram predominantemente mulheres e crianças e tinham muitas dificuldades em tratar da sua própria subsistência num ambiente extremamente estéril e foram mantidas na ilha por períodos que variaram de alguns meses a seis anos. As pessoas que chegaram na primeira vaga de deslocação forçada não receberam alimentação adequada, nem outro tipo de assistência. As forças militares indonésias também foram negligentes quanto à provisão de cuidados médicos essenciais, água limpa, condições sanitárias e abrigo. Cerca de 5% das pessoas deslocadas para Ataúro morreram lá. Algumas conseguiram sobreviver porque receberam ajuda da população local, apesar de um afluxo de pessoas em número praticamente idêntico ao do total da população nativa da ilha ter sido um grande fardo para os seus escassos recursos. As condições melhoraram quando a Cruz Vermelha Internacional foi autorizada a entrar na ilha, em 1982. Ao serem libertadas de Ataúro, algumas pessoas eram meramente transferidas para outras áreas para novo período de internamento.
63. Algumas das pessoas detidas após os ataques de membros da Resistência a postos e unidades militares também foram enviadas para Ataúro; outras foram deslocadas das suas aldeias e enviadas para zonas onde tinham de reconstruir as suas vidas praticamente sem ajuda e em ambientes extremamente inóspitos. Foi este o destino de muitos dos habitantes das aldeias de Ainaro e Manufahi que participaram na insurreição de Kablaki, em Agosto de 1982, e dos sobreviventes, na sua maioria do sexo feminino, das execuções em massa que se seguiram à insurreição de Kraras (Viqueque), em Agosto de 1983. Este último grupo foi enviado para a área anteriormente desabitada de Lalerek Mutin, onde ficou encarregue de tratar da sua própria subsistência sob rigorosa vigilância militar. A população de Lalerek Mutin sofreu violações sexuais, desaparecimentos, fome, doenças e morte nesse local. O tratamento que recebeu foi incrivelmente parecido com o dado às pessoas provenientes de Ainaro, que tinham sido transferidas para as aldeias de Raifusa e Dotik, no distrito de Manufahi, no ano anterior.

#### Deslocação antes e depois da Consulta Popular em 1999

511. A Comissão conclui que:

64. Houve uma relação directa entre a criação de milícias anti-independência em Timor-Leste a partir de finais de 1998 e o recrudescimento da violência, que provocou medo, deslocação, privação e morte.
65. Este medo advinha do conhecimento generalizado de que, apesar da obrigação que o Governo indonésio tinha de criar e manter um ambiente seguro para a Consulta Popular, ao abrigo dos Acordos de 5 de Maio, os grupos milicianos beneficiavam do apoio do *TNI* e da generalidade do aparelho administrativo e, conseqüentemente, de impunidade pelos seus actos. A maioria dos actos de violência e de intimidação verificados em Timor-Leste em 1999 foram praticados por membros das milícias e não por militares indonésios. No entanto, muita desta violência ocorreu na presença de militares armados indonésios ou membros armados da Polícia indonésia, que nada fizeram para a impedir. Foi negada ajuda às pessoas que procuravam protecção policial da violência das milícias.
66. Existem testemunhos convincentes de que os grupos de milícias procederam ao recrutamento forçado de membros para as suas fileiras. Uma das razões por que as pessoas fugiam das suas casas era para evitar serem recrutadas para as milícias.

67. A violência das milícias que antecedeu a Consulta Popular atingiu o seu ponto máximo em Abril de 1999, com ataques em inúmeros locais, o Massacre na Igreja de Liquiça e a fuga espontânea de muitas pessoas, que procuraram refúgio em locais distantes no interior do país, junto de parentes noutras áreas e em complexos de edifícios eclesiásticos. Algumas, dos distritos ocidentais e de Oecusse, atravessaram a fronteira para Timor Ocidental (Indonésia).
68. O objectivo da violência perpetrada pelas milícias era conquistar uma maioria a favor da opção da autonomia na votação de 30 de Agosto. Ao aproximar-se a Consulta Popular, recorreram indiscriminadamente à violência para assegurar esse resultado. Por conseguinte, embora o seu alvo tenha sido aqueles que eram proeminentemente a favor da independência — como líderes do CNRT e membros das organizações estudantis pró-independência — também os civis comuns, comunidades inteiras e aqueles que lhes ofereciam protecção, incluindo a Igreja, se tornaram vítimas. Devido a estas prioridades, as milícias (e o *TNI*) não se empenharam militarmente contra as forças das Falintil.
69. Sob ameaça da violência indiscriminada dos grupos de milícias, muitas pessoas mantiveram-se longe dos seus locais habituais de residência. Uma fonte qualificada calcula que tenham sido deslocadas até 60.000 pessoas. Muitas só regressaram para se registarem, ou para votarem, antes de voltarem para os seus locais de refúgio.
70. À medida que o número de pessoas deslocadas aumentava e elas se instalavam em grandes concentrações em locais onde pensavam estarem seguras, as suas condições de vida deterioravam-se, tornando-se, em alguns casos, críticas.
71. As autoridades indonésias e os seus aliados, as milícias, recorreram a vários meios, incluindo a obstrução burocrática e a violência, para frustrar as tentativas de ONG locais, apoiadas pela UNAMET e por agências das Nações Unidas, de prestarem assistência humanitária aos deslocados.
72. As más condições de segurança e a simultânea fuga de um grande número de pessoas, durante 1998 e 1999, perturbou a plantação das culturas alimentares, contribuindo para a escassez de víveres provocada pelas fracas colheitas de 1998, devido à falta de chuva.
73. A tática generalizada de “terra queimada” utilizada pelo *TNI* e pelos grupos de milícias após a Consulta Popular, caracterizada por ameaças de violência, mortes, deportações forçadas em massa e a destruição de edifícios públicos e privados em todo o território de Timor-Leste, levaram à deslocação, quer interna quer externa, do grosso da população.
74. Cerca de 250.000 pessoas foram deslocadas para Timor Ocidental depois da votação. Os planos pormenorizados para a evacuação de grande parte da população, nos quais estavam envolvidos vários ministérios do Governo da Indonésia, tinham sido concebidos muito antes da votação. A maioria destas pessoas foi deslocada à força — ou seja, foi utilizada violência ou ameaça de violência para assegurar que a população civil cumpria os desejos das autoridades indonésias e deixava Timor-Leste.
75. Os timorenses de leste que foram levados para campos e para outros locais onde as pessoas se instalaram, em Timor Ocidental, continuavam a estar sujeitos ao controlo, à intimidação e à violência dos membros das milícias. Muitos que queriam regressar para Timor-Leste foram impedidos de o fazer por um misto de ameaça e de informação errónea transmitida pelos membros das milícias.
76. Embora pudessem distribuir ajuda humanitária aos que tinham sido deslocados à força, as organizações internacionais de assistência estavam sujeitas ao controlo, à intimidação, aos ataques e aos assassinatos praticados pelos membros das milícias.

---

<sup>1</sup> Elementos de Crimes do Tribunal Internacional Penal (TPI), adoptado pela Assembleia de Estados Parte, ICC-ASP/1/3, artº 7º, nº 1 d), p.118. Esta definição, extraída de uma proposta provisória dos Elementos de Crimes, foi aprovada pelo ICTY (Tribunal Criminal Internacional para a Antiga Jugoslávia) em

---

*Procurador vs Radislav Krstic*, Caso ICTY nº IT-98-33-T, Câmara de Primeira Instância, 2 de Agosto de 2001, parágrafo 529; e em *Procurador v Milomir Staki*, Caso ICTY nº IT-97-24-T, Câmara de Primeira Instância, 31 de Julho de 2003, parágrafo 682.

<sup>2</sup> Elementos de Crimes do TPI, adoptado pela Assembleia de Estados Parte, ICC-ASP/1/3, artº 7º, nº 1 d), p. 118.

<sup>3</sup> Elementos de Crimes do TPI, adoptado pela Assembleia de Estados Parte, ICC-ASP/1/3, Artº 7º, nº 1 d), 8º, nº 2 a) (vii)-1, 8º, nº 2 b) (viii) e 8º, nº 2 e) (viii), pp. 118, 130, 136 e 154.

<sup>4</sup> Artº 13º, nº 1 da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) e Artº 12º, nº 1 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (*ICCPR*).

<sup>5</sup> Artº 12º, nº 3 do *ICCPR*; Comité de Direitos Humanos (CDH), Comentário Geral nº 27, parágrafos 11, 14 e 15.

<sup>6</sup> Princípio 6, *UN Guiding Principles on Internal Displacement*, E/CN.4/1998/53/Add.2, 11 de Fevereiro de 1998.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo: Princípios 7 (2), 18 e 25, *UN Guiding Principles on Internal Displacement*, E/CN.4/1998/53/Add.2, 11 de Fevereiro de 1998.

<sup>8</sup> Artº 49º da Convenção IV de Genebra.

<sup>9</sup> *Ibid.*

<sup>10</sup> Artº 147º da Convenção IV de Genebra.

<sup>11</sup> Artº 25º Regulamentos de Haia; Artº 27º da Convenção IV de Genebra; Artºs 51º e 52º do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra.

<sup>12</sup> Artº 51º, nºs 4 e 5 do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra; *Parecer Consultivo sobre a Ameaça ou a Utilização de Armas Nucleares* (1996), Relatórios do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), parágrafo 78.

<sup>13</sup> Artº 33º da Convenção IV de Genebra; artº 51º, nº 2 do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra.

<sup>14</sup> Ver John Osgood Field, *The challenge of famine*, Kumarian Press, Connecticut, 1993 in <http://www.ucc.ie/research/famine/About/abfamine.htm>, a 26 de Março de 2005.

<sup>15</sup> Amartya Sen, *Poverty and Famines: An Essay on Entitlements and Deprivation*, Oxford University Press, Oxford, 1981.

<sup>16</sup> Artº 25º, nº 1 da DUDH e artº 11º, nº 1 do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (*ICESCR*).

<sup>17</sup> Artº 11º, nº 2 do *ICESCR*.

<sup>18</sup> *ICESCR*, Comentário Geral nº 12, parágrafo 8.

<sup>19</sup> CDH, Comentário Geral nº 6, parágrafo 5.

<sup>20</sup> *ICESCR*, Comentário Geral nº 12, parágrafo 14.

<sup>21</sup> *ICESCR*, Comentário Geral nº 15, parágrafo 3; artº 11º, nº 1 do *ICESCR*.

<sup>22</sup> Artº 25º, nº 1 da DUDH; artº 11º, nº 1 do *ICESCR*; Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (CESCR), Comentário Geral nº 4.

<sup>23</sup> CESCR, Comentário Geral nº 12, parágrafo 19.

<sup>24</sup> Artº 3º da DUDH, artº 6º do *ICCPR*.

<sup>25</sup> Artº 54º, Protocolos de 1977, Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra e artº 8º, nº 2 b) (xxv), Elementos de Crimes do TPI, adoptado pela Assembleia de Estados Parte, ICC-ASP/1/3, p. 144.

- 
- <sup>26</sup> Artº 7º, nº 1 b), Elementos de Crimes do TPI, adoptado pela Assembleia de Estados Parte, ICC-ASP/1/3, p. 116.
- <sup>27</sup> Artº 55º, Convenção IV de Genebra; ver também artº 56º da Convenção IV de Genebra sobre tratamento médico e artºs 59º-62º sobre a aceitação de ajuda.
- <sup>28</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Tasi, Vemasse, Baucau, 28 de Março de 2003; CAVR, Perfil Comunitário de Bahamori, Baha, Venilale, Baucau, 29 de Maio de 2003; CAVR, Perfil Comunitário de Mape, Zumalai, Covalima, 5 de Junho de 2003.
- <sup>29</sup> CAVR, Perfil Comunitário, Bemori, Díli, 29 de Maio de 2003.
- <sup>30</sup> Memorando dirigido por A. Pasquier ao CICV, em Genebra, intitulado *International Committee of the Red Cross, East Timor Relief Operation, Concerning: Situation in Timor, Report of the Activities of the Delegation from 1 to 15 September*. Datado, Darwin, 16 de Setembro de 1975.
- <sup>31</sup> Entrevista das UN CivPol National Investigations a Paulo de Fátima Martins, 25 de Outubro de 2000.
- <sup>32</sup> Entrevista da CAVR a Emiliano Teixeira (Rui) Lopes, Kamenasa, Covalima, 26 de Março de 2003. Ver também entrevistas da CAVR a João Sereno e Nito Lopes, Kamenas, Covalima, 26 de Março de 2003.
- <sup>33</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Odomau, Bobonaro, 3 de Março de 2003.
- <sup>34</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Aitoun, Beidasi, Covalima, 17 de Outubro de 2002.
- <sup>35</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Lela, Covalima, 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>36</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Ritabou, Bobonaro, 10 de Fevereiro de 2003.
- <sup>37</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Holsa, Bobonaro, 14 de Março de 2003.
- <sup>38</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Memo, Bobonaro, 22 de Janeiro de 2003.
- <sup>39</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Raifun, Bobonaro, 3 de Fevereiro de 2003.
- <sup>40</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Vaviquinia, Liquiça, 3 de Julho de 2003.
- <sup>41</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Leimea Sorin Balu, Ermera, 21 de Outubro de 2002.
- <sup>42</sup> HRVD, Testemunho nº 07025.
- <sup>43</sup> HRVD, Testemunho nº 02450.
- <sup>44</sup> HRVD, Testemunho nº 02473.
- <sup>45</sup> Entrevista da CAVR a João Carrascalão, Díli, 30 de Julho de 2004.
- <sup>46</sup> Padre Francisco Fernandes e padre Apolinário Guterres, Declaração proferida perante o Quarto Comité da Assembleia Geral da ONU, em nome da Comissão dos Refugiados de Timor Oriental, 26 de Outubro de 1979.
- <sup>47</sup> Tomás Gonçalves, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre o Conflito Político Interno 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>48</sup> Tal como citado em Richard Woolcott, *The Hot Seat*, HarperCollins Publishers, Australia, 2003, p. 156.
- <sup>49</sup> *Situation in Timor, Reports on activities of the delegation from 1-15 September to the ICRC Geneva*, 16 de Setembro de 1975.
- <sup>50</sup> Telex de Testuz, Jakarta 29 de Setembro de 1975, para Pasquier, Cruz Vermelha, Darwin.
- <sup>51</sup> Documento disponibilizado pelo CRS à CAVR, p. 17.
- <sup>52</sup> Telex do CRS ao CICV, datado 31 de Outubro de 1975.
- <sup>53</sup> Telex de Testuz, Jakarta 29 de Setembro de 1975, para Pasquier, Cruz Vermelha, Darwin.
- <sup>54</sup> Entrevista da CAVR a Nito Lopes, Kamenasa, Suai, 26 de Março de 2003.

---

<sup>55</sup> *Ibid.*

<sup>56</sup> Entrevista da CAVR a Emiliano Teixeira (Rui) Lopes, Kamenasa, Suai, 26 de Março de 2003.

<sup>57</sup> National Security Archives, Carta de José Martins ao Secretário-Geral da ONU, tal como veiculada pela Missão dos EUA junto das Nações Unidas ao secretário de Estado, Maio de 1976 (Document Number: 1976USUNNO1891).

<sup>58</sup> Padre Francisco Fernandes e padre Apolinário Guterres, Declaração proferida perante o Quarto Comité da Assembleia Geral da ONU, pp. 2-3.

<sup>59</sup> Entrevista da CAVR a Emiliano Teixeira (Rui) Lopes, Kamenasa, Suai, Abril de 2003.

<sup>60</sup> HRVD, Testemunho nº 02491.

<sup>61</sup> Programa de Assistência do CICV em Timor Leste, André Pasquier, 24 de Novembro de 1975.

<sup>62</sup> Memorando dirigido por A. Pasquier ao CICV, em Genebra, intitulado *International Committee of the Red Cross, East Timor Relief Operation, Concerning: Situation in Timor, Report of the Activities of the Delegation from 1 to 15 September*. Datado Darwin, 16 de Setembro de 1975.

<sup>63</sup> Notas do CICV sobre conversas telefónicas relativas ao Timor Português, 12 de Setembro de 1975; Conversa entre L.G. Stubbings, Pasquier e J.T. Ferwerda, Darwin, 6 e 7 de Novembro de 1975.

<sup>64</sup> Notas do CICV sobre conversa telefónica com o Sr. Pasquier, 21 de Novembro de 1975.

<sup>65</sup> HRVD, Testemunho nº 03788.

<sup>66</sup> HRVD, Testemunho nº 00606.

<sup>67</sup> HRVD, Testemunho nº 03412.

<sup>68</sup> HRVD, Testemunho nº 09071.

<sup>69</sup> Debate do Conselho de Segurança da ONU sobre Timor Leste, comunicação do deputado K.L. Fry, Abril de 1976, baseada na sua visita a Timor-Leste em meados de Setembro de 1975; Telegrama de José Ramos-Horta ao *ACFOA*, 24 de Setembro de 1975.

<sup>70</sup> Entrevista da CAVR a Benvinda G.D. Lopes, Suco de Darabai, Uatu-lari, Viqueque, 16 de Setembro de 2003.

<sup>71</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Uailili (cidade de Baucau, Baucau), 28 de Outubro de 2003.

<sup>72</sup> Manuel Cárceres da Costa, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>73</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Bernardino Soares, vila de Ermera, Ermera, 10 de Setembro de 2003.

<sup>74</sup> José Sereno, Maria José da Costa, depoimentos apresentados à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>75</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Suai Loro, Suai, Covalima, 10 de Dezembro de 2003.

<sup>76</sup> Entrevista da CAVR a Saturnino Tilman, Letefoho, Same, Ermera, 23 de Fevereiro de 2003.

<sup>77</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Coliate, Hatulia, Ermera, 1 de Setembro de 2003.

<sup>78</sup> Entrevista da CAVR a Marito Nicolau dos Reis, Díli, 19 de Junho de 2003.

<sup>79</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Defawasi, Baguia, Baucau, 23 de Setembro de 2003.

<sup>80</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Caisido, cidade de Baucau, Baucau (não datado).

<sup>81</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Bidau Santana/Bidau Meti-Aut, Cristo Rei, Díli (não datado).

<sup>82</sup> *Ibid.*

<sup>83</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Buruma (Baucau, Baucau), 2 de Dezembro de 2003.

- 
- <sup>84</sup> Entrevista da CAVR a Álvaro dos Santos, 28 de Setembro de 2003.
- <sup>85</sup> Entrevista da CAVR a Paulino da Costa Neves Beikala, Hatu-Udo, Ainaro, 20 de Dezembro de 2003.
- <sup>86</sup> Entrevista da CAVR à irmã Consuelo Martinez, Clínica Bebonuk, Díli, 4 de Julho de 2003.
- <sup>87</sup> *Ibid.*
- <sup>88</sup> Gilman dos Santos, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>89</sup> Entrevista da CAVR a Xanana Gusmão, Díli, 7 de Julho de 2004.
- <sup>90</sup> Entrevista da CAVR a Cosme Freitas, Vemasse, Baucau, 10 de Abril de 2003.
- <sup>91</sup> *Ibid.*
- <sup>92</sup> *Ibid.*
- <sup>93</sup> CAVR, Relatório de Investigação sobre Suai, 24-28 de Março de 2003. Arquivo da CAVR.
- <sup>94</sup> *Ibid.*
- <sup>95</sup> Entrevista da CAVR a João Sereno 25 de Março de 2003.
- <sup>96</sup> Relatório de Investigação da CAVR sobre Suai, 24-28 de Março de 2003.
- <sup>97</sup> Entrevistas da CAVR a Bonifácio Reis, Hatulia, Ermera, 13 de Agosto de 2003; Sebastião da Silva, Ossu, Viqueque, Junho de 2003, Júlio Maria de Jesus, Viqueque, 29 de Maio de 2003.
- <sup>98</sup> Maria José da Costa, Letefoho, Same, Manufahi, 24 de Fevereiro de 2003.
- <sup>99</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Bagueia Laveteri, 9 de Outubro de 2003.
- <sup>100</sup> Entrevista da CAVR a Eduardo de Deus Barreto, Gleno, Ermera, 24 de Novembro de 2003.
- <sup>101</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Defawasi, Bagueia, Baucau, 23 de Setembro de 2003.
- <sup>102</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Ahic, Lacluta, Viqueque, 22 de Novembro de 2002.
- <sup>103</sup> HRVD, Testemunho n° 02005.
- <sup>104</sup> HRVD, Testemunho n° 02054.
- <sup>105</sup> HRVD, Testemunho n° 06080.
- <sup>106</sup> HRVD, Testemunho n° 00522.
- <sup>107</sup> HRVD, Testemunho n° 03403.
- <sup>108</sup> HRVD, Testemunho n° 03409.
- <sup>109</sup> Entrevista da CAVR a Luís Casimiro Martins; e Documento por si disponibilizado à CAVR, “Data on those dead and sick due to hunger, disease and bombardments etc, in Hatulia (Ermera) and other places during the war”, 29 de Setembro de 2003.
- <sup>110</sup> HRVD, Testemunho n° 5762.
- <sup>111</sup> HRVD, Testemunho n° 0160.
- <sup>112</sup> HRVD, Testemunho n° 02056.
- <sup>113</sup> HRVD, Testemunho n° 03160.
- <sup>114</sup> Entrevista da CAVR a Elias Quintão, Hatu-Udo, Ainaro, 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>115</sup> Francisco Xavier do Amaral, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Conflito Político Interno 1974/76, 15 a 18 de Dezembro de 2003.
- <sup>116</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Hoholau, vila de Aileu, Aileu, 20 de Fevereiro de 2004.

- 
- <sup>117</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Lausi/Bandudato, vila de Aileu, Aileu, 16 de Fevereiro de 2004.
- <sup>118</sup> HRVD, Testemunho n° 0162.
- <sup>119</sup> HRVD, Testemunho n° 5222.
- <sup>120</sup> HRVD, Testemunho n° 0431.
- <sup>121</sup> Manuel Cárceres da Costa, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>122</sup> HRVD, Testemunho n° 0583.
- <sup>123</sup> HRVD, Testemunho n° 3090.
- <sup>124</sup> HRVD, Testemunho n° 7336.
- <sup>125</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Barbosa, Manumera, Turiscai, 11 de Setembro de 2003.
- <sup>126</sup> HRVD, Testemunho n° 4195.
- <sup>127</sup> HRVD, Testemunho n° 4045.
- <sup>128</sup> HRVD, Testemunho n° 2250.
- <sup>129</sup> HRVD, Testemunho n° 3116.
- <sup>130</sup> HRVD, Testemunho n° 5443.
- <sup>131</sup> Entrevista da CAVR ao padre Egidio Locatelli, Fatumaca, Baucau, 8 de Abril de 2003.
- <sup>132</sup> CAVR, Documentos de Investigação; Entrevistas da CAVR a Saturnino Tilman, Alas, Manufahi, 25 de Fevereiro de 2003; Mateus da Conceição, Alas, Manufahi, 25 de Fevereiro de 2003; Elias Barreto, Alas, Manufahi, 25 de Fevereiro de 2003 e Maria José da Costa, Letefoho, Same, Manufahi, 24 de Fevereiro de 2003.
- <sup>133</sup> Entrevista da CAVR a Carmen da Cruz, Díli, 27 de Fevereiro de 2004.
- <sup>134</sup> Entrevista da CAVR a Rui Lopes, Kamenaca, Suai, Covalima, 26 de Março de 2003.
- <sup>135</sup> *Ibid.*
- <sup>136</sup> Entrevista da CAVR a Carmen da Cruz, Díli, 27 de Fevereiro de 2004.
- <sup>137</sup> *Ibid.*
- <sup>138</sup> Entrevista da CAVR a Cosme Freitas, Vemasse, Baucau, 10 de Abril de 2003.
- <sup>139</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Liurai, Turiscai, Manufahi, 17 de Setembro de 2003.
- <sup>140</sup> Entrevista da CAVR a Tomás Barbosa, Foholau, Turiscai, Same, 9 de Setembro de 2003.
- <sup>141</sup> Ver, por exemplo, CAVR, Perfil Comunitário de Benamauk, Comea e Fatu Ahi e Cristo Rei, Díli.
- <sup>142</sup> CAVR, Documentos de Investigação; Entrevista da CAVR a Horácio da Silva, vila de Ossu, Viqueque, 6 de Abril de 2003.
- <sup>143</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Puno, Paraira, Moro, vila de Ossu, Viqueque, 6 de Abril de 2003.
- <sup>144</sup> Ernest Chamberlain, *The Struggle in Iliomar: Resistance in Rural East Timor*, Point Lonsdale, 2003, p. 13.
- <sup>145</sup> CAVR, Relatório de Investigação sobre Iliomar, 24 de Maio-1 de Junho de 2003, p. 4.
- <sup>146</sup> Xanana Gusmão, *Timor Leste - Um Povo, Uma Pátria*, Edições Colibri, Lisboa, 1994, p. 39.
- <sup>147</sup> Entrevista da CAVR a Horácio da Silva, vila de Ossu, Viqueque, 6 de Abril de 2003.
- <sup>148</sup> Entrevista da CAVR a Leonel Guterres, Letemumo, Quelicai, Baucau, 8 de Abril de 2003.

- 
- <sup>149</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Soares Pinto, Cainliu, Iliomar, Lautém, 1 de Junho de 2003.
- <sup>150</sup> Entrevista da CAVR a Mateus de Jesus Miranda, Iliomar, Lautém, 1 de Junho de 2003.
- <sup>151</sup> Entrevista da CAVR a Gaspar Seixas, SMP I, Iliomar, Lautém 1 de Junho de 2003.
- <sup>152</sup> Entrevista da CAVR a Fernando Amaral, Fuat, Iliomar, Lautém, 29 de Maio de 2003.
- <sup>153</sup> Entrevista da CAVR a Gaspar Seixas, Fuat, Iliomar, Lautém, 29 de Maio de 2003.
- <sup>154</sup> Entrevista da CAVR a Francisco Soares Pinto, Cainliu, Iliomar, Lautém, 1 de Junho de 2003.
- <sup>155</sup> Manuel Cárceres da Costa, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>156</sup> Maria da Costa, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>157</sup> HRVD, Testemunho n° 4277.
- <sup>158</sup> HRVD, Testemunho n° 0239.
- <sup>159</sup> HRVD, Testemunho n° 7139.
- <sup>160</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 5 de Agosto de 2004.
- <sup>161</sup> Entrevista da CAVR a Adriano João, Díli, 21 de Setembro de 2004.
- <sup>162</sup> Entrevista da CAVR a Agustino Soares, Hatulia, Ermera, 30 de Setembro de 2003.
- <sup>163</sup> Entrevistas da CAVR a Mateus Torrezão, Fahinean, Fatuberliu-Same, 6 de Setembro de 2003; Filomeno Paixão, Díli, Junho de 2004; Agostinho Boavida Ximenes (Sera Malik), Soe-TTS, NTT-Indonésia, 28 de Agosto de 2004; CAVR, Perfil Comunitário de Oosso-Rua, Oosso-Leki-Meta, Ossu, Viqueque, 13 de Fevereiro de 2003; CAVR, Perfil Comunitário de Ahik, Lacluta, Viqueque, 22 de Novembro de 2003.
- <sup>164</sup> Entrevistas da CAVR a Taur Matan Ruak, Díli, 9 e 14 de Junho de 2004.
- <sup>165</sup> Entrevista da CAVR a Marito Nicolau dos Reis, Díli, 19 de Junho de 2003.
- <sup>166</sup> John Waddingham, “Notes on ‘counter-insurgency’ in East Timor: The Indonesian government’s resettlement program”, in Senate Standing Committee on Foreign Affairs and Defence (Referência: East Timor – Human Rights and Condition of the People), Commonwealth of Australia, Canberra, 1982, p.715-748.
- <sup>167</sup> Biro Pusat Statistik, Penduduk Propinsi Timor Timur [Gabinete Central de Estatística, População da Província de Timor Leste], 1980, Díli, 1981. Ver Quadro 01.00.
- <sup>168</sup> Alex Dirjdasusanto, “Timor's continuing tragedy”, Asia Bureau Australia Newsletter, n° 46, Junho de 1979.
- <sup>169</sup> Ver John Waddingham, “Notes on ‘counter-insurgency’ in East Timor: The Indonesian government’s resettlement program”, in Senate Standing Committee on Foreign Affairs and Defence (Referência: East Timor – Human Rights and Condition of the People), Commonwealth of Australia, Canberra, 1982, p.724; Aid and East Timor, Australian Council for Overseas Aid, Canberra, 1979 p.7.
- <sup>170</sup> Catholic Relief Services, “Final Report: Emergency Relief Assistance for East Timor (Phase I)”, 18 de Março de 1980.
- <sup>171</sup> Gilman dos Santos, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>172</sup> Entrevista da CAVR ao padre Egidio Locatelli, Fatumaca, Baucau, 8 de Abril de 2003.
- <sup>173</sup> Entrevista da CAVR a Cosme Freitas, Vemasse, Baucau, 10 de Abril de 2003.
- <sup>174</sup> HRVD, Testemunho n° 03403.

- 
- <sup>175</sup> HRVD, Testemunho n° 03455.
- <sup>176</sup> Entrevista da CAVR a Tomé da Costa Magalhães, Letefoho, Same, Manufahi, 24 de Fevereiro de 2003.
- <sup>177</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Alaua-Craik, Baguia, Baucau, 6 de Outubro de 2003.
- <sup>178</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Ossuhuna, Baguia, Baucau, 15 de Setembro de 2003; CAVR, Perfil Comunitário de Defawasi, Baguia, Baucau, 23 de Setembro de 2003.
- <sup>179</sup> Ver CAVR, Perfil Comunitário de Alaua-Craik, Baguia, Baucau, 6 de Outubro de 2003; e CAVR, Perfil Comunitário de Ossuhuna, Baguia, Baucau, 15 de Setembro de 2003.
- <sup>180</sup> Entrevistas da CAVR a Fernando Amaral, Fuat, Iliomar, Lautém, 28 de Maio de 2003, Francisco Soares Pinto, Cainliu, Iliomar, Lautém, 1 de Junho de 2003 e Mateus de Jesus Miranda, SMP I, Iliomar, Lautém, 29 de Maio de 2003.
- <sup>181</sup> Entrevista da CAVR a Horácio da Silva, vila de Ossu, Viqueque, 6 de Abril de 2003.
- <sup>182</sup> *Ibid.*
- <sup>183</sup> Relatório de Investigação da CAVR sobre Viqueque 12-15 Dezembro 2002.
- <sup>184</sup> Edmundo da Cruz, Com, Moro, Lautém, 19 de Junho de 2003.
- <sup>185</sup> Entrevistas da CAVR a José Conceição, Farol, Díli, 19 de Abril de 2003 e Eufrázia de Jesus Soares, Ermera, 29 de Setembro de 2003.
- <sup>186</sup> Entrevista da CAVR a Gabriel Ximenes, Fatubessi, Ermera, 28 de Setembro de 2003.
- <sup>187</sup> Entrevistas da CAVR a Tomé Magalhães, Letefoho, Same, Manufahi, 24 de Fevereiro de 2003, Saturnino Tilman, Alas, Manufahi, 25 de Fevereiro de 2003; e Maria José da Costa, Letefoho, Same, Manufahi, 24 de Fevereiro de 2003.
- <sup>188</sup> Entrevista da CAVR a Saturnino Tilman, Fahinehan, Fatuberlihu, Manufahi, 5 de Setembro de 2003.
- <sup>189</sup> Eleajáro Teófilo, Fahinehan, Fatuberlihu, Manufahi, 5 de Setembro de 2003.
- <sup>190</sup> Entrevista da CAVR a Tomás Barbosa, Foholau, Turiscai, Manufahi, 9 de Setembro de 2003.
- <sup>191</sup> *Ibid.*
- <sup>192</sup> Manuel Cárceres da Costa, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>193</sup> Entrevista da CAVR a Jacinto Alves, Díli, 5 de Agosto de 2004.
- <sup>194</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Ahic, Lacluta, Viqueque, 22 de Novembro de 2002.
- <sup>195</sup> Um resumo fidedigno deste período pode ser consultado *in* Carmel Budiarto e Liem Soei Liong, *The War against East Timor*, Zed Books, London, 1984, pp. 74-95.
- <sup>196</sup> Audiência perante a Subcomissão para os Assuntos da Ásia e Pacífico da Comissão dos Negócios Estrangeiros, Câmara dos Representantes, 96º Congresso, 1ª sessão, 4 de Dezembro de 1979, p. 28.
- <sup>197</sup> Entrevista da CAVR a Fernando Amaral, Fuat, Iliomar, Lautém 28 de Maio de 2003.
- <sup>198</sup> *Ibid.*
- <sup>199</sup> CAVR, Perfil Comunitário do suco de Mauchiga, Hatu Bulico, Ainaro, 17 de Setembro de 2003.
- <sup>200</sup> Entrevista da CAVR a Idelfonso dos Reis, Ermera, 13 de Agosto de 2003.
- <sup>201</sup> Maria José da Costa, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>202</sup> Alex Dirjdasusanto, "Timor's continuing tragedy." Asia Bureau Australia Newsletter, n° 46, Junho de 1979.

- 
- <sup>203</sup> David Jenkins, "A new ordeal for East Timor", *Far Eastern Economic Review*, 16 de Novembro 1979, p. 24.
- <sup>204</sup> Ver documento disponibilizado por Pat Walsh à CAVR e o seu Depoimento como Testemunha Especializada à Audiência Pública Nacional sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>205</sup> *Ibid.*
- <sup>206</sup> ACFOA, *Aid and East Timor*, Canberra, Julho de 1979, p. 12.
- <sup>207</sup> Entrevista da CAVR ao padre Blassius Bessin, Kuluhun, Díli, Julho de 2003.
- <sup>208</sup> Entrevista da CAVR à irmã Consuelo Martinez, Bebonuk, Díli, 4 de Julho de 2003.
- <sup>209</sup> *Ibid.*
- <sup>210</sup> Alex Dirjdasusanto, "Timor's continuing tragedy". Asia Bureau Australia Newsletter, nº 46, Junho de 1979.
- <sup>211</sup> *Ibid.*
- <sup>212</sup> *Ibid.*
- <sup>213</sup> Entrevista da CAVR a Cosme Freitas, Vemasse, Baucau, 10 de Abril de 2003.
- <sup>214</sup> Entrevistas da CAVR a Abílio Alberto Carlos, Aisirimou, Aileu, 27 de Junho de 2003 e a Eufrázia de Jesus Soares, Ermera, 29 de Setembro de 2003.
- <sup>215</sup> [http://www.fasthealth.com/dictionary/p/protein\\_shock.php](http://www.fasthealth.com/dictionary/p/protein_shock.php).
- <sup>216</sup> Serviço Católico de Assistência ( CRS), documento disponibilizado à CAVR, 27 de Fevereiro de 2004, p. 8.
- <sup>217</sup> Entrevista da CAVR ao Padre José Álvaro Nolasco Santimano Meneses e Monteiro, Becora, Díli, 29 de Junho de 2004.
- <sup>218</sup> ACFOA, *Aid and East Timor*, Canberra, Julho de 1979, p. 6.
- <sup>219</sup> CRS-USCC, *Final Report, East Timor Emergency Program, June 1979-December 1980* , 25 de Agosto de 1981, p.1; Bishop Broderick, "Historical Sketch of East Timor" (Draft), Agosto de 1982, na documentação disponibilizada pelo CRS, Anexo 3, p. 8.
- <sup>220</sup> ACFOA, *East Timor Today: ACFOA Development Dossier no.1* , Second Edition, Canberra, July 1980, p. 7; ACFOA, *Aid and East Timor*, Canberra, July 1979, p. 11.
- <sup>221</sup> Bishop Broderick, "Historical Sketch of East Timor" (Draft), Agosto de 1982, na documentação disponibilizada pelo CRS, Anexo 3, p. 8.
- <sup>222</sup> Relatório Final do CRS, p. 2.
- <sup>223</sup> Relatório Final do CRS, p. 3.
- <sup>224</sup> Comunicação do CICV às agências da Cruz Vermelha Nacional, 21 de Agosto de 1979. Citado in John Waddingham, Pat Walsh, Bill Armstrong, International Committee of Red Cross in East Timor, documento não publicado, 4 de Outubro de 1979.
- <sup>225</sup> Citado in Patrick Walsh, "The Politics of aid to East Timor", in ACFOA, *East Timor – Development Dossier*, Canberra 1980.
- <sup>226</sup> CICV, Relatório de Actividades de 1979, Genève, pp. 49-50; Relatório de Actividades de 1980, pp. 44-45; Relatório de Actividades de 1981, p. 41.
- <sup>227</sup> John Waddingham, "Notes on 'counter-insurgency' in East Timor: The Indonesian government's resettlement program", in Senate Standing Committee on Foreign Affairs and Defence (Referência: East

---

Timor – Human Rights and Condition of the People), Commonwealth of Australia, Canberra, 1982, pp. 715-748.

<sup>228</sup> Francis X. Carlin, CRS Jakarta Director, to Lieutenant General Benny Murdani, *Assintel Hankam*, 13 de Outubro de 1980, documento disponibilizado pelo CRS, Anexo 5; Francis Carlin to Lieutenant General Murdani, 30 de Outubro de 1980, documento disponibilizado pelo CRS, Anexo 6; Patrick C. Johns to Bishop Broderick, 27 de Maio de 1981, documento disponibilizado pelo CRS, Anexo 20; Relatório Final do CRS, p. 29.

<sup>229</sup> Relatório Final do CRS pp. 4, 6, e 12; Francis X. Carlin to Bishop Broderick, Explanations of delays and setbacks in program implementation necessitating several extensions of grants, 12 de Setembro de 1980, documento disponibilizado pelo CRS, Anexo 9; CRS Indonesia, Final Report: Emergency assistance for East Timor (Phase I), 18 de Março de 1980, p. 4, documento disponibilizado pelo CRS, Anexo 10.

<sup>230</sup> Ver Waddingham *et al* 1979, *Aid and East Timor*, 1979.

<sup>231</sup> Gilman dos Santos, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.

<sup>232</sup> *Ibid.*

<sup>233</sup> *Ibid.*

<sup>234</sup> Entrevista da CAVR ao padre Egidio Locatelli, Fatumaca, Baucau, 8 de Abril de 2003.

<sup>235</sup> Documentação disponibilizada pelo CRS à CAVR, p. 9.

<sup>236</sup> Audiência perante a Subcomissão para os Assuntos da Ásia e Pacífico da Comissão dos Negócios Estrangeiros, Câmara dos Representantes, 96º Congresso, 1ª sessão, 4 de Dezembro de 1979, pp. 20-28.

<sup>237</sup> <http://www.bom.gov.au/bmrc/clfor/cfstaff/jmb/files.htm>.

<sup>238</sup> Komando Resor Militer 164 Wira Dharma, Seksi-Intel, Rencana Penyusunan Kembali Rakyat Terlatih [Comando Militar Sub-regional 164 Wira Dharma, Secção de Serviços de Informação, Plano para a Reorganização da Força Civil Treinada].

<sup>239</sup> Petunjuk Teknis tentang Desa sebagai Titik Pusat Perhatian dan Cara Membinanya secara Utuh (Juknis/01-A/IV/1982), 10 September 1982 [Comando Militar Sub-regional 164 Wira Dharma, Secção de Serviços de Informação, Directrizes Técnicas sobre a aldeia como ponto focal e metodologias holísticas de desenvolvimento].

<sup>240</sup> Petunjuk Teknis tentang Cara Mengamankan Masyarakat dari Pengaruh Propaganda GPK [Directrizes Técnicas sobre Formas de Proteger a comunidade contra a influência do GPK (Bando de Perturbadores da Segurança) Propaganda] (Juknis/04-B/IV/1982).

<sup>241</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Bualele, Quelicai, Baucau, 16 de Dezembro de 2003.

<sup>242</sup> CAVR, Relatório de Investigação sobre Baucau, 7-11 de Abril de 2003.

<sup>243</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Uaitame, Quelicai, Baucau, 12 de Dezembro de 2003.

<sup>244</sup> *Ibid.*

<sup>245</sup> CAVR, Relatório de Investigação sobre Baucau, 7-11 de Abril de 2003.

<sup>246</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Lelalai, Quelicai, Baucau, 20 de Outubro de 2003.

<sup>247</sup> Ernest Chamberlain, *The Struggle in Iliomar: Resistance in Rural East Timor*, Point Lonsdale, 2003, p. 21.

<sup>248</sup> *Ibid.*

<sup>249</sup> “Carrascalao Cites Purwanto”, *The Jakarta Post*, 15 July 1992, p. 2.

<sup>250</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Iliomar II, Iliomar, Lautém, 29 de Maio de 2003.

- 
- <sup>251</sup> CAVR, Relatório de Investigação sobre Baucau, Abril de 2003.
- <sup>252</sup> Entrevista da CAVR a Manuel Alves Moreira, Vemasse, Baucau, 10 de Abril de 2003.
- <sup>253</sup> Manuel Cárceres da Costa, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>254</sup> Entrevista da CAVR a José Andrade dos Santos, Dilor, Viqueque, 12 de Dezembro de 2002; e, CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Ahic, Lacluta, Viqueque, 22 de Novembro de 2002.
- <sup>255</sup> HRVD, Testemunho n° 00427.
- <sup>256</sup> Entrevista da CAVR a José Andrade dos Santos, Dilor, Viqueque, 12 de Dezembro de 2002.
- <sup>257</sup> HRVD, Testemunho n° 04018.
- <sup>258</sup> Investigação da CAVR sobre Manufahi; Entrevista da CAVR a Saturnino Tilman, Fahinehan, Manufahi, 5 de Setembro de 2003; Entrevista da CAVR a Eleajáro Teófilo, Fahinehan, Manufahi, 5 de Setembro de 2003.
- <sup>259</sup> Entrevista da CAVR a Gabriel Ximenes em Fatubessi, Ermera, 28 de Setembro de 2003.
- <sup>260</sup> Artº 13º, nº 1 da DUDH e artº 12º, nº 1 do *ICCPR*.
- <sup>261</sup> Princípio 6, *UN Guiding Principles on Internal Displacement*, E/CN.4/1998/53/Add.2, 11 de Fevereiro de 1998.
- <sup>262</sup> Ver, por exemplo, os Princípios 7 (2), 18 e 25, *UN Guiding Principles on Internal Displacement*, E/CN.4/1998/53/Add.2, 11 de Fevereiro de 1998.
- <sup>263</sup> Artº 49º da Convenção IV de Genebra.
- <sup>264</sup> Entrevistas da CAVR a Adelino Soares, Plácido Lisboa, Ataúro, Díli, 7 de Março de 2002.
- <sup>265</sup> Entrevista da CAVR a Bernardino Villanova, vila de Ataúro, Díli, 7 de Março de 2002.
- <sup>266</sup> Projecto de Investigação da CAVR sobre Baucau, 7-11 de Abril de 2003.
- <sup>267</sup> Joana Pereira, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>268</sup> Entrevista da CAVR a Hermenegildo da Cruz, Viqueque, 15 de Dezembro de 2002.
- <sup>269</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Mauchiga, Hatu-Builico, Ainaro.
- <sup>270</sup> Documento disponibilizado à CAVR, Lista das vítimas de Mauchiga.
- <sup>271</sup> Entrevista da CAVR a Plácido Lisboa, Ataúro, Díli, 7 de Março de 2002.
- <sup>272</sup> Entrevistas da CAVR a Adelino Soares e Plácido Lisboa, Ataúro, Díli, 7 de Março de 2002; Entrevista da CAVR a Rosalina da Costa, Díli, 27 de Julho de 2003.
- <sup>273</sup> Entrevista da CAVR a Faustino Gomes de Sousa, Ataúro, Díli, 7 de Março de 2002.
- <sup>274</sup> Céu Lopes Federer, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Prisão por Motivos Políticos, Díli, 17 e 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>275</sup> Entrevista da CAVR a Luís da Costa Soares, Letefoho, Same, Manufahi, 23 de Fevereiro de 2003.
- <sup>276</sup> Entrevista da CAVR a Mário Nicolau dos Reis, Díli, 19 de Junho de 2003.
- <sup>277</sup> CAVR, Perfil Comunitário da vila de Vemasse, Baucau, 28 de Março de 2003.
- <sup>278</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Eraulo, Samalete, Railaco, Ermera, 2 de Dezembro de 2002.
- <sup>279</sup> Entrevistas da CAVR a Adelino Soares, Plácido Lisboa, Maria Mendes, Faustino Gomes da Sousa, Ataúro, Díli, 7 de Março de 2002.

- 
- <sup>280</sup> SL, depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Deslocação Forçada e Fome, CAVR, Díli, 28 e 29 de Julho de 2003.
- <sup>281</sup> HRVD, Testemunho n° 05400.
- <sup>282</sup> Ver, por exemplo, HRVD, Testemunhos n°s 09115 e 02308.
- <sup>283</sup> Entrevista da CAVR a Adriano João, Díli, 21 de Setembro de 2004.
- <sup>284</sup> HRVD, Testemunho n° 07678.
- <sup>285</sup> HRVD, Testemunho n° 02317.
- <sup>286</sup> HRVD, Testemunho n° 07218.
- <sup>287</sup> HRVD, Testemunho n° 03350.
- <sup>288</sup> Entrevista da CAVR a Abílio dos Santos, Mauchiga, Ainaro, 4 de Junho de 2003.
- <sup>289</sup> HRVD, Testemunho n° 07241.
- <sup>290</sup> Entrevista da CAVR a UL, Nunumogue, Ainaro, 2 de Setembro de 2003.
- <sup>291</sup> Entrevista da CAVR a João de Araújo, Mauchiga, Hatu-Builico, Ainaro, 4 de Junho de 2003.
- <sup>292</sup> HRVD, Testemunho n° 08066.
- <sup>293</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Rotuto, Same, Manufahi 22 de Abril de 2003.
- <sup>294</sup> HRVD, Testemunho n° 04117.
- <sup>295</sup> HRVD, Testemunho n° 04434.
- <sup>296</sup> HRVD, Testemunho n° 04711.
- <sup>297</sup> Entrevista da CAVR a Saturnino Tilman, Letefoho, Same, Manufahi, 24 de Fevereiro de 2003.
- <sup>298</sup> HRVD, Testemunho n° 04714.
- <sup>299</sup> Entrevista da CAVR a Saturnino Tilman, Letefoho, Same, Manufahi, 24 de Fevereiro de 2003.
- <sup>300</sup> CAVR, Notas de Investigação sobre Manufahi, 21-26 de Fevereiro de 2003.
- <sup>301</sup> José Gomes, Depoimento apresentado à Audiência Pública Nacional da CAVR sobre Massacres, 28 e 29 de Novembro de 2003.
- <sup>302</sup> *Ibid.*
- <sup>303</sup> Entrevista da CAVR a Rita Amaral da Costa, Lalerek Mutin, Viqueque, 29 de Maio de 2003.
- <sup>304</sup> HRVD, Testemunho n° 04118.
- <sup>305</sup> CAVR, Notas de Investigação sobre Lalerek Mutin, Viqueque, 12-15 de Dezembro de 2002; CAVR, Notas de Investigação sobre Lacluta, Viqueque, 12-15 de Dezembro de 2002.
- <sup>306</sup> CAVR, Notas de Investigação sobre Iliomar, Lautém, 12-15 de Dezembro de 2002.
- <sup>307</sup> CAVR, Perfil Comunitário da vila de Tutuala, 10 de Setembro de 2002.
- <sup>308</sup> HRVD, Testemunho n° 00745.
- <sup>309</sup> HRVD, Testemunho n° 00719.
- <sup>310</sup> Entrevista da CAVR a VL, Mehara, Lautém, 21 de Março de 2003.
- <sup>311</sup> Entrevistas da CAVR a Gaspar Seixas, Fuat, Iliomar, Iliomar, Lautém, 29 de Maio de 2003, e a Fernando Amaral, Fuat, Iliomar, Iliomar, Lautém, 28 de Maio de 2003.
- <sup>312</sup> HRVD, Testemunhos n°s 1593 e 0150.

- 
- <sup>313</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 3462 e 1524.
- <sup>314</sup> HRVD, Testemunho n.º 1524.
- <sup>315</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 1580 e 1581.
- <sup>316</sup> HRVD, Testemunho n.º 9022.
- <sup>317</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 1593 e 1573.
- <sup>318</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 6642 e 6605.
- <sup>319</sup> HRVD, Testemunho n.º 4638.
- <sup>320</sup> HRVD, Testemunho n.º 4668.
- <sup>321</sup> HRVD, Testemunho n.º 4637.
- <sup>322</sup> HRVD, Testemunho n.º 0292.
- <sup>323</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves contra Eurico Guterres e outros, Pronúncia de Acusação n.º 2a/2002, 18 de Fevereiro de 2002, Díli, parágrafo 27.
- <sup>324</sup> HRVD, Testemunho n.º 4629.
- <sup>325</sup> HRVD, Testemunho n.º 5907.
- <sup>326</sup> HRVD, Testemunho n.º 4649.
- <sup>327</sup> HRVD, Testemunho n.º 4687.
- <sup>328</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 5915, 05939, 04685 e 04612.
- <sup>329</sup> HRVD, Testemunho n.º 6019.
- <sup>330</sup> Geoffrey Robinson, *East Timor 1999 – Crimes against Humanity*, Relatório solicitado pelo Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), Julho de 2003, documento disponibilizado à CAVR, Abril de 2004, p. 189
- <sup>331</sup> HRVD, Testemunho n.º 0410.
- <sup>332</sup> HRVD, Testemunho n.º 0411.
- <sup>333</sup> HRVD, Testemunho n.º 0458.
- <sup>334</sup> HRVD, Testemunho n.º 0455.
- <sup>335</sup> HRVD, Testemunho n.ºs 0481, 0414 e 0413.
- <sup>336</sup> HRVD, Testemunho n.º 3684 ; Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação da SCU (Unidades de Crimes Graves) contra Câncio Lopes de Carvalho *et al*, Processo n.º 06/2003, Díli, 9 de Dezembro de 2004.
- <sup>337</sup> HRVD, Testemunho n.º 8447.
- <sup>338</sup> HRVD, Testemunho n.º 3615.
- <sup>339</sup> CAVR, Perfis Comunitários da aldeia de Fatuleto, Zumalai, Covalima, 21 de Maio de 2003, e da aldeia de Belakasak, Maucatar, Covalima, 29 de Março de 2003.
- <sup>340</sup> Declaração Conjunta da Missão Humanitária para as Pessoas Deslocadas Internamente, Yayasan HAK, ETADep, Caritas, Yayasan Kasimo, Posko for Emergency Aid to IDP's, Timor Aid. Abril de 1999.
- <sup>341</sup> Procurador-Geral da UNTAET, Pronúncia de Acusação contra Leoneto Martins *et al*, Processo n.º 21/2001, 3 de Dezembro de 2001, parágrafos 85-95.
- <sup>342</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 0873, 0876, 5881, 0276, 2326 e 5544.
- <sup>343</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 1823, 1952, 4706 e 7656.

- 
- <sup>344</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 4644, 4633; 0699, 5854, 5858 e 5859.
- <sup>345</sup> CAVR, Perfis Comunitários de Luculai, Loidahar e Darulete, Liquiça, 19 de Fevereiro de 2003; ver também CAVR, Perfil Comunitário do Suco de Aiasa, Bobonaro, 17 de Dezembro de 2003.
- <sup>346</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Revisão da Pronúncia de Acusação contra Burhanuddin Siagian *et al*, Processo n.º 18-2003, 15 de Julho de 2004, parágrafos 35-37.
- <sup>347</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, Distrito de Bobonaro.
- <sup>348</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 4236, 4240 e 4341; ver também Geoffrey Robinson, *op cit*.
- <sup>349</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação contra Burhanuddin Siagian *et al*, Processo n.º 2-2003, Díli, 3 de Fevereiro de 2003.
- <sup>350</sup> *Ibid*, parágrafos 110-111.
- <sup>351</sup> *Ibid*, parágrafos 113-120.
- <sup>352</sup> *Ibid*, parágrafos 127-133.
- <sup>353</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 1119, 1178, 1129, 1175, 1174 e 5507.
- <sup>354</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 1177 e 1190.
- <sup>355</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 7422, 3613, 3629, 8441, 5148, 3631, 1216, 1239, 3676, 8451, 8463, 3656, 5125, 8595, 3618, 3640 e 8449.
- <sup>356</sup> HRVD, Testemunho n.º 1216.
- <sup>357</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 1239 e 1739.
- <sup>358</sup> HRVD, Testemunho n.º 8461.
- <sup>359</sup> HRVD, Testemunho n.º 8541.
- <sup>360</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 8578, 8449 e 8595.
- <sup>361</sup> HRVD, Testemunho n.º 3613.
- <sup>362</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 5130, 5196, 5148 e 3640.
- <sup>363</sup> HRVD, Testemunho n.º 6349.
- <sup>364</sup> HRVD, Testemunho n.º 3631.
- <sup>365</sup> HRVD, Testemunho n.º 5125.
- <sup>366</sup> HRVD, Testemunho n.º 5179.
- <sup>367</sup> *Dan sat gas pam Díli to Dan Rem Up. Kasi, Intel Rem 164/WD*, [Responsável pela Força de Intervenção de Segurança e Serviços de Informação em Díli junto do Comando Sub-regional Militar], Telegrama confidencial No. STR/200/1999, April 17, 1999 (*Yayasan Hak* Collection, Doc #16), tal como citado in Geoffrey Robinson, p. 201.
- <sup>368</sup> *Ibid*.
- <sup>369</sup> HRVD, Testemunhos n.ºs 5723, 5726, 5736 e 5739.
- <sup>370</sup> Declaração Conjunta da Missão Humanitária para as Pessoas Deslocadas Internamente, Yayasan HAK, ETADep, Caritas, Yayasan Kasimo, Posko for Emergency Aid to IDP's, Timor Aid, Abril de 1999.
- <sup>371</sup> Ver também HRVD, Testemunhos n.ºs 0324, 0364, 0396 e 6887.
- <sup>372</sup> HRVD, Testemunho n.º 0378.
- <sup>373</sup> HRVD, Testemunho n.º 0401.
- <sup>374</sup> HRVD, Testemunho n.º 4687.

- 
- <sup>375</sup> HRVD, Testemunho n° 0311.
- <sup>376</sup> HRVD, Testemunho n° 2609.
- <sup>377</sup> HRVD, Testemunhos n°s 2609 e 2195.
- <sup>378</sup> HRVD, Testemunho n° 9031.
- <sup>379</sup> HRVD, Testemunhos n°s 8311, 1705, 4541, 6201, 8295, 8385, 8389, 8297 e 6233.
- <sup>380</sup> HRVD, Testemunho n° 4541.
- <sup>381</sup> HRVD, Testemunho n° 8297.
- <sup>382</sup> HRVD, Testemunho n° 6158.
- <sup>383</sup> Posko for Emergency Aid to IDP's, "Report on Humanitarian Aid Convoy, Sare 2-4 July 1999".
- <sup>384</sup> Ver Painel Especial para Crimes Graves, Sentença no processo n° 4-2001, Procurador vs José Cardoso, Díli, 5 de Abril de 2003.
- <sup>385</sup> Relatório Preliminar da UNAMET sobre Questões Humanitárias, 19 de Junho de 1999, Actualização sobre a Situação após Visita de Avaliação a Atambua, Suai, Fatumean e Ainaro.
- <sup>386</sup> Declaração Conjunta da Missão Humanitária para as Pessoas Deslocadas Internamente, Yayasan HAK, ETADep, Caritas, Yayasan Kasimo, Posko for Emergency Aid to IDP's, Timor Aid. Abril de 1999.
- <sup>387</sup> Robinson, *East Timor 1999*, documento disponibilizado pelo OHCHR à CAVR, Abril de 2004.
- <sup>388</sup> Ian Martin, Autodeterminação em Timor Leste – As Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional, Quetzal Editores, Lisboa, pp. 121-122
- <sup>389</sup> UNAMET, Avaliação das Condições de Segurança.
- <sup>390</sup> *Ibid.*
- <sup>391</sup> UNAMET, Weekly Siterp [Relatório Semanal sobre a Situação] #2 (5 de Julho- 11 de Julho)
- <sup>392</sup> UNAMET, Weekly Siterp [Relatório Semanal sobre a Situação] #4 (26 de Julho – 1 de Agosto)
- <sup>393</sup> UNAMET, Avaliação das Condições de Segurança.
- <sup>394</sup> UNAMET, Departamento de Assuntos Políticos, Avaliação das Condições de Segurança, 26 de Julho de 1999.
- <sup>395</sup> UNAMET, Análise das Actividades Recentes das Milícias, 22 de Agosto de 1999.
- <sup>396</sup> UNAMET Weekly Siterp [Relatório Semanal sobre a Situação] #6 (16 de Agosto-23 de Agosto)
- <sup>397</sup> *Ibid.*
- <sup>398</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, Distrito de Oecusse.
- <sup>399</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, Distrito de Viqueque.
- <sup>400</sup> *Ibid.*
- <sup>401</sup> Informação de Ian Martin, 19 de Agosto de 1999, sede da UNAMET, Díli.
- <sup>402</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, Distrito de Bobonaro.
- <sup>403</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Ila/Dais, Maucatar, Covalima, 29 de Março de 2003.
- <sup>404</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Lela, Maucatar, Covalima, 18 de Fevereiro de 2003.
- <sup>405</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Holpilat, Maucatar, Covalima, 13 de Março de 2003.
- <sup>406</sup> Martin, Ian, Autodeterminação em Timor Leste – As Nações Unidas, o Voto e a Intervenção Internacional, Quetzal Editores, Lisboa, p. 155.

- 
- <sup>407</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação contra Eurico Guterres *et al*, Processo nº 2/2002, Díli, 18 de Fevereiro de 2002.
- <sup>408</sup> Robinson, *East Timor 1999*, documento disponibilizado pelo OHCHR à CAVR, Abril de 2004, p. 46.
- <sup>409</sup> UNAMET, Weekly Sitrep [Relatório Semanal sobre a Situação] #6 (16 de Agosto-23 de Agosto)
- <sup>410</sup> *Ibid.*
- <sup>411</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Bobonaro.
- <sup>412</sup> Dolan, C., Large, J. and Obi, N., *Evaluation of UNHCR's Repatriation and Reintegration Programme in East Timor, 1999-2003*, UNHCR, Evaluation and Policy Analysis Unit, Geneva, Fevereiro de 2004.
- <sup>413</sup> *Ibid.*
- <sup>414</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação contra Eurico Guterres *et al*, Processo nº 13-2003, Díli, 27 de Fevereiro de 2003.
- <sup>415</sup> *Ibid.*
- <sup>416</sup> Manuel Abrantes, depoimento gravado e compilado em Brisbane, Austrália, 26 de Novembro de 1999. Citado in Robinson, *East Timor 1999*, documento disponibilizado pelo OHCHR à CAVR, Abril de 2004 pp. 221-222.
- <sup>417</sup> *Ibid*
- <sup>418</sup> *Ibid.*
- <sup>419</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação contra Eurico Guterres *et al*, Processo nº 13-2003, Díli, 27 de Fevereiro de 2003.
- <sup>420</sup> *Ibid*; Manuel Abrantes, testemunho citado in Robinson, *East Timor 1999*, documento disponibilizado pelo OHCHR à CAVR, Abril de 2004, pp. 221-222.
- <sup>421</sup> HRVD, Testemunhos nºs 5734 e 5690.
- <sup>422</sup> HRVD, Testemunho nº 5664.
- <sup>423</sup> HRVD, Testemunho nº 5678.
- <sup>424</sup> HRVD, Testemunho nº 8123.
- <sup>425</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Acusação contra Eurico Guterres *et al*, Processo nº 13-2003, Díli, 27 de Fevereiro de 2003; HRVD, Testemunhos nºs 9189 e 8993.
- <sup>426</sup> HRVD, Testemunhos nºs 0110, 0131 e 0159.
- <sup>427</sup> HRVD, Testemunho nº 0147.
- <sup>428</sup> HRVD, Testemunho nº 0166; Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação contra Eurico Guterres *et al*, Processo nº 13-2003, Díli, 27 de Fevereiro de 2003.
- <sup>429</sup> HRVD, Testemunho nº 0111.
- <sup>430</sup> HRVD, Testemunho nº 0117.
- <sup>431</sup> HRVD, Testemunho nº 0116.
- <sup>432</sup> Para alguns exemplos de pessoas que conseguiram fugir à deportação, ver HRVD, Testemunhos nºs 0199, 0117, 5690, 5725 e 5710.
- <sup>433</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Bobonaro.
- <sup>434</sup> HRVD, Testemunho nº 3766.
- <sup>435</sup> HRVD, Testemunho nº 2436; Laurentina Amaral, HRVD, Testemunho nº 2444.
- <sup>436</sup> HRVD, Testemunho nº 2444.

- 
- <sup>437</sup> HRVD, Testemunhos n°s 8157, 1142 e 1110.
- <sup>438</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Bobonaro; e Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Revisão da Pronúncia de Acusação contra Burhanuddin Siagian *et al*, Processo n° 18-2003, Díli, 15 de Julho de 2004.
- <sup>439</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Revisão da Acusação contra Burhanuddin Siagian *et al*, Processo n° 18-2003, Díli, 15 de Julho de 2004, parágrafo 180.
- <sup>440</sup> *Ibid.* Parágrafos 180-182.
- <sup>441</sup> HRVD, Testemunho n° 2587.
- <sup>442</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Bobonaro; HRVD, Testemunhos n°s 02464, 3729 e 2593.
- <sup>443</sup> *Ibid.*
- <sup>444</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Saburai, Maliana, Bobonaro, 13 de Janeiro de 2003.
- <sup>445</sup> Os testemunhos n°s 1874, 1195, 8239, 2594 e 5220 da HRVD contêm relatos de testemunhas oculares sobre a milícia *Halilintar* a queimar pessoas e a deportá-las para Timor Ocidental. O testemunho n° 5597 da HRVD descreve um ataque da milícia *Kaer Metin Merah Putih* contra os habitantes da aldeia de Baoutal, Suco de Deudet, a 16 de Setembro de 1999. As pessoas conseguiram fugir para a floresta, mas as habitações foram arrasadas pelo fogo.
- <sup>446</sup> As deportações forçadas levadas a efeito pela milícia *Laksaur* e pelo *TNI* em redor da vila de Suai encontram-se descritas nos Testemunhos n°s 2023, 8485, 7385 e 3672 da HRVD.
- <sup>447</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação contra Egidio Manek *et al*., Processo n° 9-2003, 28 de Fevereiro de 2003, parágrafos 385-387; Manuel Abrantes, depoimento gravado e compilado em Brisbane, Austrália, 26 de Novembro de 1999, citado *in* Robinson, *East Timor 1999*, documento disponibilizado pelo *OHCHR* à CAVR, Abril de 2004, pp. 221-222.
- <sup>448</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Belakasak, Maucatar, Covalima, 29 de Março de 2003, e CAVR, Perfil Comunitário de Fatuleto, Zumalai, Covalima, 29 de Março de 2003.
- <sup>449</sup> Os testemunhos n°s 8463, 3643 e 3638 da HRVD fornecem pormenores do Massacre da Igreja de Suai, a 6 de Setembro, e das deportações ulteriores; os Testemunhos n°s 5116 e 8577 da HRVD descrevem o ataque à Igreja; o Testemunho n° 8459 da HRVD fornece um relato das agressões e violações ocorridas após o ataque à igreja.
- <sup>450</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, HRVD, Testemunho n° F9389.
- <sup>451</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, HRVD, Testemunho n° F9268.
- <sup>452</sup> *Ibid.*, HRVD, Testemunho n° F9264.
- <sup>453</sup> Procurador-Geral Adjunto para Crimes Graves, Pronúncia de Acusação contra Egidio Manek *et al*., Processo n° 9-2003 Díli, 28 de Fevereiro de 2003, parágrafo 331.
- <sup>454</sup> *Ibid.*
- <sup>455</sup> HRVD, Testemunhos n°s 1232, 8508 e 7396.
- <sup>456</sup> HRVD, Testemunho n° 4650.
- <sup>457</sup> HRVD, Testemunho n° 0919.
- <sup>458</sup> HRVD, Testemunho n° 0957.
- <sup>459</sup> HRVD, Testemunho n° 7632.

- 
- <sup>460</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, e HRVD, Testemunho n° F9311.
- <sup>461</sup> HRVD, Testemunho n° 7141.
- <sup>462</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Aileu.
- <sup>463</sup> HRVD, Testemunho n° 2068.
- <sup>464</sup> HRVD, Testemunho n° 3265.
- <sup>465</sup> HRVD, Testemunho n° 3763.
- <sup>466</sup> HRVD, Testemunho n° 2071; sobre outras pessoas, que informaram ter-se refugiado da violência das milícias nas montanhas, ver HRVD, Testemunhos n°s 3247 e 3229.
- <sup>467</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Ainaro; CAVR, Perfis Comunitários de Hora Kiik e Manetu, Ainaro, 8 de Julho de 2003.
- <sup>468</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, HRVD, Testemunho n° F9372.
- <sup>469</sup> HRVD, Testemunho n° 5174.
- <sup>470</sup> HRVD, Testemunho n° 3680.
- <sup>471</sup> HRVD, Testemunho n° 7182.
- <sup>472</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, Documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, HRVD, Testemunho n° F9374; ver também HRVD, Testemunho n° F9371 [Sebastiana da Costa] e HRVD, Testemunho n° F9395 [Casilda da Costa] contendo relatos semelhantes de deportação forçada sob ameaça de armas, feitos pela milícia *Mahidi* a 23 de Setembro de 1999.
- <sup>473</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, Distrito de Ermera; nos Testemunhos n°s 2198; 8083; 3510 e 8303 da HRVD descrevem-se deportações forçadas para Timor Ocidental, levadas a efeito pela milícia *Darah Merah Integrasi* e pelo *TNI*.
- <sup>474</sup> HRVD, Testemunho n° 1101.
- <sup>475</sup> HRVD, Testemunho n° 1046.
- <sup>476</sup> HRVD, Testemunho n° 1774.
- <sup>477</sup> HRVD, Testemunho n° 1678.
- <sup>478</sup> HRVD, Testemunho n° 1062.
- <sup>479</sup> HRVD, Testemunho n° F9387.
- <sup>480</sup> HRVD, Testemunho n° 2466.
- <sup>481</sup> HRVD, Testemunho n° 2430.
- <sup>482</sup> HRVD, Testemunho n° 2465.
- <sup>483</sup> HRVD, Testemunho n° 0350.
- <sup>484</sup> HRVD, Testemunho n° 4079.
- <sup>485</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, HRVD, Testemunhos n°s F9290 e F9291.
- <sup>486</sup> HRVD, Testemunho n° 4084.
- <sup>487</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Viqueque.
- <sup>488</sup> Relatório da Unidade de Direitos Humanos da UNTAET sobre 1999, distrito de Oecusse.

- 
- <sup>489</sup> *Ibid.*; ver também Robinson, *East Timor 1999*, documento disponibilizado pelo OHCHR à CAVR, Abril de 2004.
- <sup>490</sup> *Ibid.*
- <sup>491</sup> *Ibid.*
- <sup>492</sup> Don Greenlees e Robert Garran, *Deliverance The inside story of East Timor's fight for freedom*, Allen and Unwin, New South Wales, 2002.
- <sup>493</sup> *Ibid.*
- <sup>494</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Belakasak, Maucatar, Covalima, 29 de Março de 2003.
- <sup>495</sup> Campbell-Nelson, Karen, Yooke Adelina Damapolii, Leonard Simanjuntak, e Fredrika Tadu Hungu, *Perempuan Dibawa/h Laki-laki yang Kalah: Kekerasan terhadap Perempuan Timor Timur dalam Kamp Pengungsian di Timor Barat* [Women Carried by/Underneath Men Who Lost: Violence Against East Timorese Women in Refugee Camps in West Timor], Ford Foundation, Jakarta, 1999.
- <sup>496</sup> Jesuit Refugee Services, *Kupang Report*, 15 de Setembro de 1999.
- <sup>497</sup> Campbell-Nelson *et al.*, *op cit.*
- <sup>498</sup> CAVR, Perfil Comunitário da aldeia de Fatuleto, Zumalai, Covalima, 21 de Maio de 2003.
- <sup>499</sup> Campbell-Nelson *et al.*, *op cit.*
- <sup>500</sup> HRVD, Testemunho n° 5188.
- <sup>501</sup> HRVD, Testemunho n° 5173.
- <sup>502</sup> "Indonesia: UNHCR Asks Government to Control Militias," *Refugees Daily*, 10 de Novembro de 1999, citado in Human Rights Watch, *Forced Expulsions to West Timor and the Refugee Crisis*, Dezembro de 1999 <http://www.hrw.org/reports/1999/wtimor>.
- <sup>503</sup> "Timor: 'Snatch-and-run Operations'", UNHCR Press Briefing Note, 19 de Novembro de 1999.
- <sup>504</sup> Human Rights Watch *Forced Expulsions and the Refugee Crisis*, Dezembro de 1999, <http://www.hrw.org/reports/1999/wtimor>.
- <sup>505</sup> HRVD, Testemunho n° 0334.
- <sup>506</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Maliana, Memo, Bobonaro, 21 de Janeiro de 2003.
- <sup>507</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, Documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004, HRVD, Testemunhos n°s F9320 e F9248.
- <sup>508</sup> Fokupers, *Gender-based Violations of 1999*, Documento disponibilizado à CAVR, Julho de 2004; HRVD, Testemunho n° 99COV006.
- <sup>509</sup> Human Rights Watch, *Forced Expulsions and the Refugee Crisis*, Dezembro de 1999, <http://www.hrw.org/reports/1999/wtimor>.
- <sup>510</sup> "Indonesia: Most East Timorese Returns Blocked", *Refugees Daily*, 10 de Novembro de 1999 (citando o porta-voz do ACNUR, Yusuf Hassan), citado in Human Rights Watch, *Forced Expulsions to West Timor and the Refugee Crisis*, Dezembro de 1999, <http://www.hrw.org/reports/1999/wtimor>.
- <sup>511</sup> Entrevistas confidenciais da organização *Human Rights Watch*, Estádio Desportivo, Díli, 5 de Novembro de 1999.
- <sup>512</sup> *Ibid.*
- <sup>513</sup> HRVD, Testemunho n° 6284.
- <sup>514</sup> CAVR, Perfil Comunitário de Beco II, Suai, Covalima, 2 de Junho de 2003.

---

<sup>515</sup> Comunicação, 21 de Agosto de 1979. John Waddingham, “Notes on ‘counter-insurgency’ in East Timor: The Indonesian government’s resettlement program”, *in* Senate Standing Committee on Foreign Affairs and Defence [Reference: East Timor – Human Rights and Condition of the People, Commonwealth of Australia, Canberra, 1982, pp. 715-748].